

**SEMIPRESIDENCIALISMO EM PORTUGAL: PODERES PRESIDENCIAIS E
INTERAÇÃO COM O GOVERNO (1982-2016)
- II VOLUME -**

Vasco Seixas Duarte Franco

**Tese de doutoramento em Ciência Política, área de
especialização em Instituições e Processos Políticos,
realizada sob orientação científica de
Pedro Tavares de Almeida e Jorge Reis Novais**

Dezembro, 2017

**SEMIPRESIDENCIALISMO EM PORTUGAL: PODERES PRESIDENCIAIS E
INTERAÇÃO COM O GOVERNO (1982-2016)**

- II VOLUME -

Vasco Seixas Duarte Franco

**Tese de doutoramento em Ciência Política, área de
especialização em Instituições e Processos Políticos,
realizada sob orientação científica de
Pedro Tavares de Almeida e Jorge Reis Novais**

Dezembro, 2017

Índice

Apêndice A	
Áustria, França e Portugal – Presidentes, Governos e legislaturas (1983-2016)	604
Apêndice B	
Poderes de intervenção no processo legislativo	616
Apêndice C	
Referências documentais e avaliação das notícias publicadas na comunicação social relativas aos pontos V.3 e V.4 do Capítulo V	665
Apêndice D	
Ponderação do sentido e intensidade das notícias publicadas na comunicação social relativas aos pontos V.3 e V.4 do Capítulo V	796
Apêndice E	
Apuramento dos resultados apresentados no Capítulo VI	839
Anexos	
Entrevistas com ex-presidentes da República e ex-primeiros-ministros	867

Áustria, França e Portugal – Presidentes, Governos e legislaturas (1983-2016)

Tabela 1: Áustria – Presidentes, Governos e legislaturas (1983-2016)

Presidente		Governo		Parlamento						Observações
Mandato	Dias	Mandato	Dias	Mandato	Dias	Maioria	%	Oposição	Total	
Rudolf Kirchschläger (Ind.) ⁱ 08.07.80 07.07.86	2190	Bruno Kreisky IV (Líder SPÖ) 05.06.79 23.05.83	1448	XV Legislatura 05.06.79 18.05.83	1443	SPÖ - 95	52	ÖVP - 77 FPÖ - 11	183	MM PR: neutro
		Fred Sinowatz (SPÖ) 24.05.83 15.06.86	1118	XVI Legislatura 19.05.83 15.12.86	1306	SPÖ - 90 FPÖ - 12	56	ÖVP - 81	183	CPD PR: neutro
Kurt Waldheim (ÖVP) 08.07.86 07.07.92	2191	Franz Vranitzky I (SPÖ) 16.06.86 20.01.87	218	XVII Legislatura 16.12.86 04.11.90	1419	SPÖ - 80 FPÖ – 18 A partir de 1987 SPÖ - 80 ÖVP - 77	54 86	ÖVP - 77 GRÜNEN – 8 A partir de 1987 FPÖ – 18 GRÜNEN – 8	183	CPD PR: oponente
		Franz Vranitzky II (SPÖ) 21.01.87 16.12.90	1425							CE PR: membro da maioria
Thomas Klestil (ÖVP) 08.07.92 07.07.98	2190	Franz Vranitzky III (SPÖ) 17.12.90 28.11.94	1442	XVIII Legislatura 05.11.90 06.11.94	1462	SPÖ - 80 ÖVP - 60	77	FPÖ – 33 GRÜNEN - 10	183	CE PR: membro da maioria

		Franz Vranitzky IV 29.11.94 11.03.96	468	XIX Legislatura 07.11.94 14.01.96	433	SPÖ - 65 ÖVP - 52	64	FPÖ – 42 GRÜNEN – 13 LIF - 11	183	CE PR: membro da maioria
		Franz Vranitzky V 12.03.96 27.01.97	321	XX Legislatura ⁱⁱ 15.01.96 28.10.99	1382	SPÖ - 71 ÖVP - 52	67	FPÖ – 41 GRÜNEN – 9 LIF - 10	183	CE PR: membro da maioria
Thomas Klestil (ÖVP) II 08.07.98 07.07.04	2191	Viktor Klima (SPÖ) 28.01.97 03.02.00	1101							CE PR: membro da maioria
		Wolfgang Schüssel I (ÖVP) 04.02.00 27.02.03	1119	XXI Legislatura 29.10.99 19.12.02	1147	ÖVP - 52 FPÖ - 52	57	SPÖ - 65 GRÜNEN – 14	183	CE PR: membro da maioria
Heinz Fischer (SPÖ) 08.07.04 07.07.10	2190	Wolfgang Schüssel II (ÖVP) 28.02.03 10.01.07	1412	XXII Legislatura 20.12.02 29.10.06	1409	ÖVP - 79 FPÖ – 18 BZÖ (cisão do FPÖ em 2005)**	53	SPÖ - 69 GRÜNEN – 17	183	CPD PR: membro da maioria PR: oponente
		Alfred Gusenbauer (SPÖ) 11.01.07 01.12.08	690	XXIII Legislatura 30.10.06 27.10.08	728	SPÖ - 68 ÖVP - 66	73	FPÖ – 21 GRÜNEN – 21 BZÖ - 7	183	CE PR: membro da maioria
Heinz Fischer (SPÖ) 08.07.10 ...	-	Werner Faymann I (SPÖ) 02.12.08 15.12.13	1839	XXIV Legislatura 28.10.08 29.10.13	1827	SPÖ - 57 ÖVP - 51	59	FPÖ – 34 GRÜNEN – 20 BZÖ -21	183	CE PR: membro da maioria
		Werner Faymann II (SPÖ)	884	XXV Legislatura ⁱⁱⁱ		SPÖ - 52 ÖVP - 47	59	FPÖ – 40 GRÜNEN – 24	183	CE PR: membro da

	16.12.2013	29.10.13	Team S. – 11	maioria
	17-05-2016		NEOS – 9	
	Christian Kern (SPÖ)	– ... –		CE PR: membro da maioria
	18-05-2016			
Alexander Van der Bellen				CE PR: oponente
26-01-2017				

*Substituição temporária após a morte do presidente em funções

** Os membros do governo do FPÖ passaram para o novo partido, liderado por Jörg Haider.

Fontes: Elaboração própria a partir de dados dos sítios oficiais da Internet da Presidência Federal^{iv} e do Ministério do Interior^v austríacos e de Dolezal & Zeglovits (2014, p. 651); Döring & Manow, 2012, Gavenda & Umit (2016, pp. 424-425), Luther (2010, pp. 79-80); Müller (2004, pp. 232-233); Woldendorp, Keman & Budge (2000, p. 114).

Tabela 2: França – Presidentes, Governos e legislaturas (1983-2016)

Presidente		Governo		Parlamento						Observações
Mandato	Dias	Mandato	Dias	Mandato	Dias	Maioria	%	Oposição	Total	
Mitterrand I 21.05.81 20.05.88 PS	2556	Mauroy I 21.05.81 21.06.81 PS	(31)	VII Legislatura 02.07.81 01.04.86 Maioria: 246	1734	PS – 265 PCF – 44 Outros – 20 Total: 329	67	RPR – 88 UDF – 62 Outros – 12	491	CPD PR: chefe da maioria
		Mauroy II 22.06.81 21.03.83	637							CPD PR: chefe da maioria
		Mauroy III 22.03.83 16.07.84	482							CPD PR: chefe da maioria
		Fabius 17.07.84 19.03.86 PS	610							CPD PR: chefe da maioria
		Chirac 20.03.86 09.05.88 RPR (Coabitação)	781	VIII Legislatura 02.04.86 14.05.88 Maioria: 289 Dissolvida	773	RPR – 155 UDF – 131 Total: 286	49,6	PS – 212 PCF – 32 FN – 35 Outros – 12	577	CPD PR: Oponente
Mitterrand II 21.05.88 16.05.95	2551	Rocard I 10.05.88 22.06.88 PS	(43)	IX Legislatura 23.06.88 01.04.93 Maioria: 289	1743	PS – 273 Total: 273	47,3	RPR – 133 UDF – 89 UDC – 41 PCF – 26 Outros – 15	577	AM PR: chefe do partido do Governo
		Rocard II 23.06.88 14.05.91	1055							AM PR: chefe do partido do Governo
		Cresson 15.05.91 01.04.92 PS	322							AM PR: chefe do partido do Governo

		Bérégovoy 02.04.92 28.03.93 PS	360							AM PR: chefe do partido do Governo
		Balladur 29.03.93 16.05.95 RPR (Coabitação)	778	X Legislatura 02.04.93 21-04.97 Maioria: 289 Dissolvida	1480	RPR – 242 UDF – 207 Outros – 36 Total: 485	84	PS – 55 PCF – 24 Outros – 13	577	CE PR: Oponente
Chirac I 17.05.95 16.05.02 RPR	2556	Juppé I 17.05.95 06.11.95 RPR	173							CE PR: chefe da maioria
		Juppé II 07.11.95 01.06.97	572							CE PR: chefe da maioria
		Jospin 02.06.97 05.05.02 PS (Coabitação)	1798	XI Legislatura 01.06.97 18.06.02 Maioria: 289	1843	PS – 241 PCF – 38 PRS - 12 Outros – 28 Total: 319	55,3	RPR – 139 UDF – 111 Outros – 8	577	CPD PR: oponente
Chirac II 17.05.02 15.05.07	1824	Raffarin I 06.05.02 16.06.02 DL	(41)	XII Legislatura 19.06.02 19.06.07 Maioria: 289	1826	UMP – 356 UDF – 27 Outros – 15 Total: 398	69	PS – 141 PCF – 22 Outros – 16	577	CPD PR: chefe da maioria
		Raffarin II 17.06.02 29.03.04	651							CPD PR: chefe da maioria
		Raffarin III 30.03.04 30.05.05	426							CPD PR: chefe da maioria
		Villepin 31.05.05 16.05.07 UMP	715							CPD PR: chefe da maioria

Sarkozy 16.05.07 14.05.12 UMP	1825	Fillon I 17.05.07 18.06.07 UMP	(32)	XIII Legislatura 20.06.07 19.06.12 Maioria: 289	1826	UMP – 313 NC – 22 Outros – 10 Total: 345	59,8	PS – 186 PCF - 15 DVG – 15 Outros - 16	577	CPD PR: chefe da maioria
		Fillon II 19.06.07 15.11.10	1245							CPD PR: chefe da maioria
		Fillon III 16.11.10 15.05.12	545							CPD PR: Chefe M
Hollande 15.05.12 14-05-17 PS	1826	Ayrault I 16.05.12 17.06.12 PS	(33)	XIV Legislatura 20.06.12 20-06-17 Total: 577 Maioria: 289	1827	PS - 280 EELV - 18 DVG – 22 PRG – 13 FdG – 10 Total: 343	59,4	UMP – 194 NC – 12 FN – 2 Outros - 26	577	CPD PR: chefe da maioria
		Ayrault II 18.06.12 31.03.14	651							CPD PR: chefe da maioria
		Valls I 01.04.14 25.08.14 PS	146							CPD PR: chefe da maioria
		Valls II 26-08-14 10-02-16	534							CPD PR: chefe da maioria
		Valls III 11-02-16 05-12-16	299							
		Cazeneuve 06-12-16 10-05-17								
Macron 14-05-17	-	Philippe 15-05-17		XV Legislatura ^{vi} 20-06-2017						

Fontes: Elaboração própria a partir dos sítios oficiais da Internet da *Assemblée Nationale*,^{vii} do *Gouvernement*^{viii} e do *Ministère de L'Intérieur*^{ix} e de Chevalier, Carcassonne & Duhamel (2009, pp. 274, 321, 434 e 489-490), Döring & Manow (2012) e Valode (2014, pp. 320-321, 386, 513 e 597).^x

Tabela 3: Portugal – Presidentes, Governos e legislaturas (1983-2016)

Presidente		Governo		Parlamento						
Mandato	Dias	Mandato	Dias	Mandato	Dias	Maioria	%	Oposição	Total	Observações
Eanes II 14-01-81 08-03-86	1879	VII Governo: Balsemão I 09-01-81 03-09-81	238	II Legis. 13-11-80 30-05-83	928	PSD-82 CDS-46 PPM-6	54	PS-66 PCP-39 ASDI-4 UEDS-4 MDP/CDE-2 UDP-1	250	CPD PR neutro
		VIII Governo: Balsemão II 04-09-81 08-06-83	642				54			CPD PR neutro
		IX Governo: Soares III 09-06-83 05-11-85	880	III Legis. 31-05-83 03-11-85	887	PS-101 PPD/PSD-75	70	PCP-41 CDS-30 MDP/CDE-3	250	CE PR neutro
Soares I 09-03-86 08-03-91	1825	X Governo: Cavaco I 06-11-85 16-08-87	648	IV Legis. 04-11-85 12-08-87	646	PPD/PSD-88	35	PS-57 PRD-45 PCP-35 CDS-22 MDP/CDE-3	250	AM PR neutro PR oponente
Soares II 09-03-91 08-03-96	1825	XI Governo: Cavaco II 17-08-87 30-10-91	1535	V Legis. 13-08-87 03-11-91	1543	PPD/PSD-148	59	PS-60 PCP-29 PRD-7 CDS-4 PEV-2	250	MM PR oponente
		XII Governo: Cavaco III 31-10-91 27-10-95	1457	VI Legis. 04-11-91 26-10-95	1452	PPD/PSD-135	54	PS-72 PCP-15 CDS-5 PEV-2 PSN-1	230	MM PR oponente
Sampaio I 09-03-96 08-03-01	1825	XIII Governo: Guterres I 28-10-95 24-10-99	1457	VII Legis. 27-10-95 23-10-99	1457	PS-112	49	PPD/PSD-88 CDS-PP-15 PCP-13 PEV-2	230	AM PR membro do partido do Governo
Sampaio II 09-03-01	1825	XIV Governo: Guterres II 25-10-99	893	VIII Legis. 25-10-99	892	PS-115	50	PPD/PSD-81 PCP-15	230	AM PR membro do partido do

08-03-06	05-04-02		04-04-02				CDS-PP-15 PEV-2 BE-2		Governo
	XV Governo: Durão Barroso 06-04-02 16-07-04	832	IX Legis. 05-04-02 09-03-05	1069	PPD/PSD-105 CDS-PP-14	52	PS-96 PCP-10 BE-3 PEV-2	230	CPD PR oponente
	XVI Governo: Santana Lopes 17-07-04 11-03-05	237				52			CPD PR oponente
Cavaco I 09-03-06 08-03-11	1825 XVII Governo: Sócrates I 12-03-05 25-10-09	1688	X Legis. 10-03-05 14-10-09	1679	PS-121	53	PPD/PSD-75 PCP-11 CDS-PP-11 BE-8 PEV-2 NInsc.* 2	230	MM PR oponente
Cavaco II 09-03-11 09-03-16	- XVIII Governo: Sócrates II 26-10-09 20-06-11	602	XI Legis. 15-10-09 19-06-11	612	PS-97	42	PPD/PSD-81 CDS-PP -21 BE-16 PCP-13 PEV-2	230	AM PR oponente
	XIX Governo: P. Coelho I 21-06-11 29-10-15	1592	XII Legis. 20-06-11 22-10-15	1586	PPD/PSD-108 CDS-PP-24	57	PS-74 PCP-14 BE-8 PEV-2	230	CPD PR membro da maioria
	XX Governo: P. Coelho II 30-10-15 25-11-15		XIII Legis. ^{xi} 23-10-15						
	XXI Governo: Costa 26-11-15								

*1 ex-PCP, a partir de 28-11-07 e 1 ex-CDS a partir de 17-12-2008.

Fontes: Elaboração própria a partir das páginas oficiais da Internet do *Governo Português*^{xii}, da *Assembleia da República*^{xiii} e da *Comissão Nacional de Eleições*.^{xiv}

Abreviaturas e siglas usadas

ASDI – Acção Social Democrata Independente.

BE – Bloco de Esquerda.

BZÖ – Bündnis Zukunft Österreich (Aliança para o Futuro da Áustria).

CDS – Partido do Centro Democrático Social.

CDS-PP – Centro Democrático Social – Partido Popular.

DL – Démocratie Libérale.

DVG – Divers de gauche.

EELV – Europe Écologie – Les Verts.

FdG – Front de Gauche.

FI – La France Insoumise.

FPÖ – Freiheitliche Partei Österreichs (Partido da Liberdade da Áustria).

GRÜNEN – Die Grünen – Die Grüne Alternative (Os Verdes – Alternativa Verde).

LIF – Liberales Forum (Fórum Liberal).

LR – Les Républicains.

MDP/CDE – Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral.

MoDem – Mouvement Démocrate.

NC – Nouveau Centre.

NEOS - Das Neue Österreich und Liberales Forum (A Nova Áustria e Fórum Liberal).

ÖVP – Österreichische Volkspartei (Partido Popular Austríaco).

PCP – Partido Comunista Português.

PCF – Parti Communiste Française.

PEV – Partido Ecologista “Os Verdes”.

PPD/PSD – Partido Social Democrata.

PRD – Partido Renovador Democrático.

PRG – Parti Radical de Gauche.

PRS – Parti Radical-Socialiste.

PS – Parti Socialiste (França).

PS – Partido Socialista (Portugal).

PSN – Partido da Solidariedade Nacional.

REM – La République en Marche.

RPR – Rassemblement pour la République.

SPÖ – Sozialdemokratische Partei Österreichs (Partido Social-Democrata Austríaco).

Team S. – Team Stronach für Österreich (Team Stronach para a Áustria).

UDC – Union du Centre.

UDF – Union pour la Démocratie Française.

UDI – Union des Démocrates et Indépendants.

UDP – União Democrática Popular.

UEDS – União da Esquerda para a Democracia Socialista.

UMP – Union pour un Mouvement Populaire.^{xv}

ⁱ Apoiado na reeleição pelo SPÖ, que o tinha apresentado como candidato independente na primeira eleição, e pelo ÖVP, que se encontrava na oposição.

ⁱⁱ Na sequência de uma reclamação apresentada pelo FPÖ foi repetida a eleição num círculo eleitoral de que resultou a perda de um deputado por parte do ÖVP em favor do reclamante. Os números apresentados incluem já esta alteração. Há uma diferença substancial em relação ao número de deputados incluído na Tabela elaborada por Woldendorp, Keman & Budge (2000, p. 114), que atribuem 40 deputados ao ÖVP em vez dos reais 52 constantes dos dados oficiais do Ministério do Interior austríaco, in <http://www.bmi.gv.at/cms/BMI_wahlen/nationalrat/NRW_1995_wh.aspx>. Aquele número correspondia aos deputados do FPÖ antes da referida repetição do ato eleitoral.

ⁱⁱⁱ Nas eleições legislativas de outubro de 2017 os 183 deputados que fazem parte da XXVI Legislatura ficaram assim distribuídos: ÖVP, 52; SPÖ, 52; FPÖ, 51; NEOS, 10; PILZ, 8 (v. página da Internet referenciada na nota 5). Até ao momento da última revisão da tese, não se encontrava formado o novo Governo, decorrendo negociações entre o partido vencedor e o FPÖ.

^{iv} *Österreichische Präsidentschaftskanzlei*, acedido em 2 de outubro de 2017, em <<http://www.bundespraesident.at/historisches/bisherige-amtsinhaber/>>.

^v *Bundesministerium Für Inneres*, acedido em 2 de outubro de 2017, em <http://www.bmi.gv.at/412/Nationalratswahlen/Nationalratswahl_2017/start.aspx>.

^{vi} Das eleições legislativas de junho de 2017 resultou a seguinte composição da XV Legislatura: REM, 308; LR, 112; MoDem 42; PS, 30; UDI, 18; FI, 17; FdG, 10; FN, 8; outros, 32 (v. *Ministère de L'Intérieur*, acedido em 2 de outubro de 2017, em <[https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Legislatives/electresult__legislatives-2017/\(path\)/legislatives-2017/FE.html](https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Legislatives/electresult__legislatives-2017/(path)/legislatives-2017/FE.html)>).

^{vii} *Assemblée Nationale*, acedido em 2 de outubro de 2017, em <<http://www2.assemblee-nationale.fr/qui/elections-legislatives-des-11-et-18-juin-2017>>.

^{viii} *Gouvernement.fr*, acedido em 2 de outubro de 2017, em <<http://www.gouvernement.fr/les-gouvernements-de-la-veme-republique>>.

^{ix} *Ministère de L'Intérieur*, acedido em 2 de outubro de 2017, em <<https://www.interieur.gouv.fr/Elections>>.

^x Nas obras e páginas da Internet consultadas, encontram-se, pontualmente, pequenas diferenças quanto à distribuição dos eleitos, sem afetar a expressão das maiorias constantes da Tabela 2. Tais discrepâncias estão associadas à forma de contabilização dos candidatos independentes que se apresentam nas listas de determinados partidos. Nessas situações optou-se por inscrever os resultados apresentados na obra de referência de Chevallier, Carcassonne e Duhamel sobre a história da V República (13.^a edição, de 2009).

^{xi} A composição da XIII Legislatura, resultante das eleições de 4 de outubro de 2015, é a seguinte: PPD/PSD, 89; PS, 86; BE, 19; CDS-PP, 18; PCP, 15; PEV, 2; PAN, 1 (v. Assembleia da República, acedido em 3 de outubro de 2017, em <<https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/GruposParlamentaresI.aspx>>).

^{xii} *República Portuguesa*, acedido em 3 de outubro de 2017, em <<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/governos-anteriores>>.

^{xiii} *Assembleia da República*, acedido em 3 de outubro de 2017, em <<https://www.parlamento.pt/Paginas/default.aspx>>.

^{xiv} *Comissão Nacional de Eleições, Resultados Eleitorais*, acedido em 3 de outubro de 2017, em <http://eleicoes.cne.pt/sel_eleicoes.cfm?m=vector>.

^{xv} Designado inicialmente *Union pour un Mouvement Populaire*, para federar os partidos de centro-direita, nas eleições de 2002 (v. Valode, 2014, p. 462).

PODERES DE INTERVENÇÃO NO PROCESSO LEGISLATIVO

I. Vetos políticos, vetos de transição, vetos jurídicos e requerimentos para apreciação da constitucionalidade

I.1. Diplomas do Governo

Tabela 1: Vetos políticos de diplomas do Governo – II Mandato de Ramalho Eanes (após 30-10-1982)

Data	Governo	Diploma		Intensidade	Código
		Ref. PCM	Assunto		
02-09-1985	IX	464/85	Reintegração de cidadão na função pública	0,1CF	IPL001
04-09-1985	IX	534/85	Reestrutura do Serviço de Fronteiras	0,1CF	IPL002
17-09-1985	IX	654/85	Orgânica da DG Qualidade e Ambiente	0,1CF	IPL003

Tabela 2: Vetos de transição – II Mandato de Ramalho Eanes (após 30-10-1982)

Data ⁱ	Governos	Diploma		Intensidade	Código
		Ref. PCM	Assunto		
09-06-1983	VIII-IX	622/82	Normas sobre gestão hospitalar	0,05CF;0,05CO	IPL004
09-06-1983	VIII-IX	850/82	Extinção das Auditorias Jurídicas dos Ministérios	0,05CF;0,05CO	IPL005
09-06-1983	VIII-IX	957/82	Altera o Regulamento da Caixa Geral de Depósitos	0,05CF;0,05CO	IPL006
09-06-1983	VIII-IX	203/83	Regulamento das normas de gestão hospitalar	0,05CF;0,05CO	IPL007
09-06-1983	VIII-IX	212/83	Regulamento da Direcção-Geral das Florestas	0,05CF;0,05CO	IPL008
12-12-1985	IX-X	48/85	Regularização de dívidas de impostos aduaneiros	0,05CF;0,05CO	IPL009
12-12-1985	IX-X	245/85	Cria a Comissão de Apoio ao Desenvolvimento Industrial	0,05CF;0,05CO	IPL010
12-12-1985	IX-X	275/85	Estabelece uma organização nacional de mercado para a banana	0,05CF;0,05CO	IPL011
12-12-1985	IX-X	568/85	Altera o Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola	0,05CF;0,05CO	IPL012
12-12-1985	IX-X	573/85	Orgânica do Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas	0,05CF;0,05CO	IPL013
12-12-1985	IX-X	578/85	Cria a Comissão Interministerial para os Assuntos das Comunidades Europeias	0,05CF;0,05CO	IPL014
12-12-1985	IX-X	579/85	Cria a DG das Comunidades Europeias no MNE	0,05CF;0,05CO	IPL015
12-12-1985	IX-X	582/85	Orgânica da DG de Relações Culturais Externas do MNE	0,05CF;0,05CO	IPL016
12-12-1985	IX-X	583/85	Orgânica da DG dos Assuntos Consulares e da Emigração do MNE	0,05CF;0,05CO	IPL017

12-12-1985	IX-X	585/85	Reestrutura a DG dos Negócios Políticos do MNE	0,05CF;0,05CO	IPL018
12-12-1985	IX-X	586/85	Reestrutura a DG dos Negócios Económicos	0,05CF;0,05CO	IPL019
12-12-1985	IX-X	619/85	Promoção e incentivo à inovação industrial	0,05CF;0,05CO	IPL020
12-12-1985	IX-X	669/85	Cria a Comissão de Valores Imobiliários	0,05CF;0,05CO	IPL021
12-12-1985	IX-X	679/85	Nova Lei Orgânica do MNE	0,05CF;0,05CO	IPL022
12-12-1985	IX-X	680/85	Orgânica da Auditoria Jurídica do MNE	0,05CF;0,05CO	IPL023
12-12-1985	IX-X	691/85	Extingue a Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau	0,05CF;0,05CO	IPL024
12-12-1985	IX-X	692/85	Cria a Companhias Reunidas de Congelados e Bacalhau	0,05CF;0,05CO	IPL025
12-12-1985	IX-X	693/85	Cria o Instituto Português de Conservas de Pescado	0,05CF;0,05CO	IPL026
12-12-1985	IX-X	711/85	Orgânica da Secretaria Geral do MNE	0,05CF;0,05CO	IPL027
12-12-1985	IX-X	726/85	Comissão Organizadora do V Centenário da Passagem do Cabo da Boa Esperança	0,05CF;0,05CO	IPL028
12-12-1985	IX-X	742/85	Transfere para a ARS de Lisboa os serviços de saúde da Assembleia Distrital	0,05CF;0,05CO	IPL029
12-12-1985	IX-X	755/85	Aprova os Estatutos do Instituto Nacional de Habitação	0,05CF;0,05CO	IPL030
12-12-1985	IX-X	762/85	Reestrutura a DG dos Serviços Centrais do MNE	0,05CF;0,05CO	IPL031
12-12-1985	IX-X	776/85	Orgânica da Secretaria Geral do MCT	0,05CF;0,05CO	IPL032
12-12-1985	IX-X	780/85	Regulamenta a cobrança e o reembolso do IVA	0,05CF;0,05CO	IPL033
12-12-1985	IX-X	781/85	Atribui remuneração suplementar a dirigentes do LNETI	0,05CF;0,05CO	IPL034
12-12-1985	IX-X	802/85	Reestrutura a DG do Ordenamento	0,05CF;0,05CO	IPL035
12-12-1985	IX-X	826/85	Transfere para a RA da Madeira atribuições da Comissão Venatória do Funchal	0,05CF;0,05CO	IPL036
12-12-1985	IX-X	827/85	Concede isenções para importação de alguns produtos oleaginosos	0,05CF;0,05CO	IPL037
12-12-1985	IX-X	831/85	Orgânica da DG dos Desportos	0,05CF;0,05CO	IPL038
13-12-1985	IX-X	757/85	Novo regime de rendas condicionadas ⁱⁱ	0,05CF;0,05CO	IPL039
13-12-1985	IX-X	654/85	Orgânica da DG de Qualidade do Ambiente ⁱⁱⁱ	0,05CF;0,05CO	IPL040

Tabela 3: Requerimentos para apreciação da constitucionalidade de diplomas do Governo – II Mandato de Ramalho Eanes (a partir de 30-10-1982)^{iv}

Data	Gov.	Diploma		Acórdão		Intensidade	Código
		Ref. PCM	Assunto	Inconst.	Não inconst.		
21-05-1984	IX	256/84	Alterações ao Código do Imposto Complementar		48/84	0,1CF	IPL041
10-09-1984	IX	121/84	Requerimento do Presidente não admitido por ter entrado fora do prazo (Acórdão 94/84)	-	-	0,1CF	IPL042
30-01-1985	IX	122/84	Extinção da Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos, EP		26/85	0,1CF	IPL043

30-01-1985	IX	123/84	Extinção da Companhia Nacional de Navegação, EP		26/85	0,1CF	IPL044
09-08-1985	IX	464/85	Requerimento do Presidente não admitido por ter entrado fora do prazo (Acórdão 162/85) – Reintegração de um cidadão na função pública	-	-	0,1CF	IPL045

Tabela 4: Vetos políticos de diplomas do Governo – I Mandato de Mário Soares

Data	Governo	Diploma		Intensidade	Código
		Ref.	Assunto		
20-04-1987	X	103/87	Altera o regime jurídico das relações coletivas de trabalho	0,3CF	IPL046
14-06-1988	XI	68/88	Dissolução CM Gondomar	0,1CF	IPL047

Tabela 5: Vetos jurídicos de diplomas do Governo – I Mandato de Mário Soares

Data	Gov.	Diploma		Acórdão	Intensidade	Código
		Ref. PCM	Assunto			
19-06-1986	X	261/86	Altera as bases gerais das empresas públicas	212/86	0,3CF	IPL048
03-09-1986	X	517/86	Transforma a SOCARMAR, EP em sociedade anónima	273/86	0,3CF	IPL049
10-10-1986	X	501/86	Isenção de IVA de bens adquiridos por residentes no estrangeiro	274/86	0,3CF	IPL050
12-01-1987	X	754/86	Aprova novo Código do Processo Penal	7/87	0,3CF	IPL051
19-03-1987	X	804/86	Nacionalizações das sociedades TUC, SARL e STAL, SARL	102/87	0,3CF	IPL052

Tabela 6: Requerimentos para apreciação da constitucionalidade de diplomas do Governo – I Mandato de Mário Soares

Data	Gov.	Diploma		Acórdão		Intensidade	Código
		Ref.	Assunto	Inconst.	Não inconst.		
06-06-1986	X	261/86	Altera as bases gerais das empresas públicas	212/86		0,1CF	IPL053
06-08-1986	X	517/86	Transforma a SOCARMAR, EP em sociedade anónima	273/86		0,1CF	IPL054
20-09-1986	X	501/86	Isenção de IVA de bens adquiridos por residentes no estrangeiro	274/86		0,1CF	IPL055
19-12-1986	X	754/86	Aprova novo Código do Processo Penal	7/87		0,1CF	IPL056
27-02-1987	X	804/86	Nacionalizações das sociedades TUC, SARL e STAL, SARL	102/87		0,1CF	IPL057

Tabela 7: Vetos políticos de diplomas do Governo – II Mandato de Mário Soares

Data	Governo	Diploma		Intensidade	Código
		Ref. PCM	Assunto		
15-05-1992	XII	151/91	Transição de militares para as situações de reserva e reforma	0,1CF	IPL058
11-08-1992	XII	231/92	Regula Medalha de Mérito Cultural	0,1CF	IPL059
28-10-1992	XII	116/92	Regime aplicável aos feriados	0,1CF	IPL060
02-03-1993	XII	492/92	Sistema informatizado de identificação de utentes do sistema de saúde	0,1CF	IPL061
17-12-1993	XII	519/93	Regulamenta o sistema de propinas	0,1CF	IPL062
20-02-1995	XII	449/94	Bonificação de juros para empréstimos com garantia do Estado, a associações sem fins lucrativos	0,1CF	IPL063
30-08-1995	XII	150/95	Transfere para os Municípios competências na área da administração interna	0,1CF	IPL064
30-08-1995	XII	169/95	Transfere para os Municípios competências para o controlo do ruído	0,1CF	IPL065
30-08-1995	XII	191/95	Idem para cobrança de contribuição autárquica	0,1CF	IPL066
30-08-1995	XII	271/95	Transfere para os Municípios competências de gestão de museus e monumentos nacionais	0,1CF	IPL067
30-08-1995	XII	272/95	Idem em matéria de licenciamento industrial	0,1CF	IPL068
30-08-1995	XII	273/95	Idem para verificação de instrumentos de medida	0,1CF	IPL069
30-08-1995	XII	274/95	Idem para licenciamento de explorações a céu aberto de massas minerais	0,1CF	IPL070
15-09-1995	XII	207/95	Transpõe diretivas comunitárias a altera o Código dos Direitos de Autor	0,1CF	IPL071
17-10-1995	XII	259/95	Regime de acesso ao crédito por parte dos municípios e associações de municípios	0,1CF	IPL072
17-10-1995	XII	372/95	Aprova os Estatutos da Academia de Ciências de Lisboa	0,1CF	IPL073
17-10-1995	XII	161/95	Ficheiros automatizados de dados e eventuais recetores de órgãos e tecidos	0,1CF	IPL074

Tabela 8: Vetos de transição – II Mandato de Mário Soares

Data	Governos	Diploma		Intensidade	Código
		Ref. PCM	Assunto		
13-10-1995	XII-XIII	318/95	Aprova o Estatuto do Notariado	0,5CF;0,5CO	IPL075
16-10-1995	XII-XIII	325/95	Aprova o Estatuto do Instituto de Seguros de Portugal	0,5CF;0,5CO	IPL076
17-10-1995	XII-XIII	353/95	Novas bases do contrato de concessão da Brisa. Autoestradas de Portugal	0,5CF;0,5CO	IPL077
17-10-1995	XII-XIII	358/95	Transforma a INDEP, Industrias Nacionais de Defesa, EP em sociedade anónima	0,5CF;0,5CO	IPL078
17-10-1995	XII-XIII	366/95	Estabelece o quadro legal do ensino da música	0,5CF;0,5CO	IPL079
17-10-1995	XII-XIII	392/95	Regime jurídico dos professores dos estabelecimentos de ensino de dança e música	0,5CF;0,5CO	IPL080

Tabela 9: Vetos jurídicos de diplomas do Governo – II Mandato de Mário Soares

Data	Gov.	Diploma		Acórdão	Intensidade	Código
		Ref. PCM	Assunto			
17-10-1991	XI	408/91	Altera o regime de suspensão do contrato de trabalho e de redução do período normal de trabalho	372/91	0,1CF	IPL081
17-10-1991	XI	412/91	Altera o regime jurídico do serviço doméstico	373/91	0,1CF	IPL082
24-07-1992	XII	171/92	Racionaliza o emprego de recursos humanos na Administração Pública	285/92	0,1CF	IPL083

Tabela 10: Requerimentos para apreciação da constitucionalidade de diplomas do Governo – II Mandato de Mário Soares

Data	Gov.	Diploma		Acórdão		Intensidade	Código
		Ref.	Assunto	Inconst.	Não inconst.		
17-07-1991	XI	328/91	Define o regime de privatização da PETROGAL, SA		365/91	0,1CF	IPL084
13-09-1991	XI	463/91	Estabelece normas relativas ao uso do cheque		371/91	0,1CF	IPL085
21-09-1991	XI	408/91	Altera o regime de suspensão do contrato de trabalho e de redução do período normal de trabalho	372/91		0,1CF	IPL086
21-09-1991	XI	412/91	Altera o regime jurídico do serviço doméstico	373/91		0,1CF	IPL087
20-06-1992	XII	183/92	Extingue a empresa que gere o Teatro Nacional de S. Carlos		255/92	0,1CF	IPL088
22-06-1992	XII	171/92	Racionaliza o emprego de recursos humanos na Administração Pública	285/92		0,1CF	IPL089
04-10-1992	XII	378/92	Extingue a Auditoria Jurídica da PCM e transforma o Centro de Estudos Técnicos e Apoio Legislativo (CETAL) em Centro Jurídico (CEJUR)		340/92	0,1CF	IPL090
21-06-1993	XII	264/93	Medidas relativas aos programas de realojamento e construção de habitações económicas		432/93	0,1CF	IPL091
16-11-1993	XII	547/92	O TC não toma conhecimento por não reconhecer que a norma questionada se aplica, por extensão, ao caso em apreço (Acórdão 812/93) – Transformação da RDP em sociedade anónima			0,1CF	IPL092

Tabela 11: Requerimentos para apreciação sucessiva da constitucionalidade de diplomas do Governo – II Mandato de Mário Soares

Data	Gov.	Diploma		Acórdão		Intensidade	Código
		Ref.	Assunto	Inconst.	Não inconst.		
23-12-1993	XII	DL 283/82	O TC não tomou conhecimento, remetendo para o Acórdão 812/93 proferido sobre a Lei que enquadra o diploma questionado, em sede de apreciação preventiva (Acórdão 450/95) - Aprova a orgânica dos centros regionais da RDP e RTP.	-	-	0,05CF	IPL093

- Decreto-Lei n.º 283/82, de 22 de julho de 1992 – O Acórdão n.º 450/95 é de 6 de julho de 1995. O requerimento surgiu na sequência da decisão proferida no Acórdão 812/93 (v. Tabela 10). O diploma então questionado (PCM 547/92) deu origem ao DL 2/94, de 10 de janeiro. Ao promulgar este diploma, que o TC entendeu não estar ferido de inconstitucionalidade, o PR suscitou a apreciação sucessiva do DL 283/82, de 22 de julho, que continha as normas relativas aos centros regionais da RDP e da RTP que estavam na base da iniciativa anterior. A questão de fundo prendia-se com a eventual ameaça à independência política dos centros regionais, relativamente aos governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Tabela 12: Vetos políticos de diplomas do Governo – I Mandato de Jorge Sampaio

Data	Governo	Diploma		Intensidade	Código
		Ref.	Assunto		
21-12-1998	XIII	465/98	<i>Reconhece o interesse público, a título excecional, a um conjunto de estabelecimentos de ensino superior particular, etc.</i>	0,3CF	IPL094
21-09-1999	XIII	389/98	<i>Regulamenta o Acto Médico.</i>	0,3CF	IPL095
19-11-1999	XIII ^v	518/99	<i>Aprova o novo regime legal da concessão e emissão dos passaportes.</i>	0,3CF	IPL096
19-11-1999	XIII	599/99	<i>Aplica às carreiras com designações específicas, da Direcção-Geral das Finanças, a revalorização prevista, etc.</i>	0,3CF	IPL097
19-11-1999	XIII	481/99	<i>Aprova a estrutura orgânica e define as atribuições do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)</i>	0,3CF	IPL098
22-11-1999	XIII	576/99	<i>Altera o Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, etc.</i>	0,3CF	IPL099
23-11-1999	XIII	569/99	<i>Cria o curso de Estudos Avançados em Gestão Pública no INA</i>	0,3CF	IPL100

23-11-1999	XIII	558/99	<i>Institui o registo nacional do transportador terrestre e organiza o seu financiamento.</i>	0,3CF	IPL101
-------------------	------	--------	---	-------	--------

Tabela 13: Vetos jurídicos de diplomas do Governo – I Mandato Jorge Sampaio

Data	Gov.	Diploma		Acórdão	Intensidade	Código
		Ref. PCM	Assunto			
14-05-1997	XIII	110/97	<i>Decreto que cria ficheiros automatizados no âmbito dos registos oncológicos regionais</i>	355/97	0,3CF	IPL102

Tabela 14: Requerimentos para apreciação da constitucionalidade de diplomas do Governo – I Mandato de Jorge Sampaio

Data	Gov.	Diploma		Acórdão		Intensidade	Código
		Ref. PCM	Assunto	Inconst.	Não inconst.		
18-04-1997	XIII	110/97	<i>Decreto que cria ficheiros automatizados no âmbito dos registos oncológicos regionais</i>	355/97		0,1CF	IPL103
14-07-1999	XIII	281/99	<i>Aprova Convenção sobre segurança social com a República do Chile</i>		494/99	0,1CF	IPL104

Tabela 15: Vetos políticos de diplomas do Governo – II Mandato de Jorge Sampaio

Data	Governo	Diploma		Intensidade	Código
		Ref.	Assunto		
08-11-2002	XV	188/02	<i>Define as normas aplicáveis à extensão da zona de jogo do Estoril.</i>	0,1CF	IPL105
02-08-2004	XV ^{vi}	141/04	<i>Aprova a orgânica do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.</i>	0,1CF	IPL106
02-08-2004	XV	159/04	<i>Cria o Gabinete para a Gestão Integrada da Ria de Aveiro, etc.</i>	0,1CF	IPL107
19-11-2004	XVI	52/04	<i>Aprova a orgânica do Gabinete de Informação e Comunicação.</i>	0,1CF	IPL108

Tabela 16: Vetos de transição – II Mandato de Jorge Sampaio

Data	Governos	Diploma		Intensidade	Código
		Ref. PCM	Assunto		
12-04-2002	XIV-XV	60/02	<i>Aprova a orgânica do Instituto do Ambiente.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL109
12-04-2002	XIV-XV	296/01	<i>Cria o Banco de Terras.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL110
12-04-2002	XIV-XV	299/01	<i>Altera o Dec.-lei nº 74/96, de 18 de Junho, que aprova a lei orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL111
17-04-2002	XIV-XV	59/02	<i>Aprova o novo regime de planos de poupança-reforma, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL112
17-04-2002	XIV-XV	72/02	<i>Comparticipação, em determinados períodos do dia, do custo das portagens, em toda a rede de autoestradas concessionada, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL113
17-04-2002	XIV-XV	4/01	<i>Cria o Instituto Universitário de Viseu e autoriza a sua integração como unidade orgânica da Univ. de Aveiro.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL114
17-04-2002	XIV-XV	375/01	<i>Altera os estatutos do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL115
17-04-2002	XIV-XV	8/02	<i>Adapta a lei orgânica do Instituto de Meteorologia ao disposto no Dec.-Lei nº 125/99, de 20 de Abril, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL116
23-04-2002	XIV-XV	65/02	<i>Altera o Dec.-Lei nº 188/93, de 24 de Maio (Secretaria-Geral de MAOT).</i>	0,05CF;0,05CO	IPL117
23-04-2002	XIV-XV	53/02	<i>Cria o Hospital Padre Américo – Vale do Sousa enquanto entidade pública empresarial.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL118
23-04-2002	XIV-XV	38/02	<i>Altera Dec.-Lei 39 190, de 27 de Abril de 1953, que criou a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL119
02-05-2002	XIV-XV	43/02	<i>Altera o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL120
02-05-2002	XIV-XV	467/01	<i>Estabelece as regras gerais a que devem obedecer o tratamento e interconexão de dados etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL121
13-05-2002	XIV-XV	142/02	<i>Fixa novos índices remuneratórios para os cargos de diretor e subdiretor escolar, do quadro único de pessoal do Ministério da Educação.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL122
14-05-2002	XIV-XV	137/02	<i>Aplica ao pessoal de Inspeção da Direcção-Geral de Veterinária, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL123
14-05-2002	XIV-XV	317/01	<i>Aplica às carreiras de inspeção da Inspeção-Geral da Administração Pública o regime, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL124
14-05-2002	XIV-XV	92/02	<i>Altera a redação do Decreto-Lei nº 404-A/98, de 18 de Dezembro, etc. (carreiras e categorias de regime geral da AP)</i>	0,05CF;0,05CO	IPL125
14-05-2002	XIV-XV	93/02	<i>Procede à integração nas carreiras específicas das áreas funcionais de biblioteca e de arquivo, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL126

10-03-2005	XVI-XVII	142/04	<i>Altera os Estatutos da Agência Portuguesa para o Investimento, aprovados pelo Decreto-Lei nº 225/2002, de 30 de Outubro</i>	0,05CF;0,05CO	IPL127
10-03-2005	XVI-XVII	164/04	<i>Aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério das Atividades Económicas e do Trabalho.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL128
10-03-2005	XVI-XVII	4/05	<i>Reconhece o interesse público da Universidade do Vale da Sousa.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL129
10-03-2005	XVI-XVII	3/05	<i>Cria o gabinete de Gestão Integrada da Ria de Aveiro, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL130
10-03-2005	XVI-XVII	155/04	<i>Altera o Dec.-Lei nº 64/2004, de 22 de Março (Plano de Desenvolvimento Rural – RURIS).</i>	0,05CF;0,05CO	IPL131
10-03-2005	XVI-XVII	39/05	<i>Estabelece a obrigatoriedade das entidades, serviços e organismos (...) contribuírem para o financiamento do regime de segurança social, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL132
10-03-2005	XVI-XVII	62/05	<i>Aprova o regime legal aplicável à utilização da infraestrutura elétrica do sector ferroviário, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL133
22-03-2005	XVI-XVII	30/05	<i>Altera o Dec.-Lei nº 215-B/2004, de 16 de Setembro (Concessão Litoral Centro).</i>	0,05CF;0,05CO	IPL134
22-03-2005	XVI-XVII	149/04	<i>Estabelece o regime de criação de Zonas de Intervenção Florestal, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL135
24-03-2005	XVI-XVII	12/05	<i>Estabelece o regime jurídico do serviço de transporte público de passageiros por via rodoviária, ferroviária ou fluvial, (...) nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL136
24-03-2005	XVI-XVII	67/05	<i>Cria a Fundação Casa da Música e aprova os respectivos Estatutos.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL137
24-03-2005	XVI-XVII	98/04	<i>Altera o Dec.-Lei nº 246/200, de 29 de Setembro, etc. (Pesca Marítima)</i>	0,05CF;0,05CO	IPL138
29-03-2005	XVI-XVII	167/04	<i>Altera o Dec.-Lei nº 35 570, de 1 de Abril de 1946, etc. (concessão de uma parcela de terreno aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo)</i>	0,05CF;0,05CO	IPL139
04-04-2005	XVI-XVII	18/05	<i>Define a organização e funcionamento do sector da Eletricidade, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL140
04-04-2005	XVI-XVII	70/05	<i>Aprova, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Empresarial, o Sistema de Incentivos à Aplicação de Boas Prática para a Inovação (SIAPRI), etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL141
04-04-2005	XVI-XVII	36/05	<i>Clarifica algumas disposições do Dec.-Lei nº 169/2004, de 2 de Julho que regulamenta o regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de antigos combatente para efeitos de aposentação e reforma.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL142
04-04-2005	XVI-XVII	35/05	<i>Define a organização e funcionamento do sector do gás natural, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL143
04-04-2005	XVI-XVII	44/05	<i>Aprova as medidas de aceleração e simplificação do procedimento de constituição das sociedades comerciais e civis sob a forma comercial.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL144
05-04-2005	XVI-XVII	75/05	<i>Cria a zona de jogo da Serra da Estrela.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL145
09-04-2005	XVI-XVII	16/05	<i>Aprova o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos</i>	0,05CF;0,05CO	IPL146

			<i>Edifícios.</i>		
09-04-2005	XVI-XVII	17/05	<i>Isenta o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) os biocombustíveis para efeitos de transporte.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL147
09-04-2005	XVI-XVII	88/04	<i>Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva europeia relativa a promoção da utilização de biocombustíveis, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL148
09-04-2005	XVI-XVII	42/04-	<i>Aprova o regime de exploração das apostas mútuas hípicas, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL149
09-04-2005	XVI-XVII	109/04	<i>Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva Europeia relativa à aproximação das disposições legislativas (...) dos Estados-Membros em matéria de publicidade e de patrocínio dos produtos do tabaco.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL150
09-04-2005	XVI-XVII	153/04	<i>Altera o Decreto-Lei nº 323-H/2000, de 19 de Dezembro que cria a RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA</i>	0,05CF;0,05CO	IPL151
09-04-2005	XVI-XVII	27/05	<i>Aprova o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL152
09-04-2005	XVI-XVII	29/05	<i>Aprova o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização dos Edifícios.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL153
09-04-2005	XVI-XVII	71/05	<i>Aprova e altera a concessão IC12, passando a designar-se por concessão IP3/IC12 – Autoestradas do Centro, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL154
09-04-2005	XVI-XVII	123/04	<i>Define condicionalismos ao exercício da pesca lúdica em águas interiores, etc.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL155
09-04-2005	XVI-XVII	95/04	<i>Altera o Decreto-Lei nº 270/2001, de 6 de Outubro, que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras).</i>	0,05CF;0,05CO	IPL156
09-04-2005	XVI-XVII	5/05	<i>Cria a Escola Superior de Conservação e Restauro de Óbidos no Instituto Politécnico de Leiria.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL157
09-04-2005	XVI-XVII	161/04	<i>Cria a Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Fundão no Instituto Politécnico de Castelo Branco.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL158
09-04-2005	XVI-XVII	31/05	<i>Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva europeia relativa a medidas comunitárias de luta contra a febre aftosa.</i>	0,05CF;0,05CO	IPL159

Tabela 17: Requerimentos para apreciação da constitucionalidade de diplomas do Governo – II Mandato de Jorge Sampaio

Data	Gov.	Diploma		Acórdão		Intensidade	Código
		Ref. PCM	Assunto	Inconst.	Não inconst.		
21-12-2001	XIV	219/2001	Alterações à Lei Orgânica da GNR	-	23/2002	0,1CF	IPL160
23-01-2002	XIV	475/2001	Forma de designação e composição dos órgãos de direção técnica dos hospitais e regime aplicável à contratação de bens e serviços	-	65/2002	0,1CF	IPL161
05-09-2005	XVII	313/2005	Repristinação do DL 237/98 e convalida atos praticados pela Alta Autoridade para a Comunicação Social		493/2005	0,1CF	IPL162

Tabela 18: Vetos políticos de diplomas do Governo – I Mandato de Cavaco Silva

Data	Governo	Diploma		Intensidade	Código
		Ref. PCM	Assunto		
28-02-2011	XVIII	s.d.	Autoriza que a prescrição da marca do medicamento pelo médico seja substituída pelo farmacêutico, quer por medicamento genérico, quer por outro essencialmente similar, a menos que, na receita, seja incluída a respetiva justificação técnica.	0,3CF	IPL163

Tabela 19: Vetos políticos de diplomas do Governo – II Mandato de Cavaco Silva

Data	Governo	Diploma		Intensidade	Código
		Ref.	Assunto		
13-03-2014	XIX	s.d.	Modifica valor dos descontos para a ADSE, SAD e ADM	0,1CF	IPL164

Tabela 20: Vetos de transição – II Mandato de Cavaco Silva

Data	Governos	Diploma		Intensidade	Código
		Ref. PCM	Assunto		
12-06-2011	XVIII-XIX	105/2011	Medidas de redução de custos de contexto para as empresas, no âmbito da iniciativa “taxa Zero para a Inovação”	0,05CF;0,05CO	IPL165
12-06-2011	XVIII-XIX	128/2011	Alteração do DL 230/91, disciplina aplicável à atividade da EPAL, SA	0,05CF;0,05CO	IPL166

I.2. Decretos da Assembleia da República^{vii}

Tabela 21: Vetos políticos de decretos da AR – II Mandato de RAMALHO EANES (a partir de 30-10-1982)

Data	Legisl.	Diploma		Alterado	Confirmado	Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto			Conf.	Neutro	Coop.	
18-11-1982	II	90/II	Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas	-	27-11-1982		0		IPL167
20-02-1985	III	116/III	Estatuto remuneratório dos titulares de cargos públicos		13-03-1995	0,10			IPL168

1. DAR 90/II – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos a favor dos partidos da AD e do PS, a abstenção da ASDI e da UEDS e os votos contra do PCP, MDP e UDP.
2. DAR 116/III – Iniciativa do Governo (“bloco central”), aprovada com os votos favoráveis do PS, PSD, ASDI e 1 deputado do CDS, a abstenção da UEDS e 1 deputado do CDS e os votos contra do PCP, CDS e MDP.

Tabela 22: Requerimentos para apreciação da constitucionalidade de decretos da AR – II Mandato de Ramalho Eanes (a partir de 30-10-1982)

Data ^{viii}	Legisl.	Diploma		Acórdão		Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto	Inconst.	Não inconst.	Conf.	Neutro	Coop.	
02-10-1983	III	32/III	Imposto extraordinário sobre rendimentos	-	11/1983	0,10			IPL169
25-02-1984	III	41/III	Exclusão da ilicitude em IVG	-	25/1984		0		IPL170

1. DAR 32/III resulta de uma proposta do Governo do “bloco central”, votada favoravelmente por PS e PSD, com os votos contra de toda a oposição.
2. DAR 41/III teve origem num projeto do grupo parlamentar PS e contou com a oposição do PSD, que também integrava o Governo.

Tabela 23: Vetos políticos de decretos da AR – I Mandato de Mário Soares

Data	Legisl.	Diploma		Alterado	Confirmado	Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto			Conf.	Neutro	Coop.	
03-09-1986	IV	44/IV	Revisão Estatuto RA Açores	44/IV (2ª)	-		0		IPL171
22-01-1987	IV	61/IV	Licenciamento estações radiodifusão	61/IV (2ª)	-			0,10	IPL172
26-01-1989	V	127/V	Alteração Lei Eleitoral P. Europeu	127 (2ª)		0,10			IPL173
23-04-1990	V	241/V	Alta Autoridade para a Comunicação S.	-	15-05-1990	0,10			IPL174
08-03-1991	V	293/V (2ª)	Estatuto RA da Madeira	293/V (3ª)	-		0		IPL175

1. DAR 44/IV – iniciativa da ALR dos Açores, aprovado por unanimidade.
2. DAR 61/IV – iniciativa partiu do executivo, mas uma maioria circunstancial apropriou-se dela, introduziu alterações não desejadas, ao ponto de ser pedida formalmente a retirada do documento antes da votação final, em mensagem do Governo ao parlamento. O pedido não foi aceite e o PSD votou contra a versão final. Mário Soares vetou o diploma, numa iniciativa cooperante com o executivo, mas a maioria que se formou na AR confirmou a sua decisão e o Presidente foi obrigado a promulgar.
3. DAR 127/V – iniciativa do Governo, aprovada pela maioria absoluta do PSD, com votos contra de todos os outros partidos. A segunda versão foi objeto de veto jurídico (v. Tabela seguinte).
4. DAR 241/V – iniciativa do Governo, aprovada pela maioria absoluta do PSD, com votos contra de todos os outros partidos.
5. DAR 293/V (2ª) – após o veto jurídico, Mário Soares usou o veto político em relação à segunda versão do diploma por discordar de alterações introduzidas nos círculos eleitorais, apesar de, tal como a primeira, esta versão ter sido aprovada por unanimidade. A terceira versão acolheu as reservas do Presidente.

Tabela 24: Vetos jurídicos de decretos da AR – I Mandato de Mário Soares

Data	Legisl.	Diploma		Alterado	Confirmado	Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto			Conf.	Neutro	Coop.	
20-06-1987	IV	80/IV	Revisão Lei de enquadramento do OE	-	-			0,30	IPL176
31-05-1988	V	81/V	Regime de cessação do contrato de trabalho – autorização legislativa	81/V (2ª)	-	0,10			IPL177
31-05-1988	V	83/V	Transformação EP's em SA's	83/V (2ª)	-	0,10			IPL178
08-08-1988	V	99/V	Sistema eleitoral para a AR da Madeira	-	-	0,10			IPL179

20-03-1989	V	127/V (2ª)	Alteração Lei Eleitoral P. Europeu	-	-	0,10	IPL180
04-04-1989	V	132/V	Baldios	-	-	0,10	IPL181
24-01-1991	V	293/V	Estatuto RA da Madeira	293/V (2ª)	-	0	IPL182

1. DAR 80/IV – iniciativa do PCP, aprovada com os votos de toda a oposição ao Governo minoritário de Cavaco Silva.
2. DAR 81/V – iniciativa do Governo, aprovada com votos favoráveis do PSD, abstenção do CDS e contra dos demais partidos.
3. DAR 83/V – proposta do Governo, aprovada com os votos contra de toda a oposição.
4. DAR 99/V – iniciativa da AR da Madeira, aprovado na AR com os votos a favor do PSD, maioria de apoio ao Governo, e contra de todos os outros partidos.
5. DAR 127/V – após o veto político, uma segunda versão do diploma foi submetida a apreciação preventiva da constitucionalidade e objeto de veto jurídico.
6. DAR 132/V – iniciativa do GP do PSD, aprovada com os votos contra do PS e outros.
7. DAR 293/V – originário da ALR da Madeira, foi aprovado com os votos favoráveis do PSD e do PS, entre outros.

Tabela 25: Requerimentos para apreciação da constitucionalidade de decretos da AR – I Mandato de Mário Soares

Data	Legisl.	Diploma		Acórdão		Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto	Inconst.	Não inconst.	Conf.	Neutro	Coop.	
20-06-1987	IV	80/IV	Revisão Lei de enquadramento do OE	205/87				0,10	IPL183
06-05-1988	V	81/V	Regime de cessação do contrato de trabalho – autorização legislativa	107/88		0,10			IPL184
06-05-1988	V	83/V	Transformação EP's em SA's	108/88		0,10			IPL185
24-07-1988	V	99/V	Sistema eleitoral para a AR da Madeira	183/88		0,10			IPL186
27-07-1988	V	106/V	Alteração da Lei de Delimitação dos Setores – autorização legislativa		186/88	0,10			IPL187
05-08-1988	V	114/V	Lei de bases da reforma agrária		187/88	0,10			IPL188
10-03-1989	V	127/V (2ª)	Alteração Lei Eleitoral P. Europeu	320/89		0,10			IPL189
13-03-1989	V	132/V	Baldios	325/89		0,10			IPL190
10-03-1990	V	239/V	Lei-quadro das privatizações		71/90	0,10			IPL191
04-07-1990	V	248/V	Altera Lei 9/90, incompatibilidades de cargos políticos e altos cargos públicos		256/90	0,10			IPL192

22-12-1990	V	293/V	Estatuto RA da Madeira	1/91	0	IPL193
------------	---	-------	------------------------	------	---	--------

Acórdãos de não inconstitucionalidade:^{ix}

1. DAR 106/V – iniciativa do Governo, aprovada com os votos favoráveis do PSD e CDS e contra dos restantes partidos.
2. DAR 114/V - iniciativa do Governo, aprovada com os votos favoráveis do PSD e CDS e contra dos restantes partidos.
3. DAR 239/V – iniciativa do Governo, aprovada com os votos favoráveis do PSD e CDS e contra dos restantes, salvo 4 deputados do PRD, que se abstiveram.
4. DAR 256/90 – iniciativa do PSD, aprovada com os votos favoráveis do PSD e contra dos restantes partidos.

Tabela 26: Vetos políticos de decretos da AR – II Mandato de Mário Soares

Data	Legisl.	Diploma		Alterado	Confirmado	Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto			Conf.	Neutro	Coop.	
03-08-1993	VI	128/VI	Altera regime de asilo e estatuto do refugiado	-	-	0,10			IPL194
16-08-1994	VI	174/VI	Controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos	185/VI	-	0,10			IPL195
16-08-1994	VI	177/VI	Altera a Lei da Imprensa	183/VI	-	0,10			IPL196
16-08-1994	VI	178/VI	Altera a lei-quadro do sistema de informações da República Portuguesa	184/VI	-	0,10			IPL197
26-12-1994	VI	184/VI	Idem (2ª)	-	12-01-1995	0,10			IPL198
27-03-1995	VI	183/VI	Altera Lei da Imprensa (2ª)	-	20-04-1995	0,10			IPL199
08-08-1995	VI	271/VI	Suspende a eficácia de um artigo da Lei Eleitoral para a AR	-	-	0,30			IPL200

1. DAR 128/VI – iniciativa do Governo, aprovada com os votos a favor do PSD e do CDS e contra do PS e PCP.
2. DAR 174/VI – iniciativa do PSD, aprovada com a oposição dos restantes partidos.
3. DAR 177/VI – iniciativa do Governo, aprovada por PSD e CDS, com abstenção do PS e voto contra dos restantes.
4. DAR 178/VI – iniciativa do Governo, aprovada por PSD e CDS, com abstenção do PSN e votos contra dos restantes.

5. DAR 184/VI – segunda versão de iniciativa do Governo objeto de veto político (DAR 178/VI). Aprovada com votos do PSD e CDS e oposição dos restantes partidos.
6. DAR 183/VI – segunda versão de iniciativa do Governo objeto de veto político (DAR 177/VI). Aprovada com votos do PSD e CDS e oposição dos restantes partidos, foi objeto de requerimento do PR para apreciação preventiva da constitucionalidade, tendo o TC concluído que não violava a Lei Fundamental (Acórdão 13/95). Ainda assim, o Presidente voltou a proferir veto político.
7. DAR 271/VI – iniciativa do PSD, aprovada com os votos contra dos restantes partidos. A confirmação só podia ser feita por maioria de dois terços.

Tabela 27: Vetos jurídicos de decretos da AR – II Mandato de Mário Soares

Data	Legisl.	Diploma		Alterado	Confirmado	Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto			Conf.	Neutro	Coop.	
04-04-1991	V	302/V	Legislação laboral (menores, férias, etc.) – Autorização legislativa	302/V (2ª)	-	0,10			IPL201
12-06-1991	V	317/V	Lei dos baldios	-	-	0,10			IPL202
31-07-1991	V	335/V	Objeção de consciência	-	-		0		IPL203
01-08-1991	V	356/V	Altera Lei Eleitoral Autárquica	-	-	0,30			IPL204
03-07-1992	VI	12/VI	Autonomia do Ministério Público	12/VI (2ª)	-		0		IPL205
13-08-1993	VI	120/VI	Altera Estatuto dos magistrados judiciais	148/VI		0,10			IPL206
13-08-1993	VI	126/VI	Combate à corrupção	146/VI	-	0,10			IPL207
13-08-1993	VI	129/VI	Segredo de Estado	144/VI	-	0,10			IPL208
18-08-1993	VI	130/VI	Reforma do Tribunal de Contas	145/VI	-	0,10			IPL209
17-07-1994	VI	161/VI	Obrigatoriedade de porte de documento de identificação	191/VI	-	0,10			IPL210
16-08-1994	VI	185/VI	Controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos (2ª)	-	-	0,10			IPL211
11-08-1995	VI	266/VI	Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais – autorização legislativa	-	-	0.10			IPL212

1. DAR 302/V – iniciativa do Governo, aprovada por PSD e CDS, com votos contra do PS e outros.
2. DAR 317/V - iniciativa do Governo, aprovada por PSD e CDS, com votos contra do PS e outros.

3. DAR 335/V – iniciativa do PCP, aprovada por unanimidade. Na VI legislatura foi apresentada nova iniciativa, DAR 9/VI, que não suscitou dúvidas e foi promulgada (Lei n.º 7/92, de 12 de maio).
4. DAR 356/V – iniciativa do Governo, aprovada por PSD e CDS, com votos contra do PS e outros. A confirmação carecia de aprovação por maioria de dois terços (cf. art.º 139.º/3 da CRP, então em vigor, correspondente ao atual 136.º/3).
5. DAR 12/VI – iniciativa do CDS, aprovada por unanimidade. A versão expurgada das inconstitucionalidades foi promulgada.
6. DAR 120/VI – iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD e a oposição dos restantes partidos.
7. DAR 126/VI – iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD e a oposição dos restantes partidos.
8. DAR 129/VI - iniciativa do PSD, aprovada com a oposição dos restantes partidos.
9. DAR 130/VI - iniciativa do PSD, aprovada com a oposição dos restantes partidos.
10. DAR 161/VI - iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD e outros e a oposição do PS e outros.
11. DAR 185/VI – reformulação do DAR 174/VI, ambos de iniciativa do PSD, aprovados com os votos contra dos restantes partidos.
12. DAR 266/VI – iniciativa do Governo, aprovada por PSD e CDS, com os votos contra dos restantes.

Tabela 28: Requerimentos para apreciação da constitucionalidade de decretos da AR – II Mandato de Mário Soares

Data	Legisl.	Diploma		Acórdão		Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto	Inconst.	Não inconst.	Conf.	Neutro	Coop.	
04-04-1991	V	302/V	Legislação laboral (menores, férias, etc.) – Autorização legislativa	64/91	-	0,10			IPL213
18-06-1991	V	317/V	Lei dos baldios	240/91	-	0,10			IPL214
02-07-1991	V	335/V	Objeção de consciência	363/91			0		IPL215
16-07-1991	V	356/V	Altera Lei Eleitoral Autárquica	364/91	-	0,10			IPL216
11-06-1992	VI	12/VI	Autonomia do Ministério Público	254/92	-		0		IPL217
13-08-1992	VI	29/VI	Altera Lei 65/77, sobre direito à greve		289/92	0,10			IPL218
26-07-1993	VI	120/VI	Altera Estatuto dos magistrados judiciais	457/93	-	0,10			IPL219
23-07-1993	VI	126/VI	Combate à corrupção	456/93	-	0,10			IPL220
28-07-1993	VI	129/VI	Segredo de Estado	458/93	-	0,10			IPL221
04-08-1993	VI	130/VI	Reforma do Tribunal de Contas	459/93	.	0,10			IPL222
25-03-1994	VI	146/VI	Combate à corrupção		334/94	0,10			IPL223

26-05-1994	VI	161/VI	Obrigatoriedade de porte de documento de identificação	479/94	-	0,10	IPL224
14-12-1994	VI	183/VI	Altera Lei da Imprensa (2ª)	-	13/95	0,10	IPL225
14-12-1994	VI	185/VI	Controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos (2ª)	59/95	-	0,10	IPL226
21-07-1995	VI	266/VI	Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais	472/95	-	0,10	IPL227

Acórdãos de não inconstitucionalidade:

1. DAR 29/VI – Iniciativa do PSD, aprovada com os votos deste partido e do CDS, a abstenção do PSN e os votos contra dos restantes.
2. DAR 146/VI – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos favoráveis do PSD e contra de todos os outros partidos. Trata-se da 2ª versão do 126/VI objeto de veto jurídico, expurgada das normas julgadas inconstitucionais. O PR entendeu que a nova versão continha ainda normas inconstitucionais e promoveu nova apreciação.
3. DAR 183/VI – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD e a oposição dos demais partidos. Trata-se da 2ª versão do DAR 177/VI vetado politicamente, a qual também foi alvo de veto político (v. Tabela XXVII). Antes deste segundo veto, o PR entendeu requerer nova apreciação preventiva, não encontrando o TC normas que ferissem a CRP.

Tabela 29: Requerimentos para apreciação sucessiva da constitucionalidade de leis da AR – II Mandato de Mário Soares

Data	Legisl.	Diploma		Acórdão		Sentido/Intensidade			Código
		Ref.	Assunto	Inconst.	Não inconst.	Conf.	Neutro	Coop.	
25-03-1992	VI	Lei 2/92	Aprova o Orçamento do Estado para 1992 (algumas normas sobre financiamento das autarquias)	358/92		0,05			IPL228
28-09-1992	VI	Lei 20/92	Normas relativas ao sistema de propinas	148/94		0,05			IPL229

1. Lei n.º 2/92, de 3 de julho de 1992 – Resultou de iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD e a oposição dos restantes partidos. O Acórdão é de 11-11-1992 e declara inconstitucional apenas uma das normas questionadas pelo PR, o artigo 50.º/b, que concedia autorização ao Governo para aprovar o Código das Avaliações das propriedades rústicas e urbanas.
2. Lei n.º 20/92, de 14 de agosto de 1992 – Resultou de iniciativa do Governo, aprovada com os votos a favor do PSD, a abstenção do CDS e PSN e os votos contra dos restantes partidos. O Acórdão é de 08-02-1994 e declara a inconstitucionalidade de parte das normas questionadas.

Tabela 30: Vetos políticos de decretos da AR – I Mandato de Jorge Sampaio

Data	Legisl.	Diploma		Alterado	Confirmado	Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto			Conf.	Neutro	Coop.	
03-02-1998	VII	196/VII	Reposição de troços do IC1 e do IP6 como vias sem portagens	-	-			0,10	IPL230
12-06-1998	VII	235/VII	Regras sobre publicação, identificação e formulário dos diplomas	283/VII	-		0		IPL231
30-07-1999	VII	415/VII	Regula as técnicas de procriação medicamente assistida	-	-	0,10			IPL232
24-07-2000	VIII	25/VIII	Consumo de estupefacientes e proteção sanitária e social dos consumidores	39/VIII	-	0,10			IPL233

1. DAR 196/VII – iniciativa conjunta de todos os partidos da oposição ao governo minoritário de Guterres, aprovada com os votos a favor dos proponentes e contra do PS.
2. DAR 235/VII – iniciativa do Governo, aprovada por unanimidade. O veto assenta em razões essencialmente técnicas.
3. DAR 415/VII – iniciativa do Governo, aprovada com votos do PS e CDS, abstenção do PSD e votos contra do PCP e PEV.
4. DAR 25/VIII – proposta do Governo, aprovada por PS, PCP e PEV, com os votos contra do PSD e CDS.

Tabela 31: Vetos jurídicos de decretos da AR – I Mandato de Jorge Sampaio

Data	Legisl.	Diploma		Alterado	Confirmado	Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto			Conf.	Neutro	Coop.	
07-02-1997	VII	58/VII	Criação de vagas adicionais no ensino superior	-	-			0,10	IPL234
16-12-1997	VII	190/VII	Processo de criação e instituição das regiões administrativas	223/VII	-	0,10			IPL235

1. DAR 58/VII – Iniciativa do PCP, aprovada com os votos favoráveis de todos os partidos, exceto o PS, que apoia o Governo minoritário, que votou contra.
2. DAR 190/VII – Iniciativa do PS, aprovada com votos deste partido, do PCP e PEV (e 1 PSD) e oposição do PSD e CDS.

Tabela 32: Requerimentos para apreciação da constitucionalidade de decretos da AR – I Mandato de Jorge Sampaio

Data	Legisl.	Diploma		Acórdão		Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto	Inconst.	Não inconst.	Conf.	Neutro	Coop.	
10-12-1996	VII	58/VII	Criação de vagas no ensino superior	1/97	-			0,10	IPL236
31-10-1997	VII	190/VII	Processo de criação e instituição das regiões administrativas	709/97	-	0.10			IPL237
24-11-1997	VII	196/VII	Reposição de troços do IC1 e do IP6 como vias sem portagens		24/98			0,10	IPL238

Acórdãos de não inconstitucionalidade:

1. DAR 196/VII – Iniciativa conjunta de todos os partidos da oposição ao governo minoritário de Guterres, aprovada com os votos a favor dos proponentes e contra do PS. Depois de o TC entender que não existiam normas inconstitucionais, o PR proferiu veto político (v. Tabela XXX).

Tabela 33: Vetos políticos de decretos da AR – II Mandato de Jorge Sampaio

Data	Legisl.	Diploma		Alterado	Confirmado	Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto			Conf.	Neutro	Coop.	
01-08-2001	VIII	146/VIII	Tutela e rede de escolas de enfermagem e saúde pública - Apreciação parlamentar DL 99/2001	-	-	-	0		IPL239
31-01-2002	VIII	189/VIII	Transposição de diretiva comunitária com alterações em sede de IVA	-	-	-	0		IPL240
31-01-2002	VIII	192/VIII	Alterações Código Penal	-	-	-	0		IPL241
31-01-2002	VIII	197/VIII	Código da Propriedade Industrial	-	-	-	0		IPL242
24-03-2003	IX	34/IX	Revoga o rendimento mínimo garantido e cria o rendimento social de inserção	44/IX	-	0,10			IPL243
31-07-2003	IX	76/IX	Altera a Lei-quadro da criação de municípios	-	-	0,10			IPL244
14-07-2004	IX	184/IX	Lei de bases da educação	-	-	0,10			IPL245
07-01-2005	IX	238/IX	Alteração aos limites da Freguesia do Pombalinho e passagem da mesma do concelho de Santarém para o da Golegã	-	-	0,10			IPL246

1. DAR 146/VIII – iniciativa do PSD, aprovada por unanimidade. Veto relacionado com vazio que se podia gerar nos Açores por necessidade de intervenção da AL Regional, que não foi previamente ouvida.
2. DAR 189/VIII – iniciativa do Governo, aprovada com os votos a favor de todos os partidos, salvo PCP e PEV, que se abstiveram. O veto teve fundamento meramente formal, invocando a caducidade da proposta do executivo que já se encontrava demitido na data da votação.
3. DAR 192/VIII - iniciativa do Governo, aprovada com os votos a favor do PS, PSD, CDS, contra do BE e com abstenção do PCP e PEV. O veto teve fundamento meramente formal, invocando a caducidade da proposta do executivo que já se encontrava demitido na data da votação.
4. DAR 197/VIII - iniciativa do Governo, aprovada com os votos a favor do PS, PSD, CDS e com abstenção do BE, PCP e PEV. O veto teve fundamento meramente formal, invocando a caducidade da proposta do executivo que já se encontrava demitido na data da votação.
5. DAR 34/IX – Iniciativa do Governo, aprovada por PSD e CDS, com votos contra dos restantes partidos. Uma versão anterior do diploma (DAR 18/IX) foi objeto de veto jurídico (v. Tabela XXV). O novo diploma, expurgado das normas inconstitucionais, foi objeto de veto político. A versão finalmente promulgada (DAR 44/IX) contou com a abstenção do PS.
6. DAR 76/IX – Iniciativa do PSD, aprovada com votos dos autores e do CDS, abstenção do BE e votos contra dos restantes partidos.
7. DAR 184/IX – Iniciativa do Governo, aprovada com votos do PSD e CDS e oposição dos demais partidos.
8. DAR 238/IX – Iniciativa do CDS, aprovada com os votos dos proponentes e do PSD e votos contra dos restantes partidos.

Tabela 34: Vetos jurídicos de decretos da AR – II Mandato de Jorge Sampaio

Data	Legisl.	Diploma		Alterado	Confirmado	Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto			Conf.	Neutro	Coop.	
31-01-2002	VIII	185/VIII	Alteração à Lei das Finanças das Regiões Autónomas	-	-		0		IPL247
17-06-2002	IX	3/IX	Alteração à Lei da Televisão	7/IX	-	0,10			IPL248
17-01-2003	IX	18/IX	Revoga o rendimento mínimo garantido e cria o rendimento social de inserção	44/IX		0,10			IPL249
14-03-2003	IX	30/IX	Alteração ao regime jurídico dos terrenos do domínio público hídrico	43/IX	-	0,10			IPL250
23-06-2003	IX	50/IX	Lei dos Partidos Políticos	131/IX	-		0		IPL251
27-06-2003	IX	51/IX	Aprova o Código do Trabalho	132/IX	-	0,10			IPL252
06-04-2004	IX	157/IX	Regime do contrato individual de trabalho na Administração Pública	171/IX	-	0,10			IPL253

1. DAR 185/VIII - iniciativa do Governo, aprovada com os votos a favor de todos os partidos, salvo PCP e PEV, que se abstiveram. O veto teve fundamento meramente formal, invocando a caducidade da proposta do executivo que já se encontrava demitido na data da votação.
2. DAR 3/IX – iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD e CDS e a oposição dos restantes partidos.
3. DAR 18/IX – iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD e CDS e a oposição dos restantes partidos.
4. DAR 30/IX – iniciativa da ALR d Madeira, aprovada com os votos do PSD e CDS e a oposição dos restantes partidos.
5. DAR 50/IX – iniciativa do PS (na oposição), aprovada com os votos favoráveis dos proponentes, do PSD e do CDS e contra dos restantes partidos.
6. DAR 51/IX – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD e CDS e a oposição dos restantes partidos.
7. DAR 157/IX – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD e CDS e a oposição dos restantes partidos

Tabela 35: Requerimentos para apreciação da constitucionalidade de decretos da AR – II Mandato de Jorge Sampaio

Data	Legisl.	Diploma		Acórdão		Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto	Inconst.	Não inconst.	Conf.	Neutro	Coop.	
19-01-2002	VIII	185/VIII	Alteração à Lei das Finanças das Regiões Autónomas	36/2002	-		0		IPL254
31-05-2002	IX	3/IX	Alteração à Lei da Televisão	254/2002	-	0,10			IPL255
29-11-2002	IX	18/IX	Revoga o rendimento mínimo garantido e cria o rendimento social de inserção	509/2002	-	0,10			IPL256
10-02-2003	IX	30/IX	Alteração ao regime jurídico dos terrenos do domínio público hídrico	131/03	-	0,10			IPL257
27-05-2003	IX	50/IX	Lei dos Partidos Políticos	304/2003	-		0		IPL258
29-05-2003	IX	51/IX	Aprova o Código do Trabalho	306/2003	-	0,10			IPL259
24-02-2004	IX	157/IX	Regime do contrato individual de trabalho na Administração Pública	155/2004	-	0,10			IPL260

Tabela 36: Requerimentos para apreciação sucessiva da constitucionalidade de decretos da AR – II Mandato de Jorge Sampaio

Data	Legisl.	Diploma		Acórdão		Sentido/Intensidade			Código
		Ref.	Assunto	Inconst.	Não inconst.	Conf.	Neutro	Coop.	
20-12-2002	IX	Lei 32-B/2002	Aprova o Orçamento do Estado para 2003 (regime de aposentação dos funcionários)	360/2003	-	0,05			IPL261

1. Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro de 2002 – Resultou de iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD e CDS e a oposição dos restantes partidos. O acórdão foi proferido a 8 de julho de 2003.

Tabela 37: Vetos políticos de decretos da AR – I Mandato de Cavaco Silva

Data	Legisl.	Diploma		Alterado	Confirmado	Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto			Conf.	Neutro	Coop.	
02-06-2006	X	52/X	Lei da paridade	72/X	-	0,10			IPL262
03-08-2007	X	130/X	Altera o Estatuto do Jornalista	166/X	-	0,10			IPL263
24-08-2007	X	150/X	Regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado	171/X	-		0		IPL264
29-08-2007	X	160/X	Orgânica da Guarda Nacional Republicana	168/X	-	0,10			IPL265
20-08-2008	X	232/X	Altera o regime jurídico do divórcio	245/X	-	0,10			IPL266
27-10-2008	X	246/X	Revisão do Estatuto político-administrativo da RA dos Açores	-	19-12-2008		0		IPL267
03-02-2009	X	261/X	Alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República	-	-	0,30			IPL268
02-03-2009	X	265/X	Lei do pluralismo e da não concentração nos meios de comunicação social	280/X		0,10			IPL269
20-05-2009	X	280/X	Idem (2.ª versão do DAR 265/X)	-	-	0,10			IPL270
09-06-2009	X	285/X	Alteração ao regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais	-	-		0		IPL271
05-07-2009	X	292/X	Alteração à Lei que regula o acesso da AR a documentos e informações com a	-	-		0		IPL272

			classificação de segredo de Estado				
24-08-2009	X	349/X	Medidas de proteção das uniões de facto	-	-	0,10	IPL273
23-12-2009	XI	1/XI	Revoga normas sobre taxas moderadoras na saúde	-	-	0,10	IPL274
06-01-2011	XI	68/XI	Cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil	-	17-02-2011	0,10	IPL275

1. DAR 52/X – Iniciativa do BE, aprovada com os votos dos proponentes e do PS e contra dos restantes partidos.
2. DAR 130/X – Iniciativa do PS, aprovada com os votos deste partido e a oposição dos restantes.
3. DAR 150/X – Iniciativa do Governo, aprovada por unanimidade.
4. DAR 160/X – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PS e contra dos restantes partidos
5. DAR 232/X – iniciativa do PS, aprovada com os votos do PS e partidos à sua esquerda e oposição do PSD e CDS. Alguns deputados do PS e do PSD votaram de maneira diferente da respetiva bancada. O PR promulgou a segunda versão, mas enviou mensagem à AR.
6. DAR 246/X – Iniciativa da ALR dos Açores, aprovada por unanimidade. O veto político seguiu-se a um veto jurídico da versão anterior do diploma (DAR 217/X, Tabela XIX).
7. DAR 261/X – Iniciativa do PS, aprovada com os votos do proponente e partidos à sua esquerda e com a oposição do PSD e CDS. Para confirmação carecia de maioria de dois terços (artigo 136.º/3/c da CRP).
8. DAR 265/X – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PS e a oposição de todos os outros partidos.
9. DAR 280/X – Segunda versão do diploma anterior, aprovada nas mesmas condições desse.
10. DAR 285 – Iniciativa conjunta do PS e do PSD, aprovada por todos os partidos, com a abstenção de um deputado do PS e voto contra de outro também do PS.
11. DAR 292/X – Iniciativa do PSD, aprovada com os votos do proponente e do PS e a abstenção dos demais partidos.
12. DAR 349/X – Iniciativa do PS, aprovada do proponente e partidos à sua esquerda e com a oposição do PSD e CDS.
13. DAR 1/XI – Iniciativas dos partidos da oposição ao Governo minoritário do PS, aprovadas com os votos favoráveis de todos, menos do PS, que se absteve. O executivo já tinha aprovado uns dias antes da votação na AR um decreto-lei com o mesmo conteúdo. Foi basicamente esta a razão para o veto do PR.
14. DAR 68/XI – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PS, BE, PCP e PEV e a oposição de PSD e CDS.

Tabela 38: Vetos jurídicos de decretos da AR – I Mandato de Cavaco Silva

Data	Legisl.	Diploma		Alterado	Confirmado	Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto			Conf.	Neutro	Coop.	
05-07-2007	X	121/X	Altera regime de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos	-	-	0,10			IPL276
22-08-2007	X	139/X	Altera a Lei Geral Tributária, os Códigos do Procedimento e do Processo Tributário e o Regime Geral das Infrações Tributárias	-	-	0,10			IPL277
03-01-2008	X	173/X	Regime de vinculação, carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas	189/X	-	0,10			IPL278
03-06-2008	X	204/X	Orgânica da Polícia Judiciária	219/X	-	0,10			IPL279
31-07-2008	X	217/X	Revisão do Estatuto político-administrativo da RA dos Açores	246/X	-		0		IPL280
29-12-2008	X	255/X	Revisão do Código do Trabalho	262/X	-	0,10			IPL281

1. DAR 121/X – Iniciativa do PCP, aprovada com os votos do PS e partidos à sua esquerda e com a oposição do PSD e CDS
2. DAR 139/X – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos a favor do PS, a abstenção do PCP, BE e PEV e o voto contra do PSD e CDS.
3. DAR 173/X – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PS e a oposição dos restantes partidos.
4. DAR 204/X – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos a favor do PS, a abstenção do PSD e os votos contra dos restantes partidos.
5. DAR 217/X – Iniciativa da ALR dos Açores, aprovada por unanimidade. Ao veto jurídico seguiu-se um veto político da segunda versão do diploma (DAR 246/X, Tabela XVIII), após o que o diploma foi confirmado e promulgado.
6. DAR 255/X – Iniciativa do Governo, aprovada com votos a favor do PS, abstenção do PSD e CDS e votos contra dos restantes partidos e 5 deputados do PS e 2 do PSD.

Tabela 39: Requerimentos para apreciação da constitucionalidade de decretos da AR – I Mandato de Cavaco Silva

Data	Legisl.	Diploma		Acórdão		Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto	Inconst.	Não inconst.	Conf.	Neutro	Coop.	
14-12-2006	X	93/X	Lei das Finanças Locais	-	711/2006	0,10			IPL282
11-06-2007	X	121/X	Altera regime de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos	382/2007	-	0,10			IPL283
30-07-2007	X	139/X	Altera a Lei Geral Tributária, os Códigos do Procedimento e do Processo Tributário e o Regime Geral das Infrações Tributárias	442/2007	-	0,10			IPL284
28-11-2007	X	173/X	Regime de vinculação, carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas	620/2007	-	0,10			IPL285
12-05-2008	X	204/X	Orgânica da Polícia Judiciária	304/2008	-	0,10			IPL286
04-07-2008	X	217/X	Revisão do Estatuto político-administrativo da RA dos Açores	402/2008	-		0		IPL287
12-12-2008	X	255/X	Revisão do Código do Trabalho	632/2008	-	0,10			IPL288
04-08-2009	X	343/X	Regime jurídico da reabilitação urbana		421/2009	0,10			IPL289
19-08-2009	X	366/X	Novo Código de Execução de Penas		427/2009	0,10			IPL290
14-03-2010	XI	9/XI	Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo		121/2010	0,10			IPL291

Acórdãos de não inconstitucionalidade:

1. DAR 93/X – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos a favor do PS, a abstenção do CDS e os votos contra dos restantes partidos.
2. DAR 343/X – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PS e a oposição dos restantes partidos.
3. DAR 366/X – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PS, a abstenção do PCP, BE e PEV e votos contra do PSD e CDS.
4. DAR 9/XI – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos favoráveis do PS e partidos à sua esquerda, a abstenção de 6 deputados do PSD e os votos contra de 2 deputados do PS e dos grupos parlamentares do PSD e do CDS.

Tabela 40: Requerimentos para apreciação sucessiva da constitucionalidade de leis da AR – I Mandato de Cavaco Silva

Data	Legisl.	Diploma		Acórdão		Sentido/Intensidade			Código
		Ref.	Assunto	Inconst.	Não inconst.	Conf.	Neutro	Coop.	
01-06-2010	XI	Lei 11/2010	Introduz uma nova taxa de IRS	-	399/10	0,05			IPL292
28-06-2010	XI	Lei 12-A/2010	Medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC)	-	399/10		0		IPL293

1. Lei n.º 11/2010, de 15 de junho de 2010 – Resultou de uma iniciativa do Governo, aprovada com os votos a favor do PS e partidos à sua esquerda e com a abstenção do PSD e CDS.
2. Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho de 2010 - Resultou de uma iniciativa do Governo, aprovada com os votos a favor do PS e do PSD e votos contra dos restantes partidos.

Tabela 41: Vetos políticos de decretos da AR – II Mandato de Cavaco Silva

Data	Legisl.	Diploma		Alterado	Confirmado	Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto			Conf.	Neutro	Coop.	
24-05-2011	XI	116/XI	Orgânica da Comissão de Acesso a Documentos Administrativos	-	-		0		IPL294
05-06-2011	XI	118/XI	Apoio do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo	-	-			0,10	IPL295
24-07-2012	XII	60/XII	Reorganização administrativa Lisboa	90/XII			0		IPL296
10-08-2012	XII	61/XII	Utilização de GPL e gás natural veículos	114/XII			0		IPL297
31-03-2015	XII	320/XII	Compensação relativa à cópia privada		08-05-2015	0,1			IPL298
23-01-2016	XIII	6/XIII	Revogação taxas moderadoras IVG		02-10-2016	0,1			IPL299
23-01-2016	XIII	7/XIII	Adoção por casais do mesmo sexo		02-10-2016	0,1			IPL300

1. DAR 116/XI – iniciativa conjunta do PS e do PSD, aprovada por unanimidade.

2. DAR 118/XI – iniciativa do CDS, para apreciação parlamentar e alteração de diploma do Governo (DL 138-C/2010, de 28 de dezembro), aprovada com os votos dos proponentes e do PSD, a abstenção do PCP e PEV e os votos contra do PS e do BE.
3. DAR 60/XII – iniciativa conjunta do PS e do PSD, aprovada com os votos dos proponentes, a abstenção do CDS e votos contra dos restantes partidos e de 1 deputado do PS.
4. DAR 61/XII – iniciativa do PS, aprovada por unanimidade.
5. DAR 320/XII – iniciativa do Governo, aprovada com os votos a favor do PSD e do CDS, a abstenção do PS e os votos contra dos restantes partidos e de 13 deputados do PS e 2 do CDS.
6. DAR 6/XIII – iniciativa do BE aprovada com os votos a favor do PS, BE, PCP, PEV, PAN e 1 deputada do PSD e contra do PSD, CDS e 1 deputado do PS.
7. DAR 7/XIII – iniciativa do BE aprovada com os votos a favor do PS, BE, PCP, PEV, PAN e 17 deputados do PSD, a abstenção de 4 deputados do PSD, 2 do CDS e 1 do PS e os votos contra do PSD e CDS.

Tabela 42: Vetos jurídicos de decretos da AR – II Mandato de Cavaco Silva

Data	Legisl.	Diploma		Acórdão	Alterado	Confirmado	Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto				Conf.	Neutro	Coop.	
04-05-2011	XI	84/XI	Suspensão da avaliação de desempenho dos docentes	-	-				0,10	IPL301
16-04-2012	XII	37/XII	Crime enriquecimento ilícito	179/2012	-	-	0,10			IPL302
04-04-2013	XII	128/XII	Tribunal Arbitral do Desporto	230/2013	170/XII	-	0,10			IPL303
04-06-2013	XII	132/XII	Autarquias e comunidades intermunicipais.	296/2013	178/XII	-	0,10			IPL304
04-06-2013	XII	136/XII	Revoga normas regime autarquias	296/2013	178/XII		0,10			IPL305
05-09-2013	XII	177/XII	Requalificação trabalhadores em funções públicas	474/2013	184/XII	-	0,10			IPL306
31-12-2013	XII	187/XII	Convergência regime social da função pública com segurança social	862/2013	202/XII	-	0,10			IPL307
18-08-2014	XII	262/XII	Contribuição de sustentabilidade	575/2014	-	-	0,10			IPL308
18-08-2014	XII	264/XII	Reduções remuneratórias	574/2014	275/XII	-	0,10			IPL309

			temporárias						
30-07-2015	XII	369/XII	Enriquecimento injustificado	377/2015	-	-	0,10		IPL310
08-09-2015	XII	426/XII	Sistema de informações da República	403/2015	-	-		0	IPL311

1. DAR 84/XI – Iniciativa do PCP, aprovada com os votos de todos os partidos com exceção de 1 deputado do PSD e do grupo parlamentar do PS, apoiante do Governo em funções, que votaram contra.
2. DAR 37/XII – Iniciativas de vários grupos parlamentares, com aprovação por todos, à exceção do PS, na oposição ao Governo PSD-CDS, que votou contra.
3. DAR 128/XII – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD, do CDS e 1 deputado do PS, a abstenção do PS e votos contras dos restantes partidos.
4. DAR 132/XII – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos a favor do PSD e CDS e votos contra dos restantes partidos.
5. DAR 136/XII – Iniciativa do PSD, aprovada com os votos do proponente e do CDS e a oposição dos demais partidos.
6. DAR 177/XII – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD e CDS e votos contra dos restantes partidos.
7. DAR 187/XII – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD e CDS e votos contra dos restantes partidos.
8. DAR 262/XII – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD e CDS e votos contra dos restantes partidos.
9. DAR 264/XII – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD e CDS e votos contra dos restantes partidos.
10. DAR 369/XII – Iniciativa do PSD, aprovada com os votos do proponente, do CDS e do PEV e a abstenção dos restantes partidos.
11. DAR 426/XII – Iniciativa do Governo, aprovada com os votos do PSD, PS e CDS e a oposição dos restantes partidos.

Tabela 43: Requerimentos para apreciação da constitucionalidade de decretos da AR – II Mandato de Cavaco Silva

Data	Legisl.	Diploma		Acórdão		Sentido/intensidade			Código
		Ref.	Assunto	Inconst.	Não inconst.	Conf.	Neutro	Coop.	
07-04-2011	XI	84/XI	Suspensão da avaliação de desempenho dos docentes	214/2011				0,10	IPL312
08-03-2012	XII	37/XII	Crime enriquecimento ilícito	179/2012		0,10			IPL313
30-03-2013	XII	128/XII	Tribunal Arbitral do Desporto	230/2013		0,10			IPL314
04-05-2013	XII	132/XII	Autarquias e comunidades intermunic.	296/2013		0,10			IPL315
04-05-2013	XII	136/XII	Revoga normas regime autarquias	296/2013		0,10			IPL316
14-08-2013	XII	177/XII	Requalificação trab. funções públicas	474/2013		0,10			IPL317

23-11-2013	XII	187/XII	Convergência regime social da função pública com segurança social	862/2013	0,10	IPL318
06-07-2014	XII	262/XII	Contribuição de sustentabilidade	575/2014	0,10	IPL319
06-07-2014	XII	264/XII	Reduções remuneratórias temporárias	574/2014	0,10	IPL320
07-07-2015	XII	369/XII	Enriquecimento injustificado	377/2015	0,10	IPL321
14-08-2015	XII	426/XII	Sistema de informações da República	403/2015	0	IPL322

Tabela 44: Requerimentos para apreciação sucessiva da constitucionalidade de leis da AR – II Mandato de Cavaco Silva

Data	Legisl.	Diploma		Acórdão		Sentido/Intensidade			Código
		Ref.	Assunto	Inconst.	Não inconst.	Conf.	Neutro	Coop.	
28-12-2012	13º	L. 66-B/2012	Lei do Orçamento do Estado para 2013	187/2013		0,05			IPL323
27-08-2013	13ºI	L. 74/2013	Tribunal Arbitral do Desporto	781/2013		0,05			IPL324

1. Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro de 2012 – Teve origem em proposta do Governo, aprovada com os votos da maioria PSD-CDS, que o apoiava, e com a oposição dos restantes partidos (DAR 100/XIII).
2. Lei N.º 74/2013, de 6 de setembro de 2013 – Teve origem numa proposta do Governo, aprovada com os votos do PSD, CDS e 1 deputado do PS e votos contra dos restantes partidos (v. DAR 128/XII). Após veto jurídico (v. Tabela XLII), uma segunda versão (DAR 170/XII), que recebeu os votos favoráveis dos partidos que apoiavam o executivo e contrários dos restantes, viria a ser promulgada. O PR optou, neste caso, por requerer a apreciação sucessiva.

II. Veto não expresso como tal

Tabela 45: Devolução ou veto implícito – II Mandato de Ramalho Eanes (desde 30-10-1982)

Data	Ofício PR	Governos	Diploma		Motivos ^x		Código
			Ref. PCM	Assunto	Conteúdo	Formais	
03-12-1982		VIII	777/82	Dissolve os órgãos do município do Alvito			
08-03-1983		VIII	957/82	Altera o Regulamento da Caixa Geral de Depósitos			
02-02-1983		VIII	984/82	Estabelece o aumento de 50% na contagem do tempo de serviço para efeitos de aposentação do pessoal colocado no GOE da PSP			
25-05-1983		VIII	345/83	Determina que os regulamentos relativos ao Anexo 6 à Convenção Internacional sobre Aviação Civil Internacional sejam aprovados por portaria			
1983 (Sem ofício) ^{xi}		IX	534/83	Cria um Grupo de Intervenção no Corpo de Intervenção da PSP			
10-07-1985		IX	364/85	Nova redação do Decreto n.º 16684, de 22 de março, de 1929, que aprova o regulamento da produção e comércio dos vinhos verdes			
29-07-1985		IX	245/85	Cria a Comissão de Apoio ao Desenvolvimento Industrial			
30-09-1985		IX	668/85	Orgânica do Instituto Nacional do Desporto, criado pelo DL 553/77 de 31 de dezembro			
04-11-1985		IX	615/85	Cria o Instituto Português do Rio de Janeiro			
04-11-1985		IX	616/85	Cria o Instituto Português de Madrid			
06-11-1985		IX	675/85	Revê o seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel ^{xii}			
08-11-1985		IX	714/85	Novo regime de rendas condicionadas ^{xiii}			
08-01-1986		IX	121/85	Submete ao regime de contraordenações as infrações ao Código da Estrada ^{xiv}			

Tabela 46: Devolução ou veto implícito – I Mandato de Mário Soares

Data	Ofício PR	Governos	Diploma		Motivos		Código
			Ref. PCM	Assunto	Conteúdo	Formais	
30-05-1986	1785	X	209/86	Comissão instaladora da Reserva Natural da Ria Formosa		X	
11-08-1986	3076	X	530/86	Unificação de descontos para a Segurança Social e redução do valor ^{xv}		X	
16-10-1986	4191	X	601/86	Altera obrigações associadas à Zona de Jogo de Espinho e Póvoa do Varzim		X	

17-02-1987	1777	X	600/86	Regulamento de Segurança contra Incêndios em Edifícios		X
23-02-1987	1894	X	60/87	Regulamenta norma de diploma relativo ao funcionamento da Casa do Douro		X
24-04-1987	4700	X	246/87	Normas estatutárias e carreiras da Polícia Judiciária ^{xvi}		X
05-05-1987	4811	X	247/87	Alterações ao Código das Custas Judiciais ^{xvii}		X
05-05-1987	Idem	X	199/87	Aprova o Estatuto da Imprensa Regional ^{xviii}	X	
05-05-1987	4812 ^{xix}	X	228/87	Diploma orgânico de serviço do Ministério da Defesa Nacional		X
05-05-1987	Idem	X	258/87	Idem do Ministério do Plano e Administração do Território		X
05-05-1987	Idem	X	185/87	Idem do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação		X
05-05-1987	idem	X	752/86	Idem da Presidência do Conselho de Ministros		X
05-05-1987	idem	X	256/87	Idem do Ministério das Finanças		X
05-05-1987	idem	X	151/87	Idem da Presidência do Conselho de Ministros		X
05-05-1987	idem	X	8/87	Idem do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação		X
29-05-1987		X	175/87	Altera DL n.º 435/85, Constituição da Cooperativa Sinfonia ^{xx}		X
29-05-1987		X	214/87	Altera DL n.º 434/85, relativo aos músicos das Orquestras Sinfónicas de Lisboa e do Porto ^{xxi}		
17-06-1987	5991	X	240/87	Altera diploma que cria o Centro para a Conservação de Energia	X	X
17-07-1987		X	351/87	Altera o DL n.º 47642, de 15 de abril de 1967 (Imposto Mineiro de Águas Minerais) ^{xxii}		
27-07-1987	6801	X	233/87	Regula regime de pensões de trabalhadores bancários		X
27-07-1987	idem	X	237/87	Regula regime de pensões unificadas da segurança social e da função pública ^{xxiii}		X
11-08-1987		X	252/87	Torna aplicável a Portugal o Regulamento CEE 1035/72 do Conselho ^{xxiv}		X
09-10-1987	8010	XI	360/87	Prorroga prazo de medidas preventivas do Monte de St.ª Luzia, Viseu		X
29-07-1988	3869	XI	549/87	Altera o estatuto das IPSS ^{xxv}	X	
21-06-1990	2858	XI	552/89	Regulamento de Continências e Honras Militares ^{xxvi}	X	
07-03-1991	1331	XI	557/90	Uso de estandartes privativos por corporações e instituições de utilidade pública	X	X
07-03-1991	idem	XI	298/90	Normas relativas a organismos reconhecidos para colaborar com o Estado no domínio da qualidade do ambiente	X	

Tabela 47: Devolução ou veto implícito – II Mandato de Mário Soares

Data	Ofício PR	Governos	Diploma		Motivo		Código
			Ref. PCM	Assunto	Conteúdo	Formais	
26-03-1991	1685	XI	625/90	Integração na PSP de agentes regressados de Macau	X		
28-10-1991	4823	XI	557/91	Altera regulamento relativo ao fabrico, comércio e uso e porte de armas	X		
30-12-1992	4736	XII	480/92	Reduz ajudas de custo de militares em formação nos Estados Unidos	X		
14-07-1995	1832	XII	80/95	Aprova o Código Cooperativo ^{xxvii}	X		
28-10-1995		XII	402/95	Autoriza a adjudicação da concessão do jogo de Troia à Torralta, SA.	X		

Tabela 48: Devolução ou veto implícito – I Mandato de Jorge Sampaio

Data	Ofício PR	Governos	Diploma		Motivo		Código
			Ref. PCM	Assunto	Conteúdo	Formais	
15-07-1996	909	XIII	80/96	Cria a Federação Portuguesa de Desporto Escolar		X	
13-08-1996		XIII	202/96	Cria o sistema multimunicipal de recolha, tratamento e rejeição de efluentes da Ria de Aveiro ^{xxviii}			
23-08-1996		XIII	260/96	Disposições respeitantes à aprovação dos regulamentos de segurança das instalações de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos ^{xxix}			
14-03-1997	996	XIII	217/96	Cria ficheiros automatizados de diagnóstico precoce		X	
14-03-1997	idem	XIII	218/96	Cria ficheiros automatizados no Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde		X	
14-03-1997	idem	XIII	219/96	Cria bases de dados pessoais nos Serviços Sociais do Ministério da Saúde		X	
14-03-1997	idem	XIII	275/96	Cria ficheiros automatizados nos registos oncológicos nacionais		X	
25-03-1997	1115	XIII	35/97	Alterações à Lei da Autonomia das Universidades e extensão aos politécnicos	X	X	
09-05-1997		XIII	44/97	Aprova o Acordo para a Criação do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral ^{xxx}			
14-05-1997		XIII	83/97	Aprova o Acordo dos Estados Partes no Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa ^{xxxi}			
20-05-1997	1824	XIII	302/96	Regula o acesso às bases de dados da Direção-Geral dos Impostos		X	
20-05-1997	Idem	XIII	9/97	Cria ficheiros automatizados de dados de órgãos		X	
20-05-1997	idem	XIII	12/97	Regulamenta ficheiros automatizados de utentes do SNS		X	

20-05-1997	Idem	XIII	17/97	Idem dos centros de saúde		X
20-05-1997	idem	XIII	107/97	Cria ficheiros automatizados de diagnóstico precoce		X
20-05-1997	idem	XIII	108/97	Cria ficheiros automatizados de grupos de diagnóstico homogéneos		X
20-05-1997	idem	XIII	109/97	Cria base de dados nos Serviços Sociais do Ministério da Saúde		X
05-08-1997	3345	XIII	159/97	Altera DL n.º 184/89, sobre emprego público, remunerações e gestão de pessoal ^{xxxii}		X
23-12-1997		XIII	411/97	Aprova para ratificação a Convenção sobre Avaliação dos Impactes Ambientais no âmbito da ONU		
08-06-1998		XIII	171/98	Transforma a Ass. Port. de Engenheiros Técnicos em associação pública ^{xxxiii}		
06-07-1998	3460	XIII	237/98	Transposição de normas da CEE sobre o fabrico de materiais e objetos em plástico destinados a entrar em contacto com géneros alimentícios ^{xxxiv}		X
06-07-1998	3461	XIII	558/97	Ratifica Convenção Internacional sobre Salvação Marítima		X
06-11-1998		XIII	454/98	Altera a orgânica do Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga ^{xxxv}		
20-05-1999	2732	XIII	99/99	Concessão de equiparações de habilitações nas escolas superiores de saúde	X	
06-09-1999	4448	XIII	271/99	Altera regime sancionatório relacionado com prevenção de doenças contagiosas dos animais		X
06-10-1999	4990	XIII	415/99	Regime de proteção do nome, imagem e atividades das federações titulares do estatuto de utilidade pública desportiva	X	
26-10-1999	5413	XIII	492/99	Criação de sociedades anónimas para a gestão do património financeiro titulado e do património imobiliário do Estado		X
22-03-2000	1701	XIV	27/00	Aprova o Código Ibero-Americano de Segurança Social ^{xxxvi}		X
19-04-2000	2264	XIV	36/00	Densifica o poder regulamentar do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário	X	X
27-12-2000	7028	XIV	427/00	Licença especial para exercício de funções públicas nos PALOP por funcionários		X

Tabela 49: Devolução ou veto implícito – II Mandato de Jorge Sampaio

Data	Ofício PR	Governos	Diploma		Motivo		Código
			Ref. PCM	Assunto	Conteúdo	Formais	
26-03-2001		XIV	4/01	Cria o Instituto Universitário de Viseu	X		
24-08-2001	4414	XIV	211/01	Altera a definição de receita médica e define quem está habilitado para a emitir	X	X	
16-11-2001		XIV	296/01	Cria o Banco de Terras			
20-12-2001	6774	XIV	380/01	Atribui ao Ministério das Finanças competências para procedimento por			

				negociação ou ajuste direto relativamente à extinção do Fundo EFTA...	X	X
11-01-2002	229	XIV	323/01	Revoga diploma sobre códigos de classificação das receitas e despesas públicas ^{xxxvii}		X
29-04-2002	2168	XIV	159/02	Atribui ao ISCTE a natureza de universidade		X
16-10-2003	5570	XV	224/03	Transfere competências nas áreas da educação, desporto e formação profissional para a RA da Madeira		X
16-10-2003	5571	XV	280/03	Altera regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior	X	
18-06-2004		XV	127/04	Cria a Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias da Produção de Aveiro ^{xxxviii}		
22-12-2004	7254	XVI	101/04	Medidas de carácter extraordinário para regularizar situação jurídica de património imobiliário do Estado e de institutos públicos	X	
22-12-2004	idem	XVI	102/04	Normas sobre o regime de locação e alienação de bens pertencentes ao domínio privado do Estado	X	

Tabela 50: Devolução ou veto implícito – I Mandato de Cavaco Silva (até 31-12-2007)

Data	Ofício PR	Governos	Diploma		Motivo		Código
			Ref. PCM	Assunto	Conteúdo	Formais	
21-11-2006	7826	XVII	159/96	Transpõe Diretiva 2003/72/CE (transposta só em 2008: Lei 8/2008)			
16-10-2007	6946	XVII	330/07	Regula condições especiais de acesso às pensões de velhice e invalidez dos pilotos de aeronaves de transporte comercial de passageiros			

III. Outras intervenções no processo legislativo

Tabela 51: Diplomas devolvidos, reenviados e promulgados – II Mandato de Ramalho Eanes (desde 30-10-1982)

Data promulgação	Governo	Diploma	
		Ref. PCM	Ministério
05-01-1983	VIII	605/82	MHOPT
05-01-1983	VIII	377/82	MACP/MAS
05-01-1983	VIII	669/82	MAS
05-01-1983	VIII	742/82	MHOPT
06-01-1983	VIII	629/82	MFP/MAI/MRA
06-01-1983	VIII	582/82	MT
11-01-1983	VIII	384/82	MOPT
19-01-1983	VIII	726/82	MAI/MHOPT
22-01-1983	VIII	930/82	PCM
22-01-1983	VIII	922/82	MQV
01-02-1983	VIII	783/82	MFP
01-02-1983	VIII	813/82	MCCC
01-02-1983	VIII	846/82	PCM
09-02-1983	VIII	939/82	MFP
16-02-1983	VIII	22/83	ME
05-03-1983	VIII	889/82	MFP
09-03-1983	VIII	891/82	MAS
14-03-1983	VIII	98/83	MAI
15-03-1983	VIII	734/82	MNE
14-04-1983	VIII	28/83	PCM/MFP/MRA
22-04-1983	VIII	910/82	MJ
03-05-1983	VIII	873/83	MFP
03-05-1983	VIII	782/82	MFP
18-05-1983	VIII	913/82	MJ
21-05-1983	VIII	277/83	MFP
31-05-1983	VIII	246/83	ME
02-06-1983	VIII	190/83	MFP/MHOPT
04-06-1983	VIII	289/83	MFP/MT

04-06-1983	VIII	361/83	MFP
08-06-1983	VIII	805/82	MAS
22-12-1983	IX	605/83	MIE
15-02-1984	IX	690/84	MJ
20-03-1984	IX	590/83	PCM/MAI
21-03-1984	IX	39/84	PCM/MAI
25-03-1984	IX	73/84	PCM
25-03-1984	IX	47/84	PCM/MAI
13-04-1984	IX	77/84	MAI/MES
13-04-1984	IX	106/84	MJ/MFP
07-05-1984	IX	108/84	PCM/MAI/MFP/MAFA/MCT
07-05-1984	IX	732/83	PCM/MFP/MÊS
07-05-1984	IX	274/84	PCM/MAI/MFP
10-07-1984	IX	85/84	PCM/MJ/MFP
14-08-1984	IX	457/84	MM
16-08-1984	IX	355/84	MAI/MJ/ME/MTSS
16-08-1984	IX	754/84	MDN/MJ/MFP/MIE/MCT/MM
16-08-1984	IX	755/84	MJ/MFP/MM
06-09-1984	IX	373/84	MFP
27-09-1984	IX	505/84	PCM/MFP/MIE/MCT
03-10-1984	IX	725/84	PCM/MFP/MC
08-10-1984	IX	121/84	MJ/MFP/MTSS/MM
18-12-1984	IX	465/84	PCM/MAI/MFP
21-12-1984	IX	613/84	PCM/MNE/MTSS/MS
03-01-1985	IX	504/85	PCM/MFP
14-02-1985	IX	580/85	MAI/MJ/MFP
20-02-1985	IX	589/84	PCM/MJ/MAI/MC/MQV
15-04-1985	IX	367/84	PCM
12-04-1985	IX	100/85	MAI
19-04-1985	IX	718/84	PCM/MAI/MFP
21-06-1985	IX	546/84	MNE/MFP/MIE/MCT
24-06-1985	IX	547/84	MNE/MFP/MIE/MCT
26-06-1985	IX	31/85	PCM
26-06-1985	IX	32/85	PCM

26-06-1985	IX	33/85	MAI
26-06-1985	IX	65/85	MDN
02-07-1985	IX	182/85	MTSS
17-07-1985	IX	388/85	PCM
28-10-1985	IX	544/84	MNE/MFP/MIE/MCT/MES

Tabela 52: Diplomas devolvidos, reenviados e promulgados – I Mandato de Mário Soares

Data promulgação	Governo	Diploma	
		Ref. PCM	Ministério
14-04-1986	X	58/86	MEC
24-04-1986	X	45/86	MF
10-05-1986	X	125/86	MAPA
30-05-1986	X	187/86	MF
05-06-1986	X	147/86	MAPA
18-06-1986	X	131/86	MEC
22-06-1986	X	188/86	MF
26-06-1986	X	273/86	MPAT
30-06-1986	X	87/86	MAPA
11-07-1986	X	281/86	MF
11-07-1986	X	414/86	MOPTC
17-07-1986	X	18/86	MF
17-07-1986	X	19/86	MF
29-07-1986	X	364/86	MF
09-08-1986	X	224/86	MAPA
09-08-1986	X	874/86	MAPA
09-08-1986	X	332/86	MF
09-08-1986	X	369/86	MOPTC
09-08-1986	X	285/86	MIC
09-08-1986	X	329/86	MJ
05-09-1986	X	474/86	MNE
05-09-1986	X	475/86	MAI
08-09-1986	X	316/86	MIC

08-09-1986	X	490/86	MAPA
11-09-1986	X	168/86	MJ
25-09-1986	X	494/86	MAPA
26-09-1986	X	564/86	MOPTC
30-09-1986	X	580/86	MOPTC
06-10-1986	X	546/86	MAPA
06-10-1986	X	492/86	MAPA
16-10-1986	X	315/86	MIC
16-10-1986	X	513/86	MOPTC
16-10-1986	X	372/86	MOPTC
07-11-1986	X	525/86	MPAT
14-11-1986	X	413/86	MTSS
26-11-1986	X	532/86	MF
04-12-1986	X	656/86	MF
12-12-1986	X	618/86	MEC
12-12-1986	X	588/86	MF
12-12-1986	X	646/86	MPAT
18-12-1986	X	747/86	MF
23-12-1986	X	756/86	PCM
24-12-1986	X	716/86	MEC
24-12-1986	X	673/86	PCM
02-01-1987	X	725/86	MF
07-01-1987	X	696/86	MOTC
12-01-1987	X	772/86	MAPA
21-01-1987	X	263/86	MEC
21-01-1987	X	650/86	MAPA
21-01-1987	X	792/86	MEC
30-01-1987	X	799/86	MAPA
30-01-1987	X	2/87	MTSS
05-02-1987	X	659/86	PCM
05-02-1987	X	30/87	MEC
05-02-1987	X	644/86	PCM
06-02-1987	X	809/86	PCM
11-02-1987	X	739/86	MF

11-02-1987	X	778/86	MF
12-02-1987	X	743/86	MTSS
14-02-1987	X	802/86	MEC
25-02-1987	X	857/86	MF
27-02-1987	X	664/86	MEC
27-02-1987	X	738/86	MIC
21-03-1987	X	26/87	MOTC
23-03-1987	X	153/87	MTSS
07-04-1987	X	49/87	MF
07-04-1987	X	147/87	MF
07-04-1987	X	93/87	MAPA
16-04-1987	X	156/87	PCM
29-04-1987	X	856/86	MOTC
29-04-1987	X	82/87	MF
05-05-1987	X	189/87	MOTC
13-05-1987	X	180/87	MF
28-05-1987	X	189/87	MOTC
28-05-1987	X	185/87	MAPA
28-05-1987	X	752/86	PCM
01-06-1987	X	120/87	MAPA
12-06-1987	X	168/87	MDN
22-06-1987	X	223/87	MOTC
09-07-1987	X	259/87	MF
09-07-1987	X	294/87	MNE
09-07-1987	X	307/87	MNE
17-07-1987	X	306/87	MF
17-07-1987	X	224/87	MF
21-07-1987	X	9/87	MAPA
21-07-1987	X	210/87	MAPA
21-07-1987	X	286/87	MF
21-07-1987	X	238/87	MAPA
21-07-1987	X	339/87	MAPA
03-08-1987	X	284/87	PCM
09-10-1987	X ^{xxxix}	151/87	PCM

23-10-1987	X	175/87	PCM
23-10-1987	X	214/87	PCM
23-10-1987	X	258/87	MPAT
12-11-1987	XI ^{xl}	252/87	MAPA
12-11-1987	XI	443/87	MF
12-11-1987	XI	444/87	MF
03-12-1987	XI	221/87	MAPA
03-12-1987	XI	482/87	ME
03-12-1987	XI	334/87	MOTC
22-12-1987	XI	413/87	MOTC
30-12-1987	XI	351/87	MF
31-12-1987	XI	247/87	MF
07-01-1988	XI	555/87	ME
08-01-1988	XI	317/87	MAPA
20-01-1988	XI	8/88	MF
03-02-1988	XI	597/87	MJ
15-03-1988	XI	375/87	MF
24-03-1988	XI	20/88	MNE
30-03-1988	XI	58/88	MF
06-04-1988	XI	35/88	MPAT
15-04-1988	XI	31/88	MS
29-04-1988	XI	565/87	MOPTC
29-04-1988	XI	93/88	MAPA
29-04-1988	XI	94/88	MAPA
29-04-1988	XI	95/88	MAPA
29-04-1988	XI	96/88	MAPA
29-04-1988	XI	155/88	MCT
13-05-1988	XI	554/87	MAPA
27-05-1988	XI	215/88	PCM
27-05-1988	XI	234/88	MF
22-06-1988	XI	254/88	MF
22-06-1988	XI	299/88	MF
02-07-1988	XI	271/88	MF
06-08-1988	XI	209/88	MF

08-08-1988	XI	68/88	MDN
08-08-1988	XI	355/88	MF
15-09-1988	XI	438/88	MIE
11-11-1988	XI	649/88	ME
16-11-1988	XI	489/88	MS
09-01-1989	XI	572/88	ME
27-01-1989	XI	593/88	MNE
17-02-1989	XI	681/88	PCM
11-03-1989	XI	810/88	MF
16-03-1989	XI	73/89	MESS
14-04-1988	XI	771/88	MF
20-04-1989	XI	13/89	MS
20-04-1989	XI	58/89	MOPTC
11-05-1989	XI	20/89	PCM
11-05-1989	XI	762/88	MPAT
28-07-1989	XI	194/89	MESS
05-08-1989	XI	298/89	ME
25-08-1989	XI	693/88	MAPA
25-08-1989	XI	299/89	MAPA
03-09-1989	XI	222/89	MOPTC
20-09-1989	XI	314/89	MAPA
26-09-1989	XI	467/89	MCT
26-09-1989	XI	418/89	MF
22-12-1989	XI	626/89	MF
30-01-1990	XI	488/89	MAPA
30-01-1990	XI	493/89	MAPA
31-12-1990	XI	739/88	MESS
30-01-1990	XI	250/89	MAI
01-02-1990	XI	596/89	MAPA
01-02-1990	XI	597/89	MAPA
06-02-1990	XI	290/89	MPAT
13-02-1990	XI	342/89	MPAT
09-03-1990	XI	604/89	MNE
02-04-1990	XI	669/89	MESS

24-05-1990	XI	376/89	MESS
24-05-1990	XI	346/89	MARN
25-05-1990	XI	416/89	PCM
31-05-1990	XI	153/90	MOTC
31-05-1990	XI	169/90	MOTC
11-06-1990	XI	165/90	MOTC
11-06-1990	XI	176/90	MCT
13-09-1990	XI	289/90	MF
12-10-1990	XI	215/90	MF
08-11-1990	XI	157/90	MARN
10-11-1990	XI	378/90	MOTC
21-12-1990	XI	250/90	MARN
31-12-1990	XI	381/90	MNE
31-12-1990	XI	485/90	MIE
31-12-1990	XI	484/90	MIE
08-02-1991	XI	477/90	MIE

Tabela 53: Diplomas devolvidos, reenviados e promulgados – II Mandato de Mário Soares

Data promulgação	Governo	Diploma	
		Ref. PCM	Ministério
05-07-1991	XI	656/90	PCM
12-07-1991	XI	663/90	MNE
26-07-1991	XI	610/90	MCT
06-09-1991	XI	329/91	MF
02-04-1992	XII	504/91	ME
09-04-1992	XII	559/91	MNE
16-07-1992	XII	223/92	MCT
26-05-1993	XII	44/93	MDN
03-08-1993	XII	195/93	MIE
03-08-1993	XII	196/93	MIE
03-08-1993	XII	255/93	MIE
03-09-1993	XII	75/93	PCM

07-10-1994	XII	301/94	ME
28-10-1994	XII	243/94	MAI
21-06-1995	XII	141/95	MF
10-07-1995	XII	71/95	MIE

Tabela 54: Diplomas devolvidos, reenviados e promulgados – I Mandato de Jorge Sampaio

Data promulgação	Governo	Diploma	
		Ref. PCM	Ministério
02-07-1996	XIII	71/96	MJ
25-07-1996	XIII	156/96	MS
27-09-1996	XIII	185/96	PCM
27-11-1996	XIII	241/96	MC
05-12-1996	XIII	296/96	MNE
07-02-1997	XIII	392/96	PCM
17-11-1997	XIII	279/97	MADRP
30-03-1998	XIII	147/97	MTS
09-06-1998	XIII	201/97	MF
24-07-1998	XIII	100/98	MF
24-09-1998	XIII	339/98	MAI
25-11-1998	XIII	510/98	MADRP
11-02-1999	XIII	500/98	MEPAT
03-02-1999	XIII	472/98	MS
03-03-1999	XIII	509/98	MAI
10-05-1999	XIII	429/98	MEC
21-05-1999	XIII	607/98	MTS
15-10-1999	XIII	30/98	MNE
15-10-1999	XIII	31/98	MNE
21-04-1999	XIII	605/98	MAI
18-06-1999	XIII	581/98	MTS
22-06-1999	XIII	45/99	MJ
29-06-1999	XIII	84/99	MADRP
08-07-1999	XIII	151/99	MADRP

08-07-1999	XIII	231/99	MEPAT
08-07-1999	XIII	202/99	MEPAT
20-07-1999	XIII	194/99	MS
20-07-1999	XIII	280/99	MNE
04-08-1999	XIII	535/98	PCM
04-08-1999	XIII	536/98	PCM
04-08-1999	XIII	537/98	PCM
04-08-1999	XIII	511/98	MJ
20-08-1999	XIII	46/99	MJ
23-09-1999	XIII	234/99	MADRP
29-10-1999	XIII	225/99	MADRP
26-10-2000	XIV	18/99	MAOT
02-11-2000	XIV	312/00	MAI
31-01-2001	XIV	313/00	PCM
08-02-2001	XIV	222/00	MS
08-02-2001	XIV	487/00	MDN

Tabela 55: Diplomas devolvidos, reenviados e promulgados – II Mandato de Jorge Sampaio

Data promulgação	Governo	Diploma	
		Ref. PCM	Ministério
15-03-2001	XIV	423/00	ME
23-03-2001	XIV	418/00	MEC
08-05-2001	XIV	124/01	MAOT
04-06-2001	XIV	502/00	PCM
03-07-2001	XIV	51/01	MEC
17-07-2001	XIV	544/00	MNE
04-10-2001	XIV	150/01	MEC
30-10-2001	XIV	125/01	MF
11-12-2001	XIV	314/01	MJ
27-12-2001	XIV	350/01	MEC
04-01-2002	XIV	289/00	MF
11-01-2002	XIV	219/01	MAI

28-01-2002	XIV	454/01	MAI
28-01-2002	XIV	458/01	MNE
28-01-2002	XIV	479/01	MÊS
31-01-2002	XIV	470/01	MTS
31-01-2002	XIV	452/01	MTS
13-03-2002	XIV	300/01	MADRP
11-02-2002	XIV	449/01	PCM
14-02-2002	XIV	475/01	MS
14-02-2002	XIV	483/01	MCT
14-02-2002	XIV	9/02	MCT
14-02-2002	XIV	451/01	PCM
19-02-2002	XIV	484/01	MCT
19-02-2002	XIV	476/01	MJ
27-01-2003	XV	230/02	MCES
13-06-2003	XV	37/03	MSST
17-06-2003	XV	104/03	MEC
26-06-2003	XV	274/02	MCES
09-03-2004	XV	441/03	ME
19-04-2004	XV	311/03	MOPTH
19-04-2004	XV	317/03	MOPTH
02-08-2004	XV	171/04	MCOTA
02-08-2004	XV	145/04	MOPTH
20-12-2004	XV	174/04	PCM
22-12-2004	XV	175/04	PCM
11-09-2005	XVII	288/05	MAI
20-09-2005	XVII	293/05	MDN
26-10-2005	XVII	451/05	MJ
12-12-2005	XVII	417/05	MC

Tabela 56: Diplomas devolvidos, reenviados e promulgados – I Mandato de Cavaco Silva (até 31-12-2007^{xlii})

Data promulgação	Governo	Diploma	
		Ref. PCM	Ministério
30-10-2006	XVII	224/06	MAI
19-03-2007	XVII	473/07	PCM
29-11-2007	XVII	620/07	MSN
05-12-2007	XVII	613/07	MTSS
16-01-2008	XVII	615/07	MOPTC
14-03-2008	XVII	653/07	PCM

ⁱ Não sendo conhecida a data do ofício n.º 46 da Casa Civil do PR, a data mencionada nos primeiros cinco diplomas é a da posse do IX Governo Constitucional.

ⁱⁱ O presente diploma constava das listagens enviadas ao X Governo através do ofício da PR nº 32, de 8 de novembro de 1985, solicitando a indicação daqueles que o novo executivo entendesse que deviam ser promulgados. Embora tivesse sido incluído na lista dos escolhidos, enviada com o ofício n.º 48/85, de 11 de dezembro de 1985, do Gabinete do SEPCM, acabou por ser devolvido por ter caducado o prazo previsto no artigo 139.º/4 da CRP (cf. ofício n.º 34, de 13 de dezembro de 1985, da PR). Confirmada a aprovação em Conselho de Ministros, foi promulgado a 5 de março de 1986, dando origem ao Decreto-Lei 56/86, de 18 de Março.

ⁱⁱⁱ A primeira versão deste diploma foi objeto de veto político (v. Tabela 1 do presente Apêndice). A segunda versão deu entrada na PR a 10 de outubro de 1985 e foi devolvida sem promulgação com o ofício referenciado na nota anterior e pelas mesmas razões.

^{iv} Indicam-se como pronúncia do TC pela inconstitucionalidade todos os acórdãos em que tal decisão seja tomada, mesmo que apenas em relação a alguma norma.

^v O XIII Governo Constitucional cessou funções a 25 de outubro de 1999. Foram proferidos seis vetos posteriormente mas os diplomas eram desse Governo e deram entrada na PR para promulgação em data anterior àquela.

^{vi} O XV Governo Constitucional cessou funções a 17 de julho de 2004. Foram proferidos dois vetos posteriormente mas os diplomas eram desse Governo e deram entrada na PR para promulgação em data anterior àquela.

^{vii} Fonte: Todas as Tabelas incluídas são de elaboração própria, a partir dos arquivos da PR e das páginas oficiais da Internet da AR e do Tribunal Constitucional.

^{viii} Na falta de informação sobre a data de envio do requerimento ao Tribunal Constitucional, convencionou-se que o mesmo ocorreu no oitavo dia após a entrada na PR, considerando o prazo limite previsto no artigo 278.º/3 da CRP. Esta indicação é necessária para situar temporalmente a decisão no contexto da análise feita no Capítulo VI, sendo irrelevante para esse efeito uma diferença diminuta de dias, que é aquilo que pode resultar desta opção.

^{ix} Nas Tabelas com a listagem dos requerimentos do PR ao TC incluem-se apenas as anotações relativas aos diplomas com acórdãos de não inconstitucionalidade dado que os restantes estão devidamente anotados nas Tabelas que antecedem aquelas e que contêm a listagem dos vetos jurídicos.

^x Nesta Tabela e nas seguintes, entre os motivos formais inclui-se a existência de dúvidas sobre a constitucionalidade, invasão da esfera da competência reservada da AR, o facto de o Governo se encontrar em gestão, a necessidade de compatibilização com outras normas em vigor, o incumprimento da norma habilitante e a falta de pareceres ou de processo de negociação coletiva obrigatórios.

^{xi} Na pasta “Mapas entrada diplomas do Governo – IX-X Gov. Const. 15 de julho de 1983 a 20 de agosto de 1987. Assessoria dos Assuntos Jurídicos e Constitucionais”, existente nos Arquivos da PR, consta a indicação expressa de que este diploma foi “devolvido sem promulgação”. A pesquisa feita no Diário da República mostra que não foi publicado nenhum decreto-lei sobre esta matéria no período de um ano após a entrada na Presidência, ocorrida a 28-09-1983.

^{xii} O assunto foi retomado pelo X Governo com a aprovação do Decreto-Lei n.º 522/85, de 31 de dezembro, promulgado nessa mesma data.

^{xiii} Este diploma era do IX Governo Constitucional e deu entrada na PR para promulgação a 25 de setembro de 1985. Foi devolvido sem promulgação dois dias após a posse do X Governo, fora do contexto de enquadramento dos vetos de transição. O novo executivo aprovou uma iniciativa legislativa com o mesmo objeto em reunião de 26 de dezembro de 1985, a qual foi promulgada a 8 de janeiro de 1986 (DL n.º 13/86, de 23 de janeiro).

^{xiv} Não foi encontrada nenhuma explicação para o facto de ter sido devolvido tão tardiamente este diploma do IX Governo, que deu entrada na PR a 6-11-1985, precisamente no dia da posse do executivo que lhe sucedeu. Não há indicação expressa de que se tenha tratado de um veto de transição.

^{xv} Foi substituído por outro diploma entrado na PR com o registo 577/86, aprovado em Conselho de Ministros de 28 de agosto de 1986 e promulgado a 9 de setembro.

^{xvi} O XI Governo aprovaria depois, em reunião de Conselho de Ministros de 25 de novembro de 1987, um novo diploma sobre esta matéria, promulgado a 22 de dezembro do mesmo ano (DL n.º 387-H/87, de 30 de dezembro).

^{xvii} Após a devolução o Governo seguinte obteve autorização legislativa da Assembleia da República (Lei n.º 37/87, de 12 de dezembro) e aprovou um novo diploma (DL 92/88, de 17 de março).

^{xviii} Após a devolução o Governo seguinte obteve autorização legislativa da Assembleia da República (Lei n.º 1/88, de 4 de janeiro) e aprovou um novo diploma (DL 106/88, de 31 de março).

^{xix} A devolução foi acordada entre o PR e o PM porque os sete diplomas em causa foram aprovados depois da dissolução da Assembleia da República ocorrida a 28 de abril de 1987 (Decreto do Presidente da República n.º 12/87).

^{xx} Em reunião do Conselho de Ministros de 10 de setembro de 1987, o XI Governo voltou a aprovar este diploma, que foi promulgado a 23 de outubro (DL n.º 347/87, de 5 de novembro).

^{xxi} O diploma voltou a ser aprovado nos exatos termos e datas da nota anterior, dando origem ao DL n.º 348/87, de 5 de novembro.

^{xxii} Um diploma sobre esta matéria foi aprovado depois pelo XI Governo (DL n.º 387-I/87, de 30 de dezembro, aprovado em Conselho de Ministros de 22 do mesmo mês e promulgado na primeira das referidas datas).

^{xxiii} O XI Governo aprovaria meses mais tarde um diploma com o mesmo objetivo: o DL n.º 143/88, de 22 de abril, aprovado em Conselho de Ministros de 24 de março de 1988 e promulgado em 9 de abril do mesmo ano.

^{xxiv} O diploma voltou a entrar na PR para promulgação a 21 de setembro de 1987, já com o XI Governo em funções, e foi devolvido, de novo, no dia seguinte. Após nova aprovação em Conselho de Ministros de 1 de outubro de 1987, regressou à PR a 10 de novembro, sendo promulgado a 12 do mesmo mês e publicado como DL n.º 362/87, de 26 de novembro.

^{xxv} Este diploma deu entrada na PR a 17-03-1988, foi devolvido sem promulgação a 03-05-1988, voltou a dar entrada a 21-06-1988 e foi devolvido uma vez mais.

^{xxvi} Este diploma deu entrada na PR a 08-02-1990, foi devolvido sem promulgação a 09-03-1990, voltou a dar entrada a 02-04-1990 e foi devolvido uma vez mais.

^{xxvii} O Código viria a ser aprovado por Lei da Assembleia da República, na legislatura seguinte (Lei n.º 51/96, de 7 de setembro).

^{xxviii} Nova versão do diploma foi aprovada em reunião do Conselho de Ministros de 30 de janeiro de 1997 e promulgada a 7 de abril (DI n. 101/97, de 26 de abril).

^{xxix} Em Conselho de Ministros de 17 de março de 1997 foi aprovada nova versão do diploma, promulgada a 18 de abril do mesmo ano (DL n.º 124/97, de 23 de maio).

^{xxx} O Acordo viria a ser aprovado para ratificação por Resolução da AR (n.º 33/98, de 19 de março) e ratificado por Decreto do PR (n.º 23/98 de 19 de junho).

^{xxxi} O Acordo viria a ser aprovado para ratificação por Resolução da AR (n.º 28-A/97, de 14 de maio) e ratificado por Decreto do PR (n.º 26-A/97, de 14 de maio).

^{xxxii} O diploma foi devolvido por se tratar de matéria da competência reservada da AR. A matéria foi objeto de iniciativa parlamentar que deu origem à Lei n.º 25/98, de 26 de maio.

^{xxxiii} Um novo diploma regulador desta matéria veio a ser aprovado em reunião do Conselho de Ministros de 12 de julho de 1999, sendo promulgado a 20 de agosto do mesmo ano (DL. 349/99, de 2 de setembro).

^{xxxiv} Após a devolução uma nova versão do diploma foi aprovada em Conselho de Ministros de 15 abril de 1999, dando origem ao DL. n.º 239/99 de 25 de junho, promulgado a 14 de maio.

^{xxxv} Este Gabinete acabou por ser integrado no IPDT, criado através do DL. 31/99, de 5 de fevereiro (cf. artigo 24.º/1). Este diploma foi aprovado pelo Governo a 13 de novembro de 1998 e promulgado a 22 de janeiro de 1999. A proximidade das datas de entrada na PR (26-10-1998) e de devolução à PCM da primeira iniciativa e de aprovação da segunda sugere que o pedido de devolução possa não ter sido influenciado por qualquer iniciativa presidencial.

^{xxxvi} O Código foi ratificado por Decreto do Presidente da República (24/2000, de 13 de abril).

^{xxxvii} O objetivo foi alcançado através de um outro diploma, promulgado precisamente na data da devolução deste. Trata-se do registado na PCM com o n.º 311/2001, que deu origem ao DL 26/2002, de 14 de fevereiro (Estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação das receitas e despesas públicas...).

^{xxxviii} Após a devolução o diploma foi aprovado pelo XVI Governo, em 2 de setembro de 2004, e promulgado a 20 do mesmo mês (DL n.º 217/2004, de 8 de outubro).

^{xxxix} Este diploma e os três seguintes foram promulgados já com o XI Governo em funções, após confirmação por este executivo em reunião de Conselho de Ministros, superando, assim, a objeção colocada pelo PR relativa ao facto de terem sido inicialmente aprovados quando em X Governo se encontrava em gestão.

^{xl} Esta inserção refere-se à 2ª versão do diploma, entrada na PR já com o XI Governo em funções e devolvida, sendo promulgada após nova aprovação em Conselho de Ministros (v. nota 24).

^{xli} Esta é a data em que terminam os registos escritos em papel nos livros disponíveis no Arquivo da PR. Os últimos dois diplomas foram devolvidos antes desta data, mas promulgados depois, conforme foi possível verificar nos Diários da República (correspondem, por ordem da Tabela, ao Decreto n.º 7/2008, de 27 de março e ao Decreto-Lei n.º 17/2008, de 29 de janeiro). Os registos posteriores de entrada de diplomas para promulgação passaram a ser feitos em suporte informático e não estão disponíveis para consulta.

Referências documentais e avaliação das notícias publicadas na comunicação social relativas aos pontos V.3 e V.4 do Capítulo V

Ponto V.3.1 Presidir ao Conselho de Estado

Tabela 1: Reuniões do Conselho de Estado

Mandato	Governo	Data	Agenda – pontos em destaque	Referências	Sentido/intensidade			Código
					Conf.	Neut.	Coop.	
Eanes II	Balsemão II	29-12-82	Regimento	Posse de três membros, 1982, dezembro 30.		X		
	Balsemão II	18-01-83	Crise gerada por demissão do PM	Crise divide também, 1983, janeiro 19.				
	Balsemão II	20-01-83	Dissolução da AR	Oito votos em Crespo, 1983, janeiro 21.	-	-	-	
	Soares III	14-07-83	Regimento	Carvalho, 1983, abril 30. Carvalho, 1983, maio 28. Reunião do Conselho de Estado, 1983, julho 15.		X		
	Soares III	30-03-84	Regimento Timor	Indonésia aceita negociar, 1984, março 30. Indonésia receptiva, 1984, março 30.	X		X	
				Intensidade média	-0,05			OPRS1
	Soares III	07-11-84	Regimento	Conselho de Estado com novos membros, 1984, novembro 7.		X		
	Soares III	21-01-85	Relacionamento entre órgãos de soberania Situação económica e financeira	Reunião «relativamente pacífica», 1985, janeiro 22. Anúnciação, 1985, janeiro 26.	X		X	
				Intensidade média	-0,13			OPRS2
	Soares III	31-01-85	Situação económica e financeira	Conselho de Estado analisou, 1985, fevereiro 1. Anúnciação, 1985, fevereiro 2. Eanes responde a Soares, 1985, fevereiro 2.	X		X	
Soares I				Intensidade média	-0,05			OPRS3
	Soares III	17-06-85	Crise gerada por fim do Bloco Central	Conselho de Estado esteve reunido, 1985, junho 18.		X		
	Soares III	20-06-85	Dissolução AR	Conselho de Estado não foi conclusivo, 1985, junho 21	-	-	-	
	Soares III	26-06-85	Dissolução AR	Maioria dos conselheiros de Estado, 1985, junho 27 Conselho de Estado emitiu parecer, 1985, junho 27	-	-	-	
	Cavaco I	22-04-86	Atas e funcionamento	Conselho de Estado reuniu-se, 1986, abril 23.		X		

	Cavaco I	03-07-86	Ministro da República para a RA dos Açores	Conselho de Estado favorável, 1986, julho 4.	X			
	Cavaco I	29-07-86	Timor	Timor deve ser julgado, 1986, julho 30.	X			
	Cavaco I	02-09-86	Estatuto da RA dos Açores (símbolos)	Mário Soares não pediu, 1986, setembro 3.	X			
	Cavaco I	06-01-87	Macau	Negociações com a China, 1987, janeiro 7.	X			
	Cavaco I	21-03-87	Macau	Cavaco Silva fez «ampla exposição», 1987, março 22.	X			
	Cavaco I	22-04-87	Crise provocada por moção de censura	Conselho de Estado favorece eleições, 1986, abril 23. Longa reunião, 1987, abril 23. O que se disse em Belém, 1987, abril 25.	-	-	-	
				Intensidade média			X 0,05	OPRS4
	Cavaco II	28-04-87	Dissolução AR	Mário Soares considerou inoportuna, 1987, abril 29.	-	-	-	
	Cavaco II	09-03-88	Timor	Aumentam apoios, 1988, março 10.	X			
	Cavaco II	28-03-89	Macau	Conselho de Estado reúne unanimidade, 1989, março 29.	X			
	Cavaco II	28-02-90	Macau	Conselho de Estado poderá deixar, 1990, fevereiro 28. Assembleia da República debate audição, 1990, março 1	X			
	Cavaco II	10-01-91	Guerra no Golfo	Forças de segurança em «semiprevenção», 1991, janeiro 11.	X			
	Cavaco II	17-01-91	Guerra no Golfo	Soares entende desfecho do Golfo, 1991, janeiro 17.	X			
Soares II	Cavaco II	16-04-91	Ministro da República para a RA dos Açores	Conselho de Estado fecha ciclo, 1991, abril 17.	X			
	Cavaco II	30-10-91	Ministro da República para a RA da Madeira	Conselho de Estado dá luz verde, 1991, outubro 31.	X			
	Cavaco III	21-05-92	Tratado de Maastricht	Mário Soares tem a última palavra, 1992, maio 22.	X			
	Cavaco III	10-03-93	Timor	Negreiros, 1993, março 11.	X			
Sampaio I	Guterres I	18-06-96	Macau	Rocha, 1996, junho 19. Guterres atrasou o Conselho, 1996, junho 22.	X			
	Guterres I	15-04-97	Macau Levantamento de imunidade a Jardim	Rocha & Vale, 1997, abril 16. Raimundo, 1997, abril 19.	X			

	Guterres I	06-10-97	Ministros da Rep. para Açores e Madeira	Simas, 1997, outubro 7.				X
	Guterres I	16-01-98	Macau	Conselho de Estado quer segurança, 1998, janeiro 17.				X
	Guterres I	31-07-98	Timor	Albino, 1998, agosto 1.				X
	Guterres I	14-12-98	Macau	Mascarenhas, 1998, dezembro 15.				X
	Guterres I	05-03-99	Macau	Conselho de Estado aprova autonomia, 1991, maio 7.				X
	Guterres I	19-04-99	Timor	Silva, 1999, abril 17. Conselho de Estado favorável a acordo, 1999, abril 20.31 de julho de 1 Silva, 1999, abril 24.				X
	Guterres I	14-05-99	Macau	Portugal disposto a colaborar, 1999, maio 15.				X
	Guterres I	10-09-99	Timor	Conselho de Estado apoia envio, 1999, setembro 11.				X
	Guterres II	10-07-00	Caráter sigiloso das atas	Actas continuam em segredo, 2000, julho 11.				X
	Guterres II	01-03-01	Revisão do Regimento	Actas do Conselho de Estado, 2001, março 2. Henriques, 2001, março 2.				X
Sampaio II	Guterres II	19-04-01	Recondução Ministros da República	Henriques, 2001, abril 19.				X
	Guterres II	26-09-01	Combate ao terrorismo	Combate ao terrorismo, 2001, setembro 27.				X
	Guterres II	27-12-01	Dissolução AR	Henriques, 2001, dezembro 28.	-	-	-	
	Barroso	16-07-02	Reforma da União Europeia	Conselho de Estado debate reforma, 2002, julho 17.				X
	Barroso	06-02-03	Guerra do Iraque	Sem prejuízo das posições, 2003, fevereiro 7. Silva & Figueiredo, 2003, fevereiro 8.		X		X
				Intensidade média	-0,05			OPRS5
	Barroso	19-03-03	Guerra do Iraque	Henriques, 2003, março 20. Henriques & Espada, 2003, março 20. ¹	-	-	-	X
	Barroso	17-12-03	Questões europeias (integração e alargamento)	Conselho de Estado debate Europa, 2003, dezembro 17. ²				X

¹ A reunião do Conselho de Estado é mencionada apenas na legenda da foto da notícia sobre a comunicação feita pelo PR ao país, a propósito da Guerra.

² Não foram encontradas notícias sobre o resultado da reunião nos jornais consultados (Diário de Notícias e Público, de 18 de dezembro de 2003 e Expresso de 20 do mesmo mês e ano).

	Barroso	09-07-04	Crise política provocada por saída de Durão Barroso	Almeida, 2004, julho 9. Henriques & Simas, 2004, julho 9. Henriques, Almeida & Lourenço, 2004, julho 10. Simas, 2004, julho 10.	X			
	Lopes	10-12-04	Dissolução AR	Figueiredo, 2004a, dezembro 11. Henriques, 2004, dezembro 11.	-	-	-	
	Sócrates I	15-07-05	Portugal na União Europeia	Leite, 2005, julho 16. PR recua no referendo, 2005, julho 16.	X			
Cavaco I	Sócrates I	22-02-07	Forças Armadas, missões internacionais	Almeida & Rodrigues, 2007, fevereiro 23. Diogo & Marcelino, 2007, fevereiro 24.	X			
	Sócrates I	02-03-07	Dissolução ALRM	Conselho de Estado unânime, 2007, março 3.	-	-	-	
	Sócrates I	15-06-07	Presidência portuguesa da UE	Leite & Sá, 2007, junho 16. Sousa, 2007, junho 16.	X			
	Sócrates II	15-06-09	Presença FFAA no Afeganistão	Pessoa, 2009, junho 15. Freire, 2009, junho 16.	X			
	Sócrates II	03-02-10	Finanças Regionais	Sá, 2010, fevereiro 4. Simas, 2010, fevereiro 4.	X			
	Sócrates II	29-10-10	OE 2011	Henriques, 2010, outubro 30. Meireles, 2010, outubro 30. Simas, 2010, outubro 30.				X X -
				Intensidade média			0,10	OPRS6
Cavaco II	Sócrates II	31-03-11	Dissolução AR	Sá, 2011, março 31. Sá, 2011, abril 1. Cavaco criticado, 2011, abril 2.	-	-	-	
	Coelho I	25-10-11	OE 2012	Sá, 2011, outubro 26. Almeida & Guerra, 2011, outubro 26.	X			
	Coelho I	21-09-12	Crise provocada pela proposta de reforma da TSU	Coelho, 2012, setembro 21. Coelho & Henriques, 2012, setembro 22. Madaíl, 2012, setembro 22. Meireles, 2012, setembro 22. Botelho & Ribeiro, setembro 23.	- X X X -	- X -	- -	
				Intensidade média	-0,17			OPRS7
	Coelho I	20-05-13	Perspetivas da economia pós-troika	Henriques & Marujo, 2013, maio 21. Lopes, 2013, maio 21.	X			

			Mendes, 2013, maio 21.	X
			Botelho & Lopes, 2013, maio 22.	X
Coelho I	03-07-14	Situação económica, social e política, face à conclusão do programa de ajustamento	Cavaco joga tudo, 2014, junho 28.	X
			Conselho de Estado pede, 2014, julho 4.	X
			Sá, 2014, julho 4.	X
			Cavaco não aceita, 2014, julho 5.	X
			Silva, Figueiredo & Meireles, 2014, julho 5.	X
Coelho I	26-01-15	Dissolução ALRM	Lourenço & Nóbrega, 2015, janeiro 27.	X
			Luz verde, 2015, janeiro 27.	

V.3.2 Marcar a data das eleições para a Assembleia da República

Tabela 2: Marcação da data das eleições para a Assembleia da República

Mandato	Governo	Data da decisão ³	Data das eleições	Referências	Sentido/intensidade			Código
					Conf.	Neutro	Coop.	
Eanes II	Balsemão II	04-02-83	25-04-83	Decreto do PR n.º 2/83, de 4 de fevereiro Balsemão coloca a Eanes condições, 1983, janeiro 29. Eleições podem realizar-se, 1983, janeiro 29. Do 25 de Abril, 1983, janeiro 29.	X			OPRS8
	Soares III	12-07-85	06-10-85	Decreto do PR n.º 43/85, de 12 de julho Eanes sugere, 1985, julho 11. Eleições a 5 ou 6 de outubro, 1985, julho 11. Ramalho Eanes dissolve hoje, 1985, julho 12. Portugueses elegem novos deputados, 1985, julho 13.		X		
Soares I	Cavaco I	29-04-87	19-07-87	Decreto do PR n.º 12/87, de 29 de abril Conselho de Estado confirma posição, 1987, abril 28. PS preferia formar Governo, 1987, abril 28. Estou convencido, 1987, abril 29. Mário Soares considerou inoportuna, 1987, abril 29.		X		

³ A data considerada é a da assinatura do Decreto da Assembleia da República que convoca o ato eleitoral.

Soares II	Cavaco II	15-05-91	06-10-91	Decreto do PR n.º 30/91, de 16 de julho Belém convoca eleições, 1991, maio 16. Moral, 1991, maio 16.	X	
	Cavaco III	22-05-95	01-10-95	Decreto do PR n.º 55/95, de 21 de junho Legislativas a 1 de Outubro, 1995, maio 23.	X	
Sampaio I	Guterres I	17-07-99	10-10-99	Decreto do PR n.º 167/99, de 17 de julho Simas, 1999, julho 8. Legislativas a 10 de Outubro, 1999, julho 11.	X	OPRS9
Sampaio II	Guterres II	18-01-02	17-03-02	Decreto do PR n.º 3/2002, de 18 de janeiro Henriques, 2001, dezembro 28. Lourenço, 2001, dezembro 28. Henriques, 2001, dezembro 29.	X	
	Lopes	22-12-04	20-02-05	Decreto do PR n.º 100-B/2004, de 22 de dezembro Almeida, 2004, dezembro 10. Henriques & Espada, 2004, dezembro 10. Henriques, 2004, dezembro 11.	X	
Cavaco I	Sócrates I	24-06-09	27-09-09	Decreto do PR n.º 57/2009, de 9 de julho Gomes, 2009, junho 25. Sá, 2009, junho 25. Henriques, 2009, junho 28. Rodrigues, 2009, junho 28.	X	OPRS10
Cavaco II	Sócrates II	25-03-11	05-06-11	Decreto do PR n.º 44-A/2011, de 7 de abril Dinis, 2011, março 26 Guerra, 2011, março 26.	X	OPRS11
	Coelho I	21-07-15	04-10-15	Decreto do PR n.º 74-A/2015, de 24 de julho Lopes, 2015, julho 22. Partidos defendem eleições, 2015, julho 22	X	

V.3.3 Dirigir mensagens à AR

Tabela 3: Mensagens dirigidas à Assembleia da República

Mandato	Governo	Data	Assunto	Referências	Sentido/intensidade			Código
					Conf.	Neutro	Coop.	
Eanes II	Soares III	10-01-84	Representação protocolar dos Tribunais	DAR, I série, n.º 61, de 11 de janeiro de 1984, pp. 2697-2698.	-	-	-	-
	Soares III	18-06-85	Apelo para entendimento que evite eleições antecipadas	DAR, I série, n.º 93, de 19 de junho de 1985, pp. 3465-4366.	-	-	-	
				Soares propõe «esforço patriótico», 1985, junho 14.	-	-	-	
				Sociais-democratas propõem, 1985, junho 15.	-	-	-	
				Dissolução só poderá ser evitada, 1985, junho 19.			X	
				Partidos reagem, 1985, junho 19.	-	-	-	
				Presidente considera dissolução, 1985, junho 19.			X	
				PS quer maioria em Governo, 1985, junho 22.	-	-	-	
				Intensidade média			0,10	
	Cavaco I	13-11-85	Regime jurídico das eleições presidenciais	DAR, I série, n.º 3, de 13 de novembro de 1985, pp. 53-54.	-	-	-	-
Soares II	Cavaco II	05-06-91	Comunicação social	DAR, I série, n.º 88, de 6 de junho de 1991, pp. 2880-2882.	-	-	-	
				Reações à mensagem do PR, 1991, junho 6.	-	-	-	
				Soares apela a informação, 1991, junho 6.	X			
				Cavaco diz que teve de conter, 1991, junho 8.	X			
				Costa, 1991, junho 8.	X			
				Intensidade média	-0,33			
	Cavaco III	31-05-95	Timor Leste	DAR, I série, n.º 82, de 1 de junho de 1995, p. 2632.		X		OPRS13
	Guterres I	07-02-96	Amnistia FP-25 de Abril	DAR, I série, n.º 36, de 8 de fevereiro de 1996, pp. 1006-1007.		X		
				Teixeira, 1996, fevereiro 7.		X		
				Sá, 1996, fevereiro 8.		X		
				Henriques & Sá, 1996, fevereiro 9.		X		

				Pereira, 1996, fevereiro 10.	X		
				Pereira, 1996, fevereiro 17.	X		
	Guterres I	09-02-96	Oceanos	DAR, I série, n.º 38, de 10 de fevereiro de 1996, pp. 1083-1085.	X		
				Portugal regressa ao mar, 1996, fevereiro 10.	X		
Sampaio I	Guterres I	09-12-98	Declaração Universal dos Direitos do Homem	DAR, I série, n.º 26, de 11 de dezembro de 1998, pp. 930-931.	X		
	Guterres I	12-01-99	Deslocações do PR ao estrangeiro	DAR, I série, n.º 48, de 13 de fevereiro de 1999, p. 1761-1763	X		
	Guterres II	19-09-01	Atentados de 11 de setembro	DAR, I série, n.º 1, de 20 de setembro de 2001, pp. 6-8	X		
Sampaio II	Barroso	08-05-02	Pareceres jurídicos sobre a relação do PR com a AR no processo de promulgação	DAR, I série, n.º 8, de 9 de maio de 2002, pp. 246-247	X		
	Barroso	05-03-03	Lei de Programação Militar	DAR, I série, n.º 24, de 6 de março de 2003, pp. 3965-3966.	-	-	-
				Espada, 2003, março 6.	X		
				Lockheed apresentou, 2003, março 8.	X		
				Intensidade média	0,10		OPRS14
	Barroso	14-01-04	Situação económica e financeira	DAR, I série, n.º 38, de 15 de janeiro de 2004, pp. 2155-2158	-	-	-
				Bastos, 2004, janeiro 15.	X		
				Presidente arrasa política, 2004, janeiro 15.	X		
				Viana, 2004, janeiro 15.	-	-	-
				Silva, 2004, janeiro 17.	X		
				Intensidade média	-0,50		OPRS15

Ponto V.3.4 Presidir ao CM

Tabela 4: Reuniões do Conselho de Ministros presididas pelo Presidente da República

Mandato	Governo	Data	Referências	Sentido/intensidade			Código
				Conf.	Neutro	Coop.	
Soares II	Guterres I	03-01-96	Soares preside a Governo, 1995, dezembro 30. Pimentel, 1996, janeiro 4. Simas, 1996, janeiro 4.			X	OPRS16
Cavaco II	Costa	03-03-16	Almeida, 2016, fevereiro 18. Freire, 2016, março 4. Lopes, 2016, março 4.			X	OPRS17

Ponto V.3.5 Nomeações em codecisão

Tabela 5: Nomeações em codecisão

Mandato	Governo	Data	Cargo - Titular	Referências	Sentido/intensidade			Código
					Conf.	Neutro	Coop.	
V.3.5.1 Nomeação do Presidente do Tribunal de Contas e do Procurador-Geral da República								
Art.º 133.º/m da CRP								
Eanes II	Soares III	11-09-84	PGR – Cunha Rodrigues	Decreto do PR n.º 69/84, de 11 de setembro. A pobreza não deverá agravar, 1984, setembro 12.			X	
Soares I	Cavaco I	05-06-86	Presidente do T. Contas – Sousa Franco	Decreto do PR n.º 16/86, de 5 de junho. Passado de Sousa Franco, 1986, junho 6.			X	
	Guterres I	02-12-95	Presidente do T. Contas – Alfredo José de Sousa	Decreto do PR n.º 85-C/95, de 2 de dezembro. Dinheiros públicos, 1995, dezembro 3.			X	
Sampaio	Guterres II	09-10-00	PGR – Souto Moura	Decreto do PR n.º 40-B/2000, de 9 de outubro. Souto Moura inicia funções, 2000, outubro 6. Silva, 2005, julho 9. Azevedo, 2006, janeiro 14. Azevedo & Silva, 2006, janeiro 20. Botelho, 2006, janeiro 21.			X	

	Guterres II	26-09-01	Presidente do T. Contas – Alfredo José de Sousa	Decreto do PR n.º 48/2001, de 26 de setembro.		
	Sócrates I	28-10-05	Presidente do T. Contas – Oliveira Martins	Decreto do PR n.º 65-A/2005, de 28 de outubro. Rosendo & Magalhães, 2005, setembro 17. Henriques, 2005, outubro 29.	X	
Cavaco I	Sócrates I	09-10-06	PGR – Pinto Monteiro	Decreto do PR n.º 82-A/2006, de 9 de outubro. Abrunhosa, 2006, junho 24. Oliveira & Ribeiro, 2006, agosto 23. Ribeiro & Gomes, 2006, agosto 25. Silva & Saraiva, 2006, agosto 26. Felner, Botelho & Ribeiro, 2006, setembro 19. Abrunhosa, Silva & Saraiva, 2006, setembro 23. Abrunhosa, 2006, outubro 7. Henriques, 2006, outubro 10.	X	
	Sócrates II	26-11-09	Presidente do T. Contas – Oliveira Martins	Decreto do PR n.º 109/2009, de 26 de novembro. O Presidente da República nomeou, 2009, novembro 20.	X	
Cavaco II	Coelho I	12-10-12	PGR – Joana Marques Vidal	Decreto do PR n.º 153-A/2012, de 12 de outubro. Espiney, 2012, outubro 13. Lima, 2012, outubro 13.	X	
	Coelho I	26-11-13	Presidente do T. Contas – Oliveira Martins	Decreto do PR n.º 121-A/2013, de 26 de novembro. Guilherme d' Oliveira Martins, 2013, novembro 27.	X	
V.3.5.2 Nomeação das altas chefias militares						
Art.º 133.º/p da CRP (CEMGFA, vice-CEMGFA e Chefes do Estado-Maior dos três ramos das FFAA)						
Eanes II	Soares III	22-11-83	CEME – Garcia dos Santos, exoneração	Decreto do PR n.º 26/83, de 22 de novembro. Anúnciação, 1983, julho 30. Eanes analisa resposta, 1983, julho 30. Eanes ainda não decidiu, 1983, agosto 6. Lei da Defesa poderá ser, 1983, outubro 15. Sousa, 1983, novembro 12. PR não aceitou, 1983, novembro 18. Presidente exonera, 1983, novembro 22.	X	OPRS18

				Dupla confiança, 1983, novembro 23. Carvalho, 1983, novembro 26. Saraiva, 1983, novembro 26.	
	Soares III	14-12-83	CEME – Salazar Braga	Decreto do PR n.º 27-A/83, de 14 de dezembro. Salazar Braga confirmado CEME, 1983, dezembro 15. Reestruturação do Exército, 1983, dezembro 18.	X
	Soares III	01-03-84	CEMGFA – Lemos Ferreira	Decreto do PR n.º 52/84, de 1 de março. Lemos Ferreira é o novo CEMGFA, 1984, março 3. Posse do CEMGFA, 1984, março, 9. Sintonia com a NATO, 1984, março 9.	X
	Soares III	29-03-84	CEMFA – Brochado Miranda	Decreto do PR n.º 55-A/84, de 29 de março.	X
	Cavaco I	06-01-86	CEMA – Sousa Leitão, prorrogação	Decreto do PR n.º 1/86, de 6 de janeiro.	X
Soares I	Cavaco I	09-01-87	CEME – Firmino Miguel	Decreto do PR n.º 3/87, de 9 de janeiro. Forças Armadas estão disciplinadas, 1987, janeiro 10.	X
	Cavaco I	22-01-87	Vice-CEMGFA – Soares Carneiro	Decreto do PR n.º 6/87, de 22 de janeiro. Firmino Miguel já escolheu, 1987, janeiro 17. Semana difícil em Belém, 1987, janeiro 17. Firmino diz às unidades, 1987, janeiro 24. Soares Carneiro empossado, 1987, janeiro 24.	X
	Cavaco I	27-02-87	CEMGFA – Lemos Ferreira, prorrogação	Decreto do PR n.º 10/87, de 27 de fevereiro. Lemos Ferreira continua, 1987, fevereiro 28. PR já assinou decreto, 1987, fevereiro 28.	X
	Cavaco I	30-03-87	CEMFA – Brochado Miranda, prorrogação	Decreto do PR n.º 11/87, de 30 de março.	X
	Cavaco II	18-01-88	CEMA – Andrade e Silva	Decreto do PR n.º 3/88, de 18 de janeiro. Governo escolhe Andrade e Silva, 1987, dezembro 31.	X
	Cavaco II	09-08-88	CEMFA – Conceição e Silva	Decreto do PR n.º 63/88, de 30 de setembro. Mascarenhas, 1988, junho 27. Inconcebível uma Força Aérea, 1988, outubro 1.	X
	Cavaco II	29-03-89	CEMGFA – Soares Carneiro	Decreto do PR n.º 21/89, de 29 de março. Soares Carneiro vence, 1989, março 24.	X

	Cavaco II	05-05-89	Vice-CEMGFA – Mendes Dias	Decreto do PR n.º 24/89, de 5 de maio. Mário Soares empossou Mendes Dias, 1989, maio 6.	X	
	Cavaco II	24-01-90	CEME – Firmino Miguel, prorrogação	Decreto do PR n.º 6/90, de 24 de janeiro.	X	
	Cavaco II	04-03-91	CEMA – Fuzeta da Ponte	Decreto do PR n.º 11/91, de 4 de março. Frontalidade custou lugar, 1991, janeiro 1.*** Fuzeta da Ponte toma posse, 1991, março 4. Tomou posse o novo Chefe, 1991, março 9.	X	
Soares II	Cavaco II	18-03-91	CEME – Loureiro dos Santos	Decreto do PR n.º 12/91, de 18 de março.	X	
	Cavaco III	03-12-91	CEMFA – Mendes Dias	Decreto do PR n.º 60/91, de 2 de dezembro. Governo não reconduzirá, 1991, abril 27.*** Novo CEMFA não aceita, 1991, dezembro 3.	X	
	Cavaco III	09-04-92	CEMGFA – Soares Carneiro, prorrogação	Decreto do PR n.º 11/92, de 9 de abril.	X	
	Cavaco III	12-10-92	CEME – Cerqueira Rocha	Decreto do PR n.º 23/92, de 18 de setembro. ⁴ Decreto do PR n.º 23-A/92, de 12 de outubro. Cavaco «recupera» Loureiro, 1992, setembro 19. Cerqueira Rocha já é o novo chefe, 1992, outubro 13.	X	
	Cavaco III	21-02-94	CEMGFA – Fuzeta da Ponte	Decreto do PR n.º 8/94, de 21 de fevereiro. Fuzeta empossado no cargo, 1994, fevereiro 22.	X	
	Cavaco III	24-03-94	CEMA – Ribeiro Pacheco	Decreto do PR n.º 17/94, de 24 de março. Mascarenhas, 1994, março 29.	X	
	Cavaco III	24-01-95	CEMFA – Aleixo Corbal	Decreto do PR n.º 8-A/95, de 24 de janeiro. Madrinha, 1994, dezembro 10.*** «O Presidente foi muito mal aconselhado», 1994, dezembro 10. Mascarenhas, 1995, janeiro 25.	X ⁵	OPRS19
	Cavaco III	12-10-95	CEME – Cerqueira Rocha, prorrogação	Decreto do PR n.º 73-A/95, de 12 de outubro. PR reconduz Cerqueira Rocha, 1995, outubro 12.	X	
Sampaio I	Guterres I	09-03-98	CEMGFA – Fuzeta da Ponte, prorrogação	Decreto do PR n.º 7-A/97, de 14 de fevereiro. Mascarenhas, 1997, fevereiro 14.	X	
	Guterres I	01-04-97	CEMA – Vieira Matias	Decreto do PR n.º 16-E/97, de 1 de abril.	X	

⁴ Exoneração do CEME Loureiro dos Santos, “a seu pedido”.

⁵ Não recondução de Mendes Dias, contrariando a proposta do Governo.

				Marinha retoma o bom rumo, 1997, abril 3.	
	Guterres I	17-045-97	CEME – Espírito Santo	Decreto do PR n.º 16-H/97, de 17 de abril. Exército mantém rota, 1997, abril 18.	X
	Guterres I	09-03-98	CEMGFA – Fuzeta da Ponte, exoneração	Decreto do PR n.º 8-A/98, de 9 de março. Saraiva & Raimundo, 1998, fevereiro 28. Fuzeta recusou pedir desculpa, 1998, março 7. Raimundo, 1998, março 7.	X
	Guterres I	16-03-98	CEMGFA – Espírito Santo	Decreto do PR n.º 8-D/98, de 16 de março. Mascarenhas, 1998, março 5. Mascarenhas, 1998, março 9. Belém «vetou» Corbal, 1998, março 10. Mascarenhas, 1998, março 10. Demissões em cascata, 1998, março 14.	X
	Guterres I	07-02-98	CEMFA – Aleixo Corbal, prorrogação	Decreto do PR n.º 5/98, de 7 de fevereiro. Corbal reconduzido, 1998, janeiro 27.	X
	Guterres I	19-03-98	CEME – Martins Barrento	Decreto do PR n.º 13-D/98, de 19 de março. Mascarenhas, 1998, março 11. Mascarenhas, 1998, março 20.	X
	Guterres I	19-03-98	CEMFA – Alvarenga de Sousa Santos	Decreto do PR n.º 13-C/98, de 19 de março. Mascarenhas, 1998, março 11. Mascarenhas, 1998, março 20.	X
	Guterres II	04-04-00	CEMA – Vieira Matias, prorrogação	Decreto do PR n.º 21/2000, de 4 de abril.	X
	Guterres II	12-10-00	CEMGFA – Alvarenga de Sousa Santos	Decreto do PR n.º 40-D/2000, de 12 de outubro. Mascarenhas, 2000, outubro 13.	X
	Guterres II	13-11-00	CEMFA – Vaz Afonso	Decreto do PR n.º 48-A/2000, de 13 de novembro.	X
Sampaio II	Guterres II	12-03-01	CEME – Silva Viegas	Decreto do PR n.º 17/2001, de 12 de março. Comandante da GNR substitui, 2001, fevereiro 17. Figueiredo, 2001, março 3. Rainho, 2001, março 3. Meireles, 2001, março 17.	X
	Barroso	06-05-02	CEMA – Mendes Cabeçadas	Decreto do PR n.º 25-A/2002, de 6 de maio. Mascarenhas, 2002, maio 8.	X
	Barroso	22-10-02	CEMGFA – Alvarenga de Sousa Santos,	Decreto do PR n.º 47-A/2002, de 22 de outubro.	X

			exoneração	<p>Contenção, disse Sampaio, 2002, fevereiro 23.</p> <p>«Caso Portas» agita, 2002, maio 30.</p> <p>PR resiste a Durão, 2002, outubro 19.</p> <p>Silva & Meireles, 2002, outubro 19.</p> <p>Silva & Meireles, 2002, outubro 26.</p>	
	Barroso	23-10-02	CEMGFA – Mendes Cabeçadas	Decreto do PR n.º 47-D/2002, de 23 de outubro.	X
	Barroso	25-11-02	CEMA – Vidal Abreu	<p>Meireles, 2002, outubro 26.</p> <p>Decreto do PR n.º 53-A/2002. De 25 de novembro.</p> <p>Armada sem chefe, 2002, janeiro 26.</p> <p>Mascarenhas, 2002, outubro 23.</p> <p>Novo chefe da Armada, 2002, novembro 30.</p>	X
	Barroso	06-08-03	CEME – Valença Pinto	<p>Decreto do PR n.º 45-B/2003, de 6 de agosto.</p> <p>Silva Viegas demite-se, 2003, julho 26.</p> <p>Mascarenhas, 2003, julho 26.</p> <p>Pereira & Lourenço, 2003, julho 27.</p> <p>Pereira, 2003, agosto 7.</p> <p>Simas, 2003, agosto 7.</p>	X
	Barroso	16-12-03	CEMFA – Taveira Martins	<p>Decreto do PR n.º 61-A/2003, de 16 de dezembro.</p> <p>Mascarenhas, 2003, dezembro 17.</p>	X
	Sócrates I	10-11-05	CEMGFA – Mendes Cabeçadas, prorrogação	Decreto do PR n.º 68/2005, de 10 de novembro.	X
	Sócrates I	28-11-05	CEMA - Melo Gomes	<p>Decreto do PR n.º 69-A/2005, de 28 de novembro.</p> <p>Pereira, 2005, novembro 29.</p>	X
Cavaco I	Sócrates I	12-07-06	CEME – Valença Pinto, prorrogação	Decreto do PR n.º 64/2006, de 12 de julho.	X
	Sócrates I	05-12-06	CEMGFA – Valença Pinto	<p>Decreto do PR n.º 117-D/2006, de 5 de dezembro.</p> <p>Freire, 2006, dezembro 6.</p>	X
	Sócrates I	18-12-06	CEME – Pinto Ramalho	<p>Decreto do PR n.º 124-A/2006, de 18 de dezembro.</p> <p>Freire, 2006, dezembro 19.</p>	X
	Sócrates I	18-12-06	CEMFA – Esteves de Araújo	<p>Decreto do PR n.º 124-B/2006, de 18 de dezembro.</p> <p>Freire, 2006, dezembro 19.</p>	X
	Sócrates I	03-12-08	CEMA – Melo Gomes, prorrogação	Decreto do PR n.º 151/2008, de 3 de dezembro.	X
	Sócrates II	04-12-09	CEMGFA – Valença Pinto, prorrogação	<p>Decreto do PR n.º 114/2009, de 4 de dezembro.</p> <p>Freire, 2009, novembro 21.</p>	X

Sócrates II	17-12-09	CEMFA – Esteves de Araújo, prorrogação	Decreto do PR n.º 117/2009, de 17 de dezembro. Cavaco reconduz, 2009, dezembro 15.	X	
Sócrates II	17-12-09	CEME – Pinto Ramalho, prorrogação	Decreto do PR n.º 118/2009, de 17 de dezembro. Cavaco reconduz, 2009, dezembro 15.		
Sócrates II	30-11-10	CEMA – Saldanha Lopes	Decreto do PR n.º 125/2010, de 30 de novembro. Presidente empossa, 2010, dezembro 1.	X	
Sócrates II	07-02-11	CEMGFA – Esteves de Araújo	Decreto do PR n.º 7-A/2011, de 7 de fevereiro. Cavaco empossou, 2011, fevereiro 8.	X	
Sócrates II	23-02-11	CEMFA – Araújo Pinheiro	Decreto do PR n.º 15-A/2011, de 23 de fevereiro. Freire, 2011, fevereiro 24.	X	
Coelho I	19-12-11	CEME – Pina Monteiro	Decreto do PR n.º 91-A/2011, de 19 de dezembro. PR empossou novo chefe, 2011, dezembro 20.	X	
Coelho I	09-12-13	CEMA – Macieira Fragoso	Decreto do PR n.º 123-A/2013, de 9 de dezembro. Meireles, 2013, dezembro 7. Freire, 2013, dezembro 10.	X	
Coelho I	07-02-14	CEMGFA – Pina Monteiro	Decreto do PR n.º 6-B/2014, de 7 de fevereiro. Freire, 2014, fevereiro 8.	X	
Coelho I	17-02-14	CEMFA – Araújo Pinheiro, prorrogação	Decreto do PR n.º 11/2014, de 17 de fevereiro.	X	
Coelho I	18-02-14	CEME – Hernandez Jerónimo	Decreto do PR n.º 12-A/2014, de 18 de fevereiro. Novo chefe do Exército, 2014, fevereiro 19.	X	
Coelho I	24-02-16	CEMFA – Teixeira Rolo	Decreto do PR n.º 2-A/2016, de 24 de fevereiro. PR nomeia Manuel Teixeira Rolo, 2016, fevereiro 19.	X	

V.3.5.3 Nomeação dos embaixadores e enviados extraordinários

Embaixadores e enviados extraordinários

Sampaio II	Barroso	15-11-04	Seixas da Costa	Decreto do PR n.º 78/2004, de 15 de novembro. Silva, 2003, agosto 2. MNE afasta Seixas da Costa, 2003, agosto 23.	X	OPRS20
-------------------	---------	----------	-----------------	---	---	--------

V.3.6 Comandante supremo das Forças Armadas

Tabela 6: Comandante Supremo das Forças Armadas

Mandato	Governo	Data	Acontecimento	Referências	Sentido/intensidade			Código
					Conf.	Neutro	Coop.	
Sampaio II	Barroso	19-03-03	Guerra do Iraque	Almeida & Braz, 2003, março 11. Felner, 2003, março 16. Henriques, 2003, março 20. Henriques & Espada, 2003, março 20. Silva, 2003, março 22.	X			OPRS21

V.3.7 Convocar referendos

Tabela 7: Referendos de âmbito nacional não convocados por inconstitucionalidade e convocados.

Mandato	Governo	Data decisão	Referendo	Decisão - Referências	Sentido/intensidade			Código
					Conf.	Neutro	Coop.	
Sampaio I	Guterres I	29-07-98	Tratado de Amesterdão	Tribunal Constitucional: inconstitucional Acórdão n.º 531/98 Filipe, 2016, pp. 567-572.	-	-	-	-
	Guterres I	28-04-98	Despenalização IVG	PR: Convocou Decreto do PR n.º 14-A/98, de 28 de abril. Acórdão do TC n.º 288/98. Filipe, 2016, pp. 467-470.			X	OPRS22
	Guterres I	01-09-98	Criação regiões administrativas	PR: Convocou Decreto do PR n.º 39/98, de 1 de setembro. Flores, 1998, agosto 6. Filipe, 2016, pp. 538-539.			X	OPRS23
Sampaio II	Lopes	17-12-04	Tratado Constituição para a Europa	Tribunal Constitucional: inconstitucional Acórdão n.º 704/2004 TC chumba pergunta, 2004, dezembro 18. Filipe, 2016, pp. 581-583.	-	-	-	-

	Sócrates I	02-05-05	Despenalização IVG	PR: Não convocou Silva, 2005, abril 23. Filipe, 2016, pp. 481-485.	X				OPRS24
	Sócrates I	28-10-05	Despenalização IVG	Tribunal Constitucional: inconstitucional Acórdão n.º 578/2005 Filipe, 2016, pp. 487-489.	-	-	-	-	
Cavaco I	Sócrates I	29-11-06	Despenalização IVG	PR: Convocou Sá, 2006, novembro 30. Filipe, 2016, pp. 489-491.		X			
Cavaco II	Coelho I	19-02-14	Coadoção	Tribunal Constitucional: inconstitucional Acórdão n.º 176/2014 Rodrigues, 2013, outubro 24. Guerra & Rodrigues, 2014, fevereiro 20. Filipe, 2016, pp. 446-449.	-	-	-	-	

Ponto V.4 Poderes informais

Tabela 8: Poderes informais – notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre intervenções do PR (Ramalho Eanes II mandato)

Governo	Data	Assunto	Referências	Sentido/Intensidade			Código
				Conf.	Neutro	Coop.	
Balsemão II	05-11-82	Revisão constitucional	Eanes critica revisão, 1982, novembro 6	X			
			Exercerei com mais rigor, 1982, novembro 6	X			
			Modificou-se qualitativamente, 1982, novembro 6	X			
			Intensidade média	-0,07			PI 01
Balsemão II	01-01-83	Ano Novo	Não posso prometer, 1983, janeiro 3.	-0,25			PI 02
Balsemão II	23-01-83	Comunicação sobre dissolução da AR	Presidente decidiu dissolver, 1983, janeiro 24.	X			
			«Não me preocupa...», 1983, janeiro 24.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI 03
Soares II	09-06-83	Posse do IX Governo	Soares insiste, 1983, junho 10.		X		
			Polémicas nas entrelinhas, 1983, junho 10.		X		

			A posse de um Governo, 1983, junho 10.			X	
			Intensidade média			0,08	PI 04
Soares III	10-06-83	Dia de Portugal	De nada servirá, 1983, junho 12.		X		
Soares III			A verdade é sempre, 1983, junho 12.		X		
Soares III	05-10-83	Implantação da República	Comemorações da Revolução, 1983, outubro 7.		X		
Soares III			O destino de um regime, 1983, outubro 7.		X		
Soares III	29-11-83	Condecoração Garcia dos Santos	Eanes responsabiliza o Governo, 1983, novembro 30.	-0,50			PI 05
Soares III	01-01-84	Ano Novo	Ano de sacrifícios, 1984, janeiro 3.	-0,10			PI 06
Soares III	14-01-84	Comemoração da reeleição	PR não é corresponsável, 1984, janeiro 15.		X		
Soares III	23-04-84	Comunicação sobre Lei da IVG	Eanes promulgou, 1984, abril 24.	-0,25			PI 07
Soares III	25-04-84	25 de Abril	Comemorações em dois tons, 1984, abril 27.		X		
Soares III			Definir um projecto, 1984, abril 27.		X		
Soares III	10-06-84	Dia de Portugal	10 de Junho, 1984, junho 16.		X		
Soares III			Expressão política, 1984, junho 11.		X		
Soares III			Eanes considera, 1984, junho 11.	X			
Soares III			Intensidade média	-0,03			PI 08
Soares III	01-01-85	Ano Novo	Bom resultado, 1985, janeiro 2.	X			
Soares III			Contrapartida mínima, 1985, janeiro 2.	X			
Soares III			Mário Soares desmarcou, 1985, janeiro 5.	X			
Soares III			Intensidade média	-0,42			PI 09
Soares III	01-02-85	Comunicado sobre relações com Governo	Eanes não quer polémica, 1985, fevereiro 2.	X			
Soares III			Eanes responde a Soares, 1985, fevereiro 2.	X			
Soares III			Intensidade média	-0,25			PI 10
Soares III	25-04-85	25 de Abril	Consolidação da democracia, 1985, abril 26.		X		
Soares III			Inverter o curso, 1985, abril 26.		X		
Soares III			Soares aplaude PR, 1985, abril 27.		X		
Soares III	10-06-85	Dia de Portugal	Informação e juventude, 1985, junho 11.		X		
			Oportunidade para reencontro, 1985, junho 11.		X		
Soares III	03-07-85	Dissolução da AR	Não recearei, 1985, julho 4.		X		

Cavaco I	01-01-86	Ano Novo	Estabilidade governativa, 1986, janeiro 2.			0,10	PI 11
Cavaco I	05-01-86	Comemoração da reeleição	Eanes faz balanço, 1986, janeiro 6.		X		

Tabela 9: Poderes informais – notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre intervenções do PR (Mário Soares I mandato)

Governo	Data	Assunto	Referências	Sentido/Intensidade			Código
				Conf.	Neutro	Coop.	
Cavaco I	09-03-86	Investidura	A maioria que me elegeu, 1986, março 10.			X	
			Considero a Assembleia, 1986, março 10.			X	
			Intensidade média			0,50	
Cavaco I	25-04-86	25 de Abril	Estabilidade exige, 1986, abril 26.		X		
			Há condições para superar, 1986, abril 26.			X	
			Intensidade média			0,05	PI12
Cavaco I	10-06-86	Dia de Portugal	Passado e presente, 1986, junho 11.		X		
			Fernandes, 1986, junho 13.		X		
Cavaco I	15-09-86	Presidência aberta - Guimarães	Mário Soares em Guimarães, 1986, setembro 16.			X	
			Uma presidência aberta, 1986, setembro 16.			X	
			Intensidade média			0,10	PI13
	16-09-86		Matos, 1986, setembro 17.		X		
	17-09-86		Carvalho, 1986, setembro 18.		X		
	18-09-86		Questões nacionais, 1986, setembro 19.			0,10	PI14
	19-09-86		Soares fez do quinto dia, 1986, setembro 20.		X		
	20-09-86		Desenvolvimento tem de ser, 1986, setembro 21.		X		
	21-09-86		Soares defendeu mais apoio, 1986, setembro 22.		X		
	22-09-86		Soares no engraxador, 1986, setembro 23.		X		
			Soares preocupado, 1986, setembro 23.	X			
			Intensidade média	-0,05			PI15
	23-09-86		Reunião em Guimarães, 1986, setembro 24.		X		
			Apelamos ao Tribunal, 1986, setembro 24.	X			
			Intensidade média	-0,05			PI16
	24-09-86		Poder local transformou, 1986, setembro 25.		X		

	25-09-86		Visita de Soares terminou, 1986, setembro 26.		X		
			Regionalização é o motor, 1986, setembro 26.		X		
Cavaco I	05-10-86	Implantação da República	República moderna, 1986, outubro 6.		X		
			Verdadeira «República moderna». 1986, outubro 6.		X		
Cavaco I	01-01-87	Ano Novo	Soares deseja, 1987, janeiro 2.			X	
			Aperfeiçoar sistema, 1987, janeiro 2.			X	
			Intensidade média			0,18	PI18
Cavaco I	15-02-87	Presidência aberta - Bragança	Bragança na rua, 1987, fevereiro 16.		X		
			População de Bragança, 1987, fevereiro 16.		X		
	16-06-87		Soares lança, 1987, fevereiro 17.		X		
	17-06-87		Almoço informal, 1987, fevereiro 18.		X		
			Sousa, 1987, fevereiro 18.		X		
	18-02-87		Sousa, 1987, fevereiro 19.		X		
	19-02-87		Caçada ao javali, 1987, fevereiro 20.		X		
			Sousa, 1987, fevereiro 20.		X		
	20-02-87		Queiroz, 1987, fevereiro 21.		X		
			Soares esteve em Miranda, 1987, fevereiro 21.		X		
	21-02-87		Soares em Freixo, 1987, fevereiro 22.		X		
	22-02-87		Sousa, 1987, fevereiro 23.		X		
	23-02-87		Soares em Vinhais, 1987, fevereiro 24.		X		
			Sousa, 1987, fevereiro 24.	X			
			Intensidade média	-0,05			PI19
	24-02-87		Sousa, 1987, fevereiro 25.			0,10	PI20
	25-02-87		Despacho no Nordeste, 1987, fevereiro 26.		X		
			Sousa, 1987, fevereiro 26.		X		
	26-02-87		Sousa, 1987, fevereiro 27.				
	27-02-87		Queiroz, 1987a, fevereiro 28.	X			
			Queiroz, 1987b, fevereiro 28.			X	
			Queiroz, 1987c, fevereiro 28.		X		
			Intensidade média	-0,05			PI21

Cavaco I	09-03-87	Entrevista do PR ao DN	Abreu, 1987, março 9.			0,10	PI22
Cavaco I	25-04-87	25 de Abril	Partidos levam crise, 1987, abril 26.		X		
			Temos de afastar, 1987, abril 26.		X		
Cavaco I	10-06-87	Dia de Portugal	Celebramos descobertas, 1987, junho 11.		X		
Cavaco II	17-08-87	Posse XI Governo	Soares e Cavaco prometem, 1987, agosto 18.			X	
			Governo contará, 1987, agosto 18.			X	
			Intensidade média			0,18	PI23
Cavaco II	05-10-87	Implantação da República	Revisão constitucional, 1987, outubro 6.		X		
			Construção da «República moderna», 1987, outubro 6.		X		
Cavaco II	26-10-87	Presidência aberta – Beja	Soares defende Alentejo, 1987, outubro 27.		X		
			Santos, 1987, outubro 27.		X		
	27-10-87		Santos, 1987, outubro 28.		X		
	28-10-87		Santos, 1987, outubro 29.		X		
	29-10-87		Investimento de sete milhões, 1987, outubro 30.		X		
			Santos, 1987, outubro 30.			X	
			Intensidade média			0,13	PI24
	30-10-87		Santos, 1987, outubro 31.			0,10	PI25
	31-10-87		Santos, 1987, novembro 1.			0,25	PI26
	01-11-87		Camacho, 1987, novembro 2.		X		
	02-11-87		Camacho, 1987, novembro 3.		X		
	03-11-87		Camacho, 1987, novembro 4.		X		
	04-11-87		Camacho, 1987, novembro 5.		X		
	05-11-87		Camacho, 1987, novembro 6.	-0,25			PI27
	06-11-87		Camacho, 1987, novembro 7.		X		
	07-11-87		Sem partidos, 1987, novembro 8.		X	X	
Cavaco II	01-01-88	Ano Novo	Mário Soares lança, 1988, janeiro 2.			X	
			Ao Presidente não compete, 1988, janeiro 2.			X	
			Intensidade média			0,10	PI28
Cavaco II	25-03-88	Presidência aberta – Guarda	Rebelo, 1988, março 26.		X		
	26-03-88		Presidente ouve protestos, 1988, março 27.		X		

			Rebelo, 1988, março 27.			X	
			Intensidade média			0,05	PI29
	27-03-88		Presidência Aberta na Guarda, 1988, março 28.		X		
			Rebelo, 1988, março 28.		X		
	28-03-88		Soares «vestiu-se», 1988, março 29.	-0,10			PI30
	29-03-88		Os jovens e o Presidente, 1988, março 30.		X		
			Rebelo, 1988, março 30.		X		
	30-03-88		Cavaco admite, 1988, março 31.		X		
			Rebelo, 1988, março 31.			X	
			Intensidade média			0,13	PI31
	31-03-88		Soares lamenta, 1988, abril 1.		X		
			Rebelo, 1988, abril 1.	X			
			Intensidade média	-0,13			PI32
Cavaco II	25-04-88	25 de Abril	Desafio da República, 1988, abril 26.		X		
			Constituição deve estar, 1988, abril 26.			X	
			Comemorações do 25 de Abril, 1988, abril 30.		X		
			Intensidade média			0,03	PI33
Cavaco II	10-06-88	Dia de Portugal	Soares reclama Prémio, 1988, junho 11.		X		
			Rebelo & Fonseca, 1988, junho 11.			X	
			Intensidade média			0,05	PI34
Cavaco II	18-07-88	Presidência aberta – Douro	Soares inicia descida, 1988, julho 19.		X		
			Moutinho, 1988, julho 19.		X		
	19-07-88		Moutinho, 1988, julho 20.		X		
	20-07-88		Presidente da República saúda, 1988, julho 21.		X		
			Moutinho, 1988, julho 21.		X		
	21-07-88		Soares condena, 1988, julho 22.	X			
			Moutinho, 1988, julho 22.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI35
	22-07-88		Moutinho, 1988, julho 23.		X		
	23-07-88		Soares evoca Eça, 1988, julho 24.		X		
			Moutinho, 1988, julho 24.		X		

	24-07-88		Rio Douro fica, 1988, julho 25.		X		
			Moutinho, 1988, julho 25.			X	
			Intensidade média			0,05	PI36
Cavaco II	05-10-88	Implantação da República	Assumir divergências, 1988, outubro 6.		X		
Cavaco II	01-01-89	Ano Novo	Presidente apela, 1989, janeiro 2.		X		
			Diversidade e pluralismo, 1989, janeiro 2.	X			
			Intensidade média	-0,05			PI37
			«Enganam-se os que esperavam...», 1989, janeiro 7.	-0,10			PI38
Cavaco II	17-02-89	«Balanço do Século»	Mário Soares atribui, 1989, fevereiro 18.		X		
Cavaco II	11-03-89	Presidência aberta – Portalegre	Viegas, 1989, março 12.		X		
	12-03-89		Sacudir fatalismo, 1989, março 13.		X		
			Viegas, 1989, março 13.		X		
Cavaco II	12-03-89	Entrevista Rádio Renascença	Mário Soares insiste, 1989, março 13.		X		
Cavaco II	13-03-89	Presidência aberta – Portalegre	Lei eleitoral, 1989, março 14.		X		
			Viegas, 1989a, março 14.	X			
			Viegas, 1989b, março 14.		X		
			Intensidade média	-0,05			PI39
	14-03-89		Viegas, 1989, março 15.	-0,10			PI40
	15-03-89		Soares «harmoniza» conflito, 1989, março 16.	X			
			Viegas, 1989, março 16.	X			
			Intensidade média	-0,10			PI41
	16-03-89		Encontro semanal, 1989, março 17.		X		
			Difícil atingir a meta, 1989, março 17.	X			
			Intensidade média	-0,13			PI42
	17-03-89		Viegas, 1989, março 18.		X		
	18-03-89		Presidência deixa Portalegre, 1989, março 19.		X		
			Viegas, 1989, março 19.		X		
Cavaco II	25-04-89	25 de Abril	Discurso tranquilo, 1989, abril 26.		X		
			Soares apela à vivência, 1989, abril 26.		X		
Cavaco II	28-05-89	Presidência aberta – Açores	Mascarenhas, 1989, maio 29.	-0,10			PI43

	29-05-89		Soares leva solidariedade, 1989, maio 30.		X		
			Mascarenhas, 1989, maio 30.		X		
	30-05-89		Mascarenhas, 1989, maio 31.		X		
	31-05-89		Soares «enfrenta», 1989, junho 1.		X		
			Mascarenhas, 1989, junho 1.		X		
	01-06-89		Mascarenhas, 1989, junho 2.		X		
			É imperdoável, 1989, junho 2.		X		
	02-06-89		Focos de tensão, 1989, junho 3.		X		
			Mascarenhas, 1989, junho 3.		X		
			Gaspar, 1989, junho 3.		X		
	03-06-89		Mascarenhas, 1989, junho 4.		X		
	04-06-89		Mascarenhas, 1989, junho 5.		X		
	05-06-89		Mascarenhas, 1989, junho 6.		X		
	06-06-89		Soares prolonga, 1989, junho 7.		X		
			Mascarenhas, 1989, junho 7.		X		
	07-06-89		«Banho de multidão», 1989, junho 8.		X		
			Mascarenhas, 1989, junho 8.	X			
			Intensidade média	-0,05			PI44
	08-06-89		Soares «proíbe» assobios, 1989, junho 9.	X			
			Mascarenhas, 1989, junho 9.	X			
			Intensidade média	-0,10			PI45
	09-06-89		Soares e Cavaco nos Açores, 1989, junho 10.		X		
			Mascarenhas, 1989a, junho 10.		X		
			Mascarenhas, 1989b, junho 10.		X		
Cavaco II	10-06-89	Dia de Portugal	Diferença pela Cultura, 1989, junho 11.		X		
			Mário Soares realça, 1989, junho 11.		X		
Cavaco II	20-09-89	Fórum da CGTP contra o trabalho infantil	Trabalho infantil, 1989, setembro 21.		X		
Cavaco II	05-10-89	Implantação da República	Soares condena ostentação, 1989, outubro 6.		X		
			Soares condena humilhação, 1989, outubro 6.	X			
			Intensidade média	-0,05			PI46

Cavaco II	01-01-90	Ano Novo	O desafio da década, 1990, janeiro 2.				
Cavaco II	25-04-90	25 de Abril	Todos sentimos aproximar-se, 1990, abril 26.		X		
			Celebrar Abril, 1990, abril 26.		X		
	10-06-90	Dia de Portugal	Soares exorta, 1990, junho 11.		X		
			Presidente lança apelo, 1990, junho 11.		X		
Cavaco II	28-06-90	Presidência aberta – Coimbra	Viegas, 1990, junho 29.		X		
	29-06-90		Soares pede mais aproximação, 1990, junho 30.		X		
			Viegas, 1990, junho 30.		X		
	30-06-90		Viegas, 1990, julho 1.	-0,10			PI47
	01-07-90		Viegas, 1990, julho 2.		X		
	02-07-90		Viegas, 1990, julho 3.	-0,10			PI48
	03-07-90		Viegas, 1990, julho 4.		X		
	04-07-90		Viegas, 1990, julho 5.		X		
	05-07-90		Regionalização prudente, 1990, julho 6.		X		
			Viegas, 1990, julho 6.		X		
	06-07-90		Viegas, 1990, julho 7.	-0,10			PI49
	07-07-90		Viegas, 1990, julho 8.		X		
Cavaco II	05-10-90	Implantação da República	Clima de pré-campanha, 1990, outubro 6.		X		
	01-01-91	Ano Novo	<u>PR não falou (estava em plena campanha eleitoral)</u>	-	-	-	
Cavaco II	17-01-91	Comunicação sobre Guerra no Golfo	No futuro nada será, 1991, janeiro 18.			0,10	PI50

Tabela 10: Poderes informais – notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre intervenções do PR (Mário Soares II mandato)

Governo	Data	Assunto	Referências	Sentido/Intensidade			Código
				Conf.	Neutro	Coop.	
Cavaco II	01-03-09	Investidura	Soares prevê cinco anos, 1991, março 10.		X		
			Soares deixa «recado», 1991, março 10.		X		
			«Julgamento da história», 1991, março 10.		X		
Cavaco II	25-04-91	25 de Abril	Soares propõe, 1991, abril 26.		X		
Cavaco II	10-06-91	Dia de Portugal	Presidente propõe, 1991, junho 11.		X		

			Mário Soares incita os portugueses, 1991, junho 11.		X		
Cavaco II	05-10-91	Implantação da República	<u>PR não participou (véspera de eleições para a AR)</u>	-	-	-	
Cavaco III	31-10-91	Posse do XII Governo	Soares e Cavaco na Ajuda, 1991, novembro 1.		X		
			Presidente lembra à maioria, 1991, novembro 1.	X			
			Intensidade média	-0,05			PI51
Cavaco III	01-01-92	Ano Novo	«Indiferentismo», 1992, janeiro 2.	-0,10			PI52
Cavaco III	25-04-92	25 de Abril	Soares invoca certeza, 1992, abril 26.		X		
Cavaco III	10-06-92	Dia de Portugal	PR apela ao pluralismo, 1992, junho 11.		X		
			Presidente Soares fala, 1992, junho 11.		X		
Cavaco III	14-07-92	Mensagem ao País	Soares usou tempo, 1992, julho 15.	X			
			Mário Soares repudia, 1992, julho 15.	X			
			Intensidade média	-0,38			PI53
Cavaco III	19-09-92	Presidência aberta – Viana do Castelo	Carvalho, 1992, setembro 20.		X		
	19-09-92		Ferreira, 1992, setembro 20.		X		
	20-09-92		Carvalho, 1992, setembro 21.		X		
	20-09-92		Caminha anseia, 1992, setembro 21.	X			
			Intensidade média	-0,05			PI54
	21-09-92		Carvalho, 1992, setembro 22.		X		
	22-09-92		Mário Soares acolhe, 1992, setembro 23.		X		
	22-09-92		Carvalho, C., 1992, setembro 23.	X			
	22-09-92		Carvalho, P., 1992, setembro 23.		X		
			Intensidade média	-0,03			PI55
	23-09-92		Carvalho, 1992, setembro 24.	-0,10			PI56
	24-09-92		Carvalho, 1992, setembro 25.		X		
	25-09-92		Carvalho, 1992a, setembro 26.		X		
	25-09-92		Carvalho, 1992b, setembro 26.		X		
	26-09-92		Carvalho, 1992, setembro 27.		X		
	27-09-92		Carvalho, 1992, setembro 28.		X		
	28-09-92		Carvalho, 1992, setembro 29.		X		

Cavaco III	05-10-92	Implantação da República	Soares opõe, 1992, outubro 6.		X		
Cavaco III	01-01-93	Ano Novo	Alertas para S. Bento, 1993, janeiro 2.	X			
			Henriques, 1993, janeiro 2.	X			
			Intensidade média	-0,18			PI57
Cavaco III	29-01-93	Conferência “O estado da Justiça”	Azevedo, 1993, janeiro 30.	-0,50			PI58
Cavaco III	29-01-93	Presidência aberta – Lisboa	Rocha, 1993, janeiro 30.		X		
	29-01-93		As mil dores de cabeça, 1993, janeiro 30.	X			
			Intensidade média	-0,13			PI59
	30-01-93		Soares só quer saber, 1993, janeiro 31.		X		
	30-01-93		Rocha, 1993, janeiro 31.		X		
	30-01-93		Cotrim, 1993, janeiro 31.		X		
	31-01-93		Soares ataca, 1993, fevereiro 1.		X		
	31-01-93		Cotrim, 1993, fevereiro 1.		X		
	31-01-93		Rocha & Cotrim, 1993, fevereiro 1.		X		
	01-02-93		Rocha, 1993, fevereiro 2.		X		
	01-02-93		Cotrim, 1993, fevereiro 2.		X		
	02-02-93		Rocha, 1993, fevereiro 3.			0,25	PI60
	03-02-93		Baptista, 1993, fevereiro 4.	-0,10			PI61
	04-02-93		Rocha, 1993, fevereiro 5.		X		
	05-02-93		Presidência aberta desencadeia, 1993, fevereiro 6.	X			
	05-02-93		Saraiva, 1993, fevereiro 6.	X			
			Intensidade média	-0,18			PI62
	05-02-93		Rocha, 1993, fevereiro 6.	-0,10			PI63
	06-02-93		Rocha, 1993, fevereiro 7.	-0,10			PI64
	07-02-93		PS contra Soares, 1993, fevereiro 8.		X		
	07-02-93		Oliveira, 1993, fevereiro 8.		X		
	07-02-93		Rocha, 1993, fevereiro 8.			X	
			Intensidade média			0,03	PI65
	08-02-93		Soares antecipa decisão, 1993, fevereiro 9.		X		
	08-02-93		Rocha, 1993, fevereiro 9.		X		

	09-02-93		Rocha, 1993, fevereiro 10.	-0,25			PI66
	10-02-93		Rocha, 1993, fevereiro 11.	-0,10			PI67
	11-02-93		Rocha, 1993, fevereiro 12.		X		
	12-02-93		Saraiva, 1993, fevereiro 13.	-0,25			PI68
	12-02-93		Rocha, 1993, fevereiro 13.	-0,10			PI69
	13-02-93		Rocha, 1993, fevereiro 14.		X		
	14-02-93		Soares ao Governo, 1993, fevereiro 15.	X			
	14-02-93		Rocha, 1993, fevereiro 15.	X			
	14-02-93		Temas que preocupam, 1993, fevereiro 15.	X			
			Intensidade média	-0,20			PI70
Cavaco III	25-04-93	25 de Abril	Soares quer mais diálogo, 1993, abril 26.		X		
			Apelo ao diálogo, 1993, abril 26.		X		
Cavaco III	21-05-93	Prefácio de <i>Intervenções 7</i>	«O Governo não deve...», 1993, maio 22.	-0,50			PI71
	01-06-93	10.º Aniversário do Tribunal Constitucional	Henriques, 1993, junho 2.	-0,25			PI72
Cavaco III	10-06-93	Dia de Portugal	Rocha, 1993, junho 11.	-0,10			PI73
Cavaco III	08-10-93	Conferência “Portugal, a Europa e o Mundo”	Figueiredo, 1993, outubro 9.	-0,50			PI74
Cavaco III	01-01-94	Ano Novo	Sucesso artificial, 1994, janeiro 2.	-0,25			PI75
Cavaco III	21-01-94	Colóquio “Os Direitos dos Trabalhadores”	Presidente quer, 1994, janeiro 22.	-0,10			PI76
Cavaco III	03-04-94	Presidência aberta – Ambiente	«Presidência vai ser...», 1994, abril 4.		X		
	03-04-94		Soares, 1994, abril 4.		X		
	04-04-94		Governo e autarquias, 1994, abril 5.		X		
	04-04-94		Fonseca & Henriques, 1994, abril 5.		X		
	05-04-94		Fonseca, 1994, abril 6.		X		
	05-04-94		Fonseca & Henriques, 1994, abril 6.		X		
	06-04-94		Soares sobrevoa caos, 1994, abril 7.		X		
	06-04-94		Fonseca & Henriques, 1994a, abril 7.		X		
	06-04-94		Fonseca & Henriques, 1994b, abril 7.			X	

			Intensidade média			0,03	PI77
	07-04-94		Fonseca & Henriques, 1994a, abril 8.		X		
	07-04-94		Fonseca & Henriques, 1994b, abril 8.		X		
	08-04-94		Fonseca & Henriques, 1994, abril 9.		X		
	08-04-94		Saraiva, 1994, abril 9.		X		
	08-04-94		Carvalho, 1994, abril 9.		X		
	09-04-94		Fonseca & Henriques, 1994, abril 10.		X		
	09-04-94		Crise e serra queimada, 1994, abril 10.	X			
			Intensidade média	-0,05			PI78
	10-04-94		Fonseca & Henriques, 1994, abril 11.		X		
	11-04-94		Fonseca & Henriques, 1994, abril 12.	X			
	11-04-94		Bernardes, 1994, abril 12.		X		
			Intensidade média	-0,13			PI79
	12-04-94		Fonseca & Henriques, 1994a, abril 13.	X			
	12-04-94		Fonseca & Henriques, 1994b, abril 13		X		
			Intensidade média	-0,05			PI80
	13-04-94		Fonseca & Henriques, 1994, abril 14.		X		
	14-04-94		Mário Soares reabre, 1994, abril 15.		X		
	14-04-94		Fonseca & Henriques, 1994, abril 15.		X		
	15-04-94		Fonseca & Henriques, 1994a, abril 16.		X		
	15-04-94		Fonseca & Henriques, 1994b, abril 16.		X		
	15-04-94		Saraiva, 1994, abril 16.		X		
	15-04-94		Da vergonha das celulosas, 1994, abril 16.		X		
	16-04-94		Fonseca & Henriques, 1994, abril 17.	X			
	16-04-94		Rio turvo, 1994, abril 17.	X			
			Intensidade média	-0,10			PI81
	17-04-94		«Lote a lote...», 1994, abril 18.	X			
	17-04-94		Fonseca, 1994, abril 18.		X		
			Intensidade média	-0,05			PI82
	18-04-94		Henriques, 1994, abril 19.		X		
	19-04-94		Henriques, 1994, abril 20.		X		

	20-04-94		Henriques, 1994, abril 21.		X		
	21-04-94		Fonseca, 1994, abril 22.			X	
	21-04-94		Fonseca & Henriques, 1994, abril 22.		X		
			Intensidade média			0,13	PI83
	22-04-94		Saraiva, 1994, abril 23.			X	
	22-04-94		Despertar para o ambiente, 1994, abril 23.		X		
	22-04-94		Soares, 1994, abril 23.		X		
			Intensidade média			0,03	PI84
Cavaco III	25-04-94	25 de Abril	Sá, 1994, abril 26.	-0,10			PI85
Cavaco III	06-05-94	Congresso “Portugal: que futuro?”	Raimundo, 1994, maio 7.	-0,25			PI86
	08-05-94		Estado da Nação, 1994, maio 9.	-0,25			PI87
	08-05-94		«Mensageiro das más notícias», 1995, maio 9.	-0,50			PI88
	10-05-94		Rocha, 1994, maio 11.	-0,10			PI89
	10-05-94		Críticas para todos, 1994, maio 11.	-0,25			PI90
	13-05-94		Raimundo, 1994, maio 14.	-0,10			PI91
Cavaco III	10-06-94	Dia de Portugal	Rebelo, 1994, junho 11.		X		
Cavaco III	23-09-94	Colóquio sobre “O Estado de Direito”	Barbosa, 1994, setembro 24.	-0,25			PI92
Cavaco III	27-09-94	Entrevista à RTP	Talvez fosse mais útil, 1994, setembro 28.	X			
			«É útil que a AR discuta...», 1994, setembro 28.	X			
			Intensidade média	-0,50			PI93
Cavaco III	05-10-94	Implantação da República	Henriques, 1994, outubro 6.		X		
Cavaco III	01-01-95	Ano Novo	Continuo a ser, 1995, janeiro 2.	X			
			Henriques, 1995, janeiro 2.	X			
			Intensidade média	-0,10			PI94
Cavaco III	02-03-95	Comunicação sobre recusa de nomear vice-PM	Henriques, 1995, março 3.	-0,25			PI95
Cavaco III	21-04-95	Declaração sobre Foz Côa	«Obras devem parar», 1995, abril 22.	-0,10			PI96
Cavaco III	25-04-95	25 de Abril	Soares: Perigo espreita, 1995, abril 26.		X		
			Henriques, 1995, abril 26.		X		

	10-06-95	Dia de Portugal	Carvalho, 1995, junho 11.	-0,10			PI97
Cavaco III	05-10-95	Implantação da República	Sá, 1995, outubro 6.		X		
Guterres I	28-10-95	Posse do XIII Governo	Fonseca, 1995, outubro 29.			0,25	PI98
Guterres I	01-01-96	Ano Novo	Basta de política, 1996, janeiro 2.		X		
			Rocha, 1996, janeiro 2.			X	
			Intensidade média			0,25	PI99

Tabela 11: Poderes informais – notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre intervenções do PR (Jorge Sampaio I mandato)

Governo	Data	Assunto	Referências	Sentido/Intensidade			Código
				Conf.	Neutro	Coop.	
Guterres I	09-03-96	Investidura	Um novo ciclo, 1996, março 10.		X		
			Sá, 1996, março 10.		X		
			Monteiro, 1996, março 16.		X		
Guterres I	20-04-96	Deslocação a distritos de Évora, Leiria, Coimbra, Porto e Vila Real	Henriques, 1996, abril 21.		X		
	21-04-96		Henriques, 1996, abril 22.			0,10	PI100
	22-04-96		Sampaio no Norte, 1996, abril 24.		X		
	23-04-96		Henriques, 1996, abril 24.		X		
	24-04-96		Henriques, 1996, abril 25.			0,10	PI101
	24-04-96		Raimundo, 1996, abril 27.		X		
Guterres I	25-04-96	25 de Abril	Sá, 1996, abril 26.		X		
Guterres I	10-06-96	Dia de Portugal	Vinagre, Oliveira & Grade, 1996, junho 11.		X		
Guterres I	10-06-96	Visita ao distrito de Faro	Presidência aberta começa, 1996, junho 11.		X		
	12-06-96		Oliveira & Grade, 1996, junho 13.		X		
	12-06-96		Vinagre, 1996, junho 13.		X		
	13-06-96		Vinagre, Oliveira & Grade, 1996, junho 14.		X		
	14-06-96		Oliveira, 1996, junho 15.	-0,10			PI102
	14-06-96		Branco, 1996, junho 15.		X		
	15-06-96		Oliveira, 1996, junho 16.	-0,10			PI103
Guterres I	05-10-96	Proclamação da República	«Valores essenciais», 1996, outubro 6.		X		

Guterres I	24-10-96	Visita a municípios do Norte	Carvalho, 1996, outubro 25.			0,10	PI104
	25-10-96		Carvalho, 1996, outubro 26.		X		
	25-10-96		Fiel, 1996, outubro 26.		X		
	26-10-96		Descentralização, 1996, outubro 27.			0,25	PI105
Guterres I	21-11-96	Visita ao distrito do Porto	Massada, 1996, novembro 9.		X		
	22-11-96		Massada, 1996, novembro 23.		X		
	23-11-96		Raimundo, 1996, novembro 30.	-0,25			PI106
Guterres I	01-01-97	Ano Novo	PR optimista, 1997, janeiro 2.			0,25	PI107
Guterres I	03-02-97	Jornada Inovação e Competitividade	Dores, 1997, fevereiro 4.		X		
	04-02-97		Fonseca, 1997, fevereiro 5.		X		
	05-02-97		Mangas, 1997, fevereiro 6.		X		
	06-02-97		Carvalho, 1997, fevereiro 7.		X		
Guterres I	25-04-97	25 de Abril	Jorge Sampaio teve ovação, 1997, abril 26.	X			
	25-04-97		Correia, 1997, abril 26.	X			
			Intensidade média	-0,18			PI108
Guterres I	07-06-97	Jornada da Interioridade	Mangas, 1997, junho 8.			0,50	PI109
	08-06-97		No interior, 1997, junho 9.		X		
	09-06-97		Mendes & Lima, 1997, junho 10.		X		
	11-06-97		Sampaio prossegue, 1997, junho 12.	-0,10			PI110
	12-06-97		Fonseca, 1997, junho 13.			0,50	PI111
	13-06-97		Fonseca, 1997, junho 14.			0,25	PI112
	14-06-97		PAC une Belém, 1997, junho 15.			0,25	PI113
	15-06-97		Interior ainda está, 1997, junho 16.		X		
Guterres I	13-07-97	Seminário sobre Droga	Raimundo, 1997, junho 13.		X		
Guterres I	10-06-97	Dia de Portugal	Sampaio quer patriotismo, 1997, junho 11.		X		
Guterres I	05-10-97	Proclamação da República	Simas, 1997, outubro 6.		X		
Guterres I	01-01-98	Ano Novo	Jorge Sampaio exige, 1998, janeiro 2.	X			
			Rocha, 1998, janeiro 2.		X		
			Intensidade média	-0,05			PI114
Guterres I	18-01-98	Semana da Educação	Lima, 1998, janeiro 17.		X		
	18-01-98		Sampaio afirma, 1998, janeiro 19.	X			

	18-01-98		Margarido, 1998, janeiro 19.	X			
			Intensidade média	-0,18			PI115
	19-01-98		Margarido, 1998, janeiro 20.		X		
	20-01-98		Margarido, 1998a, janeiro 21.		X		
	20-01-98		Margarido, 1998b, janeiro 21.		X		
			Margarido, 1998c, janeiro 21.		X		
	21-01-98		Margarido, 1998, janeiro 22.		X		
	22-01-98		Margarido, 1998a, janeiro 23.		X		
	22-01-98		Margarido, 1998b, janeiro 23.		X		
	23-01-98		Margarido, 1998, janeiro 24.	-0,10			PI116
	24-01-98		Sampaio contra, 1998, janeiro 25.		X		
	24-01-98		Melo & Margarido, 1998, janeiro 25.	X			
	24-01-98		Melo, 1998, janeiro 25.	X			
	24-01-98		Margarido, 1998, janeiro 25.	X			
			Intensidade média	-0,11			PI117
Guterres I	20-03-98	Visita à Madeira	Bernardes, 1998, março 21.		X		
			Bernardes, 1998, março 22.		X		
			Bernardes, 1998, março 23.		X		
			Bernardes, 1998, março 24.		X		
			Bernardes, 1998, março 25.		X		
			Bernardes, 1998a, março 26.		X		
			Bernardes, 1998b, março 26.		X		
			Bernardes, 1998, março 27.		X		
			Bernardes, 1998, março 28.		X		
			Bernardes, 1998, março 29,		X		
Guterres I	10-06-98	Dia de Portugal	Referendos sim, 1998, junho 11.		X		
			Simas, 1998, junho 11.			X	
			Intensidade média			0,13	PI118
Guterres I	20-09-98	Visita ao Baixo Alentejo	Simas, 1998, setembro 21.	-0,10			PI119
			Simas, 1998, setembro 22.		X		
			Simas, 1998, setembro 23.		X		

			Simas, 1998, setembro 24.		X		
Guterres I	05-10-98	Proclamação da República	«É preciso voltar...», 1998, outubro 6.		X		
			Simas, 1998, outubro 6.	X			
			Intensidade média	-0,05			PI120
Guterres I	17-12-98	Visita a Projetos de Luta contra a Pobreza	Melo, 1998, dezembro 18.		X		
			Madaíl, 1998, dezembro 19.		X		
			Madaíl, 1998, dezembro 20.		X		
Guterres I	01-01-99	Ano Novo	Rocha, 1999, janeiro 2.			0,25	PI121
Guterres I	28-03-99	Comunicação sobre Justiça	Sampaio põe juízes, 1999, março 29.			X	
			Fonseca, 1999, março 29.		X		
			Intensidade média			0,05	PI122
Guterres I	25-04-99	25 de Abril	Correia, 1999, abril 26.	-0,10			PI123
Guterres I	10-06-99	Dia de Portugal	Teixeira, 1999, junho 11.		X		
Guterres I	24-06-99	Semana das Cidades	Fonseca, 1999, junho 25.		X		
			Fonseca, 1999, junho 26.		X		
			Fonseca, 1999, junho 27.		X		
			Carmo, 1999, junho 28.		X		
			Sampaio defende, 1999, junho 29.		X		
Guterres I	11-07-99	Visita aos Açores	Rodeia, 1999, julho 12.		X		
			Rodeia, 1999, julho 13.		X		
			Sampaio no Corvo, 1999, julho 15.		X		
			Rodeia, 1999, julho 15.		X		
			Rodeia, 1999, julho 16.		X		
			Rodeia, 1999, julho 17.		X		
			Cabral, 1999, julho 17.		X		
			Rodeia, 1999, julho 18.		X		
			Rodeia, 1999, julho 19.		X		
			Rodeia, 1999, julho 20.		X		
			Rodeia, 1999, julho 22.		X		
			Rodeia, 1999, julho 23.		X		

			Rodeia, 1999, julho 24.		X		
			Cabral, 1999, julho 24.		X		
			Rodeia, 1999, julho 25.		X		
Guterres I	20-10-99	Visita ao distrito de Bragança	Cepeda, 1999, outubro 21.		X		
			Cepeda, 1999, outubro 22.		X		
			Cepeda, 1999, outubro 23.		X		
			Fiel, 1999, outubro 23.		X		
			Cepeda, 1999, outubro 24.		X		
Guterres II	25-10-99	Posse do XIV Governo	Rocha, 1999, outubro 26.			0,25	PI124
Guterres II	19-11-99	Abertura da VIII Legislatura	Azevedo, 1999, novembro 20.		X		
Guterres II	26-11-99	Semana da Saúde	Figueiredo, 1999, novembro 27.	X			
	26-11-99		Sampaio assiste, 1999, novembro 27.		X		
			Intensidade média	-0,13			PI125
	27-11-99		Jorge Sampaio defende, 1999, novembro 28.		X		
	27-11-99		Madaíl, 1999, novembro 28.		X		
	28-11-99		Jorge Sampaio marca, 1999, novembro 29.	X			
	28-11-99		Fonseca, 1999, novembro 29.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI126
	29-11-99		Silva, 1999a, novembro 30.	X			
	29-11-99		Silva, 1999b, novembro 30.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI127
	30-11-99		Inácio, 1999, dezembro 1.	-0,25			PI128
Guterres II	01-01-00	Ano Novo	Jorge Sampaio apela, 2000, janeiro 2.		X		
			PR apela, 2000, janeiro 2.		X		
Guterres II	16-03-00	Visita aos distritos de Lisboa e Leiria	Figueira, 2000, março 16.		X		
	17-03-00		Figueira, 2000, março 18.		X		
	18-03-00		Figueira, 2000, março 19.		X		
	19-03-00		Figueira, 2000, março 20.		X		
	20-03-00		Romão, 2000, março 21.		X		
	21-03-00		Figueira, 2000, março 22.		X		

	22-03-00		Figueira, 2000, março 23.	-0,10			PI129
Guterres II	03-04-00	Jornadas da Floresta	Pinto & Cruz, 2000, abril 4.		X		
			Fonseca, 2000, abril 5.		X		
			Fonseca & Lima, 2000, abril 6.		X		
			Fonseca, 2000, abril 7.		X		
Guterres II	25-04-00	25 de Abril	Sampaio pede reformas, 2000, abril 26.	X			
			Correia, 2000, abril 26.	X			
			Intensidade média	-0,38			PI130
Guterres II	23-05-00	Visita ao Vale do Ave	Mendes, 2000, maio 24.		X		
			Ferreira, 2000, maio 25.		X		
			Ferreira, 2000, maio 26.		X		
			Ferreira, 2000, maio 27.		X		
			Cardoso, 2000, maio 27.		X		
			Ferreira, 2000, maio 28.		X		
Guterres II	10-06-00	Dia de Portugal	Jorge Sampaio ataca, 2000, junho 11.		X		
			Fonseca, 2000, junho 11.		X		
Guterres II	03-07-00	Visita à Área Metropolitana de Lisboa	Ferro, 2000, julho 4.		X		
	04-07-00		Ferro, 2000, julho 5.	-0,10			PI131
	05-07-00		Ferro, 2000, julho 6.		X		
	06-07-00		Sampaio diz, 2000, julho 6.		X		
	06-07-00		Ferro, 2000, julho 7.	X			
	06-07-00		Montijo deve aprender, 2000, julho 7.		X		
			Intensidade média	-0,05			PI132
	07-07-00		Ferro, 2000, julho 8.	X			
	07-07-00		Rainho, 2000, julho 8.	X			
			Intensidade média	-0,10			PI133
Guterres II	05-10-00	Implantação da República	Sá, 2000, outubro 6.		X		
Guterres II	01-01-01	Ano Novo	<u>PR não falou (estava em plena campanha eleitoral)</u>				
Guterres II	08-02-01	Abertura do Ano Judicial	Sanchez, 2001, fevereiro 9.		X		

Tabela 12: Poderes informais – notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre intervenções do PR (Jorge Sampaio II mandato)

Governo	Data	Assunto	Referências	Sentido/Intensidade			Código
				Conf.	Neutro	Coop.	
Guterres II	09-03-01	Investidura	Jorge Sampaio promete, 2001, março 10.	X			
			Henriques, 2001, março 10.	X			
			Intensidade média	-0,10			PI134
			Sampaio pressiona, 2001, março 10.	X			
			Raimundo, 2001, março 10.	X			
			Intensidade média	-0,18			PI135
Guterres II	14-03-01	Painel sobre a SIDA	Henriques, 2001, março 14.		X		
			Figueiredo, 2001, março 15.	-0,10			PI136
Guterres II	25-04-01	25 de Abril	Correia, 2001, abril 26.		X		
			Oliveira, 2001, abril 28.		X		
Guterres II	10-06-01	Dia de Portugal	Mendes, 2001, junho 11.	-0,10			PI137
Guterres II	11-06-01	Artigo no DN sobre saúde	Sampaio, 2001, junho 11.	-0,10			PI138
Guterres II	12-06-01	Deslocação ao distrito de Viana do Castelo	Henriques, 2001a, junho 13.		X		
	12-06-01		Henriques, 2001b, junho 13.			X	
			Intensidade média			0,05	PI139
	13-06-01		Jorge Sampaio elogiou, 2001, junho 14.		X		
	13-06-01		Henriques, 2001, junho 14.		X		
	14-06-01		Henriques, 2001, junho 15.	-0,10			PI140
	15-06-01		Henriques, 2001a, junho 16.		X		
	15-06-01		Henriques, 2001b, junho 16.	X			
			Intensidade média	-0,13			PI141
	16-06-01		Sampaio prefere, 2001, junho 17.		X		
	16-06-01		Henriques, 2001, junho 17.	X			
			Intensidade média	-0,13			PI142
Guterres II	05-10-01	Implantação da República	Sá, 2001, outubro 6.		X		

Guterres II	01-01-02	Ano Novo	Sampaio e cardeal alertam, 2002, janeiro 2.		X		
			Henriques, 2002, janeiro 2.		X		
Guterres II	25-01-02	Abertura do ano judicial	Cepeda, 2002, janeiro 25.		X		
Guterres II	22-02-02	Visita ao Médio Tejo	Figueira, 2002, fevereiro 22.		X		
			Figueira, 2002, fevereiro 23.		X		
Barroso	06-04-02	Posse do XV Governo	Simões, 2002, abril 7.		X		
Barroso	25-04-02	25 de Abril	Reforma do sistema, 2002, abril 26.		X		
			Silva & Correia, 2002, abril 26.		X		
			Rainho, 2002, abril 27.	-0,10			PI143
Barroso	10-06-02	Dia de Portugal	Henriques, 2002, junho 11.	-0,25			PI144
Barroso	11-06-02	Visita ao distrito de Beja	Henriques, 2002, junho 12.	-0,10			PI145
	12-06-02		Henriques, 2002, junho 13.		X		
	13-06-02		Henriques, 2002, junho 14.			0,50	PI146
	14-06-02		Henriques & Cepeda, 2002, junho 15.			0,25	PI147
	14-06-02		Frota, 2002, junho 15.			0,50	PI148
	15-06-02		Henriques, 2002, junho 16.			0,25	PI149
	16-06-02		Henriques, 2002a, junho 17.	X			
	16-06-02		Henriques, 2002b, junho 17.			X	
			Intensidade média			0,08	PI150
Barroso	20-07-02	Entrevista à SIC	Sampaio não é neutral, 2002, julho 20.		X		
			Sampaio nem quer falar, 2002, julho 27.		X		
			Silva, 2002, julho 27.		X		
Barroso	05-10-02	Implantação da República	Silva, 2002, outubro 5.	-0,25			PI151
			República, 2002, outubro 6.	X			
			Cepeda, 2002, outubro 6.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI152
Barroso	26-10-02	Visita ao distrito da Guarda	Fernandes, 2002, outubro 26.		X		
	26-10-02		Fernandes, 2002, outubro 27.			0,10	PI153
	27-10-02		Fernandes, 2002, outubro 28.		X		
	28-10-02		Fernandes, 2002, outubro 29.	-0,10			PI154
	29-10-02		Fernandes, 2002, outubro 30.		X		

	30-10-02		Fernandes, 2002, outubro 31.		X		
	31-10-02		Fernandes, 2002, novembro 1.		X		
	31-10-02		Marinho, 2002, novembro 1.		X		
	01-11-02		Fernandes, 2002, novembro 2.		X		
	01-11-02		Presidente intercede, 2002, novembro 2.		X		
	02-11-02		Fernandes, 2002, novembro 3.		X		
	03-11-02		Fernandes, 2002, novembro 4.		X		
Barroso	01-01-03	Ano Novo	Henriques, 2003, janeiro 2.	-0,10			PI155
Barroso	11-01-03	Artigo no Expresso sobre funções do Estado e regulação	Sampaio, 2003, janeiro 11.		X		
Barroso	21-01-03	Abertura do ano judicial	Lima, 2003, janeiro 22.	-0,10			PI156
			Abrunhosa, 2003, janeiro 25.	-0,25			PI157
Barroso	09-03-03	Iniciativa “Comunidades Estrangeiras e Minorias...”	Francisco, 2003, março 10.		X		
	10-03-03		Francisco, 2003, março 11.		X		
	11-03-03		Francisco, 2003, março 12.		X		
	12-03-03		Mangas, 2003, março 13.	-0,10			PI158
	13-03-03		Francisco, 2003, março 14.		X		
	14-03-03		No Vale da Amoreira, 2003, março 15.		X		
	15-03-03		Francisco, 2003, março 16.		X		
Barroso	12-04-03	Jornada da Inovação	Sampaio combate, 2003, abril 12.			0,10	PI159
	20-04-03		Henriques, 2003, abril 21.			0,25	PI160
	21-04-03		Silva, 2003, abril 22.			0,10	PI161
	22-04-03		Cunha & Romão, 2003, abril 23.			0,10	PI162
	23-04-03		Dores, 2003, abril 24.			0,10	PI163
	24-04-03		Marques, 2003, abril 25.			0,10	PI164
Barroso	25-04-03	25 de Abril	A festa e o alerta, 2003, abril 26.	X			
			Silva, 2003, abril 26.	X			
			Intensidade média	-0,38			PI165
			Figueiredo, 2003, maio 3.	-0,50			PI166
Barroso	28-04-03	Visita às Selvagens	Nas Selvagens, 2003, abril 29.		X		

			Bernardes, 2003, abril 29.		X		
Barroso	23-05-03	Visita ao distrito de Coimbra	Fonseca, 2003, maio 24.		X		
	24-05-03		Fonseca, 2003, maio 25.		X		
	25-05-03		Fonseca, 2003, maio 26.		X		
	27-05-03		Fonseca, 2003, maio 28.	-0,10			PI167
	29-05-03		Fonseca, 2003, maio 30.	-0,10			PI168
	30-05-03		Fonseca, 2003, maio 31.		X		
Barroso	10-06-03	Dia de Portugal	Orgulho nacional, 2003, junho 11.			X	
			Rodeia, 2003, junho 11.			X	
			Intensidade média			0,10	PI169
			Sampaio pede respeito, 2003, junho 14.			0,10	PI170
Barroso	12-06-03	Visita aos Açores	Rodeia, 2003, junho 13.		X		
	13-06-03		Rodeia, 2003, junho 14.	-0,10			PI171
	14-06-03		Maestro, 2003, junho 15.		X		
	14-06-03		Rodeia, 2003, junho 15.		X		
	15-06-03		Rodeia, 2003, junho 16.		X		
Barroso	05-10-03	Implantação da República	Sá, 2003, outubro 6.		X		
Barroso	01-11-03	Entrevista ao <i>Público</i>	Silva, 2003, novembro 1.	-0,50			PI172
Barroso	01-01-04	Ano Novo	Sampaio exige, 2004, janeiro 2.	X			
			Henriques, 2004, janeiro 2.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI173
Barroso	18-01-04	Abertura do ano judicial	Abertura do ano, 2004, janeiro 20		X		
			Correia, 2004, janeiro 20.		X		
Barroso	20-01-04	Visita à Região Centro	Carmo, 2004, janeiro 21.		X		
			Carmo, 2004, janeiro 22.		X		
			Carmo, 2004, janeiro 23.		X		
Barroso	27-01-04	Jornadas sobre o Ambiente	Francisco, 2004, janeiro 28.		X		
			Tomás, 2004, janeiro 31.		X		
	09-02-04		Romão, 204, fevereiro 10.			0,10	PI174
			Romão, 204, fevereiro 11.		X		
			Romão, 204, fevereiro 12.		X		

	14-04-04		PR: Ambiente é essencial, 2004, abril 15.		X		
			Carvalho, 2004, abril 15.		X		
			Carvalho, 2004a, abril 16.		X		
			Carvalho, 2004b, abril 16.		X		
	16-04-04		Tomás, 2004, abril 17.		X		
Barroso	25-04-04	25 de Abril	Sampaio apela, 2004, abril 26.	X			
			Correia, 2004, abril 26.	X			
			Intensidade média	-0,30			PI175
			Magalhães & Rainho, 2004, maio 1.	-0,50			PI176
Barroso	04-04-04	Semana da Educação	Sampaio critica, 2004, maio 5.	X			
			Oliveira, 2004, maio 5.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI177
	05-04-04		Oliveira, 2004, maio 6.	-0,10			PI178
	06-04-04		Oliveira, 2004, maio 7.		X		
	07-04-04		Oliveira, 2004, maio 8.	-0,10			PI179
	08-04-04		Sampaio propõe, 2004, maio 9.	X			
	09-04-04		Oliveira, 2004, maio 9.	X			
			Intensidade média	-0,10			PI180
Barroso	10-06-04	Dia de Portugal	Mandim, 2004, junho 11.		X		
S. Lopes	17-07-04	Posse do XVI Governo	Bastos & Silva, 2004, julho 18.	-0,25			PI181
S. Lopes	17-09-04	Semana da Saúde	Sampaio não cala, 2004, setembro 18.	X			
	17-09-04		Rosendo, 2004a, setembro 18.	X			
	17-09-04		Rosendo, 2004b, setembro 18.	X			
			Intensidade média	-0,15			PI182
	20-09-04		Padrão, 2004, setembro 21.	X			
	20-09-04		Margarida, 2004, setembro 21.	X			
			Intensidade média	-0,18			PI183
	21-09-04		Sampaio chumba, 2004, setembro 22.	X			
	21-09-04		Padrão, 2004, setembro 22.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI184
	22-09-04		Martinheira, 2004, setembro 23.		X		

	23-09-04		Governo avança, 2004, setembro 24.	X			
	23-09-04		Padrão, 2004, setembro 24.	X			
			Intensidade média	-0,10			PI185
	24-09-04		Padrão, 2004, setembro 25.		X		
S. Lopes	25-09-04	Artigo no <i>Expresso</i> sobre política orçamental	Sampaio critica, 2004, setembro 25.	X			
			Sampaio, 2004, setembro 25.	X			
			Intensidade média	-0,50			PI186
S. Lopes	05-10-04	Implantação da República	Simas, 2004, outubro 6.	-0,10			PI187
S. Lopes	26-11-04	Jornadas sobre o Ambiente	Carvalho, novembro 26.		X		
			Carvalho, novembro 27.		X		
S. Lopes	18-12-04	Comunicação sobre dissolução da AR	Figueiredo, 2004, dezembro 18.	-0,50			PI188
S. Lopes	01-01-05	Ano Novo	Espada, 2005, janeiro 2.		X		
Sócrates I	11-03-05	Posse do XVII Governo	Henriques, 2005, março 13.		X		
Sócrates I	17-03-05	Visita ao Norte Alentejano	Dores, 2005, março 18.			0,10	PI189
			Dores, 2005, março 19.		X		
			Dores, 2005, março 20.		X		
Sócrates I	25-04-05	25 de Abril	O último discurso, 2005, abril 26.		X		
			Silva, 2005, abril 26.		X		
Sócrates I	01-05-05	Jornada sobre Sinistralidade Rodoviária	Leitão, 2005, maio 2.		X		
	02-05-05		Leitão, 2005, maio 3.			0,10	PI190
	03-05-05		Leitão, 2005, maio 4.		X		
	04-05-05		Leitão, 2005, maio 5.		X		
Sócrates I	10-06-05	Dia de Portugal	Mandim, 2005, junho 11.		X		
Sócrates I	21-06-05	Jornadas da Inovação	Pinto, 2005, junho 22.		X		
			Pinto, 2005, junho 23.		X		
Sócrates I	05-11-05	Jornadas sobre Turismo	Espada & Robalo, 2005, novembro 6.		X		
			Oliveira, 2005, novembro 7.		X		
			Carmo, 2005, novembro 8.		X		

Sócrates I	21-11-05	Iniciativa Envelhecimento e Autonomia	Henriques, 2005, novembro 9.		X		
			Henriques, 2005, novembro 22.		X		
	22-11-05		Frias, 2005, novembro 23.		X		
	23-11-05		Frias, 2005, novembro 24.			0,25	PI191
			Lima, 2005, novembro 26.		X		
Sócrates I	24-11-05	Congresso dos Juízes Portugueses	Lima, 2005, novembro 25.	-0,50			PI192
Sócrates I	01-01-06	Ano Novo	Costa, 2006, janeiro 2.		X		
Sócrates I	05-02-06	Visita ao distrito de Viseu	Leite, 2006, fevereiro 6.	-0,10			PI193
	06-02-06		Leite, 2006, fevereiro 9.		X		
	09-02-06		Leite, 2006, fevereiro 10.		X		
	05-02-06		Almeida, 2006, fevereiro 11.		X		
	10-02-06		Costa, 2006, fevereiro 11.		X		

Tabela 13: Poderes informais – notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre intervenções do PR (Cavaco Silva I mandato)

Governo	Data	Assunto	Referências	Sentido/Intensidade			Código
				Conf.	Neutro	Coop.	
Sócrates I	09-03-06	Investidura	Costa, 2006, março 10.			0,25	PI194
			Rainho, 2006, março 11.			0,10	PI195
Sócrates I	25-04-06	25 de Abril	Cavaco quer compromisso, 2006, abril 26.	X			
			Leite, 2006, abril 26.	X			
			Intensidade média	-0,18			PI196
Sócrates I	20-04-06	Roteiro para a Inclusão I	Oliveira, 2006, abril 20.		X		
	29-05-06		Espada, 2006, maio 30.			0,25	PI197
	30-05-06		Espada, 2006a, maio 31.			X	
	30-05-06		Espada, 2006b, maio 31.			X	
	30-05-06		Espada, 2006c, maio 31.			X	
			Intensidade média			0,25	PI198
Sócrates I	10-06-06	Dia de Portugal	Mangas, 2006, junho 11.		X		

Sócrates I	17-06-06	Roteiro para a Ciência I	Contreras, 2006, junho 17.		X		
	19-06-06		Silva & Pinheiro, 2006, junho 20.			X	
	19-06-06		Silva, 2006, junho 20.			X	
			Intensidade média			0,30	PI199
	20-06-06		Silva, 2006, junho 21.		X		
	20-06-06		Azevedo, 2006, junho 24.			X	
	20-06-06		Oliveira & Azevedo, 2006, junho 24.	X			
			Intensidade média		0,00		-
Sócrates I	12-07-06	Roteiro para a Inclusão II	Silva, 2006, julho 13.		X		
	13-07-06		Silva, 2006, julho 14.		X		
	14-07-06		Oliveira, 2006, julho 15.		X		
Sócrates I	05-10-06	Implantação da República	Sá, 2006, outubro 6.		X		
Sócrates I	10-10-06	Roteiro para a Inclusão III	Sá, 2006, outubro 11.	-0,10			PI200
	11-10-06		Sá, 2006, outubro 12.		X		
	11-10-06		Uma casa portuguesa, 2006, outubro 14.		X		
	11-10-06		Costa, 2006, outubro 14.			X	
			Intensidade média			0,05	PI201
Sócrates I	18-12-06	Roteiro para a Inclusão IV	Madaíl, 2006, dezembro 19.			0,10	PI202
	19-12-06		Madaíl, 2006, dezembro 20.		X		
Sócrates I	01-01-07	Ano Novo	Sá, 2007, janeiro 2.	-0,25			PI203
			Silva & Saraiva, 2007, janeiro 6.	-0,25			PI204
Sócrates I	31-01-07	Abertura do Ano Judicial	Lima, 2007, fevereiro 1.			0,10	PI205
Sócrates I	12-03-07	Roteiro para a Ciência I	Pinto, 2007, março 13.		X		
	13-03-07		Sá, 2007, março 14.		X		
Sócrates I	14-04-07	Balanço do Roteiro para a Inclusão	Correia, 2007, abril 15.			0,25	PI206
Sócrates I	25-04-07	25 de Abril	Leite, 2007, abril 26.	-0,10			PI207
			Diogo, 2007, abril 28.	-0,10			PI208
Sócrates I	01-06-07	Visita a concelhos do distrito de Braga	Robalo, 2007, junho 2.	-0,10			PI209
	02-06-07		Pinheiro, 2007, junho 3.		X		

Sócrates I	10-06-07	Dia de Portugal	Henriques, 2007, junho 11.	-0,25			PI210
Sócrates I	06-07-07	Visita a Santiago do Cacém	Correia, Dorés & Francisco, 2007, julho 7.	-0,10			PI211
Sócrates I	11-07-07	Roteiro para o Património I	Dorés, 2007, julho 12.		X		
Sócrates I	05-10-07	Implantação da República	Francisco, 2007, outubro 6.	-0,25			PI212
Sócrates I	06-10-07	Visita aos Açores	Correia, 2007, outubro 7.	-0,25			PI213
	07-10-07		Correia, 2007, outubro 8.		X		
	08-10-07		Correia, 2007, outubro 9.	-0,25			PI214
	09-10-07		Correia, 2007, outubro 10.			0,50	PI215
	10-10-07		Correia, 2007, outubro 11.		X		
	12-10-07		Cavaco alerta, 2007, outubro 13.	X			
	12-10-07		Diogo, 2007, outubro 13.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI216
Sócrates I	16-11-07	Roteiro para a Ciência III	Martinheira, 2007, novembro 17.		X		
Sócrates I	24-11-07	Visita à Guarda e a Gouveia	Cavaco apela, 2007, novembro 25.		X		
Sócrates I	01-01-08	Ano Novo	Sá, 2008, janeiro 2.		X		
			Diogo, 2008, janeiro 5.	-0,25			PI217
Sócrates I	21-01-08	Roteiro para o Património II	Carmo, 2008, janeiro 22.		X		
	22-01-08		Robalo, 2008, janeiro 23.		X		
Sócrates I	29-01-08	Abertura do ano judicial	Sousa, 2008, janeiro 30.	-0,50			PI218
			Lima, 2008, fevereiro 2.	-0,25			PI219
Sócrates I	22-02-08	Visita a concelho do Norte	Mendes, 2008, fevereiro 23.		X		
	23-02-08		Reis, 2008, fevereiro 24.		X		
Sócrates I	14-04-08	Visita à Madeira	A Madeira deprimida, 2008, abril 15.		X		
	14-04-08		Bernardes, 2008, abril 15.		X		
	15-04-08		Bernardes, 2008, abril 16.		X		
	16-04-08		Bernardes, 2008, abril 17.		X		
	17-04-08		Bernardes, 2008, abril 18.		X		
	18-04-08		Bernardes, 2008, abril 19.		X		
	18-04-08		Moura, Silva & Figueiredo, 2008, abril 19.		X		
	19-04-08		Bernardes, 2008, abril 20		X		
	25-04-08	25 de Abril	Francisco, 2008, abril 26.		X		

Sócrates I	19-05-08	Roteiro para a Ciência IV	Naves, 2008, maio 20.			X	
	19-05-08		Freire, 2008, maio 20.			X	
	19-05-08		Henriques, 2008, maio 20			X	
			Intensidade média			0,25	PI220
	20-05-08		Mangas & Pinheiro, 2008, maio 21.		X		
Sócrates I	10-06-08	Dia de Portugal	Julião, 2008, junho 11.		X		
Sócrates I	17-07-08	Visita aos Vales do Ave, Sousa e Tâmega	Francisco & Cabral, 2008, julho 18.		X		
	18-07-08		Cavaco Silva defende, 2008, julho 19.		X		
	18-07-08		Neves, 2008, julho 19.		X		
Sócrates I	03-10-08	Roteiro para a Juventude I	Robalo, 2008, outubro 4.		X		
	04-10-08		Cavaco faz críticas, 2008, outubro 5.		X		
	04-10-08		Robalo, 2008, outubro 5.		X		
Sócrates I	05-10-08	Implantação da República	Cavaco diz, 2008, outubro 6.	X			
			Francisco, 2008, outubro 6.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI221
			Crise engole, 2008, outubro 11.	-0,25			PI222
Sócrates I	18-10-08	Declarações ao <i>Expresso</i>	Cavaco teme, 2008, outubro 18.	X			
			Cavaco confia, 2008, outubro 18	X			
			Intensidade média	-0,25			PI223
Sócrates I	01-01-09	Ano Novo	Na mensagem, 2009, janeiro 2.	X			
			Sá, 2009, janeiro 2.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI224
			Pinto & Silva, 2009, janeiro 3.		X		
Sócrates I	28-01-09	Abertura do ano judicial	Sousa, 2009, janeiro 28.		X		
Sócrates I	14-02-09	Roteiro para a Juventude II	Freire, 2009, fevereiro 15.		X		
Sócrates I	09-03-09	Roteiro para a Inclusão V	Cavaco propõe diálogo, 2009, março 10.		X		
	09-03-09		Pinheiro, 2009, março 10.	X			
	09-03-09		Mangas, 2009, março 10.		X		
			Intensidade média	-0,03			PI225
Sócrates I	24-03-09	Visita a concelhos do Norte	Moreira, 2009, março 25.	-0,10			PI226

Sócrates I	25-04-09	25 de Abril	Cavaco Silva defende, 2009, abril 26.		X		
			Francisco, 2009, abril 26.		X		
Sócrates I	10-06-09	Dia de Portugal	Cavaco critica, 2009, junho 11.		X		
			Freire, 2009, junho 11.		X		
Sócrates I	30-09-09	Declaração ao país sobre o caso das “escutas”	Cavaco explica pouco, 2009, setembro 30.	X			
			Francisco, 2009, setembro 30.	X			
			Intensidade média	-0,38			PI227
Sócrates I	05-10-09	Implantação da República	Cabral & Sá, 2009, outubro 6.		X		
Sócrates II	26-10-09	Posse do XVIII Governo	Cavaco recusa pretexto, 2009, outubro 27.		X		
			Francisco, 2009, outubro 27.		X		
			Meireles, 2009, outubro 31.		X		
Sócrates II	20-11-09	Roteiro para as Comunidades Locais Inovadoras I	Mangas, 2009, novembro 21.		X		
	20-11-09		Cavaco mostra sucesso, 2009, novembro 21.		X		
	21-11-09		Almeida, 2009, novembro 22.		X		
Sócrates II	08-12-09	Roteiro para a Juventude III	Cavaco na estrada, 2009, dezembro 9.		X		
	08-12-09		Um Presidente com fé, 2009, dezembro 9.		X		
	11-12-09		Mangas, 2009, dezembro 12.		X		
	12-12-09		Soares, 2009, dezembro 12.		X		
	12-12-09		O manual de Cavaco, 2009, dezembro 13.		X		
	12-12-09		Mangas, 2009, dezembro 13.		X		
	12-12-09		Presidente, 2009, dezembro 13.		X		
Sócrates II	01-01-10	Ano Novo	Cavaco quer acordo, 2010, janeiro 2.	X			
			Sá, 2010, janeiro 2.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI228
Sócrates II	27-01-10	Abertura do ano judicial	Cavaco volta, 2010, janeiro 28.		X		
			Lima, 2010, janeiro 28.		X		
Sócrates II	05-02-10	Roteiro para as Comunidades Locais	Domingues, 2010, fevereiro 6.		X		

		Inovadoras II					
	06-02-10		Domingues & Canotilho, 2010, fevereiro 6.		X		
	07-02-10		Domingues, 2010, fevereiro 7.		X		
Sócrates II	06-02-10	Entrevista ao <i>Expresso</i>	«Há nervosismo...», 2010, fevereiro 6.			X	
			Meireles, 2010, fevereiro 6.			X	
			Intensidade média			0,18	PI229
Sócrates II	12-03-10	Roteiro para a Juventude IV	Presidente acredita, 2010, março 13.		X		
Sócrates II	25-04-10	25 de Abril	Coelho, 2010, abril 26.		X		
Sócrates II	07-05-10	Roteiro para as Comunidades Locais Inovadoras III	Cavaco Silva incentiva, 2010, maio 8.		X		
	08-05-10		PR pede «confiança», 2010, maio 9.			X	
	08-05-10		Óbidos: um exemplo, 2010, maio 9.		X		
			Intensidade média			0,13	PI230
Sócrates II	10-06-10	Dia de Portugal	Sindicatos e patrões, 2010, junho 11.		X		
			Freire & Sá, 2010, junho 11.		X		
Sócrates II	24-06-10	Roteiro para a Juventude V	Coelho, 2010, junho 25.		X		
	24-06-10		PR avisa, 2010, junho 25.		X		
	25-06-10		Do leme à raquete, 2010, junho 26.		X		
	25-06-10		Sócrates e Cavaco, 2010, junho 26.	X			
	25-06-10		Meireles, 2010a, junho 26.		X		
	25-06-10		Meireles, 2010b, junho 26	X			
			Intensidade média	-0,17			PI231
Sócrates II	12-07-10	Roteiro para as Comunidades Locais Inovadoras III	Freire, 2010, julho 13.		X		
			Emergência social, 2010, julho 14.	-0,25			PI232
Sócrates II	23-09-10	Visita a concelhos dos distritos de Leiria e Portalegre	Cavaco exigiu, 2010, setembro 24.	-0,10			PI233
Sócrates II	05-10-10	Implantação da República	Cavaco apela ao compromisso, 2010, outubro 6.		X		

			Sá, 2010, outubro 6.		X		
Sócrates II	23-10-10	Entrevista ao <i>Expresso</i>	«Sinto tristeza...», 2010, outubro 23.		X		
			Meireles, 2010, outubro 23.		X		
Sócrates II	01-01-11	Ano Novo	Sá, 2011, janeiro 2.	-0,25			PI234

Tabela 14: Poderes informais – notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre intervenções do PR (Cavaco Silva II mandato)

Governo	Data	Assunto	Referências	Sentido/Intensidade			Código
				Conf.	Neutro	Coop.	
Sócrates II	09-03-11	Investidura	Cavaco faz discurso, 2011, março 10.	X			
			Dinis, 2011, março 10.	X			
			Intensidade média	-0,50			PI235
			Meireles, 2011, março 12.	-0,50			PI236
Sócrates II	25-04-11	25 de Abril	Sá, 2011, abril 26.		X		
			Meireles, 2011, abril 30.		X		
Sócrates II	04-05-11	Comunicação ao País sobre ajuda financeira externa	Sá, 2011, maio 5.		X		
			Cavaco Silva: «Ajuda é...», 2011, maio 7.		X		
Sócrates II	03-06-11	Mensagem no <i>Facebook</i> sobre reforma da Justiça	Cavaco Silva quer reforma, 2011, junho 3.		X		
Sócrates II	10-06-11	Artigo no <i>Expresso</i> sobre agricultura	Silva, 2011, junho 10.		X		
Passos C. I	22-06-11	Posse do XIX Governo	Presidente exige coesão, 2011, junho 22.		X		
			Dinis, 2011, junho 22.		X		
Passos C. I	20-09-11	Visita aos Açores	Cavaco diz, 2011, setembro 21.		X		
			Cavaco, a poda, 2011, setembro 22.		X		
			Cavaco reencontra, 2011, setembro 23.		X		
			Cavaco comentários, 2011, setembro 24.		X		
Passos C. I	05-10-11	Implantação da República	Presidente da República exige, 2011, outubro 6.	X			

			Henriques, 2011, outubro 6.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI237
Passos C. I	19-10-11	Congresso dos Economistas	Cavaco critica Governo, 2011, outubro 20.	X			
			Coelho & Sá, 2011, outubro 20.	X			
			Intensidade média	-0,50			PI238
			Passos ficou estupefacto, 2011, outubro 22.	X			
			Silva, 2011, outubro 22.	X			
			Intensidade média	-0,38			PI239
Passos C. I	01-01-12	Ano Novo	Coelho, 2012, janeiro 2.	-0,25			PI240
Passos C. I	21-01-12	Declaração espontânea (pensão insuficiente)	Cavaco lamenta, 2012, janeiro 21.	X			
			Marujo, 2012, janeiro 21.		X		
			Intensidade média	-0,13			PI241
			Meireles, 2012, janeiro 28.	-0,25			PI242
Passos C. I	04-02-12	Roteiros do Futuro I	Cavaco quer mais, 2012, fevereiro 4.		X		
	17-02-12		Mangas, Sá & Coelho, 2012, fevereiro 18.		X		
			Novos Roteiros, 2012, fevereiro 18.		X		
Passos C. I	24-02-12	Roteiro para a Juventude VI	Desemprego alto, 2012, fevereiro 25.		X		
			Almeida, 2012, fevereiro 25.	X			
			Intensidade média	-0,13			PI243
			Gustavo, 2012, fevereiro 25.		X		
Passos C. I	25-04-12	25 de Abril	Cavaco criticado, 2012, abril 26.		X		
			Henriques, 2012, abril 26.		X		
			Figueiredo, Costa & Silva, 2012, abril 28.		X		
Passos C. I	10-06-12	Dia de Portugal	Cavaco pede reforço, 2012, junho 11.		X		
			Freire, 2012, junho 11.			X	
			Intensidade média			0,13	PI244
Passos C. I	05-10-12	Implantação da República	Cavaco exigiu luz, 2012, outubro 6.		X		
			Freire, 2012, outubro 6.		X		
			Tal como a bandeira, 2012, outubro 13.		X		
Passos C. I	01-01-13	Ano Novo	Cavaco exige diálogo, 2013, janeiro 2.	X			

			Sá & Marujo, 2013, janeiro 2.	X			
			Intensidade média	-0,10			PI245
Passos C. I	05-01-13	Entrevista ao <i>Expresso</i>	A Constituição não está, 2013, janeiro 5.		X		
			Castanheira, Meireles & Costa, 2013, janeiro 5.		X		
Passos C. I	30-01-13	Ano judicial	Lima, 2013, janeiro 31.		X		
Passos C. I	25-02-13	Encontro “Jovens e o Futuro da Economia”	Cavaco: baixos salários, 2013, fevereiro 26.		X		
Passos C. I	09-03-13	Prefácio Roteiros VII	Meireles & Ventura, 2013, março 9.		X		
Passos C. I	25-04-13	25 de Abril	Henriques, 2013, abril 26.			X	
			Silva, 2013, abril 27.			X	
			Intensidade média			0,10	PI246
Passos C. I	10-06-13	Dia de Portugal	Marujo, 2013, junho 11.		X		
Passos C. I	11-06-13	Entrevista à <i>RTP</i>	Cavaco cita Sampaio, 2013, junho 11.		X		
			Lima, 2013, junho 11.		X		
Passos C. I	29-06-13	Encontro com economistas	Meireles, 2013, junho 29.		X		
	05-07-13		Freire, 2013, julho 6.	X			
	05-07-13		Meireles, 2013a, julho 6.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI247
Passos C. I	05-07-13	Demissão de Paulo Portas	Meireles, 2013b, julho 6.		X		
			Presidente coloca Governo, 2013, julho 11.	X			
			Martins & Henriques, 2013, julho 11.	X			
			Freire, 2013, julho 11.	X			
			Intensidade média	-0,25			PI248
			Cavaco exige solidez, 2013, julho 22.		X		
			Marujo, 2013, julho 22.		X		
Passos C. I	16-09-13	“Jovens e o Futuro da Economia” II	Convergência das pensões, 2013, setembro 17.	-0,10			PI249
Passos C. I	04-10-13	Declarações em visita à Suécia	Meireles, 2013, outubro 5.			0,10	PI250
Passos C. I	05-10-13	Implantação da República	Marujo, 2013, outubro 6.		X		
Passos C. I	11-12-13	“Jovens e o Futuro da Economia” III	Pinheiro, 2013, dezembro 12.		X		

Passos C. I	01-10-14	Ano Novo	Cavaco não anuncia, 2014, janeiro 2.		X		
			Marujo & Sá, 2014, janeiro 2.		X		
			Cavaco considera «irrealista», 2014, janeiro 4.		X		
			Meireles, 2014, janeiro 4.		X		
Passos C. I	29-01-14	Abertura do ano judicial	Lima & Sousa, 2014, janeiro 30.		X		
Passos C. I	08-03-14	Prefácio de Roteiros VIII	Portugal sob vigilância, 2014, março 8.		X		
			Meireles, 2014, março 8.		X		
Passos C. I	23-04-14	Roteiro para a Economia Dinâmica I	Baptista, 2014, abril 23.		X		
Passos C. I	25-04-14	25 de Abril	Cavaco endureceu, 2014, abril 26.	-0,25			PI251
Passos C. I	10-05-14	Conferência “Portugal: Rotas de Abril”	Cavaco pede atenção, 2014, maio 10.		X		
Passos C. I	10-05-14	Mensagem no Facebook sobre saída do programa de resgate	Meireles, 2014, maio 10.			0,25	PI252
Passos C. I	10-06-14	Dia de Portugal	Quase desmaio, 2014, junho 11.		X		
			Mangas, 2014, junho 11.		X		
			Silva, 2014, junho 13.		X		
Passos C. I	05-10-14	Implantação da República	Cavaco Silva quer, 2014, outubro 6.		X		
			Oliveira, 2014, outubro 6.		X		
Passos C. I	13-10-14	Roteiro para a Economia Dinâmica II	Cavaco quer «reflexão séria», 2014, outubro 14.	-0,25			PI253
	17-10-14		Meireles & Barra, 2014, outubro 18.			0,25	PI254
Passos C. I	08-11-14	Entrevista ao <i>Expresso</i>	«Eleições serão na data...», 2014, novembro 8.		X		
			Meireles & Costa, 2014, novembro 8.		X		
Passos C. I	14-11-14	Roteiro para a Economia Dinâmica III	Sapatos também são, 2014, novembro 15.		X		
Passos C. I	01-01-15	Ano Novo	Sá & Marujo, 2015, janeiro 2.		X		
Passos C. I	25-04-15	25 de Abril	Henriques, 2015, abril 26.		X		
Passos C. I	15-05-15	Roteiros do Futuro IV	Oliveira, 2015, maio 16.		X		
			Presidente pede incentivos, 2015, maio 17.		X		
Passos C. I	27-03-15	Roteiro para a Economia	Pinheiro, 2015, março 28.		X		

		Dinâmica IV					
Passos C. I	10-06-15	Dia de Portugal	Marujo, 2015, junho 11.			0,10	PI255
Passos C. I	29-06-15	Roteiro para a Economia Dinâmica V	Presidente incentiva, 2015, junho 30.		X		
Passos C. I	22-07-15	Comunicação ao País sobre marcação de eleições	Freire, 2015, julho 23.		X		
			Meireles, 2015, julho 25.		X		
Passos C. I	06-10-15	Comunicação ao País sobre resultados eleitorais	Cavaco pede Governo, 2015, outubro 7.		X		
			Sá, 2015, outubro 7.		X		
Passos C. I	08-10-15	Abertura do ano judicial	Lima & Sousa, 2015, outubro 9.		X		
Passos C. I	23-10-15	Comunicação ao País sobre indigitação do PM	Presidente escolhe, 2015, outubro 23.			X	
			Henriques & Sá, 2015, outubro 23.			X	
			Intensidade média			0,50	PI256
			Meireles, 2015, outubro 24.			0,25	PI257
Passos C. I	30-10-15	Posse do XX Governo	Presidente modera o tom, 2015, outubro 31.		X		
			Antunes, 2015, outubro 31.		X		
Passos C. I	16-11-15	Roteiro para a Economia Dinâmica VII	Antunes, 2015, novembro 17		X		
			Antunes, 2015, novembro 18.			0,25	PI258
Costa	26-11-15	Posse do XXI Governo	António Costa ignora, 2015, novembro 27.	X			
			Marujo, Oliveira & Antunes, 2015, novembro 27	X			
			Intensidade média	-0,25			PI259
Costa	18-12-15	Roteiro para a Economia Dinâmica VIII	Reação: Cavaco pede, 2015, dezembro 18.		X		
Costa	01-01-16	Ano Novo	Cavaco despede-se, 2016, janeiro 2.		X		
			Sá, 2016, janeiro 2.		X		

Apêndice C – Listagem das notícias dos jornais consultados

- 10 de Junho: Eanes espera regeneração política (1984, junho 16). *Expresso*, p. 3.
- «A Constituição não está suspensa» (2013, janeiro 5). *Expresso*, p. 1.
- A festa e o alerta (2003, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.
- A Madeira deprimida que Cavaco não vai ver (2008, abril 15). *Diário de Notícias*, p. 1.
- A maioria que me elegeu esgotou-se no acto da eleição (1986, março 10). *Diário de Notícias*, p. 1.
- A pobreza não deverá agravar acesso ao direito e à justiça (1984, setembro 12). *Diário de Notícias*, p. 3.
- A posse de um Governo novo é nova razão de esperança (1983, junho 10). *Expresso*, p. 3.
- A verdade é sempre condição de êxito do poder político (1983, junho 12). *Diário de Notícias*, p. 3.
- Abertura do ano judicial com fortes críticas a jornalistas (2004, janeiro 20). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Abreu, D. (1987, março 9). Entrevista do Presidente da República ao DN – Não creio que seja muito popular a ideia de eleições antecipadas. *Diário de Notícias*, pp. 1 e 4-9.
- Abrunhosa, A. I. (2003, janeiro 25). Sampaio exige eficácia. *Expresso*, p. 7.
- Abrunhosa, A. I. (2006, junho 24). Novo PGR será um magistrado. *Expresso*, p. 6.
- Abrunhosa, A. I. (2006, outubro 7). Novo PGR entre com passadeira vermelha... em Belém. *Expresso*, p. 8.
- Abrunhosa, A. I., Silva, Â. & Saraiva, N. (2006, setembro 23). Sócrates concertou nome com Mendes. *Expresso*, p. 3.
- Actas continuam em segredo (2000, julho 11). *Diário de Notícias*, p. 4.

Actas do Conselho de Estado com novas regras (2001, março 2). *Público*, p. 8.

Albino, C. (1998, agosto 1). Timor não sai da posição de princípio. *Diário de Notícias*, p. 9.

Alertas para S. Bento (1993, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.

Almeida, J. (2009, novembro 22). Cavaco Silva mostra exemplo de como inovar no ambiente. *Diário de Notícias*, p. 11.

Almeida, J. (2012, fevereiro 25). PR muito preocupado com subida do desemprego. *Diário de Notícias*, p. 10.

Almeida, M. (2006, fevereiro 11). RTP retirou da emissão insultos a Jorge Sampaio. *Diário de Notícias*, p. 39.

Almeida, S. J. (2004, julho 9). Presidente da República poderá decidir hoje se convoca eleições antecipadas. *Público*, p. 2.

Almeida, S. J. (2004, dezembro 10). José Sócrates acusa Governo de estar a «usar os meios do Estado ao serviço dos partidos». *Público*, p. 12.

Almeida, S. J. (2016, fevereiro 18). Costa pondera convidar Cavaco Silva para presidir a Conselho de Ministros. *Público*, p. 48.

Almeida, S. J. & Braz, B. F. (2003, março 11). Durão confirma apoio a ataque unilateral contra o Iraque. *Público*, p. 8.

Almeida, S. J. & Guerra, R. B. (2011, outubro 26). Passos marcou Conselho de Estado por antecipação. *Público*, p. 8.

Almeida, S. J. & Rodrigues, S. (2007, fevereiro 23). Presidente quer sistematizar critérios de envio de tropas para missões internacionais. *Público*, p. 4.

Ano de sacrifícios e de transformações (1984, janeiro 3). *Diário de Notícias*, p. 1.

António Costa ignora ameaças de Cavaco Silva (2015, novembro 27). *Diário de Notícias*, p. 1.

Antunes, R. P. (2015, outubro 31). Cavaco modera o tom e abre porta à esquerda. Até o PS aplaudiu. *Diário de Notícias*, p. 2.

Antunes, R. P. (2015, novembro 17). Cavaco lembra Cavaco para admitir deixar Passos em gestão. *Diário de Notícias*, p. 17.

Antunes, R. P. (2015, novembro, 18). Cavaco: governo de gestão de Sócrates foi pior do que a crise atual. *Diário de Notícias*, p. 16.

Anunciação, P. d' (1983, julho 30). Garcia dos Santos, uma substituição política. *Expresso*, p. 4.

Anunciação, P. d' (1985, janeiro 26). Conselho de Estado: conclusões provocam versões contraditórias. *Expresso*, p. 2.

Anunciação, P. d' (1985, fevereiro 2). Eanes-Soares: da vitória ao empate. *Expresso*, p. 2.

Ao PR não compete conduzir a política geral mas salvaguardar os valores e desígnios nacionais (1988, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 3.

Apelamos ao Tribunal Constitucional quando a AR invade as nossas funções (1986, setembro 24). *Diário de Notícias*, p. 3.

Apelo ao diálogo e à concórdia (1993, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 3.

Aperfeiçoar sistema político-constitucional e evitar crises artificiais incontroláveis (1987, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 3.

Armada sem chefe (2002, janeiro 26). *Expresso*, p. 28.

As mil dores de cabeça (1993, janeiro 30). *Diário de Notícias*, p. 4.

Assembleia da República debate audição ao governador de Macau (1990, março 1). *Diário de Notícias*, p. 3.

Assumir divergências como factos naturais procurando desenvolver concórdia nacional (1988, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 3.

Aumentam apoios à causa de Timor (1988, março 10). *Diário de Notícias*, p. 3.

Azevedo, A. P. (1993, janeiro 30). Soares contra «equívoco das forças de bloqueio». *Expresso*, p. 3.

Azevedo, A. P. (1999, novembro 20). Presidente afasta alibis. *Expresso*, p. 5.

Azevedo, A. P. (2006, janeiro 14). O mistério do «Envelope 9». *Expresso*, p. 5.

Azevedo, A. P. & Silva, Â. (2006, janeiro 20). Sampaio afasta demissão. *Expresso*, p. 3.

Azevedo, V. (2006, junho 24). O optimismo da Ciência. *Expresso*, p. 8.

Balsemão coloca a Eanes condições para governar (1983, janeiro 29). *Capital*, p. 3.

«Banho de multidão» para Soares em Ponta Delgada (1989, junho 8). *Diário de Notícias*, p. 1.

Baptista, A. (2014, abril 23). Indasa investe 14 milhões e contrata 11 a 20 pessoas. *Diário de Notícias*, p. 27.

Baptista, C. (1993, fevereiro 4). Uma nova sombra sobre o Tejo. *Diário de Notícias*, p. 7.

Barbosa, M. P. (1994, setembro 24). Soares elogia indignação. *Diário de Notícias*, p. 7.

Basta de política (1996, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.

Bastos, I. D. (2004, janeiro 15). Crítica ao rumo das finanças. *Diário de Notícias*, p. 2.

Bastos, I. D. & Silva, M. (2004, julho 18). «O País não pode suportar derivas eleitoralistas». *Diário de Notícias*, p. 2.

Belém convoca eleições para 6 de outubro (1991, maio 16). *Diário de Notícias*, p. 3.

Belém «vetou» Corbal e impôs Espírito Santo (1998, março 10). *Diário de Notícias*, p. 1.

Bernardes, L. (1994, abril 12). Mau ambiente político. *Diário de Notícias*, p. 7.

Bernardes, L. (1998, março 21). Sampaio entra no bailinho da Madeira. *Diário de Notícias*, p. 13.

- Bernardes, L. (1998, março 22). Jorge Sampaio responsabiliza partidos pela democracia. *Diário de Notícias*, p. 8.
- Bernardes, L. (1998, março 23). Jorge Sampaio solidário com Jardim. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Bernardes, L. (1998, março 24). «Não pode haver confronto». *Diário de Notícias*, p. 6.
- Bernardes, L. (1998, março 25) Sampaio interrompe por um dia a visita à Madeira. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Bernardes, L. (1998a, março 26). Sampaio nos bairros de miséria. *Diário de Notícias*, p. 9.
- Bernardes, L. (1998b, março 26). Jardim elogia e brinda ao Presidente. *Diário de Notícias*, p. 9.
- Bernardes, L. (1998, março 27). Jorge Sampaio visitou uma minifavela. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Bernardes, L. (1998, março 28). Senhor Presidente, recandidate-se! *Diário de Notícias*, p. 15.
- Bernardes, L. (1998, março 29). João Jardim apoiaria Sampaio contra Balsemão. *Diário de Notícias*, p. 9.
- Bernardes, L. (2003, abril 29). Jorge Sampaio apela a maior presença nas ilhas Selvagens. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Bernardes, L. (2008, abril 15). Cavaco Silva tenta unir Sócrates e Jardim. *Diário de Notícias*, pp. 2-3.
- Bernardes, L. (2008, abril 16). Cavaco Silva evitou as polémicas da Madeira num «dia perfeito». *Diário de Notícias*, p. 18.
- Bernardes, L. (2008, abril 17). Cavaco reivindica direito de reserva para ser eficaz. *Diário de Notícias*, p. 19.

- Bernardes, L. (2008, abril 18). Maria Cavaco desvaloriza pobreza na Madeira. *Diário de Notícias*, p. 20.
- Bernardes, L. (2008, abril 19). Cavaco desculpabiliza o estilo de fazer política de Jardim. *Diário de Notícias*, p. 15.
- Bernardes, L. (2008, abril 20). Cavaco diz que é preciso ter muito cuidado com os «offshores». *Diário de Notícias*, p. 25.
- Bom resultado financeiro externo agravou fortemente as injustiças (1985, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Botelho, L. (2006, janeiro 21). PGR reconhece incorreção no comunicado da semana passada. *Público*, p. 8.
- Botelho, L. & Lopes, M. (2013, maio 22). Cavaco falhou declaração de compromisso para o pós-troika. *Público*, p. 2.
- Botelho, L. & Ribeiro, N. (2012, setembro 23). Passos só teve apoio de alguns conselheiros do PSD. *Público*, p. 13.
- Branco, C. (1996, junho 15). O charme discreto do Presidente. *Expresso*, p.9.
- Bragança na rua para receber Soares (1987, fevereiro 16). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Cabral, E. & Sá, P. (2009, outubro 6). A República separou Sócrates e Cavaco. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Cabral, O. (1999, julho 17). «Fantasma» da Madeira nos Açores. *Expresso*, p. 8.
- Cabral, O. (1999, julho 24). Sampaio e o exemplo de Rabo de Peixe. *Expresso*, p. 10.
- Caçada ao javali (1987, fevereiro 20). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Camacho, C. (1987, novembro 2). Primeiro «incidente» na visita de Soares protagonizado por autarca eborense. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Camacho, C. (1987, novembro 3). Não vim ao Alentejo para avivar polémicas nem para me imiscuir em disputas. *Diário de Notícias*, p. 5.

- Camacho, C. (1987, novembro 4). Soares privilegia cultura no dia «mais longo». *Diário de Notícias*, p. 5.
- Camacho, C. (1987, novembro 5). Expetativa rodeia encontro de Beja de Mário Soares com Cavaco Silva. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Camacho, C. (1987, novembro 6). Plano do Alqueva fica dependente de mudanças na Reforma Agrária. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Camacho, C. (1987, novembro 7). Soares anulou visita a Serpa devido a indisposição ligeira. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Caminha anseia pela ligação por «ferry» com La Guardia (1992, setembro 21). *Diário de Notícias*, p. 23.
- Cardoso, M. (2000, maio 27). Sampaio descobre Ave renascido. *Expresso*, p. 10.
- Carmo, P. (1999, junho 28). A cultura na coesão nacional. *Diário de Notícias*, p. 28.
- Carmo, P. (2004, janeiro 21). Sampaio critica pequenos poderes. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Carmo, P. (2004, janeiro 22). «Estou farto do desânimo e da descrença». *Diário de Notícias*, p. 6.
- Carmo, P. (2004, janeiro 23). Sampaio incentiva luta à evasão fiscal. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Carmo, P. (2005, novembro 8). Jorge Sampaio diz que temos de fabricar auto-estima. *Diário de Notícias*, p. 11.
- Carmo, P. (2008, janeiro 22). É preciso um «país com memória». *Diário de Notícias*, p. 32.
- Carvalho, A. de (1983, abril 30) PR não convocará o Conselho de Estado nas condições de Soares. *Expresso*, pp. 1 e 3.
- Carvalho, A. de (1983, maio 28). Soares insiste na convocação do Conselho de Estado. *Expresso*, pp. 1 e 24.

- Carvalho, A. de (1983, novembro 26). Garcia dos Santos: a história da exoneração. *Expresso*, pp. 2-3.
- Carvalho, C. (1992, setembro 20). Soares retoma Presidência Aberta mas as coisas não parecem o que eram. *Diário de Notícias*, p. 20.
- Carvalho, C. (1992, setembro 21). Soares encurtou segundo dia da Presidência Aberta. *Diário de Notícias*, p. 22.
- Carvalho, C. (1992, setembro 22). Um dia ao jeito de Mário Soares por terras ribeirinhas do Alto Minho. *Diário de Notícias*, p. 20.
- Carvalho, C. (1992, setembro 23). Soares chama Galiza para projectos comuns. *Diário de Notícias*, p. 22.
- Carvalho, C. (1992, setembro 24). Poluição do Lindoso na rota da Presidência Aberta. *Diário de Notícias*, p. 26.
- Carvalho, C. (1992, setembro 25). PR convida emigrantes a respeitar tradições. *Diário de Notícias*, p. 25.
- Carvalho, C. (1992a, setembro 26). Batalhas de protagonismo em torno de uma lei. *Diário de Notícias*, p. 20.
- Carvalho, C. (1992b, setembro 26). Ecologistas e autarquias contestam construção da barragem de Cela. *Diário de Notícias*, p. 21.
- Carvalho, C. (1992, setembro 27). Soares trocou a lancha pelo automóvel. *Diário de Notícias*, p. 20.
- Carvalho, C. (1992, setembro 28). Mário Soares foi marinheiro por um dia. *Diário de Notícias*, p. 28.
- Carvalho, C. (1992, setembro 29). Soares deixou Viana do Castelo com lição de liberdade e bem-estar. *Diário de Notícias*, p. 29.
- Carvalho, C. (1995, junho 11). Estímulo para mudar o que está mal. *Diário de Notícias*, p. 2.

- Carvalho, C. (1996, outubro 25). Ano de estabilidade e descompressão. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Carvalho, C. (1996, outubro 26). «Força coração». *Diário de Notícias*, p. 8.
- Carvalho, C. (1997, fevereiro 7). Contra os devaneios políticos. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Carvalho, M. de (1994, abril 9). «Pretendo deixar o país a fervilhar». *Expresso*, p. 4.
- Carvalho, P. de (1986, setembro 18). Mário Soares visitou estruturas de apoio social. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Carvalho, P. de (1992, setembro 23). Aldeia do Soajo não vai esquecer a visita do Presidente da República. *Diário de Notícias*, p. 23.
- Carvalho, R. (2004, abril 15). Ambiente não pode ser empecilho ao progresso. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Carvalho, R. (2004a, abril 16). Sampaio contra país-museu. *Diário de Notícias*, p. 9.
- Carvalho, R. (2004b, abril 16). Combate aos fogos é um dever colectivo. *Diário de Notícias*, p. 11.
- Carvalho, R. (2004, novembro 26). Plano de Ordenamento vai demolir centenas de casas. *Diário de Notícias*, p. 28.
- Carvalho, R. (2004, novembro 27). Sampaio exige reformas de fundo no sector florestal. *Diário de Notícias*, p. 20.
- «Caso Portas» agita julgamento da Moderna (2002, maio 30). *Público*, p. 11.
- Castanheira, J. P., Meireles, L. & Costa, R. (2013, janeiro 5). *Expresso*, pp. 4-5.
- Cavaco, a poda das anonas e o sorriso das vacas (2011, setembro 22). *Diário de Notícias*, p. 12.
- Cavaco admite alterar lei laboral no Parlamento (1988, março 31). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Cavaco alerta (2007, outubro 13). *Expresso*, p. 1.

Cavaco apela à natalidade nacional (2007, novembro 25). *Diário de Notícias*, p. 21.

Cavaco apela ao «compromisso» (2010, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco: baixos salários não garantem competitividade (2013, fevereiro 26). *Diário de Notícias*, p. 5.

Cavaco cita Sampaio para explicar que não lhe cabe governar (2013, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco confia nos bancos, mas teme desemprego (2008, outubro 18). *Expresso*, p. 3.

Cavaco considera irrealista saída da troika sem programa cautelar (2014, janeiro 4). *Expresso*, p. 1.

Cavaco critica Governo mas não vai travar Orçamento (2011, outubro 20). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco critica políticos em discurso «pós-eleitoral» (2009, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco criticado durante reunião (2011, abril 2). *Expresso*, p. 3.

Cavaco criticado por esquecer a crise neste 25 de Abril (2012, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco despede-se com discurso sem ataques (2016, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco diz que Estado não pode esquecer os pobres (2008, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco diz que situação da Madeira abala a credibilidade do País (2011, setembro 21). *Diário de Notícias*, pp. 4-5.

Cavaco empossou novo chefe militar das Forças Armadas (2011, fevereiro 8). *Diário de Notícias*, p. 11.

Cavaco endureceu tom dos apelos ao consenso (2014, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 4.

Cavaco exige diálogo para evitar cenário de crise (2013, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco exige solidez a Passos e Portas para governarem até 2015 (2013, julho 22). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco exigiu consenso no OE e critério nas grandes obras (2010, setembro 24). *Diário de Notícias*, p. 5.

Cavaco exigiu luz ao fundo do túnel, Costa discursou contra submissão (2012, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco explica pouco e declara guerra ao «partido do Governo» (2009, setembro 30). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco evita comentários às novas leis laborais (2011, setembro 24). *Diário de Notícias*, p. 17.

Cavaco faz críticas a «alguns» empresários (2008, outubro 5). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco faz discurso de ruptura (2011, março 10). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco joga tudo no Conselho de Estado (2014, junho 28). *Expresso*, p. 40.

Cavaco lamenta reforma pequena e gera uma onda de indignação (2012, janeiro 21). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco na estrada (2009, dezembro 9). *Expresso*, p. 1.

Cavaco não aceita governo minoritário em 2015 (2014, julho 5). *Expresso*, p. 1.

Cavaco não anuncia envio do OE para o TC (2014, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco mostra sucesso no meio da crise (2009, novembro 21). *Expresso*, p. 44.

Cavaco pede atenção para o «tempo novo» (2014, maio 10). *Diário de Notícias*, p. 13.

Cavaco pede governo estável a Passos. PS continua dividido. *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco pede reforço do diálogo com «atos concretos» (2012, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco propõe diálogo nas empresas para as salvar (2009, março 10). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco quer acordo de regime para Orçamento de 2010 (2010, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco quer compromisso contra desigualdade social (2006, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco quer mais bebés (2012, fevereiro 4). *Expresso*, p. 40.

Cavaco quer «reflexão séria» sobre problemas na educação (2014, outubro 14). *Diário de Notícias*, p. 14.

Cavaco reconduz Pinto Ramalho e Esteves de Araújo (2009, dezembro 15). *Diário de Notícias*, p. 11.

Cavaco «recupera» Loureiro (1992, setembro 19). *Expresso*, p. A20.

Cavaco recusa pretextos para crise política (2009, outubro 27). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco reencontra companheiros de «aventuras» (2011, setembro 23). *Diário de Notícias*, p. 11.

Cavaco Silva defende «soluções de governo» (2009, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco Silva incentiva aposta no mar (2010, maio 8). *Diário de Notícias*, p. 20.

Cavaco Silva quer que a política seja bem paga (2014, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 1.

Cavaco Silva: «Ajuda ainda é oportunidade única para mudar vida» (2011, maio 7). *Expresso*, p. 46.

Cavaco Silva fez «ampla exposição» sobre futuro do território de Macau (1987, março 22). *Diário de Notícias*, p. 3.

Cavaco Silva quer reforma da Justiça (2011, junho 3). *Expresso*, p. 19.

Cavaco teme «grande aumento do desemprego» (2008, outubro 18). *Expresso*, p. 1.

Cavaco volta a criticar a lei do divórcio (2010, janeiro 28). *Diário de Notícias*, p. 1.

Celebramos descobertas portuguesas com orgulho e sem espírito passadista (1987, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 3.

Celebrar Abril para a invenção do futuro (1990, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 3.

Cepeda, F. (1999, outubro 21). Sampaio combate desertificação. *Diário de Notícias*, p. 9.

Cepeda, F. (1999, outubro 22). PR apela à descentralização. *Diário de Notícias*, p. 7.

Cepeda, F. (1999, outubro 23). Autarcas reclamam 360 milhões de contos. *Diário de Notícias*, p. 8.

Cepeda, F. (1999, outubro 24). Jorge Sampaio contra «lamúrias». *Diário de Notícias*, p. 9.

Cepeda, J. (2002, janeiro 25). Justiça contra o poder político. *Diário de Notícias*, p. 19.

Cepeda, J. (2002, outubro 6). Sampaio «belisca» Portas. *Diário de Notícias*, p. 6.

Cerqueira Rocha já é o novo chefe do Exército (1992, outubro 13). *Diário de Notícias*, p. 4.

Clima de pré-campanha rodeou 5 de Outubro (1990, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 3.

Coelho, H. F. (2010, abril 26). Constituição marca Abril na AR. *Diário de Notícias*, p. 2.

Coelho, H. F. (2010, junho 25). Cavaco pediu parecer jurídico sobre retroatividade do IRS. *Diário de Notícias*, p. 9.

Coelho, H. F. (2012, janeiro 2). «Situação social pode tornar-se insustentável». *Diário de Notícias*, p. 6-7.

Coelho, H. F. (2012, setembro 21). As três grandes questões na agenda do Conselho de Estado. *Diário de Notícias*, p. 4.

Coelho, H. F. & Henriques, J. P. (2012, setembro 22). Novo plano de austeridade motiva maratona no Conselho de Estado. *Diário de Notícias*, p. 2.

Coelho, H. F. & Sá, P. (2011, Outubro 20). Cavaco afronta o Governo mas não trava o Orçamento. *Diário de Notícias*, pp. 4-5.

Comandante da GNR substitui Barrento na chefia do Exército (2001, fevereiro 17). *Expresso*, p. 1.

Combate ao terrorismo (2001, setembro 27). *Diário de Notícias*, p. 12.

Comemoração da Revolução do 5 de Outubro (1983, outubro 7). *Diário de Notícias*, p. 1.

Comemorações em dois tons no 25 de Abril (1984, abril 27). *Diário de Notícias*, p. 1.

Comemorações do 25 de Abril provocam encontros e desencontros (1988, abril 30). *Expresso*, p. 5.

Conselho de Estado analisou política económica (1985, fevereiro 1). *Diário de Notícias*, p. 1.

Conselho de Estado apoia envio de força militar (1999, setembro 11).

Conselho de Estado aprova autonomia dos tribunais (1999, março 5). *Diário de Notícias*, p. 10.

Conselho de Estado com novos membros (1984, novembro 7). *Diário de Notícias*, p. 3.

Conselho de Estado confirma posição (1987, abril 28). *Capital*, p. 40.

Conselho de Estado dá «luz verde» a Artur Consolado para a Madeira (1991, outubro 30). *Diário de Notícias*, p. 5.

Conselho de Estado debate Europa (2003, dezembro 17). *Diário de Notícias*, p. 14.

Conselho de Estado debate reforma da União Europeia (2002, julho 17). *Diário de Notícias*, p. 56.

Conselho de Estado emitiu parecer que lhe fora solicitado pelo Presidente (1985, junho, 27). *Diário de Notícias*, p. 3.

Conselho de Estado esteve reunido durante todo o dia de ontem (1985, junho 18). *Diário de Notícias*, p. 3.

Conselho de Estado favorável a acordo (1999, abril 20). *Público*, p. 4.

Conselho de Estado favorável a Rocha Vieira para Açores (1986, julho 4). *Diário de Notícias*, p. 1.

Conselho de Estado favorece eleições (1986, abril 23). *Diário de Lisboa*, pp. 1 e 24.

Conselho de Estado fecha ciclo para nomeação de Mário Pinto (1991, abril 17). *Diário de Notícias*, p. 4.

Conselho de Estado não foi conclusivo sobre eventual dissolução do Parlamento (1985, junho, 21). *Diário de Notícias*, p. 3.

Conselho de Estado pede «voz ativa em prol do crescimento» (2014, julho 4). *Diário de Notícias*, p. 1.

Conselho de Estado poderá deixar passar lacunas no novo Estatuto de Macau (1990, fevereiro 28). *Diário de Notícias*, p. 3.

Conselho de Estado quer segurança na transição (1998, janeiro 17). *Diário de Notícias*, p. 8.

Conselho de Estado reúne unanimidade sobre estratégia nacional para Macau (1989, março 29). *Diário de Notícias*, p. 3.

Conselho de Estado reuniu-se (1986, abril 23). *Diário de Notícias*, p. 1.

Conselho de Estado unânime aprova eleições antecipadas na Madeira (2007, março 3). *Diário de Notícias*, p. 10.

Considero a Assembleia da República como o centro vital da democracia (1986, março 10). *Diário de Notícias*, p. 3-4.

Consolidação da democracia não irá escorar-se na CEE (1985, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

Constituição deve estar acima de querelas e ser traço de união entre os portugueses (1988, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 3.

Construção da «República moderna» a favor de todos e não de alguns (1987, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 1.

Contenção, disse Sampaio (2002, fevereiro 23). *Expresso*, p. 12.

Continuo a ser o árbitro (1995, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.

Contrapartida mínima para sacrifícios é a explicação das suas finalidades (1983, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 3.

Contreras, M. (2006, junho 17). Presidente lança Roteiro para a Ciência. *Expresso*, p. 5.

Convergência das pensões é um «novo imposto extraordinário» (2013, setembro 17). *Diário de Notícias*, p. 25.

Corbal reconduzido já pode suceder ao actual CEMGFA (1998, janeiro 27). *Diário de Notícias*, p. 7.

Correia, P. (1997, abril 26). Ovação «laranja» a Sampaio. *Diário de Notícias*, p. 6.

Correia, P. (1999, abril 26). Jorge Sampaio em tom crítico. *Diário de Notícias*, p. 5.

Correia, P. (2000, abril 26). Governo de orelhas a arder. *Diário de Notícias*, p. 4.

Correia, P. (2001, abril 26). Sampaio desafia deputados. *Diário de Notícias*, p. 4.

Correia, P. (2004, janeiro 20). Presidente Sampaio «aperta» jornalistas. *Diário de Notícias*, p. 2.

Correia, P. (2004, abril 26). «Temos vivido um período difícil para os portugueses». *Diário de Notícias*, p. 2.

- Correia, P. (2007, abril 15). Durão elogia Governo, Governo elogia Cavaco. *Diário de Notícias*, p. 18.
- Correia, P. (2007, outubro 7). Cavaco ouviu queixas, Governo «tomou notas». *Diário de Notícias*, p. 18.
- Correia, P. (2007, outubro 8). Cavaco esteve entre os «herdeiros da maresia». *Diário de Notícias*, p. 17.
- Correia, P. (2007, outubro 9). Líder parlamentar do PS/Açores incomoda ministro da Presidência. *Diário de Notícias*, p. 17.
- Correia, P. (2007, outubro 10). Cavaco Silva elogia aposta de Sócrates na inovação. *Diário de Notícias*, p. 23.
- Correia, P. (2007, outubro 11). O miúdo que furou a segurança com um livro. *Diário de Notícias*, p. 17.
- Correia, P., Dores, R. & Francisco, S. (2007, julho 7). Cavaco faz aviso a poderes públicos. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Costa, F. S. (2006, janeiro 2). Sampaio sublinha importância da separação de poderes. *Diário de Notícias*, p. 40.
- Costa, F. S. (2006, março 10). Cavaco insiste em «consensos alargados». *Diário de Notícias*, p. Especial II.
- Costa, F. S. (2006, outubro 14). O Presidente não quer causar problemas. *Expresso*, p. 6.
- Costa, H. (2006, fevereiro 11). A última Presidência Aberta de Sampaio. *Expresso*, p. 8.
- Cotrim, M. J. (1993, janeiro 31). Clandestinos em recuperação. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Cotrim, M. J. (1993, fevereiro 1). Sem batedores mas com o ministro na hora de ponta. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Cotrim, M. J. (1993, fevereiro 2). Voos civis no Montijo. *Diário de Notícias*, p. 5.

Crise divide também o Conselho de Estado (1983, janeiro, 18). *Diário de Notícias*, p. 1.

Crise e serra queimada (1994, abril 10). *Diário de Notícias*, p. 9.

Crise engole críticas de Cavaco (2008, outubro 11). *Expresso*, p. 10.

Críticas para todos os gostos seguindo teses de Mário Soares (1994, maio 11). *Diário de Notícias*, p. 5.

Cunha, R. & Romão, J. (2003, abril 23). «Os trabalhadores portugueses são tão bons como os outros». *Diário de Notícias*, p. 14.

Da «vergonha» das celulosas às pegadas de dinossauros (1994, abril 16). *Expresso*, p. 2.

De nada servirá invocar soluções de autoritarismo (1983, junho 12). *Diário de Notícias*, p. 1.

Definir um projecto realista para mobilizar energias (1984, abril 27). *Diário de Notícias*, p. 3.

Demissões em cascata nas Forças Armadas (1998, março 14). *Expresso*, pp. 1 e 6.

Desafio da República moderna representa prioridade vital (1988, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

Descentralização só com municípios fortes (1996, outubro 27). *Diário de Notícias*, p. 7.

Desemprego alto preocupa Cavaco (2012, fevereiro 25). *Diário de Notícias*, p. 1.

Desenvolvimento tem de ser mais rápido (1986, setembro 21). *Diário de Notícias*, p. 3.

Despacho no Nordeste (1987, fevereiro 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

Despertar para o ambiente (1994, abril 23). *Expresso*, p. 1.

Diferença pela Cultura defendida por Soares (1989, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.

Difícil atingir a meta da inflação (1989, março 17). *Diário de Notícias*, p. 3.

Dinheiros públicos com mais controlo (1995, dezembro 3). *Diário de Notícias*, p. 15.

- Dinis, D. (2011, março 10). Cavaco mudou e já avisa Governo de que os sacrifícios têm limites. *Diário de Notícias*, pp. 2-3.
- Dinis, D. (2011, março 26). Cavaco preocupado com mega emissão de dívida. *Diário de Notícias*, pp. 6-7.
- Dinis, D. (2011, junho 22). Cavaco exige solidez e diálogo, Passos pede paciência e realismo. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Diogo, F. (2007, abril 28). PSD ocupou o palco do 25 de Abril. *Expresso*, p. 6.
- Diogo, F. (2007, outubro 13). Cavaco ao ataque. *Expresso*, p. 5.
- Diogo, F. (2008, janeiro 5). Ministros chumbam no exame de Belém. *Expresso*, p. 10.
- Diogo, F. & Marcelino, V. (2007, fevereiro 24). Missões de paz na mira de Cavaco. *Expresso*, p. 10.
- Discurso tranquilo de Soares assinala os 15 anos de Abril (1989, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Dissolução só poderá ser evitada com a colaboração do Parlamento (1985, junho 19). *Diário de Notícias*, p. 3.
- Diversidade e um pluripartidarismo vivo são essenciais para o regime democrático (1989, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 3.
- Do 25 de Abril (PS) ao 22 de Maio (PSD) (1983, janeiro 29). *Diário de Lisboa*, p. 4.
- Do leme à raquete (2010, junho 26). *Diário de Notícias*, p. 14.
- Domingues, C. (2010, fevereiro 6). Cavaco diz que o mais importante é a aprovação do Orçamento. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Domingues, C. (2010, fevereiro 7). Presidente apela ao «espírito de entreatajuda». *Diário de Notícias*, p. 12.
- Domingues, C. & Canotilho, C. (2010, fevereiro 6). PR diz que recuperação da economia não se faz só nos grandes centros. *Diário de Notícias*, p. 11.

- Dores, R. (1997, fevereiro 4). Vinte minutos preso num elevador. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Dores, R. (2003, abril 24). Jorge Sampaio de visita ao Alentejo de sucesso. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Dores, R. (2005, março 18). Jorge Sampaio pede adesão às novas tecnologias. *Diário de Notícias*, p. 18.
- Dores, R. (2005, março 19). Jorge Sampaio preocupado com os incêndios. *Diário de Notícias*, p. 16.
- Dores, R. (2005, março 20). PR pede comando único nos incêndios. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Dores, R. (2007, julho 12). Presidente sugere património como alternativa à praia e sol. *Diário de Notícias*, p. 19.
- Dupla confiança nos chefes militares (1983, novembro 23). *Diário de Notícias*, pp. 1-2.
- É imperdoável perder oportunidades para modernizar o País (1989, junho 2). *Diário de Notícias*, p. 3.
- «É preciso voltar a não ter medo» (1998, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 1.
- «É útil que a AR discuta a Ponte» (1994, setembro 28). *Diário de Notícias*, p. 36.
- Eanes ainda não decidiu – Governo já tem candidatos (1983, agosto 6). *Expresso*, pp. 1 e 16.
- Eanes analisa resposta do Governo e Melo Egídio motiva críticas (1983, julho 30). *Expresso*, p. 1.
- Eanes considera estar em causa a eficácia das instituições políticas (1984, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 3.
- Eanes critica revisão constitucional e responsabiliza os partidos (1982, novembro 6). *Expresso*, p. 1.

Eanes faz balanço da sua acção durante o seu segundo mandato (1986, janeiro 6).

Diário de Notícias, p. 3.

Eanes não quer polémica com o Governo (1985, fevereiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.

Eanes promulgou a lei do aborto para evitar problemas à coligação (1984, abril 24).

Diário de Notícias, 3.

Eanes responde a Soares (1985, fevereiro 2). *Expresso*, p.1.

Eanes responsabiliza Governo pela situação criada ao CEME (1983, novembro 30).

Diário de Notícias, p. 1.

Eanes sugere 5 ou 6 de Outubro (1985, julho 11). *Capital*, p. 3.

Eleições a 5 ou 6 de outubro (1985, julho 11). *Diário de Notícias*, p. 3.

Eleições podem realizar-se de 24 de Abril a 22 de Maio (1983, janeiro 29). *Diário de*

Notícias, p. 3.

«Eleições serão na data prevista. Ponto final» (2014, novembro 8). *Expresso*, p. 1.

Emergência social é prioridade (2010, julho 14). *Diário de Notícias*, p. 12.

Encontro semanal de Belém transferido para Portalegre (1989, março 17). *Diário de*

Notícias, p. 1.

«Enganam-se os que esperavam Presidência cinzenta» (1989, janeiro 7). *Expresso*, pp.

1 e 3.

Espada, M. H. (2003, março 6). Opção por aviões americanos domina debate sobre

LPM. *Diário de Notícias*, p. 16.

Espada, M. H. (2005, janeiro 2). «Restaurar a estabilidade política». *Diário de Notícias*,

p. 11.

Espada, M. H. (2006, maio 30). Cavaco Silva na descida ao país: «Sou um ouvidor».

Diário de Notícias, pp. 2.3.

- Espada, M. H. (2006a, maio 31). Cavaco quer repensar política de imigração. *Diário de Notícias*, p. 5
- Espada, M. H. (2006b, maio 31). Mudar as prioridades das autarquias. *Diário de Notícias*, p. 6
- Espada, M. H. (2006c, maio 31). Em paz com o Governo. *Diário de Notícias*, p. 6
- Espada, M. H & Robalo, H. (2005, novembro 6). Sampaio abre jornadas sobre turismo com recados a autarcas. *Diário de Notícias*, p. 8.
- Espiney, J. d' (2012, outubro 13). Nova procuradora-geral pede isenção e coragem ao MP para ultrapassar a crise na justiça. *Público*, p. 14.
- Estabilidade exige diálogo e a separação dos poderes (1986, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Estabilidade governativa benéfica para melhor mobilizar os portugueses (1986, janeiro 2). *Diário de Notícias*, pp. 1-2.
- Estado da Nação «angustia» Soares (1994, maio 9). *Diário de Notícias*, p. 1.
- «Estou convencido que tudo correrá bem» (1987, abril 29). *Diário de Lisboa*, pp. 4-5.
- Exercerei com mais rigor o meu direito de veto (1982, novembro 6). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Exército mantém rota para a modernização (1997, abril 18). *Diário de Notícias*, p. 6.
- Expressão política nacionalista não tem de ser conservadora (1984, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Felner, R. D. (2003, março 16). Jorge Sampaio evoca «derradeira tentativa». *Público*, p. 16.
- Felner, R. D., Botelho, L. & Ribeiro, F. (2006, setembro 19). Novo procurador-geral deverá ser conhecido hoje. *Público*, p. 10.

- Fernandes, J. M. (1986, junho 13). 10 de Junho: «Retórica de rituais sem alma»? *Expresso*, p. 4.
- Fernandes, J. M. (2002, outubro 26). Nove dias na Beira Interior entre o muito bom e o muito mau. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Fernandes, J. M. (2002, outubro 27). Um recado contra os recados. *Diário de Notícias*, p. 9.
- Fernandes, J. M. (2002, outubro 28). «Não estou aqui para sobressaltos». *Diário de Notícias*, p. 7.
- Fernandes, J. M. (2002, outubro 29). Tantas promessas por cumprir. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Fernandes, J. M. (2002, outubro 30). Fronteira de ameaça e oportunidade. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Fernandes, J. M. (2002, outubro 31). Puxão de orelhas presidencial. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Fernandes, J. M. (2002, novembro 1). A importância de ir à escola. *Diário de Notícias*, p. 8.
- Fernandes, J. M. (2002, novembro 2). Durão não vislumbra acordo. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Fernandes, J. M. (2002, novembro 3). Por uma nova cultura de desapego à cor partidária. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Fernandes, J. M. (2002, novembro 4). Contra queixumes e lamúrias. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Ferreira, P. (2000, maio 25). PR no país dos baixos salários. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Ferreira, P. (2000, maio 26). Apelo à participação cívica. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Ferreira, P. (2000, maio 27). «Operários que ganham 70 contos não valem 20». *Diário de Notícias*, p. 7.

- Ferreira, P. (2000, maio 28). Sampaio diz querer acabar com a imagem da desgraça. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Ferro, C. (2000, julho 4). Sampaio «mostra» condições de vida. *Diário de Notícias*, p. 33.
- Ferro, C. (2000, julho 5). PR quer rigor nas fronteiras. *Diário de Notícias*, p. 30.
- Ferro, C. (2000, julho 6). À procura da solução mágica. *Diário de Notícias*, p. 28.
- Ferro, C. (2000, julho 7). Saúde é lenta e desigual. *Diário de Notícias*, p. 28.
- Ferro, C. (2000, julho 8). Saúde faz-se sem «demagogia». *Diário de Notícias*, p. 32.
- Fiel, J. (1996, outubro 26). PR no Minho sem polémicas. *Expresso*, p. 3.
- Fiel, J. (1999, outubro 23). Sampaio combate resignação. *Expresso*, p. 7.
- Figueira, J. (2000, março 16). PR em ritmo de campanha. *Diário de Notícias*, p. 16.
- Figueira, J. (2000, março 18). Realidades chegam a Sampaio. *Diário de Notícias*, p. 30.
- Figueira, J. (2000, março 19). «Quero ser PR até ao fim!». *Diário de Notícias*, p. 19.
- Figueira, J. (2000, março 20). Sampaio triunfa em terras da CDU e do PSD. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Figueira, J. (2000, março 22). Sampaio vai mostrar apontamentos ao Governo. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Figueira, J. (2000, março 23). Sampaio quer vigor na política pública. *Diário de Notícias*, p. 11.
- Figueira, J. (2002, fevereiro 22). «Barafustem mas participem». *Diário de Notícias*, p. 35.
- Figueira, J. (2002, fevereiro 23). «Estado forte e sociedade civil mais activa». *Diário de Notícias*, p. 29.
- Figueiredo, C. (1993, outubro 9). Soares lança novo contra-ataque. *Expresso*, p. A4.

- Figueiredo, C (2001, março 3). Guterres passa ao ataque. *Expresso*, p. 6.
- Figueiredo, C. (2003, maio 3). Os recados do Presidente. *Expresso*, p. 16.
- Figueiredo, C. (2004a, dezembro 11). Conselho de Estado protesta. *Expresso*, p. 3.
- Figueiredo, C. (2004, dezembro 18). Sampaio rebate críticas. *Expresso*, p. 7.
- Figueiredo, C., Costa, F. S. & Silva, Â. (2012, abril 28). PS prepara rutura no orçamento para 2013. *Expresso*, p. 6.
- Figueiredo, L. (1999, novembro 27). Um presidente no hospital da solidão. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Figueiredo, L. (2001, março 15). Sampaio questiona falhanço na sida. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Firmino diz às unidades que Exército não foi ouvido (1987, janeiro 24). *Expresso*, pp. 1 e 24.
- Firmino Miguel já escolheu o seu vice (1987, janeiro 17). *Expresso*, p. 24.
- Flores, R. (1998, agosto 6). Regiões finalmente a votos. *Público*, p. 4.
- Focos de tensão surpreendem Mário Soares na Horta (1989, junho 3). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Fonseca, J. (1997, fevereiro 5). PS de Aveiro ignora Sampaio. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Fonseca, J. (1997, junho 13). Sampaio elogia rendimento mínimo. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Fonseca, J. (1997, junho 14). Presidente desconfia da PAC. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Fonseca, J. (1999, junho 25). Falta um poder intermédio. *Diário de Notícias*, p. 32.
- Fonseca, J. (1999, junho 26). Por um Porto internacional. *Diário de Notícias*, p. 32.
- Fonseca, J. (1999, junho 27). Um eixo sem dinâmica urbana. *Diário de Notícias*, p. 36.
- Fonseca, J. (1999, novembro 29). Governo e Ordem ausentes. *Diário de Notícias*, p. 6.

- Fonseca, J. (2000, abril 5). Florestas exigem tutela única. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Fonseca, J. (2000, junho 11). A ilusão perigosa do progresso. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Fonseca, J. (2000, abril 7). «Sete anos decisivos» sem «coisas de fachada». *Diário de Notícias*, p. 7.
- Fonseca, J. (2003, maio 24). «Não podemos ter mais casos como o de Felgueiras». *Diário de Notícias*, p. 22.
- Fonseca, J. (2003, maio 25). Dar voz ao povo. *Diário de Notícias*, p. 25.
- Fonseca, J. (2003, maio 26). Políticos «fazem parte do povo» e são tão bons e maus como ele. *Diário de Notícias*, p. 15.
- Fonseca, J. (2003, maio 28). Presidente Sampaio, o intermediário. *Diário de Notícias*, p. 13.
- Fonseca, J. (2003, maio 30). Presidente Sampaio faz campanha pelo esforço e rigor. *Diário de Notícias*, p. 21.
- Fonseca, J. (2003, maio 31). Mais dinheiro mas melhor aplicado para os municípios. *Diário de Notícias*, p. 21.
- Fonseca, J. & Lima, R. A. e (2000, abril 6). «Estado não sabe fazer nada». *Diário de Notícias*, p. 5.
- Fonseca, J. P. (1994, abril 6). Viver numa área protegida? *Diário de Notícias*, p. 6.
- Fonseca, J. P. (1994, abril 18). Organizar os esforços. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Fonseca, J. P. (1994, abril 22). Políticos no «banco dos réus». *Diário de Notícias*, p. 6.
- Fonseca, J. P. (1995, outubro 29). Tarefas não serão fáceis... *Diário de Notícias*, p. 2.
- Fonseca, J. P. (1999, março 29). PR «aperta» magistraturas. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994, abril 5). Soares elege alvos. *Diário de Notícias*, p. 6.

- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994, abril 6). Despoluir, o quarto D. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994a, abril 7). Soares desculpa autarcas. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994b, abril 7). Obras sem explicação. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994a, abril 8). Alqueva: o consenso impossível. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994b, abril 8). Uma ria de perguntas. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994, abril 9). População teme área protegida. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994, abril 10). Soares quer plano hidrológico. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994, abril 11). Transmontanos defendem rios. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994, abril 12). Um vale entre Soares e o Governo. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994a, abril 13). Os lamentos dos autarcas. *Diário de Notícias*, p. 8.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994b, abril 13). Que fazer com este lixo? *Diário de Notícias*, p. 9.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994, abril 14). Erros de outros tempos. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994, abril 15). Finalmente a polémica. *Diário de Notícias*, p. 6.

- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994a, abril 16). Celuloses e fogos florestais. *Diário de Notícias*, p. 8.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994b, abril 16). «No passado não foi assim». *Diário de Notícias*, p. 8.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994, abril 17). Poluição disfarçada para Soares. *Diário de Notícias*, p. 17.
- Fonseca, J. P. & Henriques, J. P. (1994, abril 22). «Cidadãos devem estar vigilantes». *Diário de Notícias*, p. 22.
- Forças Armadas estão disciplinadas e são rigorosamente apartidárias (1987, janeiro 10). *Diário de Notícias*, p. 3.
- Forças de segurança em «semiprevenção» (1991, janeiro 11). *Diário de Notícias*, p. 2.
- Francisco, S. (2003, março 10). Dificuldades não legitimam discurso de rejeição a imigrantes. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Francisco, S. (2003, março 11). A cada Estado a sua imigração. *Diário de Notícias*, p. 13.
- Francisco, S. (2003, março 12). Definir «a sério» uma política de imigração. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Francisco, S. (2003, março 14). Sampaio quer mão pesada contra as mafias. *Diário de Notícias*, p. 15.
- Francisco, S. (2003, março 16). O Martim Moniz visto por Jorge Sampaio dez anos depois. *Diário de Notícias*, p. 22.
- Francisco, S. (2004, janeiro 28). Theias diz que ambiente é visto como «parente pobre». *Diário de Notícias*, p. 6.
- Francisco, S. (2007, outubro 6). Cavaco pede mais leis, PS diz que não. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Francisco, S. (2008, abril 26). Cavaco impressionado com ignorância dos jovens. *Diário de Notícias*, p. 13.

- Francisco, S. (2008, outubro 6). «Não escondo que vivemos tempos difíceis». *Diário de Notícias*, p. 2.
- Francisco, S. (2009, abril 26). «Este não é o tempo das promessas fáceis». *Diário de Notícias*, p. 2.
- Francisco, S. (2009, setembro 30). Guerra aberta entre Belém e São Bento. *Diário de Notícias*, pp. 2-3.
- Francisco, S. (2009, outubro 27). Cavaco quer Governo para toda a legislatura. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Francisco, S. & Cabral, E. (2008, julho 18). Cavaco quer Portugal a estudar a hipótese nuclear. *Diário de Notícias*, p. 16.
- Freire, M. C. (2006, dezembro 6). Cavaco defende reforço do comando dos chefes. *Diário de Notícias*, pp. 4-5.
- Freire, M. C. (2006, dezembro 19). Generais da Força Aérea unânimes em aceitar nomeação do novo chefe. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Freire, M. C. (2008, maio 20). Cavaco realça aposta na investigação. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Freire, M. C. (2009, fevereiro 15). Cavaco espicaça jovens: «Sim, vocês podem». *Diário de Notícias*, p. 7.
- Freire, M. C. (2009, junho 11). PR critica desistência dos cidadãos sobre o seu futuro. *Diário de Notícias*, pp. 4-5.
- Freire, M. C. (2009, junho 16). Conselho de Estado sem nota informativa. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Freire, M. C. (2009, novembro 21). Santos Silva reconduz general Valença Pinto. *Diário de Notícias*, p. 11.
- Freire, M. C. (2011, fevereiro 24). Força Aérea «sempre cumpriu» as missões. *Diário de Notícias*, p. 10.

- Freire, M. C. (2012, junho 11). «Imperioso aprofundar diálogo e concertação». *Diário de Notícias*, p. 2.
- Freire, M. C. (2012, outubro 6). Cavaco defende um rumo para o futuro e passa ao lado da crise. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Freire, M. C. (2013, julho 6). Portugal vai ter de pagar 18 mil milhões em 2014 e 2015. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Freire, M. C. (2013, julho 11). Cavaco mantém Passos até 2014 e quer acordo de “salvação nacional” com PS. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Freire, M. C. (2013, dezembro 10). Almirante diz que a Armada tem componente «militar e não militar». *Diário de Notícias*, p. 18.
- Freire, M. C. (2014, fevereiro 8). Relação entre chefes e tutela deve assentar «na lealdade e frontalidade». *Diário de Notícias*, p. 14.
- Freire, M. C. (2015, julho 23). Cavaco dramatiza necessidade de haver «governo estável e duradouro». *Diário de Notícias*, p. 14.
- Freire, M. C. (2016, março 4). O mar uniu-os: Costa e Cavaco juntos por um «desígnio». *Diário de Notícias*, p. 9.
- Freire, M. V. (2010, julho 13). Cavaco Silva contesta Nobel sobre Zona Euro. *Diário de Notícias*, p. 9.
- Frias, R. (2005, novembro 23). «Autarquias devem tratar dos idosos». *Diário de Notícias*, p. 22.
- Frias, R. (2005, novembro 24). PR apoia reformas na Segurança Social. *Diário de Notícias*, p. 27.
- Frontalidade custou lugar a Andrade e Silva (1991, janeiro 1). *Expresso*, pp. 1 e 20.
- Frota, J. (2002, junho 15). Sampaio promete ajuda ao Alentejo. *Expresso*, p. 12.
- Fuzeta da Ponte toma posse (1991, março 4). *Diário de Notícias*, p. 13.

Fuzeta empossado no cargo de CEMGFA (1994, fevereiro 22). *Diário de Notícias*, p. 5.

Fuzeta recusou pedir desculpa a Sampaio (1998, março 7). *Expresso*, pp. 1 e 31.

Gaspar, F. (1989, junho 3). Bispo açoriano não celebra missa na presença de Soares. *Expresso*, pp. 1 e 24.

Gomes, M. (2009, junho 25). Partidos repetiram argumentos a Cavaco Silva sobre eleições e só PSD defende data comum. *Público*, p. 10.

Governo avança contra Sampaio nas taxas da saúde (2004, setembro 24). *Diário de Notícias*, p. 1.

Governo contará com solidariedade institucional (1987, agosto 18). *Diário de Notícias*, pp. 3-4.

Governo e autarquias sob a mira de Soares (1994, abril 5). *Diário de Notícias*, p. 1.

Governo escolhe Andrade e Silva (1987, dezembro 31). *Expresso*, p. 1.

«Governo não deve tentar condicionar o Presidente» (1993, maio 22). *Expresso*, p. A24.

Governo não reconduzirá Conceição e Silva (1991, abril 27). *Expresso*, p. A24.

Guerra, R. B. (2011, março 26). Direita quer votar em Maio, esquerda elege Junho. *Público*, p. 4.

Guerra, R. B. & Rodrigues, S. (2014, fevereiro 20). Chumbo do Tribunal Constitucional pode deixar referendo moribundo. *Público*, p. 10.

Guilherme d'Oliveira Martins toma posse para novo mandato (2013, novembro 27). *Diário de Notícias*, p. 12.

Gustavo, R. (2012, fevereiro 25). Polícia temia agressão a Cavaco e impediu visita. *Expresso*, p. 3.

Guterres atrasou o Conselho de Estado (1996, junho 22). *Expresso*, pp. 1 e 3.

Há condições para superar a médio prazo os factores de atraso e de dependência (1986, abril 26). *Diário de Notícias*, pp. 3-4.

«Há nervosismo a mais na AR e nos edifícios limítrofes» (2010, fevereiro 6). *Expresso*, p. 1.

Henriques, G. (2001, março 2). Jorge Sampaio mantém conselheiros de Estado. *Diário de Notícias*, p. 4.

Henriques, G. (2001, março 14). Jorge Sampaio reúne-se em Belém com peritos em sida. *Diário de Notícias*, p. 7.

Henriques, G. (2001, março 10). Um Presidente mais activo. *Diário de Notícias*, p. 10.

Henriques, G. (2001, abril 19). Conselho de Estado vive dia de todas as reconduções. *Diário de Notícias*, p. 7.

Henriques, G. (2001a, junho 13). Regionalização «persegue» Sampaio. *Diário de Notícias*, p. 8.

Henriques, G. (2001b, junho 13). Compromissos improvisados. *Diário de Notícias*, p. 8.

Henriques, G. (2001, junho 14). Sampaio elogia Campelo. *Diário de Notícias*, p. 6.

Henriques, G. (2001, junho 15). Mais consensos na saúde. *Diário de Notícias*, p. 6.

Henriques, G. (2001a, junho 16). A regionalização outra vez. *Diário de Notícias*, p. 6.

Henriques, G. (2001b, junho 16). Governo fora do barco do Presidente. *Diário de Notícias*, p. 6.

Henriques, G. (2001, junho 17). «Já não falou sequer em paixões»... *Diário de Notícias*, p. 10

Henriques, G. (2001, dezembro 28). Todos a favor da dissolução. *Diário de Notícias*, p. 4.

Henriques, G. (2001, dezembro 29). Legislativas a 17 de Março. *Diário de Notícias*, p. 4.

Henriques, G. (2001, janeiro 2). Sampaio quer debate realista. *Diário de Notícias*, p. 8.

- Henriques, G. (2002, junho 11). Pobres não podem pagar crise. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Henriques, G. (2002, junho 12). Jorge Sampaio pede agitação democrática. *Diário de Notícias*, p. 15.
- Henriques, G. (2002, junho 13). Sampaio pela excepção de Barrancos. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Henriques, G. (2002, junho 14). Com esperança no Alentejo. *Diário de Notícias*, p. 17.
- Henriques, G. (2002, junho 16). «Fazer pressão» pelo Alentejo. *Diário de Notícias*, p. 22.
- Henriques, G. (2002a, junho 17). Jorge Sampaio apela à união dos alentejanos. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Henriques, G. (2002b, junho 17). E Durão ajudou à jornada. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Henriques, G. (2003, janeiro 2). Sampaio exige ao Governo luta decisiva à fraude fiscal. *Diário de Notícias*, p. 16.
- Henriques, G. (2003, abril 21). À boleia de Sampaio. *Diário de Notícias*, p. 12.
- Henriques, G. (2004, janeiro 2). Jorge Sampaio exige resultados em 2004. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Henriques, G. (2005, março 13). Sampaio apoia Governo mas exige decisões. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Henriques, G. (2005, outubro 29). PR cauciona nomeação polémica. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Henriques, G. (2005, novembro 9). «Chico-espertismo» mina a credibilidade do turismo. *Diário de Notícias*, p. 11.
- Henriques, G. (2005, novembro 22). Sampaio quer mais voluntariado. *Diário de Notícias*, p. 24.

- Henriques, G. & Cepeda, J. (2002, junho 15). CDS responde a apelo de Sampaio sobre Barrancos. *Diário de Notícias*, p. 16.
- Henriques, G. & Simas, N. (2004, julho 9). Eleições na agenda de Sampaio. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Henriques, G. & Espada, M. H. (2003, março 20). Presidente condena a guerra e apela à unidade nacional. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Henriques, G. & Espada, M. H. (2004, dezembro 10). Finalmente os fundamentos. *Diário de Notícias*, pp. 2-3.
- Henriques, J. P. (1993, janeiro 2). Recados de Ano Novo. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Henriques, J. P. (1993, junho 2). Apelos ao pluralismo. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Henriques, J. P. (1994, abril 19). Um oásis ambiental. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Henriques, J. P. (1994, abril 20). Desafio aos partidos. *Diário de Notícias*, p.6.
- Henriques, J. P. (1994, abril 21). «O lixo não é fixe». *Diário de Notícias*, p. 7.
- Henriques, J. P. (1994, maio 9). «Mensageiro das más notícias». *Diário de Notícias*, p. 3.
- Henriques, J. P. (1994, outubro 6). Soares contra unanimismo. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Henriques, J. P. (1995, janeiro 2). «Mantenho-me moderador e árbitro» *Diário de Notícias*, p. 5.
- Henriques, J. P. (1995, março 3). Nem dissolução nem promoção. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Henriques, J. P. (1995, abril 26). «O regime corre alguns perigos». *Diário de Notícias*, p. 2.
- Henriques, J. P. (1996, abril 21). Sampaio de novo em campanha. *Diário de Notícias*, p. 15.
- Henriques, J. P. (1996, abril 22). Adeus tristeza. *Diário de Notícias*, p. 12.

- Henriques, J. P. (1996, abril 24). Sampaio: «Não é o apocalipse». *Diário de Notícias*, p. 24.
- Henriques, J. P. (1996, abril 25). O anti bota-abaixo. *Diário de Notícias*, p. 9.
- Henriques, J. P. (2003, março 20). Coabitação à prova de guerra. *Público*, p. 4.
- Henriques, J. P. (2006, outubro 10). PGR promete pôr ordem no Ministério Público. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Henriques, J. P. (2007, junho 11). Cavaco quer «investimentos avultados» nas Forças Armadas. *Diário de Notícias*, p. 16.
- Henriques, J. P. (2008, maio 20). Investimento público duplicou em seis anos. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Henriques, J. P. (2009, junho 28). Cavaco decide eleições contra a vontade do PSD. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Henriques, J. P. (2010, outubro 30). «Mantive contacto permanente», garante Cavaco. *Diário de Notícias*, pp. 4-5.
- Henriques, J. P. (2011, outubro 6). Presidente pressiona Passos para recuperação a curto prazo. *Diário de Notícias*, pp. 4-5.
- Henriques, J. P. (2012, abril 26). Unanimidade à esquerda no Parlamento: todos criticam Cavaco. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Henriques, J. P. (2013, abril 26). Apelo do PR contra eleições antecipadas enfurece o PS. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Henriques, J. P. (2015, abril 26). Cavaco pede «consensos», Costa responde que nem pensar. *Diário de Notícias*, p. 13.
- Henriques, J. P., Almeida, S. J. & Lourenço, R. (2004, julho 10). Maioria dos conselheiros de Estado preferia eleições. *Público*, p. 4.
- Henriques, J. P. & Marujo, M. (2013, maio 21). Consenso pós “troika” esbarra na dívida pública. *Diário de Notícias*, pp. 2-3.

- Henriques, J. P. & Sá, P. (1996, fevereiro 9). Guterres contraria Soares. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Henriques, J. P. & Sá, P. (2015, outubro 23). Cavaco arrasa credibilidade de um governo à esquerda. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Inácio, A. M. (1999, dezembro 1). Sampaio envia «recados». *Diário de Notícias*, p. 5.
- Inconcebível uma Força Aérea sem ter meios para voar (1988, outubro 1). *Diário de Notícias*, p. 3.
- «Indiferentismo» preocupa Mário Soares (1992, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 20.
- Indonésia aceita negociar diretamente com Portugal (1984, março 30). *Expresso*, pp. 1 e 24.
- Indonésia receptiva ao diálogo com Lisboa (1984, março 30). *Diário de Notícias*, p. 30.
- Informação e juventude temas do discurso de Eanes (1985, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Interior ainda está à espera do desenvolvimento (1997, junho 16). *Diário de Notícias*, p. 5.
- Inverter o curso desta crise velha de onze anos é uma oportunidade que está ao nosso alcance (1985, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 3.
- Jorge Sampaio apela a maior debate e decisões a tempo (2000, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Jorge Sampaio ataca cultura consumista (2000, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Jorge Sampaio defende formação de mais médicos (1999, novembro 28). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Jorge Sampaio exige nova cultura de rigor (1998, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Jorge Sampaio marca falta ao Governo (1999, novembro 29). *Diário de Notícias*, p. 1.

Jorge Sampaio promete mandato sem contemplações (2001, março 10). *Diário de Notícias*, p. 1.

Jorge Sampaio teve ovação «laranja» com PS em silêncio (1997, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

«Julgamento da História» já é preocupação de Soares (1991, março 10). *Diário de Notícias*, p. 3.

Julião, P. (2008, junho 11). Cavaco quer rigor para assegurar o futuro. *Diário de Notícias*, p. 7.

Legislativas a 1 de Outubro (1995, maio 23). *Público*, p. 6.

Legislativas a 10 de Outubro (1999, julho 11). *Diário de Notícias*, p. 9.

Lei da Defesa poderá ser revista (1983, outubro 15). *Expresso*, 1.

Lei Eleitoral para o PE não «passa» em Belém (1989, março 14). *Diário de Notícias*, p. 1.

Leitão, S. (2005, maio 2). Sampaio defende agentes à paisana. *Diário de Notícias*, p. 23.

Leitão, S. (2005, maio 3). Exames de condução em exclusivo nas privadas. *Diário de Notícias*, p. 22.

Leitão, S. (2005, maio 4). Um morrer e nascer de novo depois do choque. *Diário de Notícias*, p. 29.

Leitão, S. (2005, maio 5). Na estrada, «a culpa é sempre dos outros». *Diário de Notícias*, p. 24.

Leite, F. A. (2005, julho 16). PR apela a consenso sobre Europa. *Diário de Notícias*, p. 10.

Leite, F. A. (2006, fevereiro 6). «Democracia portuguesa está vigilante». *Diário de Notícias*, p. 4.

Leite, F. A. (2006, fevereiro 9). Visita de Sampaio a Nelas com programa secreto. *Diário de Notícias*, p. 4.

- Leite, F. A. (2006, fevereiro 10). «Desejo de regionalização é mais forte que em 1998». *Diário de Notícias*, p. 5.
- Leite, F. A. (2006, abril 26). Cavaco quer compromisso para a inclusão social. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Leite, F. A. (2007, abril 26). Cavaco Silva quer reformas de fundo este ano. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Leite, F. A. & Sá, P. (2007, junho 16). Marques Mendes mantém exigência de referendo europeu. *Diário de Notícias*, p. 18.
- Lemos Ferreira continua (1987, fevereiro 28). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Lemos Ferreira é o novo CEMGFA (1984, março 3). *Diário de Notícias*, p. 3.
- Lima, C. R. (2008, fevereiro 2). Marinho fez a justiça descer à terra. *Expresso*, p. 15.
- Lima, C. R. (2013, junho 11). Cavaco na defensiva escuda-se em Sampaio. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Lima, C. R. & Sousa, F. A. de (2014, janeiro 30). Presidente critica abuso no recurso a providências cautelares. *Diário de Notícias*, p. 16.
- Lima, C. R. & Sousa, F. A. de (2015, outubro 9). Cavaco pede mais poderes para o seu sucessor como Presidente. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Lima, L. (2003, janeiro 22). Jorge Sampaio avança para presidência aberta. *Diário de Notícias*, p. 19.
- Lima, L. (2005, novembro 25). Sampaio entende «mágoas» dos juízes. *Diário de Notícias*, p. 25.
- Lima, L. (2007, fevereiro 1). Presidente da República quer ver mexidas na justiça já este ano. *Diário de Notícias*, p. 22.
- Lima, L. (2010, janeiro 28). «Leis não têm adequação à realidade». *Diário de Notícias*, p. 20.

- Lima, L. (2012, outubro 13). Procuradora quer autonomia do MP. *Diário de Notícias*, p. 20.
- Lima, L. (2013, janeiro 31). Ministra da Justiça quer prisões sustentadas pelos reclusos. *Diário de Notícias*, p. 18.
- Lima, R. P. (1998, janeiro 17). PR evita áreas metropolitanas. *Expresso*, p. 10.
- Lima, R. P. (2005, novembro 26). Sampaio exige apoios à natalidade. *Expresso*, p. 18.
- Lockheed apresentou Rumsfeld a Portas (2003, março 8). *Expresso*, pp. 1 e 24.
- Longa reunião do Conselho de Estado terminou com um comunicado breve (1987, abril 23). *Diário de Notícias*, p. 3.
- Lopes, M. (2016, março 4). Caravela sela promessa: Costa continua desígnio de Cavaco sobre o mar. *Público*, p. 4.
- Lopes, M. C. (2013, maio 21). Entre as críticas e o apelo à estabilidade. *Público*, pp. 2-3.
- Lopes, M. J. (2015, julho 22). PSD, PS e CDS preferem 27 de Setembro mas aceitam 4 de Outubro. *Público*, p. 22.
- «Lote a lote vai-se o Monsanto» (1994, abril 18). *Diário de Notícias*, p. 6.
- Lourenço, N. S. (2001, dezembro 28). PSD com pressa de eleições antecipadas. *Público*, p. 8.
- Lourenço, N. S. & Nóbrega, T. de (2015, janeiro 27). Unanimidade no Conselho de Estado para eleições na Madeira. *Público*, p. 10.
- Luz verde a eleições na Madeira (2015, janeiro 27). *Diário de Notícias*, p. 17.
- Madaíl, F. (1998, dezembro 19). Montanhas sem petróleo mais ricas pela sua gente. *Diário de Notícias*, p. 27.
- Madaíl, F. (1998, dezembro 20). Desemprego atinge minoria dos pobres portugueses. *Diário de Notícias*, p. 28.
- Madaíl, F. (1999, novembro 28). Sampaio rejeita populismo. *Diário de Notícias*, p. 5.

- Madaíl, F. (2006, dezembro 19). Cavaco enaltece trabalho de inclusão da Casa Pia. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Madaíl, F. (2006, dezembro 20). Cavaco apela à responsabilidade social das empresas para com os deficientes. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Madail, F. (2012, setembro 22). Milhares na vigília diante de Belém. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Madrinha, F. (1994, dezembro 10). «PR fez uma desconsideração à Força Aérea e às FA». *Expresso*, p. 2.
- Maestro (2003, junho 15). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Magalhães, M. A. & Rainho, S. (2004, maio 1). Confronto em diferido. *Expresso*, p. 10.
- Majoria dos conselheiros de Estado sugere eleições (1985, junho 27). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Mandim, D. (2004, junho 11). Sampaio «não aceita» alheamento europeu. *Diário de Notícias*, p. 11.
- Mandim, D. (2005, junho 11). Presidente pede ao Estado que dê o exemplo. *Diário de Notícias*, p. 12.
- Mangas, F. (1997, fevereiro 6). Testemunho de inovação e progresso. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Mangas, F. (1997, junho 8). Cômputo do património mundial em 98. *Diário de Notícias*, p. 8.
- Mangas, F. (2003, março 13). Sampaio defende um novo plano de habitação social. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Mangas, F. (2006, junho 11). «Resignação seria acto indigno do nosso passado». *Diário de Notícias*, p. 4.
- Mangas, F. (2009, março 10). Inclusão deve ser causa nacional. *Diário de Notícias*, p. 16.

- Mangas, F. (2009, novembro 21). Recuperação económica precisa de «mobilização geral». *Diário de Notícias*, p. 21.
- Mangas, F. (2009, dezembro 12). Cavaco diz que Sócrates tem condições para governar. *Diário de Notícias*, p. 13.
- Mangas, F. (2009, dezembro 13). Cavaco no roteiro da corrida a Belém. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Mangas, F. (2014, junho 11). Cavaco defende convergência para evitar «situação explosiva». *Diário de Notícias*, p. 4.
- Mangas, F., Sá, P. & Coelho, H. F. (2012, fevereiro 18). Cavaco Silva olha para além da «troika». *Diário de Notícias*, p. 10.
- Magas, F. & Pinheiro, S. (2008, maio 21). Cavaco Silva pede mais na inovação empresarial. *Diário de Notícias*, p. 18.
- Margarida, H. (2004, setembro 21). «Espera-se meses a fio por uma consulta de especialidade». *Diário de Notícias*, p. 3.
- Margarido, M. J. (1998, janeiro 19). «A pior taxa de escolaridade da UE». *Diário de Notícias*, p. 20.
- Margarido, M. J. (1998, janeiro 20). «Não há portugueses dispensáveis». *Diário de Notícias*, p. 18.
- Margarido, M. J. (1998a, janeiro 21). Sampaio e Grilo dividem notoriedade. *Diário de Notícias*, p. 20.
- Margarido, M. J. (1998b, janeiro 21). Um Presidente da República «insubordinado». *Diário de Notícias*, p. 20.
- Margarido, M. J. (1998c, janeiro 21). Autonomia das escolas em debate. *Diário de Notícias*, p. 20.
- Margarido, M. J. (1998, janeiro 22). O desafio da segunda oportunidade. *Diário de Notícias*, p. 22.

- Margarido, M. J. (1998a, janeiro 23). Ensino recorrente tem poucas verbas. *Diário de Notícias*, p. 18.
- Margarido, M. J. (1998b, janeiro 23). Sampaio quer tudo a trabalhar melhor. *Diário de Notícias*, p. 18.
- Margarido, M. J. (1998, janeiro 24). Presidente me defesa do prestígio dos docentes. *Diário de Notícias*, p. 24.
- Margarido, M. J. (1998, janeiro 25). «O Estado tem de fazer mais». *Diário de Notícias*, p. 21.
- Marinha retoma o bom rumo (1997, abril 3). *Diário de Notícias*, p. 6.
- Marinho, A. (2002, novembro 1). Presidente no interior. *Expresso*, p. 10.
- Mário Soares acolhe Galiza (1992, setembro 23). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Mário Soares atribui à ciência e cultura um papel primordial no desenvolvimento do País (1989, fevereiro 18). *Diário de Notícias*, p. 3.
- Mário Soares considerou inoportuna moção de censura apresentada pelo PRD (1987, abril, 29). *Diário de Notícias*, pp. 3-4.
- Mário Soares desmarcou reunião com Eanes (1985, janeiro 5). *Expresso*, p. 1.
- Mário Soares em Guimarães (1986, setembro 16). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Mário Soares empossou Mendes Dias na vice-chefia das Forças Armadas (1989, maio 6). *Diário de Notícias*, p. 5.
- Mário Soares incita os Portugueses à «ousadia de uma grande ambição» (1991, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 3.
- Mário Soares insiste no diálogo para resolver problemas do País (1989, março 13). *Diário de Notícias*, p. 3.
- Mário Soares lança apelo ao investimento dos jovens (1988, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.

Mário Soares não pediu aos conselheiros opinião expressa sobre o veto do Estatuto (1986, setembro 3). *Diário de Notícias*, p. 3.

Mário Soares reabre guerra do eucalipto (1994, abril 15). *Diário de Notícias*, p. 1.

Mário Soares realça identidade portuguesa na Europa (1989, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 3.

Mário Soares repudia guerrilha institucional (1992, julho 15). *Diário de Notícias*, p. 3.

Mário Soares tem a última palavra na ratificação do Tratado de Maastricht (1992, maio 22). *Diário de Notícias*, p. 3.

Marques, L. (2003, abril 25). Sampaio, o inovador. *Diário de Notícias*, p. 16.

Martinheira, P. (2004, setembro 23). Tratamento do alcoolismo deve ser uma prioridade. *Diário de Notícias*, p. 20.

Martinheira, P. (2007, novembro 17). PR exige resultados na política marítima. *Diário de Notícias*, p. 19.

Martins, F. & Henriques, J. P. (2013, julho 11). Espanto geral no PSD e no CDS com comunicação de Cavaco. *Diário de Notícias*, p. 2.

Marujo, M. (2012, janeiro 21). Dez mil euros/mês «não chegam para pagar as despesas». *Diário de Notícias*, pp. 4-5.

Marujo, M. (2013, junho 11). Presidente deixa a crise de fora no elogio à agricultura. *Diário de Notícias*, p. 4.

Marujo, M. (2013, julho 22). Cavaco mantém Governo mas deixa avisos à maioria. *Diário de Notícias*, p. 2.

Marujo, M. (2013, outubro 6). Costa critica «secundarização da democracia» e pede «amplo acordo». *Diário de Notícias*, p. 10.

Marujo, M. (2015, junho 11). Ferro admite PS sem maioria mas avisa Cavaco. *Diário de Notícias*, p. 4.

- Marujo, M., Oliveira, O. L. & Antunes, R. P. (2015, novembro 27). Presidente ameaça Costa com tudo o que pode fazer. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Marujo, M. & Sá, P. (2014, janeiro 2). Cavaco não pede fiscalização do OE com medo de segundo resgate. *Diário de Notícias*, pp. 2-3.
- Mascarenhas, E. (1988, junho 27). Cinco nomes para chefiar Força Aérea. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Mascarenhas, E. (1994, março 29). Malheiro Garcia vai ser vice do almirante Ribeiro Pacheco. *Diário de Notícias*, p. 9.
- Mascarenhas, E. (1995, janeiro 25). Força Aérea já voa sem turbulência. *Diário de Notícias*, p. 9.
- Mascarenhas, E. (1997, fevereiro 14). Fuzeta foi uma aposta tripla. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Mascarenhas, E. (1998, março 5). Exército quer lugar de Fuzeta. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Mascarenhas, E. (1998, março 9). Fuzeta ocultou carta aos seus pares. *Diário de Notícias*, p. 8.
- Mascarenhas, E. (1998, março 10). PR escolhe Espírito Santo. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Mascarenhas, E. (1998, março 11). Convite do Sr. Ministro em São Julião. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Mascarenhas, E. (1998, março 20). E viva a Comunicação Social. *Diário de Notícias*, p. 9.
- Mascarenhas, E. (1998, dezembro 15). China negocia direitos fundamentais. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Mascarenhas, E. (2000, outubro 13). PR pede firmeza com a tropa. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Mascarenhas, E. (2002, maio 8). Voto de confiança no Governo. *Diário de Notícias*, p. 5.

- Mascarenhas, E. (2002, outubro 23). Vidal à frente na Marinha. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Mascarenhas, E. (2003, julho 26). Silva Viegas abandona chefia do Exército. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Mascarenhas, E. (2003, dezembro 17). PR pede acordo político amplo. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Mascarenhas, O. (1989, maio 29). Programa «impossível» de Soares depende do anticiclone. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Mascarenhas, O. (1989, maio 30). Soares passa primeiro dia nos Açores sem a festa dos «banhos de multidão». *Diário de Notícias*, p. 3.
- Mascarenhas, O. (1989, maio 31). Soares viu «dupla insularidade» de São Jorge. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Mascarenhas, O. (1989, junho 1). Presidente surpreendido nas Flores com um discurso «saudosista». *Diário de Notícias*, p. 3.
- Mascarenhas, O. (1989, junho 2). Inesquecível serão corvino acolheu Soares. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Mascarenhas, O. (1989, junho 3). Soares altera discurso para dar resposta a protestos. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Mascarenhas, O. (1989, junho 4). Presidente em visita ao Pico ouviu queixas do poder local. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Mascarenhas, O. (1989, junho 5). Soares apela no «pico do Pico» ao amor cristão. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Mascarenhas, O. (1989, junho 6). Soares homenageia ciência numa gruta na Graciosa. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Mascarenhas, O. (1989, junho 7). Mário Soares afirma-se garante da autonomia. *Diário de Notícias*, p. 2.

- Mascarenhas, O. (1989, junho 8). Mário Soares «arbitrou» polémica entre três poderes. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Mascarenhas, O. (1989, junho 9). Mário Soares «proíbe» assobios a Cavaco e Mota Amaral quer nova visita em 94 ou 95. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Mascarenhas, O. (1989a, junho 10). Elogio ao povo açoriano encerra Presidência Aberta. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Mascarenhas, O. (1989b, junho 10). Questões internacionais discutidas nos Açores. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Massada, J. (1996, novembro 9). Apoio do PR dá novo ânimo aos regionalistas do Porto. *Expresso*, p. 8.
- Massada, J. (1996, novembro 23). Sampaio leva Metro na agenda e Narciso quer só 5 regiões. *Expresso*, p. 3.
- Matos, P. (1986, setembro 17). Poder local tem papel fundamental na transformação em curso no país. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Meireles, L. (2001, março 17). Exército à espera do sucessor. *Expresso*, p. 17.
- Meireles, L. (2009, outubro 31). Cavaco retoma papel de árbitro da vida política. *Expresso*, p. 13.
- Meireles, L. (2010, fevereiro 6). «Agências de *rating* são injustas e estão erradas». *Expresso*, pp. 4-5.
- Meireles, L. (2010a, junho 26). Cavaco tem dúvidas sobre pacote fiscal. *Expresso*, p. 11.
- Meireles, L. (2010b, junho 26). Presidente diverge do caminho do Governo. *Expresso*, p. 11.
- Meireles, L. (2010, outubro 23). «Seria extremamente grave uma crise política neste momento». *Expresso*, pp. 4-5.
- Meireles, L. (2010, outubro 30). Conselheiros de Estado pediram acordos de regime. *Expresso*, p. 5.

- Meireles, L. (2011, março 12). Cavaco prepara terreno para eleições. *Expresso*, p. 6.
- Meireles, L. (2011, abril 30). Presidentes: Concertação até depois das eleições. *Expresso*, p. 12.
- Meireles, L. (2012, janeiro 28). Um Estado. E duas visões opostas. *Expresso*, p. 4.
- Meireles, L. (2012, setembro 22). Cavaco não quer crise nem remodelação. *Expresso*, p. 10.
- Meireles, L. (2013, junho 29). Cavaco quer debate sobre alternativas económicas. *Expresso*, p. 5.
- Meireles, L. (2013a, julho 6). Cavaco insiste na discussão do pós-troika. *Expresso*, p. 9.
- Meireles, L. (2013b, julho 6). Tudo em aberto... das eleições ao governo presidencial. *Expresso*, pp. 4-5.
- Meireles, L. (2013, outubro 5). Cavaco «vende» imagem de um país cumpridor. *Expresso*, p. 5.
- Meireles, L. (2013, dezembro 7). Cavaco leva Aguiar a recuar na Armada. *Expresso*, p. 13.
- Meireles, L. (2014, janeiro 4). Cavaco aposta no cauteloso. *Expresso*, p. 2.
- Meireles, L. (2014, março 8). Cavaco quer cauteloso. *Expresso*, pp. 4-7.
- Meireles, L. (2014, maio 10). O Cavaco 2.0 é mesmo ele? *Expresso*, p. 14.
- Meireles, L. (2015, julho 25). Coligação e socialistas concordam com Cavaco. *Expresso*, p. 11.
- Meireles, L. (2015, outubro 24). PR mantém opções em aberto. *Expresso*, p. 3.
- Meireles, L. & Barra, L. (2014, outubro 18). Cavaco agarra-se à economia e ao «poder da palavra». *Expresso*, p. 14.
- Meireles, L. & Costa, R. (2014, novembro 8). «O Presidente tem de respeitar a lei eleitoral». *Expresso*, pp. 6-7.

- Meireles, L. & Ventura, J. (2013, março 9). «Crise política seria penosa». *Expresso*, p. 4.
- Melo, L. (1998, janeiro 25). «A partir de agora nada na educação será igual». *Diário de Notícias*, p. 20.
- Melo, L. (1998, dezembro 18). Sampaio quer aproximar as diferenças. *Diário de Notícias*, p. 25.
- Melo, L. & Margarido, M. J. (1998, janeiro 25). Diagnosticar, prometer, comprometer. *Diário de Notícias*, p. 20.
- Mendes, A. (2001, junho 11). Situação «complexa e difícil». *Diário de Notícias*, p. 8.
- Mendes, A. (2008, fevereiro 23). Cavaco recebeu «dossier» de corrupção na Madeira. *Diário de Notícias*, p. 19.
- Mendes, F. D. (2013, maio 21). Houve panelas, buzinas e gargalhadas contra Cavaco e o Governo, mas só até ao pôr-do-sol. *Público*, p. 3.
- Mendes, J. P. (2000, maio 24). Ave vai receber 53 milhões. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Mendes, J. P. & Lima, R. A e (1997, junho 10). Dia de Portugal na Expo'98. *Diário de Notícias*, p. 4.
- MNE afasta Seixas da Costa (2003, agosto 23). *Expresso*, p. 20.
- Modificou-se qualitativamente o sentido da demissão do Governo (1982, novembro 6). *Diário de Notícias*, pp. 3-4.
- Monteiro, H. (1996, março 16). Sampaio e Soares: descubra as diferenças. *Expresso*, p. 7.
- Montijo deve aprender com erros de Almada (2000, julho 7). *Diário de Notícias*, p. 28.
- Moral, D. (1991, maio 16). Soares marca eleições para 6 de Outubro. *Público*, p. 10.
- Moreira, R. B. (2009, março 25). Cavaco volta a pedir rigor nos investimentos públicos. *Diário de Notícias*, p. 9.

Moura, S., Silva, Â & Figueiredo, C. (2008, abril 19). Sócrates não dá Cavaco a Jardim. *Expresso*, p. 8.

Moutinho, V. (1988, julho 19). Soares inicia «viagem de estudo» a um Douro desconhecido. *Diário de Notícias*, p. 3.

Moutinho, V. (1988, julho 20). Soares reclama solidariedade do País para agricultores transmontanos. *Diário de Notícias*, p. 2.

Moutinho, V. (1988, julho 21). Presidente recebido em tom de festa ouviu reclamações e saudou o Douro. *Diário de Notícias*, p. 2.

Moutinho, V. (1988, julho 22). Barco rabelo levou Presidente de Pinhão a Peso da Régua. *Diário de Notícias*, p. 5.

Moutinho, V. (1988, julho 23). O Douro é uma tarefa comum. *Diário de Notícias*, p. 2.

Moutinho, V. (1988, julho 24). Soares foi a Tormes lembrar Eça de Queiroz. *Diário de Notícias*, p. 5.

Moutinho, V. (1988, julho 25). Rio Douro está bem vivo e presente e há condições para o desenvolvimento. *Diário de Notícias*, p. 3.

Na mensagem de Ano Novo, Cavaco Silva deixou recados aos políticos e estímulo ao País (2009, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.

«Não me preocupa nem surpreende a crítica que a minha decisão pode motivar» (1983, janeiro 24). *Diário de Notícias*, p. 3.

Não posso prometer um ano próspero (1983, janeiro 3). *Diário de Notícias*, p. 1.

Não recearei nenhum confronto se a salvaguarda das instituições o exigir (1985, julho 4). *Diário de Notícias*, p. 3.

Nas Selvagens (2003, abril 29). *Diário de Notícias*, p. 1.

Naves, F. (2008, maio 20). Ciências da saúde destacam-se no País. *Diário de Notícias*, p. 4.

Negociações com a China no Conselho de Estado (1987, janeiro 7). *Diário de Notícias*, p. 3.

Negreiros, J. T. de (1993, março 11). Consenso sobre firmeza. *Público*, p. 8.

Neves, P. (2008, julho 19). O país deprimido. *Expresso*, p. 4.

No futuro nada será como até agora (1991, janeiro 18). *Diário de Notícias*, p. 10.

No interior ainda vale a pena (1997, junho 9). *Diário de Notícias*, p. 6.

No Vale da Amoreira (2003, março 15). *Expresso*, p. 4.

Novo CEMFA não aceita soluções corporativistas (1991, dezembro 3). *Diário de Notícias*, p. 3.

Novo chefe da Armada (2002, novembro 30). *Expresso*, p. 10.

Novo chefe do Exército habituado a «viver com dificuldades» (2014, fevereiro 19). *Diário de Notícias*, p. 16.

Novos Roteiros (2012, fevereiro 18). *Expresso*, p. 2.

O desafio da década chama-se desenvolvimento (1990, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 2.

O manual de Cavaco para governar (2009, dezembro 13). *Diário de Notícias*, p. 1.

«O Presidente foi muito mal aconselhado» (1994, dezembro 10). *Expresso*, p. 1.

O Presidente da República nomeou ontem... (2009, novembro 20). *Público*, p. 9.

O que se disse em Belém (1987, abril 25). *Expresso*, pp. 1 e 3.

O último discurso no 25 de Abril (2005, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

Óbidos: um exemplo de criatividade (2010, maio 9). *Diário de Notícias*, p. 16.

«Obras devem parar» (1995, abril 22). *Expresso*, p. 1.

Oito votos em Crespo, sete para a dissolução (1983, janeiro, 21). *Diário de Notícias*, p. 2.

- Oliveira, I. (2006, abril 20). Cavaco Silva passa à acção. *Expresso*, p. 6.
- Oliveira, I. (2006, julho 15). Um Presidente muito chocado. *Expresso*, p. 4.
- Oliveira, I. & Azevedo, V. (2006, junho 24). Cavaco visita empresas de sucesso. *Expresso*, p. 8.
- Oliveira, J. M. (1993, fevereiro 8). Lacão contra Soares. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Oliveira, J. M. (1996, junho 15). Meditar é preciso. *Diário de Notícias*, p. 19.
- Oliveira, J. M. (1996, junho 16). Algarve pronto a avançar. *Diário de Notícias*, p. 13.
- Oliveira, J. M. (2005, novembro 7). Sampaio recorda processo autonómico. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Oliveira, J. M. & Grade, V. (1996, junho 13). Vem aí discussão forte nas pescas. *Diário de Notícias*, p. 12.
- Oliveira, J. P. (2004, maio 5). Sampaio contra desinvestimento e excesso de reformas na Educação. *Diário de Notícias*, p. 19.
- Oliveira, J. P. (2004, maio 6). Bagão «tem de trabalhar em conjunto». *Diário de Notícias*, p. 21.
- Oliveira, J. P. (2004, maio 7). PR quer debates sobre Educação. *Diário de Notícias*, p. 22.
- Oliveira, J. P. (2004, maio 8). «Escola inclusiva» contra as apolíticas de David Justino. *Diário de Notícias*, p. 22.
- Oliveira, J. P. (2004, maio 9). Sampaio propõe programa Escola 2010. *Diário de Notícias*, p. 23.
- Oliveira, M. J. & Ribeiro, F. (2006, agosto 23). Cavaco quer consensos partidários na justiça. *Público*, p. 7.
- Oliveira, M. T. (2001, abril 28). Indignação une direita e esquerda. *Expresso*, p. 10.
- Oliveira, O. L. (2014, outubro 6). Cavaco quer políticos mais bem pagos para evitar «carreirismos». *Diário de Notícias*, p. 10.

Oliveira, O. L. (2015, maio 16). Cavaco pede regresso dos jovens emigrantes. «Agora», se possível. *Diário de Notícias*, p. 14.

Oportunidade para reencontro dos valores que cimentam a identidade nacional (1985, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 4.

Orgulho nacional (2003, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.

Os jovens e o Presidente (1988, março 30). *Diário de Notícias*, p. 1.

PAC une Belém e São Bento (1997, junho 15). *Diário de Notícias*, p. 10.

Padrão, I. (2004, setembro 21). PR enfrenta caos na saúde. *Diário de Notícias*, p. 2.

Padrão, I. (2004, setembro 22). Sampaio está contra taxas moderadoras diferenciadas. *Diário de Notícias*, p. 15.

Padrão, I. (2004, setembro 24). Governo avança com taxas moderadoras diferenciadas. *Diário de Notícias*, p. 22.

Padrão, I. (2004, setembro 25). Portugueses estão a consumir cada vez menos medicamentos. *Diário de Notícias*, p. 20.

Partidos defendem eleições a 27 de setembro ou 4 de outubro (2015, julho 22). *Diário de Notícias*, p. 12.

Partidos levam crise política ao 25 de Abril do Parlamento (1987, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

Partidos reagem à proposta de Belém (1985, junho 19). *Diário de Notícias*, p. 1.

Passado de Sousa Franco dá garantias para futuro (1986, junho 6). *Diário de Notícias*, p. 4.

Passado e presente dos Portugueses marcaram encontro no Alto Alentejo (1986, junho 11). *Diário de Notícias*, 3.

Passos ficou estupefacto com crítica de Cavaco (2011, outubro 22). *Expresso*, p. 1.

- Pereira, H. (2003, agosto 7). Jorge Sampaio repreende Governo na condução das forças armadas. *Público*, p. 10.
- Pereira, H. (2005, novembro 29). CEMA avisa que «não há conjunto sem partes». *Público*, p. 12.
- Pereira, H. & Lourenço, E. (2003, julho 27). Nomeação de director-geral na base da demissão de Viegas. *Público*, p. 12.
- Pereira, R. (1996, fevereiro 10). Só um réu das FP fica fora da amnistia. *Expresso*, p. 7.
- Pereira, R. (1996, fevereiro 17). Amnistia não tira Otelo do banco dos réus. *Expresso*, p. 6.
- Pessoa, C. (2009, junho 15). Conselho de Estado discute duplicação da presença portuguesa no Afeganistão. *Público*, p. 6.
- Pimentel, J. (1996, janeiro 4). Com UE e Bósnia na mesa. *Público*, p. 10.
- Pinheiro, S. (2007, junho 3). Cavaco defende políticas de natalidade. *Diário de Notícias*, p. 20.
- Pinheiro, S. (2009, março 10). Cavaco triste e preocupado com situação do País. *Diário de Notícias*, p. 16.
- Pinheiro, S. (2013, dezembro 12). Apelo para que os jovens empresários sejam «acarinhados». *Diário de Notícias*, p. 12.
- Pinheiro, S. (2015, março 28). «Polémicas político-partidárias não criam emprego». *Diário de Notícias*, p. 15.
- Pinto, I. (2005, junho 22). Sampaio deseja que último QCA permita salto qualitativo do País. *Diário de Notícias*, p. 28.
- Pinto, I. (2005, junho 23). Banca e empresas «têm de dar as mãos» diz Sampaio. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Pinto, I. (2007, março 13). Cavaco quer aposta nas ondas e no vento para produzir energia. *Diário de Notícias*, p. 8.

Pinto, I. & Cruz, M. (2000, abril 4). Floresta merece atenção. *Diário de Notícias*, p. 6.

Pinto, R. J. & Silva, R. D. (2009, janeiro 3). Recados para todos. *Expresso*, p. 4.

Poder local transformou o nosso País (1986, setembro 25). *Diário de Notícias*, p. 3.

Polémicas nas entrelinhas coincidências no diagnóstico (1983, junho 10). *Diário de Notícias*, p. 1.

População de Bragança desceu à rua para saudar Presidente da República (1987, fevereiro 16). *Diário de Notícias*, p. 3.

Portugal disposto a colaborar mais com a China (1999, maio 15). *Diário de Notícias*, p. 6.

Portugal regressa ao mar (1996, fevereiro 10). *Diário de Notícias*, p. 25.

Portugal sob vigilância por mais 20 anos (2014, março 8). *Expresso*, p. 1.

Portugueses elegem novos deputados no primeiro domingo de Outubro (1985, julho 13). *Diário de Notícias*, p. 3.

Posse de três membros do Conselho de Estado (1982, dezembro 30). *Diário de Notícias*, p. 3.

Posse do CEMGFA traduz ideais de Abril (1984, março 9). *Diário de Lisboa*, p. 1.

PR apela ao desenvolvimento (2000, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 5.

PR apela ao pluralismo (1992, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.

PR avisa que não pode faltar crédito às empresas (2010, junho 25). *Diário de Notícias*, p. 9.

PR empossou novo chefe do Exército (2011, dezembro 20). *Diário de Notícias*, p. 10.

PR já assinou decreto que reconduz Lemos Ferreira (1987, fevereiro 28). *Expresso*, p. 1.

PR não aceitou demissão pedida por Garcia dos Santos (1983, novembro 18). *Diário de Notícias*, p. 1.

PR não é co-responsável pela acção governativa (1984, janeiro 15). *Diário de Notícias*, p. 1.

PR nomeia Manuel Teixeira Rolo como Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (2016, fevereiro 19). In: *Diário de Notícias*, acedido em 5 de março de 2017, em <<http://www.dn.pt/portugal/interior/pr-nomeia-manuel-teixeira-rolo-como-chefe-do-estado-maior-da-forca-aerea-5038801.html>>.

PR optimista contra a lamúria (1997, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 4.

PR pede «confiança» em Teixeira dos Santos (2010, maio 9). *Diário de Notícias*, p. 7.

PR reconduz Cerqueira Rocha (1995, outubro 12). *Diário de Lisboa*, p. 10.

PR recua no referendo (2005, julho 5). *Expresso*, p. 32.

PR resiste a Durão (2002, outubro 19). *Expresso*, pp. 1 e 6.

Presidência aberta começa com Guterres (1996, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 13.

Presidência aberta desencadeia «motim» no PSD (1993, fevereiro 6). *Expresso*, p. 1.

Presidência Aberta na Guarda (1988, março 28). *Diário de Notícias*, p. 1.

Presidência deixa Portalegre e volta a Belém (1989, março 19). *Diário de Notícias*, p. 1.

«Presidência vai ser obviamente polémica» (1994, abril 4). *Diário de Notícias*, p. 1.

Presidente (2009, dezembro 13). *Diário de Notícias*, pp. 2-3.

Presidente acredita no crescimento económico já neste trimestre (2010, março 13). *Diário de Notícias*, p. 18.

Presidente apela à concertação (1989, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.

Presidente arrasa política orçamental (2004, janeiro 15). *Diário de Notícias*, p. 1.

Presidente coloca Governo a prazo (2013, julho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.

Presidente considera dissolução a hipótese com maiores custos (1985, junho 19). *Diário de Notícias*, p. 1.

Presidente da República exige ao Governo resultados a curto prazo (2011, outubro 6).
Diário de Notícias, p. 1.

Presidente da República saúda o Douro (1988, julho 21). *Diário de Notícias*, p. 1.

Presidente decidiu dissolver o Parlamento após medidas urgentes pelo Governo e AR
(1983, janeiro 24). *Diário de Notícias*, p. 1.

Presidente empossa novo chefe da Armada (2010, dezembro 1). *Diário de Notícias*, p.
12.

Presidente escolhe Passos e ataca solução de governo à esquerda (2015, outubro 23).
Diário de Notícias, p. 1.

Presidente exige coesão e diálogo (2011, junho 22). *Diário de Notícias*, p. 1.

Presidente exonera Garcia dos Santos (1983, novembro 22). *Diário de Notícias*, p. 1.

Presidente incentiva trabalho em conjunto (2015, junho 30). *Diário de Notícias*, p. 21.

Presidente intercede junto de Barroso pelas aldeias históricas (2002, novembro 2).
Diário de Notícias, p. 6.

Presidente lança apelo ao espírito europeu (1990, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 3.

Presidente lembra à maioria valores do regime democrático (1991, novembro 1).
Diário de Notícias, p. 3.

Presidente modera tom e abre a porta à esquerda. Até o PS aplaudiu (2015, outubro
31). *Diário de Notícias*, p. 1.

Presidente ouve protestos contra insucesso escolar (1988, março 27). *Diário de
Notícias*, p. 1.

Presidente pede incentivos para quebrar a apatia cívica dos jovens (2015, maio 17).
Diário de Notícias, p. 16.

Presidente quer grande debate sobre economia e trabalho (1994, janeiro 22). *Diário de
Notícias*, p. 16.

Presidente Soares fala da Europa no Dia de Portugal (1992, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 3.

PS contra Soares (1993, fevereiro 8). *Diário de Notícias*, p. 1.

PS preferia formar Governo... mas Soares optou por eleições (1987, abril 28). *Diário de Lisboa*, p. 5.

PS quer maioria em Governo chefiado por independente (1985, junho 22). *Diário de Notícias*, p. 1.

Quase desmaio do PR secundariza apelo ao consenso (2014, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.

Queiroz, J. (1987, fevereiro 21). Mário Soares em Bragança com merendas e foguetes. *Expresso*, p. 7.

Queiroz, J. (1987a, fevereiro 28). Cavaco arrefece euforia da presidência aberta. *Expresso*, p. 7.

Queiroz, J. (1987b, fevereiro 28). Linha do Tua não será encerrada. *Expresso*, p. 7.

Queiroz, J. (1987c, fevereiro 28). «Não sou um presidente folclórico». *Expresso*, p. 7.

Questões nacionais necessitam de consenso (1986, setembro 19). *Diário de Notícias*, p. 2.

Raimundo, O. (1994, maio 14). Soares e a última cruzada. *Expresso*, p. 2.

Raimundo, O. (1996, abril 27). Sampaio antecipou homenagem ao 25 de Abril. *Expresso*, p. 9.

Raimundo, O. (1996, novembro 30). Sampaio no Porto também pressiona Guterres. *Expresso*, p. 6.

Raimundo, O. (1997, abril 19). Sampaio repreende Jardim. *Expresso*, p. 8.

Raimundo, O. (1997, junho 13). Sampaio quer evitar guerra aos toxicodependentes. *Expresso*, p. 3.

- Raimundo, O. (1998, março 7). Fuzeta forçou demissão. *Expresso*, p. 4.
- Raimundo, O. (2001, março 10). Jorge Sampaio critica inércia do Governo. *Expresso*, p. 3.
- Rainho, S. (2000, julho 8). Sair de Belém e vir à cidade. *Expresso*, pp. 8-9.
- Rainho, S. (2001, março 3). As nomeações difíceis. *Expresso*, p. 6.
- Rainho, S. (2002, abril 27). Sampaio avisa Durão. *Expresso*, p. 3.
- Rainho, S. (2006, março 11). Um Presidente leal e exigente. *Expresso*, p. 4.
- Ramalho Eanes dissolve hoje o Parlamento (1985, julho 12). *Diário de Lisboa*, p. 4.
- Reação: Cavaco pede prudência (2015, dezembro 18). *Diário de Notícias*, p. 13.
- Reações à mensagem do PR interromperam sessão (1991, junho 6). *Diário de Notícias*, p. 3.
- Rebelo, S. (1988, março 26). Diálogo político e concertação imprescindíveis em democracia. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Rebelo, S. (1988, março 27). Problemas do ensino dominam dia de Soares. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Rebelo, S. (1988, março 28). Soares defende preservação do património. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Rebelo, S. (1988, março 30). Apoio popular envolve Presidência Aberta. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Rebelo, S. (1988, março 31). Governo não está fechado a mudanças. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Rebelo, S. (1988, abril 1). Problemas do património impressionam Soares. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Rebelo, S. (1994, junho 11). Soares épico. *Diário de Notícias*, p. 7.

Rebelo, S. & Fonseca, J. (1988, junho 11). Portugal deve iniciar nova era com ousadia. *Diário de Notícias*, p. 3.

Reestruturação do Exército vai ser proposta ao Governo (1983, dezembro 18). *Diário de Notícias*, p. 7.

Referendos sim, crises não (1998, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.

Reforma do sistema político é prioritária (2002, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

Regionalização é o motor do desenvolvimento futuro (1986, setembro 26). *Diário de Notícias*, p. 3.

Regionalização prudente defendida por Mário Soares (1990, julho 6). *Diário de Notícias*, p. 1.

Reis, P. S. (2008, fevereiro 24). Cavaco quer mais descentralização. *Diário de Notícias*, p. 20.

República (2002, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 1.

República moderna exige descentralizar o Estado (1986, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 1.

Reunião em Guimarães (1986, setembro 24). *Diário de Notícias*, p. 1.

Reunião «relativamente pacífica» do Conselho de Estado (1985, janeiro 22). *Diário de Notícias*, p. 1.

Reunião do Conselho de Estado (1983, julho 15). *Diário de Notícias*, p. 3.

Revisão constitucional, é o tempo para os consensos (1987, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 1.

Ribeiro, F. & Gomes, M. (2006, agosto 25). CDS recusa fazer «cercos» a propósito da escolha do PGR. *Público*, p. 12.

Rio Douro fica navegável em 1991 até à fronteira de Barca de Alva (1988, julho 25). *Diário de Notícias*, p. 1.

- Rio turvo de tantas promessas (1994, abril 17). *Diário de Notícias*, p. 8.
- Robalo, H. (2007, junho 2). Cavaco pede crescimento da economia superior a 2%. *Diário de Notícias*, p. 19.
- Robalo, H. (2008, janeiro 23). Cavaco Silva procura ser um pilar de estabilidade. *Diário de Notícias*, p. 16.
- Robalo, H. (2008, outubro 4). Cavaco apela ao diálogo na questão do Kosovo. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Robalo, H. (2008, outubro 5). Cavaco critica «encosto» de alguns empresários ao Estado. *Diário de Notícias*, p. 43.
- Rocha, M. J. (1993, janeiro 30). Grande Lisboa vista à lupa. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Rocha, M. J. (1993, janeiro 31). Soares faz discurso da isenção. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Rocha, M. J. (1993, fevereiro 2). Ministro enfrenta «miniparlamento». *Diário de Notícias*, p. 4.
- Rocha, M. J. (1993, fevereiro 3). Ribatejo emociona Soares. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Rocha, M. J. (1993, fevereiro 5). O coro dos estudantes. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Rocha, M. J. (1993, fevereiro 6). Brasil em almoço discreto. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Rocha, M. J. (1993, fevereiro 7). Flores e espinhos em Setúbal. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Rocha, M. J. (1993, fevereiro 8). Um banho de ambiente e cultura. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Rocha, M. J. (1993, fevereiro 9). Soares dá bónus aos clandestinos. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Rocha, M. J. (1993, fevereiro 10). A fúria dos agricultores. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Rocha, M. J. (1993, fevereiro 11). O pai dos africanos. *Diário de Notícias*, p. 8.
- Rocha, M. J. (1993, fevereiro 12). Soares no Parque Mayer. *Diário de Notícias*, p. 5.

- Rocha, M. J. (1993, fevereiro 13). Lágrimas contra o racismo. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Rocha, M. J. (1993, fevereiro 14). No coração da cidade. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Rocha, M. J. (1993, fevereiro 15). «Limitei-me a ouvir...». *Diário de Notícias*, p. 4.
- Rocha, M. J. (1993, junho 11). Solidariedade contra triunfalismos. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Rocha, M. J. (1994, maio 11). À espera da vaga de fundo. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Rocha, M. J. (1996, junho 19). Jardim ganha tempo. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Rocha, M. J. (1998, janeiro 2). A estabilidade segundo Sampaio. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Rocha, M. J. (1999, janeiro 2). Sampaio firma na estabilidade. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Rocha, M. J. (1999, outubro 26). Novo Governo arranca com medidas. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Rocha, M. J. & Vale, M. de L. (1997, abril 16). Prioridade aos direitos e liberdades em Macau. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Rocha, M. J. & Cotrim, M. J. (1993, fevereiro 1). Travar a xenofobia. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Rodeia, C. (1999, julho 12). A autonomia regional «é uma tarefa de todos». *Diário de Notícias*, p. 8.
- Rodeia, C. (1999, julho 13). Jorge Sampaio apela à solidariedade nacional. *Diário de Notícias*, p. 13.
- Rodeia, C. (1999, julho 15). Um multibanco a caminho da América. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Rodeia, C. (1999, julho 16). Autonomia com solidariedade. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Rodeia, C. (1999, julho 17). Presidente avesso a «labaredas». *Diário de Notícias*, p. 5.
- Rodeia, C. (1999, julho 18). Um dia no oásis «laranja». *Diário de Notícias*, p. 8.

- Rodeia, C. (1999, julho 19). Verbas do III QCA têm de ser geridas ao tostão. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Rodeia, C. (1999, julho 20). «Ninguém é eleito para combater outros poderes». *Diário de Notícias*, p. 5.
- Rodeia, C. (1999, julho 22). Sampaio quer encarar «futuro com esperança». *Diário de Notícias*, p. 6.
- Rodeia, C. (1999, julho 23). Sampaio quer mais visão de futuro na educação. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Rodeia, C. (1999, julho 24). Sampaio quer rever sistema eleitoral das ilhas. *Diário de Notícias*, p. 8.
- Rodeia, C. (1999, julho 25). Sampaio solidário com as ilhas. *Diário de Notícias*, p. 8.
- Rodeia, C. (2003, junho 11). PR indica o caminho. *Diário de Notícias*, p. 12.
- Rodeia, C. (2003, junho 13). Um dia presidencial bastante acidentado. *Diário de Notícias*, p. 16.
- Rodeia, C. (2003, junho 14). César diz a Jorge Sampaio que receia crise nos Açores. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Rodeia, C. (2003, junho 15). Afecto, por favor. *Diário de Notícias*, p. 18.
- Rodeia, C. (2003, junho 16). «É essencial acabar com ar de desprezo perante os eleitos». *Diário de Notícias*, p. 16.
- Rodrigues, S. (2011, junho 28). Cavaco contraria PSD e marca legislativas antes de autárquicas. *Público*, p. 4.
- Rodrigues, S. (2013, outubro 24). Votação da co-adoção adiada e fica nas mãos da presidente da Assembleia da República. *Público*, p. 15.
- Romão, J. (2000, março 21). Jorge Sampaio ignora o candidato PSD. *Diário de Notícias*, p. 4.

- Romão, J. (2004, fevereiro 10). Jorge Sampaio mediador na viagem do Ambiente. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Romão, J. (2004, fevereiro 11). A «partir pedra» pelas energias renováveis. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Romão, J. (2004, fevereiro 12). Sampaio defende nova «regionalização». *Diário de Notícias*, p. 4.
- Rosendo, G. (2004a, setembro 18). Sampaio volta à carga na Saúde. *Expresso*, p. 3.
- Rosendo, G. (2004b, setembro 18). Presidente escolhe locais polémicos. *Expresso*, p. 3.
- Rosendo, G. & Magalhães, M. A. (2005, setembro 17). Nomeações voltam à agenda. *Expresso*, p. 4.
- Sá, P. (1994, abril 26). «Precisamos de mais pluralismo». *Diário de Notícias*, p. 5.
- Sá, P. (1995, outubro 6). Quase «ex» e futuros lado a lado. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Sá, P. (1996, fevereiro 8). Amnistia por Soares. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Sá, P. (1996, março 10). Emoção à presidência. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Sá, P. (1996, abril 26). Consenso e ponderação. *Diário de Notícias*, p. 7.
- Sá, P. (2000, outubro 6). República com muito rigor. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Sá, P. (2001, outubro 6). Outra vez os consensos. *Diário de Notícias*, p. 18.
- Sá, P. (2003, outubro 6). PR contra lógicas nacionais na Europa. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Sá, P. (2006, outubro 6). Políticos e justiça unidos no combate à corrupção. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Sá, P. (2006, outubro 11). «Não tenho vocação para força de bloqueio». *Diário de Notícias*, p. 4.

- Sá, P. (2006, outubro 12). Presidente defende «escola dos afectos» para inclusão de imigrantes. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Sá, P. (2006, novembro 30). Cavaco escolhe Fevereiro e pede «debate sereno». *Diário de Notícias*, p. 2.
- Sá, P. (2007, janeiro 2). Cavaco Silva exige resultados em 2007). *Diário de Notícias*, p. 2.
- Sá, P. (2007, março 14). Cavaco quer discussão sobre energia nuclear. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Sá, P. (2008, janeiro 2). Presidente critica altos salários dos gestores. *Diário de Notícias*, p. 15.
- Sá, P. (2009, janeiro 2). Cavaco teme mais desemprego e perigo de exclusão. *Diário de Notícias*, pp. 2-3.
- Sá, P. (2009, junho 25). Só o PSD defendeu em Belém eleições no mesmo dia. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Sá, P. (2010, janeiro 2). Cavaco alerta para «situação explosiva». *Diário de Notícias*, p. 3.
- Sá, P. (2010, fevereiro 4). Sócrates mantém corda esticada. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Sá, P. (2010, outubro 6). Cavaco insiste num pacto político. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Sá, P. (2011, janeiro 2). Cavaco Silva condena quem tenta «fugir» aos sacrifícios. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Sá, P. (2011, março 31). Vários conselheiros a favor de eleições. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Sá, P. (2011, abril 1). PR «empurra» para ajuda externa... *Diário de Notícias*, p. 2.
- Sá, P. (2011, abril 26). Quatro presidentes pedem «união» ao País e aos políticos. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Sá, P. (2011, maio 5). Cavaco diz que é preciso poupar, produzir e recuperar a credibilidade. *Diário de Notícias*, p. 2.

- Sá, P. (2014, julho 4). Cavaco põe conselheiros a defender entendimentos. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Sá, P. (2015, outubro 7). Cavaco pede a Passos que se entenda com Costa para governar. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Sá, P. (2016, janeiro 2). Cavaco apela a combate à pobreza e à defesa do atual modelo económico. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Sá, P. & Marujo, M. (2013, janeiro 2). Cavaco envia OE para Tribunal Constitucional e rejeita crise política em 2013. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Sá, P. & Marujo, M. (2015, janeiro 2). Cavaco rejeita promessas demagógicas e pede acordos pós-eleitorais. *Diário de Notícias*, pp. 2-3.
- Sacudir fatalismo e erradicar pobreza (1989, março 13). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Salazar Braga confirmado CEME (1983, dezembro 15). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Sampaio contra neoliberalismo (1998, janeiro 25). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Sampaio afirma que continua tudo muito mal na educação (1998, janeiro 19). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Sampaio apela a um Portugal mais exigente (2004, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Sampaio assiste na primária a uma aula sobre saúde oral (1999, novembro 27). *Diário de Notícias*, p. 5.
- Sampaio chumba taxas diferenciadas na saúde (2004, setembro 22). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Sampaio combate a depressão nacional (2003, abril 12). *Expresso*, pp. 1 e 32.
- Sampaio critica política de educação (2004, maio 5). *Diário de Notícias*, p. 1.
- Sampaio critica política orçamental do PSD e CDS... (2004, setembro 25). *Expresso*, p. 1.
- Sampaio defende imigrantes (1999, junho 29). *Diário de Notícias*, p. 27.

Sampaio diz que «mais do mesmo é que não dá» (2000, julho 6). *Diário de Notícias*, p. 28.

Sampaio e cardeal alertam políticos (2002, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.

Sampaio exige políticas activas para este ano (2004, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.

Sampaio, J. (2001, junho 11). Saúde e cidadania. *Diário de Notícias*, p. 8.

Sampaio, J. (2003, janeiro 11). Estado, regulação e interesse público: seis desafios. *Expresso*, p. 22.

Sampaio, J. (2004, setembro 25). Não nos enganemos a nós próprios. *Expresso*, p. 28.

Sampaio não cala críticas (2004, setembro 18). *Expresso*, p. 1.

Sampaio não é neutral (2002, julho 20). *Expresso*, p. 32.

Sampaio nem quer falar da demissão de Guterres (2002, julho 27). *Expresso*, p. 1.

Sampaio no Corvo oferece jantar e inaugura multibanco (1999, julho 15). *Diário de Notícias*, p. 1.

Sampaio no Norte (1996, abril 24). *Diário de Notícias*, p. 1.

Sampaio pede reformas e deixa críticas ao Governo (2000, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

Sampaio pede respeito (2003, junho 14). *Expresso*, p. 10.

Sampaio põe juizes na ordem (1999, março 29). *Diário de Notícias*, p. 1.

Sampaio prefere as obsessões às paixões (2001, junho 17). *Diário de Notícias*, p. 1.

Sampaio pressiona Guterres (2001, março 10). *Expresso*, p. 31.

Sampaio propõe programa para desenvolver o ensino (2004, maio 9). *Diário de Notícias*, p. 1.

Sampaio prossegue jornada contra tristeza do interior (1997, junho 12). *Diário de Notícias*, p. 5.

- Sampaio quer patriotismo moderno (1997, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 3.
- Sanchez, P. (2001, fevereiro 9). Castigo pesado não resolve problema da Justiça. *Diário de Notícias*, p. 18.
- Santos, J. A. (1987, outubro 27). Está na hora de pôr de lado os tabus que têm impedido o desenvolvimento do Alentejo. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Santos, J. A. (1987, outubro 28). Alqueva pode representar em breve a resposta aos anseios alentejanos. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Santos, J. A. (1987, outubro 29). Mário Soares e Couto dos Santos recebem delegações juvenis em Beja. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Santos, J. A. (1987, outubro 30). Chegou a hora de vencer o fatalismo de um Alentejo perpetuamente pobre. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Santos, J. A. (1987, outubro 31). Mário Soares e Eurico de Melo contactam autoridades militares. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Santos, J. A. (1987, novembro 1). Governo tirou bem o partido da minha visita. (1987, outubro 27). *Diário de Notícias*, p. 3.
- Sapatos também são obras de arte (2014, novembro 15). *Diário de Notícias*, p. 11.
- Saraiva, J. A. (1983, novembro 26). O acordo. *Expresso*, p. 3.
- Saraiva, J. M. (1993, fevereiro 6). A Presidência fechada do PSD. *Expresso*, p. A5.
- Saraiva, J. M. (1993, fevereiro 13). Democracia de insucesso. *Expresso*, p. A5.
- Saraiva, J. M. (1994, abril 9). A grande marcha verde de Soares. *Expresso*, p. 4.
- Saraiva, J. M. (1994, abril 16). Presidência aberta com partidos à margem. *Expresso*, p. 2.
- Saraiva, J. M. (1994, abril 23). O ambientalista convertido. *Expresso*, p. 2.
- Saraiva, J. M. & Raimundo, O. (1998, fevereiro 28). Fuzeta e Sampaio em guerra aberta. *Expresso*, p. 3.

Sem partidos só há marasmo e imobilismo (1987, novembro 8). *Diário de Notícias*, p. 4.

Sem prejuízo das posições de cada um (2003, fevereiro 7). *Diário de Notícias*, p. 12.

Semana difícil em Belém (1987, janeiro 17). *Expresso*, pp. 1 e 24.

Silva, Â. (1999, abril 17) Sampaio põe cartas na mesa. *Expresso*, p. 7.

Silva, Â. (1999, abril 24). Soares evita Sampaio. *Expresso*, p. 4.

Silva, Â. (2002, julho 27). Alta tensão. *Expresso*, pp. 6-7.

Silva, Â. (2002, outubro 5). Jorge Sampaio durão. *Expresso*, p. 11.

Silva, Â. (2003, março 22). A uma só voz. *Expresso*, p. 10.

Silva, Â. (2003, agosto 2). Seixas da Costa desmente MNE. *Expresso*, p. 5.

Silva, Â. (2003, novembro 1). Governo minoriza críticas de Sampaio. *Expresso*, p. 11.

Silva, Â. (2004, janeiro 17). Há mais vida para lá da paz institucional. *Expresso*, pp. 6-7.

Silva, Â. (2005, abril 23). Sampaio descarta aborto. *Expresso*, p. 8.

Silva, Â. (2005, julho 9). PS ainda não desistiu de substituir PGR. *Expresso*, p. 10.

Silva, Â. (2011, outubro 22). Passos Coelho «estupefacto» com Cavaco (2011, outubro 22). *Expresso*, p. 6.

Silva, Â. (2013, abril 27). «Que se lixem as eleições», versão Cavaco. *Expresso*, p. 12.

Silva, Â. (2014, junho 13). Seguro ou Costa, tanto faz: acordo só com eleições. *Expresso*, pp. 12-13.

Silva, Â. & Figueiredo, C. (2003, fevereiro 8). Presidente conciliador. *Expresso*, pp. 12-13.

Silva, Â., Figueiredo, C. & Meireles, L. (2014, julho 5). Cavaco não quer Governo minoritário. *Expresso*, p. 8.

Silva, Â. & Meireles, L. (2002, outubro 19). Portas crispa Sampaio. *Expresso*, p. 9.

- Silva, Â. & Meireles, L. (2002, outubro 26). Sampaio à defesa. *Expresso*, p. 3.
- Silva, Â. & Saraiva, N. (2006, agosto 26). Governo forçado a ouvir PSD sobre PGR. *Expresso*, p. 4.
- Silva, Â. & Saraiva, N. (2007, janeiro 6). Cavaco teme recuos de Sócrates. *Expresso*, p. 5.
- Silva, A. C. (2011, junho 10). Os jovens agricultores. *Expresso*, p. 18.
- Silva, E. C. e (1999a, novembro 30). Sampaio nas urgências «apocalípticas». *Diário de Notícias*, p. 5.
- Silva, E. C. e (1999b, novembro 30). Norte do País sem camas de cuidados intensivos. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Silva, E. C. e (2003, abril 22). «Só vamos lá com inovação». *Diário de Notícias*, p. 22.
- Silva, E. C. e (2006, junho 20). Cientistas entusiasma Presidente. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Silva, E. C. e (2006, junho 21). Presidente quer provedor para PME tecnológicas. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Silva, E. C. e (2006, julho 13). Presidente «rompe» mundos de silêncio sobre maus tratos. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Silva, E. C. e (2006, julho 14). Cavaco apela a cuidados no divórcio. *Diário de Notícias*, p. 8.
- Silva, E. C. e & Pinheiro, S. (2006, junho 20). Cavaco Silva elogia choque tecnológico. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Silva, M. (2003, abril 26). Satisfação rosa. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Silva, M. (2005, abril 26). Sampaio omite aborto e agrada à direita. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Silva, M. & Correia, P. (2002, abril 26). Sampaio contra pessimismo. *Diário de Notícias*, p. 5.

Silva Viegas demite-se em ruptura com Portas (2003, julho 26). *Público*, p. 10.

Simas, N. (1996, janeiro 4). No Governo por um dia. *Diário de Notícias*, p. 11.

Simas, N. (1997, outubro 6). Referendos sem drama sem divisões. *Diário de Notícias*, p. 7.

Simas, N. (1997, outubro 7). Ministros sem unanimidade. *Diário de Notícias*, p. 5.

Simas, N. (1998, junho 11). Sampaio contra falsas crises. *Diário de Notícias*, p. 4.

Simas, N. (1998, setembro 21). Sampaio contraria Guterres. *Diário de Notícias*, p. 5.

Simas, N. (1998, setembro 22). O sr. Silva e a D. Pulquéria, *Diário de Notícias*, p. 5.

Simas, N. (1998, setembro 23). A abstenção preocupa Jorge Sampaio. *Diário de Notícias*, p. 5.

Simas, N. (1998, setembro 24). Restaurar a esperança no Alentejo. *Diário de Notícias*, p. 6.

Simas, N. (1998, outubro 6). Presidente desafia partidos. *Diário de Notícias*, p. 4.

Simas, N. (1999, julho 8). Partidos divididos em Belém. *Diário de Notícias*, p. 4.

Simas, N. (2003, agosto 7). Recados a Portas e aos chefes militares. *Diário de Notícias*, p. 4.

Simas, N. (2004, julho 10). Sampaio promete vigilância activa a Executivo PSD/CDS. *Diário de Notícias*, p. 2.

Simas, N. (2004, outubro 6). Presidente recusa «medidas pontuais» para combater crise. *Diário de Notícias*, p. 9.

Simas, N. (2010, fevereiro 4). Cavaco marcou reunião após «ameaças» de Sócrates. *Público*, pp. 2-3.

Simas, N. (2010, outubro 30). Governo cedeu nas deduções fiscais, PSD na taxa social única. *Público*, pp. 2-3.

Simões, P. C. (2002, abril 7). Contas preocupam Sampaio. *Diário de Notícias*, p. 11.

Sindicatos e patrões juntos após apelo de Cavaco (2010, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.

«Sinto tristeza com a situação que vivemos» (2010, outubro 23). *Expresso*, p.1.

Sintonia com a NATO das Forças Armadas (1984, março 9). *Diário de Lisboa*, p. 3.

Soares antecipa decisão do Governo (1993, fevereiro 9). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares ao Governo: «Quem quiser enfie a carapuça...». (1993, fevereiro 15). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares apela a Informação mais isenta (1991, junho 6). *Diário de Notícias*, pp. 3-4.

Soares apela à vivência democrática através de uma Imprensa livre e responsável (1989, abril 26). *Diário de Notícias*, pp. 2 e 4.

Soares aplaude PR (1985, abril 27). *Expresso*, p. 4.

Soares ataca manifestações de racismo (1993, fevereiro 1). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares Carneiro empossado como vice-chefe do EMGFA (1987, janeiro 24). *Diário de Notícias*, p. 7.

Soares Carneiro vence Firmino Miguel (1989, março 24). *Expresso*, pp. 1 e 24.

Soares condena decisão da CP (1988, julho 22). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares condena humilhação de pobres e desprotegidos pela ostentação da riqueza e pelo esquecimento oficial (1989, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 3.

Soares condena ostentação (1989, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares defende Alentejo sem tabus (1987, outubro 27). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares defendeu mais apoio aos carenciados e humildes (1986, setembro 22). *Diário de Notícias*, p. 2.

Soares deixa «recado» para travar apelos a eleições antecipadas (1991, março 10).

Diário de Notícias, p. 4.

Soares deseja que 1987 seja o ano da confiança (1987, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares e Cavaco na Ajuda definem poderes e fronteiras (1991, novembro 1). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares e Cavaco nos Açores debatem situação na China (1989, junho 10). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares e Cavaco prometem solidariedade institucional (1987, agosto 18). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares elogia Guterres (1996, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 7.

Soares em Freixo de Espada à Cinta recebeu medalha de ouro puro (1987, fevereiro 22). *Diário de Notícias*, p. 3.

Soares em Vinhais (1987, fevereiro 24). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares «enfrenta» nas Flores reflexo da influência dos EUA (1989, junho 1). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares entende desfecho do Golfo decisivo para nova ordem mundial (1991, janeiro 17). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares esteve em Miranda do Douro e assistiu a aula do dialecto local (1987, fevereiro 21). *Diário de Notícias*, p. 3.

Soares evoca Eça no Douro (1988, julho 24). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares exorta Portugal a gerir mudança europeia (1990, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares fez do quinto dia no Norte uma alerta a problemas do ambiente (1986, setembro 20). *Diário de Notícias*, p. 2.

Soares, G. (2009, dezembro 12). Cavaco avisa que os jovens vão exigir mais ética e competência. *Diário de Notícias*, p. 13.

Soares «harmoniza» conflito entre municípios e Governo (1989, março 16). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares inicia descida do Douro (1988, julho 19). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares insiste nas dificuldades Eanes nas condições favoráveis (1983, junho 10). *Expresso*, p.1.

Soares invoca certeza de valores em momento de crise internacional (1992, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 3.

Soares lamenta degradação do património (1988, abril 1). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares lança «nova presidencialidade» com estilo adoptado na chefia do Estado (1987, fevereiro 17). *Diário de Notícias*, p. 3.

Soares leva solidariedade aos Açores (1989, maio 30). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares, M. (1994, abril 4). «Uma presidência especial». *Diário de Notícias*, p. 43.

Soares, M. (1994, abril 23). «Creio que consegui despertar os portugueses». *Expresso*, p. 2.

Soares no engraxador (1986, setembro 23). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares opõe solidariedade a nacionalismo agressivo (1992, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 2.

Soares pede mais aproximação entre Governo e poder local (1990, junho 30). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares: perigo espreita democracia (1995, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares preocupado com dificuldades dos produtores de vinho verde (1986, setembro 23). *Diário de Notícias*, p. 2.

Soares preside a Governo na 4ª feira (1995, dezembro 30). *Expresso*, pp. 1 e 19.

Soares prevê cinco anos difíceis mas promete não mudar o estilo (1991, Março 10).

Diário de Notícias, p. 1.

Soares «proíbe» assobios a Cavaco (1989, junho 9). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares prolonga encontro com Cavaco (1989, junho 7). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares propõe às gerações jovens prosseguir grande ambição nacional (1991, abril 26).

Diário de Notícias, p. 1.

Soares propõe «esforço patriótico» para nova coligação PS/PSD (1985, junho 14).

Diário de Notícias, p. 3.

Soares quer mais diálogo em tempo de crise (1993, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares reclama Prémio Nobel para autor de língua portuguesa (1988, junho 11). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares só quer saber de problemas reais (1993, janeiro 31). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares sobrevoa caos urbanístico (1994, abril 7). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares usou tempo de antena para responder a Cavaco (1992, julho 15). *Diário de Notícias*, p. 1.

Soares «vestiu-se» de pastor em Gouveia e manifestou-se contra «denegrimento» da AR (1988, março 29). *Diário de Notícias*, p. 2.

Sociais-democratas propõem a dissolução do Parlamento (1985, junho 15). *Diário de Notícias*, p. 3.

Sócrates e Cavaco em troca de palavras (2010, junho 26). *Expresso*, p. 1.

Sousa, A. de (1987, fevereiro 18). Se a regionalização não for consensual multiplicará tensões e rivalidades locais. *Diário de Notícias*, p. 3.

Sousa, A. de (1987, fevereiro 19). Compete aos jovens protagonizar também a mudança. *Diário de Notícias*, p. 3.

Sousa, A. de (1987, fevereiro 20). Presidente Soares em Rio de Onor convive com portugueses e espanhóis. *Diário de Notícias*, p. 3.

Sousa, A. de (1987, fevereiro 23). Sem liberdade não pode haver desenvolvimento e uma mais equitativa distribuição da riqueza. *Diário de Notícias*, p. 5.

Sousa, A. de (1987, fevereiro 24). Presidente recebido em Vinhais com poesia de Fernando Pessoa. *Diário de Notícias*, p. 3.

Sousa, A. de (1987, fevereiro 25). Soares e Carlos Pimenta observam de perto questões e ambiente da terra fria transmontana. *Diário de Notícias*, p. 3.

Sousa, A. de (1987, fevereiro 26). Cavaco diz aplaudir interpelações «que não visem bloquear o Governo». *Diário de Notícias*, p. 2.

Sousa, A. de (1987, fevereiro 27). Bragança despede-se do PR sem adeus à Linha do Tua. *Diário de Notícias*, p. 3.

Sousa, F. A. de (2008, janeiro 30). Presidente critica política de justiça do Governo. *Diário de Notícias*, p. 6.

Sousa, F. A. de (2009, janeiro 28). Cavaco Silva critica as leis do Parlamento. *Diário de Notícias*, p. 4.

Sousa, T. de (1983, novembro 12). Militares recusam-se a servir de moeda de troca entre São Bento e Belém. *Expresso*, p. 2.

Sousa, T. de (2007, junho 16). Conselho de Estado: Presidência portuguesa da UE em debate. *Público*, p. 22.

Souto Moura inicia funções (2000, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 4.

Sucesso artificial deu lugar a pessimismo (1994, janeiro 2). *Diário de Notícias*, p. 5.

Tal como a bandeira (2012, outubro 13). *Expresso*, p. 8.

Talvez fosse mais útil não haver maioria absoluta (1994, setembro 28). *Diário de Notícias*, p. 1.

TC chumba pergunta do referendo e abre caminho a revisão constitucional (2004, dezembro 18). *Público*, p. 9.

Teixeira, A. (1999, junho 11). Por uma política da língua. *Diário de Notícias*, p. 11.

Teixeira, A. J. (1996, fevereiro 7). Amnistia para pacificar. *Diário de Notícias*, p. 5.

Temas que preocupam Lisboa (1993, fevereiro 15). *Diário de Notícias*, p. 5.

Temos de afastar as novas gerações do pessimismo e do conservadorismo (1987, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 3.

Timor deve ser julgado pelo Tribunal de Haia (1986, julho 30). *Diário de Notícias*, p. 3.

Todos sentimos aproximar-se a hora de voltar à África (1990, abril 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

Tomás, C. (2004, janeiro 31). Presidente aquece ambiente. *Expresso*, p. 15.

Tomás, C. (2004, abril 17). Equilíbrios presidenciais. *Expresso*, p. 14.

Tomou posse o novo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), almirante Fuzeta da Ponte (1991, março 9). *Expresso*, p. A10.

Trabalho infantil é uma vergonha nacional (1989, setembro 21). *Diário de Notícias*, p. 2.

Um novo ciclo (1996, março 10). *Diário de Notícias*, p. 1.

Um Presidente com fé nos jovens (2009, dezembro 9). *Expresso*, p. 2.

Uma casa portuguesa (2006, outubro 14). *Expresso*, p. 1.

Uma presidência aberta serve melhor Portugal (1986, setembro 16). *Diário de Notícias*, p. 3.

Verdadeira «República moderna» nascerá da vontade coletiva (1986, outubro 6). *Diário de Notícias*, p. 3.

- Viana, L. M. (2004, janeiro 15). Sampaio defende alterações na elaboração do Orçamento. *Público*, p. 10.
- Viegas, E. (1989, março 12). Soares quer conhecer carências de Portalegre. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Viegas, E. (1989, março 13). Fatalismo gerado pelo abandono tem de ser sacudido. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Viegas, E. (1989a, março 14). Presidente «ultrapassa» ideologias para evitar o confronto político. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Viegas, E. (1989b, março 14). Retrato retocado do outro Alentejo. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Viegas, E. (1989, março 15). População de Monforte queixa-se da Saúde. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Viegas, E. (1989, março 16). Médicos levam a Soares queixas de Portalegre. *Diário de Notícias*, p. 2.
- Viegas, E. (1989, março 18). Soares pede perdão a judeus perseguidos. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Viegas, E. (1989, março 19). Mário Soares despediu-se do Alto Alentejo. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Viegas, E. (1990, junho 29). Soares encerra em Coimbra fase inédita da República.
Viegas, E. (1990, julho 2).
- Viegas, E. (1990, junho 30). Soares apela à cooperação dos poderes. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Viegas, E. (1990, julho 1). Reencontros na rota coimbrã de Mário Soares. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Viegas, E. (1990, julho 2). Entusiasmo da Figueira acolhe Soares. *Diário de Notícias*, p. 3.

- Viegas, E. (1990, julho 3). Soares recebe apoios para teses europeias. *Diário de Notícias*, p. 5.
- Viegas, E. (1990, julho 4). Esses senhores são indesejáveis em Portugal. *Diário de Notícias*, p. 4.
- Viegas, E. (1990, julho 5). Soares falou de solidariedade à gente serrana da Pampilhosa. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Viegas, E. (1990, julho 6). Soares propõe regionalização com prudência. *Diário de Notícias*, p. 6.
- Viegas, E. (1990, julho 7). Soares quer mais acesso às universidades. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Viegas, E. (1990, julho 8). Está aberto o debate sobre a regionalização. *Diário de Notícias*, p. 3.
- Vinagre, A., (1996, junho 13). Em mangas de camisa. *Diário de Notícias*, p. 12.
- Vinagre, A., Oliveira, J. M. & Grade, V. (1996, junho 11). Sampaio quer consensos amplos. *Diário de Notícias*, p. 13.
- Vinagre, A., Oliveira, J. M. & Grade, V. (1996, junho 14). Presidente firme no combate à droga. *Diário de Notícias*, p. 14.
- Visita de Soares terminou em Lamego (1986, setembro 26). *Diário de Notícias*, p. 1.

Ponderação do sentido e intensidade das notícias publicadas na comunicação social relativas aos pontos V.3 e V.4 do Capítulo V

Ponto V.3.1 Presidir ao Conselho de Estado

Tabela 1: Notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre reuniões do Conselho de Estado (casos relevantes)

Mandato	Governo	Assunto	Artigo	DN	Exp.	Página	Título	Foto	Texto	Pontuação	Média
Eanes II	Soares III	Timor	Indonésia aceita negociar, 1984, março 31.		X	1 e 24	MD1	N	MD2	-0,10	-0,05
			Indonésia receptiva, 1984, março 31.	X		3	N	N	N	0,00	
	Soares III	Relacionamento entre órgãos de soberania Situação económica e financ.	Reunião «relativamente pacífica», 1985, janeiro 22.	X		1	N	N	N	0,00	-0,13
	Soares III		Anúnciação, 1985, janeiro 26.		X	2	MD2	MD2	MD1	-0,25	
	Soares III	Situação económica e financeira	Conselho de Estado analisou, 1985, fevereiro 1.	X		1	N	N	N	0,00	-0,05
			Anúnciação, 1985, fevereiro 2.		X	2	N	N	MD2	-0,10	
Soares I	Cavaco I	Crise provocada por moção de censura	Longa reunião, 1987, abril 23.	X		3	N	N	N	0,00	0,05
			O que se disse em Belém, 1987, abril 25.		X	1 e 3	N	N	MF2	0,10	
Sampaio II	Barroso	Guerra do Iraque	Sem prejuízo das posições, 2003, fevereiro 7.	X		12	N	N	N	0,00	-0,05
			Silva & Figueiredo, 2003, fevereiro 8.		X	12-13	N	N	MD2	-0,10	
	Barroso	Guerra do Iraque	Henriques & Espada, 2003, março 20.	X		20	-	N	-	0,00	
Cavaco I	Sócrates II	OE 2011	Henriques, 2010, outubro 30.	X		4-5	N	N	MF2	0,10	

Cavaco II	Coelho I	Crise provocada pela proposta de reforma da TSU	Meireles, 2010, outubro 30.		X	5	N	-	MF2	0,10	0,10
			Coelho & Henriques, 2012, setembro 22.	X		2	N	N	MD1	-0,25	
			Madaíl, 2012, setembro 22.	X		3	MD1	-	MD1	-0,25	
			Meireles, 2012, setembro 22.		X	10	N	N	N	0,00	-0,17

Ponto V.3.3 Dirigir mensagens à AR

Tabela 2: Notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre mensagens dirigidas à AR (casos relevantes)

Mandato	Governo	Assunto	Artigo	DN	Expresso	Página	Título	Foto	Texto	Pontuação	Média
Eanes II	Soares III	Apelo para entendimento que evite eleições antecipadas	Dissolução só poderá ser evitada, 1985, junho, 19.	X		3	MF2	N	MF2	0,10	
			Presidente considera dissolução, 1985, junho, 19.	X		1	MF2	N	MF2	0,10	0,10
Soares II	Cavaco II	Comunicação social	Soares apela a informação, 1991, junho 6.	X		1,3-4	MD1	N	MD1	-0,25	
			Cavaco diz que teve de conter, 1991, junho 8.		X	1 e 24	MD1	N	MD1	-0,25	
			Costa, 1991, junho 8.		X	2	CD	CD	CD	-0,50	-0,33
Sampaio II	Barroso	Lei de Programação Militar	Espada, 2003, março 6.	X		16	N	N	MD2	-0,10	
			Lockheed apresentou, 2003, março 8.		X	1 e 24	N	N	MD2	0,10	0,10
	Barroso	Situação económica e financeira	Bastos, 2004, janeiro 15.	X		2	CD	N	CD	-0,50	
			Presidente arrasa política,	X		1	CD	N	CD	-0,50	

	2004, janeiro 15.								
	Silva, 2004, janeiro 17.	X	6-7	MD1	N	CD	-0,50	-0,50	

Ponto V.4 Poderes informais

Tabela 3: Poderes informais: notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre intervenções do PR (Ramalho Eanes II mandato)

Governo	Assunto	Artigo	DN	Exp.	Página	Título	Foto	Texto	Pontuação	Média
Balsemão II	Revisão constitucional	Eanes critica revisão, 1982, novembro 6.		X	1-2	N	N	MD2	-0,10	
		Exercerei com mais rigor, 1982, novembro 6.	X		1	N	N	MD1	-0,25	
		Modificou-se qualitativamente, 1982, novembro 6.	X		3-4	N	N	MD2	-0,10	-0,15
Balsemão II	Ano Novo	Não posso prometer, 1983, janeiro 3.	X		1	MF2	N	MD1	-0,25	
Balsemão II	Comunicação sobre dissolução da AR	Presidente decidiu dissolver, 1983, janeiro 24.	X		1	N	N	MD1	-0,25	
		«Não me preocupa...», 1983, janeiro 24.	X		3 e 6	N	N	MD1	-0,25	-0,25
Soares III	Posse do IX Governo	Soares insiste, 1983, junho 10.		X	1 e 24	N	N	N	0,00	
Soares III		Polémicas nas entrelinhas, 1983, junho 10.	X		1	N	N	N	0,00	
Soares III		A posse de um Governo, 1983, junho 10.	X		3-4	N	N	MF1	0,25	0,08
Soares III	Dia de Portugal	De nada servirá, 1983, junho 12.	X		1	N	N	N	0,00	
Soares III		A verdade é sempre, 1983, junho 12.	X		2	N	N	N	0,00	
Soares III	Implantação da República	Comemorações da Revolução, 1983, outubro 7.	X		1	N	N	N	0,00	
Soares III		O destino de um regime, 1983, outubro 7.	X		3	N	N	N	0,00	
Soares III	Condecoração Garcia dos	Eanes responsabiliza o Governo, 1983,	X		1 e 3	CD	N	CD	-0,50	

	Santos	novembro 30.								
Soares III	Ano Novo	Ano de sacrifícios, 1984, janeiro 3.	X	1 e 3	MD2	N	MD2	-0,10		
Soares III	Comemoração da reeleição	PR não é corresponsável, 1984, janeiro 15.	X	1 e 7	N	N	N	0,00		
Soares III	Comunicação sobre Lei da IVG	Eanes promulgou, 1984, abril 24.	X	3	N	-	MD2	-0,25		
Soares III	25 de Abril	Comemorações em dois tons, 1984, abril 27.	X	1	N	N	N	0,00		
Soares III		Definir um projecto, 1984, abril 27.		3	N	N	N	0,00		
Soares III	Dia de Portugal	10 de Junho, 1984, junho 16.		X	3	N	N	0,00		
Soares III		Expressão política, 1984, junho 11.	X	1	N	N	N	0,00		
Soares III		Eanes considera, 1984, junho 11.	X	3	MD2	N	MD2	-0,10	-0,03	
Soares III	Ano Novo	Bom resultado, 1985, janeiro 2.	X	1	CD	N	CD	-0,50		
Soares III		Contrapartida mínima, 1985, janeiro 2.	X	3	CD	N	CD	-0,50		
Soares III		Mário Soares desmarcou, 1985, janeiro 5.		X	1 e 16	N	N	MD1	-0,25	-0,42
Soares III	Comunicado sobre relações com Governo	Eanes não quer polémica, 1985, fevereiro 2.	X	1	MD2	-	MD2	0,25		
Soares III		Eanes responde a Soares, 1985, fevereiro 2.		X	1-2	MD2	-	MD1	-0,25	-0,25
Soares III	25 de Abril	Consolidação da democracia, 1985, abril 26.	X	1	N	N	N	0,00		
		Inverter o curso, 1985, abril 26.	X	3	N	N	N	0,00		
		Soares aplaude PR, 1985, abril 27.		X	4	N	N	0,00		
Soares III	Dia de Portugal	Informação e juventude, 1985, junho 11.	X	1	N	N	N	0,00		
Soares III		Oportunidade para reencontro, 1985, junho 11.	X	3	N	N	N	0,00		
Soares III	Dissolução da AR	Não recearei, 1985, julho 4.	X	1 e 4	N	N	N	0,00		
Cavaco I	Ano Novo	Estabilidade governativa, 1986, janeiro 2.	X	1-2	MF2	MF1	MF1	0,10		
Cavaco I	Comemoração da reeleição	Eanes faz balanço, 1986, janeiro 6.	X	3	N	N	N	0,00		

Tabela 4: Poderes informais: notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre intervenções do PR (Mário Soares I mandato)

Governo	Assunto	Artigo	DN	Exp.	Página	Título	Foto	Texto	Pontuação	Média
Cavaco I	Investidura	A maioria que me elegeu, 1986, março 10.	X		1	CF	N	CF	0,50	
		Considero a Assembleia, 1986, março 10.	X		3	N	N	CF	0,50	0,50
Cavaco I	25 de Abril	Estabilidade exige, 1986, abril 26.	X		1	N	N	N	0,00	
		Há condições para superar, 1986, abril 26.	X		3-4	MF2	N	MF2	0,10	0,05
Cavaco I	Dia de Portugal	Passado e presente, 1986, junho 11.	X		3	N	N	N	0,00	
		Fernandes, 1986, junho 13.		X	4	N	N	N	0,00	
Cavaco I	Presidência aberta - Guimarães	Mário Soares em Guimarães, 1986, junho 16.	X		1	N	MF2	MF2	0,10	
		Uma presidência aberta, 1986, junho 16.	X		3	MF2	-	MF2	0,10	0,10
		Matos, P., 1986, junho 17.	X		3-4	N	N	N	0,00	
		Carvalho, 1986, setembro 18.	X		2	N	N	N		
		Questões nacionais, 1986, setembro 19.	X		2	N	N	MF2	0,10	
		Soares fez do quinto dia, 1986, setembro 20.	X		2	N	-	N	0,00	
		Desenvolvimento tem de ser, 1986, setembro 21.	X		3	N	N	N	0,00	
		Soares defendeu mais apoio, 1986, setembro 22.	X		3	N	N	N	0,00	
		Soares no engraxador, 1986, setembro 23.	X		1	N	N	N	0,00	
		Soares preocupado, 1986, setembro 23.	X		2	MDF2	-	MDF2	-0,10	-0,05
		Reunião em Guimarães, 1986, setembro 24.	X		1	N	N	N	0,00	
		Apelamos ao Tribunal, 1986, setembro 24.	X		3	N	MDF2	MFF2	-0,10	-0,05
		Poder local transformou, 1986, setembro 25.	X		3	N	N	N	0,00	

		Visita de Soares terminou, 1986, setembro 26.	X	1	N	N	N	0,00	
		Regionalização é o motor, 1986, setembro 26.	X	3	N	-	N	0,00	
Cavaco I	Implantação da República	República moderna, 1986, outubro 6.	X	1	N	N	N	0,00	
		Verdadeira «República moderna». 1986, outubro 26.	X	3	N	N	N	0,00	
Cavaco I	Ano Novo	Soares deseja, 1987, janeiro 2.	X	1	N	N	MF2	0,10	
		Aperfeiçoar sistema, 1987, janeiro 2.	X	3	MF2	N	MF1	0,25	0,18
Cavaco I	Presidência aberta - Bragança	Bragança na rua, 1987, fevereiro 16.	X	1	N	N	N	0,00	
		População de Bragança, 1987, fevereiro 16.	X	3	N	N	N	0,00	
		Soares lança, 1987, fevereiro 17.	X	3	N	N	N	0,00	
		Almoço informal, 1987, fevereiro 18.	X	1	N	N	N	0,00	
		Sousa, 1987, fevereiro 18.	X	3	N	N	N	0,00	
		Sousa, 1987, fevereiro 19.	X	3	N	N	N	0,00	
		Caçada ao javali, 1987, fevereiro 20.	X	1	N	N	N	0,00	
		Sousa, 1987, fevereiro 20.	X	3	N	N	N	0,00	
		Queiroz, 1987, fevereiro 21.	X	5	N	N	N	0,00	
		Soares esteve em Miranda, 1987, fevereiro 21.	X	3	N	N	N	0,00	
		Soares em Freixo, 1987, fevereiro 22.	X	3	N	N	N	0,00	
		Sousa, 1987, fevereiro 23.	X	5	N	N	N	0,00	
		Soares em Vinhais, 1987, fevereiro 24.	X	1	N	N	N	0,00	
		Sousa, 1987, fevereiro 24.	X	3	N	N	MD2	-0,10	-0,05
		Sousa, 1987, fevereiro 25.	X	3	N	N	MF2	0,10	
		Despacho no Nordeste, 1987, fevereiro 26.	X	1	N	N	N	0,00	
		Sousa, 1987, fevereiro 26.	X	2	N	N	N	0,00	

		Sousa, 1987, fevereiro 27.	X	3	N	N	N	0,00	
		Queiroz, 1987a, fevereiro 28.		X	7	MD2	MD1	MD1	-0,25
		Queiroz, 1987b, fevereiro 28.		X	7	N	N	MF2	0,10
		Queiroz, 1987c, fevereiro 28.		X	7	N	MF1	MD2	0,00
Cavaco I	Entrevista do PR ao DN	Abreu, 1987, março 9.	X	1, 4-9	N	N	MF2	0,10	-0,05
	25 de Abril	Partidos levam crise, 1987, abril 26.	X	1	N	N	N	0,00	
		Temos de afastar, 1987, abril 26.	X	3	N	N	N	0,00	
Cavaco I	Dia de Portugal	Celebramos descobertas, 1987, junho 11.	X	3	N	N	N	0,00	
Cavaco II	Posse XI Governo	Soares e Cavaco prometem, 1987, agosto 18.	X	1	MF2	N	MF2	0,10	
		Governo contará, 1987, agosto 18.	X	3-4	MF1	N	MF1	0,25	0,18
Cavaco II	Implantação da República	Revisão constitucional, 1987, outubro 6.	X	1	N	N	N	0,00	
		Construção da «República moderna», 1987, outubro 6.	X	3	N	N	N	0,00	
Cavaco II	Presidência aberta – Beja	Soares defende Alentejo, 1987, outubro 27.	X	1	N	N	N	0,00	
		Santos, 1987, outubro 27.	X	3	N	N	N	0,00	
		Santos, 1987, outubro 28.	X	2	N	N	N	0,00	
		Santos, 1987, outubro 29.	X	5	N	N	N	0,00	
		Investimento de sete milhões, 1987, outubro 30.	X	1	N	N	N	0,00	
		Santos, 1987, outubro 30.	X	2	N	N	MF1	0,25	
		Santos, 1987, outubro 31.	X	2	N	N	MF2	0,10	
		Santos, 1987, novembro 1.	X	3	MF2	MF2	MF1	0,25	
		Camacho, 1987, novembro 2.	X	3	N	N	N	0,00	
		Camacho, 1987, novembro 3.	X	5	N	N	N	0,00	
		Camacho, 1987, novembro 4.	X	5	N	N	N	0,00	
		Camacho, 1987, novembro 5.	X	3	N	N	N	0,00	
		Camacho, 1987, novembro 6.	X	2	MD2	N	MD1	-0,25	
		Camacho, 1987, novembro 7.	X	2	N	N	N	0,00	

		Sem partidos, 1987, novembro 8.	X	4	N	N	N	0,00	
Cavaco II	Ano Novo	Mário Soares lança, 1988, janeiro 2.	X	1	N	N	MF2	0,10	
		Ao Presidente não compete, 1988, janeiro 2.	X	3	N	MF2	MF2	0,10	0,10
Cavaco II	Presidência aberta – Guarda	Rebelo, 1988, março 26.	X	5	N	-	N	0,00	
		Presidente ouve protestos, 1988, março 27.	X	1	MD2	-	MF2	0,00	
		Rebelo, 1988, março 27.	X	3	N	-	MF2	0,10	
		Presidência Aberta na Guarda, 1988, março 28.	X	1	N	N	N	0,00	
		Rebelo, 1988, março 28.	X	3	N	N	N	0,00	
		Soares «vestiu-se», 1988, março 29.	X	2	MD2	N	MD2	-0,10	
		Os jovens e o Presidente, 1988, março 30.	X	1	N	N	N	0,00	
		Rebelo, 1988, março 30.	X	2	N	N	N	0,00	
		Cavaco admite, 1988, março 31.	X	1	N	N	N	0,00	
		Rebelo, 1988, março 31.	X	3	N	N	MF1	0,25	0,13
		Soares lamenta, 1988, abril 1.	X	1	MD2	N	N	0,00	
		Rebelo, 1988, abril 1.	X	2	MD2	N	MD1	-0,25	-0,13
Cavaco II	25 de Abril	Desafio da República, 1988, abril 26.	X	1	N	N	N	0,00	
		Constituição deve estar, 1988, abril 26.	X	3	N	N	MF2	0,10	
		Comemorações do 25 de Abril, 1988, abril 30.	X	5	N	N	N	0,00	0,03
Cavaco II	Dia de Portugal	Soares reclama Prémio, 1988, junho 11.	X	1	N	N	N	0,00	
		Rebelo & Fonseca, 1988, junho 11.	X	3	N	N	MF2	0,10	0,05
Cavaco II	Presidência aberta – Douro	Soares inicia descida, 1988, julho 19.	X	1	N	N	N	0,00	
		Moutinho, 1988, julho 19.	X	3	N	N	N	0,00	
		Moutinho, 1988, julho 20.	X	2	N	N	N	0,00	
		Presidente da República saúda, 1988, julho 21.	X	1	N	N	N	0,00	
		Moutinho, 1988, julho 21.	X	2	N	N	N	0,00	

		Soares condena, 1988, julho 22.	X	1	MD1	-	MD1	-0,25	
		Moutinho, 1988, julho 22.	X	5	N	N	MD1	-0,25	-0,25
		Moutinho, 1988, julho 23.	X	2	N	N	N	0,00	
		Soares evoca Eça, 1988, julho 24.	X	1	N	N	N	0,00	
		Moutinho, 1988, julho 24.	X	5	N	N	N	0,00	
		Rio Douro fica, 1988, julho 25.	X	1	N	N	N	0,00	
		Moutinho, 1988, julho 25.	X	3	MF2	N	MF2	0,10	0,05
Cavaco II	Implantação da República	Assumir divergências, 1988, outubro 6.	X	3	N	N	N	0,00	
	Ano Novo	Presidente apela, 1989, janeiro 2.	X	1	N	-	N	0,00	
		Diversidade e pluralismo, 1989, janeiro 2.	X	3	N	N	MD2	-0,10	0,05
		«Enganam-se os que esperavam...», 1989, janeiro 7.	X	1 e 3	N	-	MD2	-0,10	-
Cavaco II	«Balanço do Século»	Mário Soares atribui, 1989, fevereiro 18.	X	3	N	N	N	0,00	
Cavaco II	Presidência aberta – Portalegre	Viegas, 1989, março 12.	X	3	N	N	N	0,00	
		Sacudir fatalismo, 1989, março 13.	X	1	N	-	N	0,00	
		Viegas, 1989, março 13.	X	3	N	-	N	0,00	
Cavaco II	Entrevista Rádio Renascença	Mário Soares insiste, 1989, março 13.	X	3	N	N	N	0,00	
Cavaco II	Presidência aberta – Portalegre	Lei eleitoral, 1989, março 14.	X	1	MD2	N	N	0,00	
		Viegas, 1989a, março 14.	X	3	N	N	MD2	-0,10	
		Viegas, 1989b, março 14.	X	3	N	-	N	0,00	-0,05
		Viegas, 1989, março 15.	X	2	MD2	N	MD2	-0,10	
		Soares «harmoniza» conflito, 1989, março 16.	X	1	MD2	N	MD2	-0,10	
		Viegas, 1989, março 16.	X	2	MD2	N	MD2	-0,10	-0,10
		Encontro semanal, 1989, março 17.	X	1	N	N	N	0,00	
		Difícil atingir a meta, 1989, março 17.	X	3	MD1	N	MD1	-0,25	-0,13
		Viegas, 1989, março 18.	X	5	N	N	N	0,00	
		Presidência deixa Portalegre, 1989, março	X	1	N	N	N	0,00	

		19.						
		Viegas, 1989, março 19.	X	3	N	N	N	0,00
Cavaco II	25 de Abril	Discurso tranquilo, 1898, abril 26.	X	1	N	N	N	0,00
		Soares apela à vivência, 1989, abril 26.	X	2 e 4	N	N	N	0,00
Cavaco II	Presidência aberta – Açores	Mascarenhas, 1989, maio 29.	X	3	N	N	MD2	-0,10
		Soares leva solidariedade, 1989, maio 30.	X	1	N	N	N	0,00
		Mascarenhas, 1989, maio 30.	X	3	N	N	N	0,00
		Mascarenhas, 1989, maio 31.	X	3	N	N	N	0,00
		Soares «enfrenta», 1989, junho 1.	X	1	N	N	N	0,00
		Mascarenhas, 1989, junho 1.	X	3	N	N	N	0,00
		Mascarenhas, 1989, junho 2.	X	3	N	N	N	0,00
		É imperdoável, 1989, junho 2.	X	3	N	N	N	0,00
		Focos de tensão, 1989, junho 3.	X	1	N	N	N	0,00
		Mascarenhas, 1989, junho 3.	X	3	N	N	N	0,00
		Gaspar, 1989, junho 3.	X	1 e 24	N	N	N	0,00
		Mascarenhas, 1989, junho 4.	X	7	N	N	N	0,00
		Mascarenhas, 1989, junho 5.	X	3	N	N	N	0,00
		Mascarenhas, 1989, junho 6.	X	2	N	N	N	0,00
		Soares prolonga, 1989, junho 7.	X	1	N	N	N	0,00
		Mascarenhas, 1989, junho 7.	X	2	N	N	N	0,00
		«Banho de multidão», 1989, junho 8.	X	1	N	N	N	0,00
		Mascarenhas, 1989, junho 8.	X	2	N	N	MD2	-0,10
		Soares «proíbe» assobios, 1989, junho 9.	X	1	MD2	N	MD2	-0,10
		Mascarenhas, 1989, junho 9.	X	3	MD2	N	MD2	-0,10
		Soares e Cavaco nos Açores, 1989, junho 10.	X	1	N	N	N	0,00
		Mascarenhas, 1989a, junho 10.	X	3	N	N	N	0,00
		Mascarenhas, 1989b, junho 10.	X	3	N	N	N	0,00
Cavaco II	Dia de Portugal	Diferença pela Cultura, 1989, junho 11.	X	1	N	N	N	0,00
		Mário Soares realça, 1989, junho 11.	X	1	N	N	N	0,00

Cavaco II	Fórum da CGTP contra o trabalho infantil	Trabalho infantil, 1989, setembro 21.	X	2	N	N	N	0,00	
Cavaco II	Implantação da República	Soares condena ostentação, 1989, outubro 6.	X	1	N	N	N	0,00	
		Soares condena humilhação, 1989, outubro 6.	X	3	N	N	MD2	-0,10	-0,05
Cavaco II	Ano Novo	O desafio da década, 1990, janeiro 2.	X	2	N	N	N	0,00	
Cavaco II	25 de Abril	Todos sentimos aproximar-se, 1990, abril 26.	X	1	N	N	N	0,00	
		Celebrar Abril, 1990, abril 26.	X	3	N	N	N	0,00	
Cavaco II	Dia de Portugal	Soares exorta, 1990, junho 11.	X	1	N	N	N	0,00	
		Presidente lança apelo, 1990, junho 11.	X	3	N	N	N	0,00	
Cavaco II	Presidência aberta – Coimbra	Viegas, 1990, junho 29.	X	2	N	N	N	0,00	
		Soares pede mais aproximação, 1990, junho 30.	X	1	N	N	N	0,00	
		Viegas, 1990, junho 30.	X	3	N	N	N	0,00	
		Viegas, 1990, julho 1.	X	3	N	N	MD2	-0,10	
		Viegas, 1990, julho 2.	X	3	N	N	N	0,00	
		Viegas, 1990, julho 3.	X	5	N	N	MD2	-0,10	
		Viegas, 1990, julho 4.	X	4	N	N	N	0,00	
		Viegas, 1990, julho 5.	X	3	N	N	N	0,00	
		Regionalização prudente, 1990. julho 6.	X	1	N	N	N	0,00	
		Viegas, 1990, julho 6.	X	2	N	N	N	0,00	
		Viegas, 1990, julho 7.	X	3	N	N	MD2	-0,10	
		Viegas, 1990, julho 8.	X	3	N	N	N	0,00	
Cavaco II	Implantação da República	Clima de pré-campanha, 1990 outubro 6.	X	3	N	N	N	0,00	
Cavaco II	Ano Novo	<u>PR não falou (campanha eleitoral)</u>	-	-	-	-	-	-	
Cavaco II	Comunicação sobre Guerra no Golfo	No futuro nada será, 1991, janeiro 18.	X	10	N	N	MF2	0,10	

Tabela 5: Poderes informais: notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre intervenções do PR (Mário Soares II mandato)

Governo	Assunto	Artigo	DN	Exp.	Página	Título	Foto	Texto	Pontuação	Média
Cavaco II	Investidura	Soares prevê cinco anos, 1991, março 10.	X		1	N	N	N	0,00	
		«Julgamento da história», 1991, março 10.	X		3	N	N	N	0,00	
		Soares deixa «recado», 1991, março 10.	X		3	N	N	N	0,00	
Cavaco II	25 de Abril	Soares propõe, 1991, abril 26.	X		3	N	N	N	0,00	
Cavaco II	Dia de Portugal	Presidente propõe, 1991, junho 11.	X		1	N	N	N	0,00	
		Mário Soares incita os portugueses, 1991, junho 11.	X		3	N	N	N	0,00	
Cavaco III	Posse do XII Governo	Soares e Cavaco na Ajuda, 1991, novembro 1.	X		1	N	N	N	0,00	
		Presidente lembra à maioria, 1991, novembro 1.	X		3	MD2	N	MD2	-0,10	
Cavaco III	Ano Novo	«Indiferentismo», 1992, janeiro 2.	X		20	MD2	N	MD2	-0,10	
Cavaco III	25 de Abril	Soares invoca certeza, 1992, abril 26.	X		3	N	N	N	0,00	
Cavaco III	Dia de Portugal	PR apela ao pluralismo, 1992, junho 11.	X		1	N	N	N	0,00	
		Presidente Soares fala, 1992, junho 11.	X		3	N	N	N	0,00	
Cavaco III	Mensagem ao País	Soares usou tempo, 1992, julho 15.	X		1	MD2	MD1	MD1	-0,25	
		Mário Soares repudia, 1992, julho 15.	X		3	MD2	MD1	CD	-0,50	-0,38
Cavaco III	Presidência aberta – Viana do Castelo	Carvalho, 1992, setembro 20.	X		24	N	N	N	0,00	
		Ferreira, 1992, setembro 20.	x		25	N	N	N	0,00	
		Carvalho, 1992, setembro 21.	X		22	N	N	N	0,00	
		Caminha anseia, 1992, setembro 21.	X		23	N	MD2	MD2	-0,10	-0,05
		Carvalho, 1992, setembro 22.	X		20	N	N	N	0,00	
		Mário Soares acolhe, 1992, setembro	X		1	N	N	N	0,00	

		23.							
		Carvalho, C., 1992, setembro 23.	X	22	N	N	MD2	-0,10	
		Carvalho, P., 1992, setembro 23.	X	23	N	N	N	0,00	-0,03
		Carvalho, 1992, setembro 24.	X	26	MD2	N	MD2	-0,10	
		Carvalho, 1992, setembro 25.	X	25	N	N	N	0,00	
		Carvalho, 1992a, setembro 26.	X	26	N	N	N	0,00	
		Carvalho, 1992b, setembro 26.	X	21	N	N	N	0,00	
		Carvalho, 1992, setembro 27.	X	20	N	N	N	0,00	
		Carvalho, 1992, setembro 28.	X	28	N	N	N	0,00	
		Carvalho, 1992, setembro 29.	X	23	N	N	N	0,00	
Cavaco III	Implantação da República	Soares opõe, 1992, outubro 6.	X	2	N	N	N	0,00	
Cavaco III	Ano Novo	Alertas para S. Bento, 1993, janeiro 2.	X	1	MD1	N	MD2	-0,10	
		Henriques, 1993, janeiro 2.	X	3	N	N	MD1	-0,25	-0,18
Cavaco III	Conferência “O estado da Justiça”	Azevedo, 1993, janeiro 30.	X	3	CD	CD	CD	-0,50	
Cavaco III	Presidência aberta – Lisboa	Rocha, 1993, janeiro 30.	X	3	N	N	N	0,00	
		As mil dores de cabeça, 1993, janeiro 30.	X	4	MD1	-	MD1	-0,25	-0,13
		Soares só quer saber, 1993, janeiro 31.	X	1	N	N	N	0,00	
		Rocha, 1993, janeiro 31.	X	4	N	N	N	0,00	
		Cotrim, 1993, janeiro 31.	X	4	N	N	N	0,00	
		Soares ataca, 1993, fevereiro 1.	X	1	N	N	N	0,00	
		Cotrim, 1993, fevereiro 1.	X	5	N	N	N	0,00	
		Rocha & Cotrim, 1993, fevereiro 1.	X	5	N	N	N	0,00	
		Rocha, 1993, fevereiro 2.	X	4	N	N	N	0,00	
		Cotrim, 1993, fevereiro 2.	X	5	N	N	MF1	0,25	
		Rocha, 1993, fevereiro 3.	X	6	N	N	MD2	-0,10	
		Baptista, 1993, fevereiro 4.	X	7	N	N	N	0,00	
		Rocha, 1993, fevereiro 5.	X	5	N	N	MD2	-0,10	
		Presidência aberta desencadeia, 1993,	X	1	MD1	N	MD1	-0,25	

		fevereiro 6.							
		Saraiva, 1993, fevereiro 6.	X	A5	MD2	N	MD2	-0,10	-0,18
		Rocha, 1993, fevereiro 6.	X	3	N	N	MD2	-0,10	
		Rocha, 1993, fevereiro 7.	X	6	N	MD2	M2	-0,10	
		PS contra Soares, 1993, fevereiro 8.	X	1	N	N	N	0,00	
		Oliveira, 1993, fevereiro 8.	X	5	N	N	N	0,00	
		Rocha, 1993, fevereiro 8.	X	6	N	N	MF2	0,10	0,03
		Soares antecipa decisão, 1993, fevereiro 9.	X	1	N	N	N	0,00	
		Rocha, 1993, fevereiro 9.	X	6	N	N	N	0,00	
		Rocha, 1993, fevereiro 10.	X	4	MD1	N	MD1	-0,25	
		Rocha, 1993, fevereiro 11.	X	8	N	N	MD2	-0,10	
		Rocha, 1993, fevereiro 12.	X	5	N	N	N	0,00	
		Saraiva, 1993, fevereiro 13.	X	A5	MD1	MD2	MD1	-0,25	
		Rocha, 1993, fevereiro 13.	X	5	N	N	MD2	-0,10	
		Rocha, 1993, fevereiro 14.	X	4	N	N	N	0,00	
		Soares ao Governo, 1993, fevereiro 15.	X	1	MD1	MD1	MD1	-0,25	
		Rocha, 1993, fevereiro 15.	X	4	MD2	N	MD2	-0,10	
		Temas que preocupam, 1993, fevereiro 15.	X	5	N	N	MD1	-0,25	-0,20
Cavaco III	25 de Abril	Soares quer mais diálogo, 1993, abril 26.	X	1	N	N	N	0,00	
		Apelo ao diálogo, 1993, abril 26.	X	3	N	N	N	0,00	
Cavaco III	Prefácio de <i>Intervenções 7</i>	«O Governo não deve...», 1993, maio 22.	X	A24	CD	CD	CD	-0,50	
Cavaco III	10.º Aniversário do Tribunal Constitucional	Henriques, 1993, junho 2.	X	3	MD2	N	MD1	-0,25	
Cavaco III	Dia de Portugal	Rocha, 1993, junho 11.	X	3	N	N	MD2	-0,10	
Cavaco III	Conferência “Portugal, a Europa e o Mundo”	Figueiredo, 1993, outubro 9.	X	A4	D	MD1	CD	-0,50	

Cavaco III	Ano Novo	Sucesso artificial, 1994, janeiro 2.	X	5	MD1	MD1	MD1	-0,25	
Cavaco III	Colóquio “Os Direitos dos Trabalhadores”	Presidente quer, 1994, janeiro 22.	X	16	MD2	MD2	MD2	-0,10	
Cavaco III	Presidência aberta – Ambiente	«Presidência vai ser...», 1994, abril 4.	X	1	N	N	N	0,00	
		Soares, 1994, abril 4.	X	43	N	N	N	0,00	
		Governo e autarquias, 1994, abril 5.	X	1	N	N	N	0,00	
		Fonseca & Henriques, 1994, abril 5.	X	6	N	N	N	0,00	
		Fonseca, 1994, abril 6.	X	6	N	N	N	0,00	
		Fonseca & Henriques, 1994, abril 6.	X	7	N	N	N	0,00	
		Soares sobrevoa caos, 1994, abril 7.	X	1	N	N	N	0,00	
		Fonseca & Henriques, 1994a, abril 7.	X	6	N	N	MF2	0,10	
		Fonseca & Henriques, 1994b, abril 7.	X	7	N	N	N	0,00	0.03
		Fonseca & Henriques, 1994a, abril 8.	X	6	N	N	N	0,00	
		Fonseca & Henriques, 1994b, abril 8.	X	7	N	N	N	0,00	
		Fonseca & Henriques, 1994, abril 9.	X	10	N	N	N	0,00	
		Saraiva, 1994, abril 9.	X	4	N	N	N	0,00	
		Carvalho, 1994, abril 9.	X	4	N	N	N	0,00	
		Fonseca & Henriques, 1994, abril 10.	X	8	N	N	N	0,00	
		Crise e serra queimada, 1994, abril 10.	X	9	MD2	MD2	MD2	-0,10	-0,05
		Fonseca & Henriques, 1994, abril 11.	X	6	N	N	N	0,00	
		Fonseca & Henriques, 1994, abril 12.	X	6	MD1	N	MD1	-0,25	
		Bernardes, 1994, abril 12.	X	7	N	N	N	0,00	-0,13
		Fonseca & Henriques, 1994a, abril 13.	X	8	MD2	N	MD2	-0,10	
		Fonseca & Henriques, 1994b, abril 13	X	9	N	N	N	0,00	-0,05
		Fonseca & Henriques, 1994, abril 14.	X	6	N	N	N	0,00	
		Mário Soares reabre, 1994, abril 15.	X	1	N	N	N	0,00	
		Fonseca & Henriques, 1994, abril 15.	X	6	N	N	N	0,00	
		Fonseca & Henriques, 1994a, abril 16.	X	8	N	N	N	0,00	
		Fonseca & Henriques, 1994b, abril 16.	X	8	N	N	N	0,00	
		Saraiva, 1994, abril 16.	X	2	N	N	N	0,00	

		Da vergonha das celulosas, 1994, abril 16.	X	2	N	N	N	0,00	
		Fonseca & Henriques, 1994, abril 17.	X	7	MD2	N	MD2	-0,10	
		Rio turvo, 1994, abril 17.	X	8	MD2	N	MD2	-0,10	-0,10
		«Lote a lote...», 1994, abril 18.	X	6	MD2	N	MD2	-0,10	
		Fonseca, 1994, abril 18.	X	7	N	N	N	0,00	-0,05
		Henriques, 1994, abril 19.	X	6	N	N	N	0,00	
		Henriques, 1994, abril 20.	X	6	N	N	N	0,00	
		Henriques, 1994, abril 21.	X	7	N	N	N	0,00	
		Fonseca, 1994, abril 22.	X	6	N	N	MF1	0,25	
		Fonseca & Henriques, 1994, abril 22.	X	7	N	N	N	0,00	0,13
		Saraiva, 1994, abril 23.	X	2	N	N	MF2	0,10	
		Despertar para o ambiente, 1994, abril 23.	X	1	N	N	N	0,00	
		Soares, 1994, abril 23.	X	2	N	N	N	0,00	0,03
Cavaco III	25 de Abril	Sá, 1994, abril 26.	X	5	MD2	N	MD2	-0,10	
Cavaco III	Congresso “Portugal: que futuro?”	Raimundo, 1994, maio 7.	X	3	MD1	MD1	MD1	-0,25	
		Estado da Nação, 1994, maio 9.	X	1	MD1	MD2	MD1	-0,25	
		«Mensageiro das más notícias», 1995, maio 9.	X	3	MD1	N	CD	-0,50	
		Rocha, 1994, maio 11.	X	5	N	N	MD2	-0,10	
		Críticas para todos, 1994, maio 11.	X	5	MD1	N	MD1	-0,25	
		Raimundo, 1994, maio 14.	X	2	N	MD2	MD2	-0,10	
Cavaco III	Dia de Portugal	Rebelo, 1994, junho 11.	X	7	N	N	N	0,00	
Cavaco III	Colóquio sobre “O Estado de Direito”	Barbosa, 1994, setembro 24.	X	7	MD1	MD1	MD1	-0,25	
Cavaco III	Entrevista à RTP	Talvez fosse mais útil, 1994, setembro 28.	X	1	MD1	N	CD	-0,50	
		«É útil que a AR discuta...», 1994,	X	36	MD2	N	CD	-0,50	0,50

		setembro 28.							
Cavaco III	Implantação da República	Henriques, 1994, outubro 6.	X	5	N	N	N	0,00	
Cavaco III	Ano Novo	Continuo a ser, 1995, janeiro 2.	X	1	MD2	N	MD2	-0,10	
		Henriques, 1995, janeiro 2.	X	5	MD2	N	MD2	-0,10	
Cavaco III	Comunicação sobre recusa de nomear vice-PM	Henriques, 1995, março 3.	X	5	MD1	MD1	MD1	-0,25	
Cavaco III	Declaração sobre Foz Côa	«Obras devem parar», 1995, abril 22.		X	1	MD2	N	MD2	-0,10
Cavaco III	25 de Abril	Soares: Perigo espreita, 1995, abril 26.	X	1	N	N	N	0,00	
		Henriques, 1995, abril 26.	X	2	N	N	N	0,00	
Cavaco III	Dia de Portugal	Carvalho, 1995, junho 11.	X	2	MD2	N	MD2	-0,10	
Cavaco III	Implantação da República	Sá, 1995, outubro 6.	X	6	N	N	N	0,00	
Guterres I	Posse do XIII Governo	Fonseca, 1995, outubro 29.	X	2	MF1	N	MF1	0,25	
Guterres I	Ano Novo	Basta de política, 1996, janeiro 2.	X	1	N	N	N	0,00	
		Rocha, 1996, janeiro 2.	X	7	F	N	CF	0,50	0,25

Tabela 6: Poderes informais: notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre intervenções do PR (Jorge Sampaio I mandato)

Governo	Assunto	Artigo	DN	Exp.	Página	Título	Foto	Texto	Pontuação	Média
Guterres I	Investidura	Um novo ciclo, 1996, março 10.	X		1	N	N	N	0,00	
		Sá, 1996, março 10.	X		2	N	N	N	0,00	
		Monteiro, 1996, março 16.		X	7	N	N	N	0,00	
Guterres I	Deslocação a distritos de Évora, Leiria, Coimbra, Porto e Vila Real	Henriques, 1996, abril 21.	X		15	N	N	N	0,00	
		Henriques, 1996, abril 22.	X		22	MF2	MF2	MF2	0,10	
		Sampaio no Norte, 1996, abril 24.	X		1	N	N	N	0,00	
		Henriques, 1996, abril 24.	X		7	N	N	N	0,00	
		Henriques, 1996, abril 25.	X		9	MF2	N	MF2	0,10	
		Raimundo, 1996, abril 27.		X	9	N	N	N	0,00	
Guterres I	25 de Abril	Sá, 1996, abril 26.	X		7	N	N	N	0,00	
Guterres I	Dia de Portugal	Vinagre, Oliveira & Grade, 1996,	X		13	N	N	N	0,00	

		junho 11.							
Guterres I	Visita ao distrito de Faro	Presidência aberta começa, 1996, junho 11.	X	11	N	N	N	0,00	
		Oliveira & Grade, 1996, junho 13.	X	12	N	N	N	0,00	
		Vinagre, 1996, junho 13.	X	12	N	N	N	0,00	
		Vinagre, Oliveira & Grade, 1996, junho 14.	X	14	N	N	N	0,00	
		Oliveira, 1996, junho 15.	X	15	N	N	MD2	-0,10	
		Branco, 1996, junho 15.	X	9	N	N	N	0,00	
		Oliveira, 1996, junho 16.	X	13	N	N	MD2	-0,10	
Guterres I	Implantação da República	«Valores essenciais», 1996, outubro 6.	X	10	N	N	N	0,00	
Guterres I	Visita a municípios do Norte	Carvalho, 1996, outubro 25.	X	5	MF2	N	MF2	0,10	
		Carvalho, 1996, outubro 26.	X	8	N	N	N	0,00	
		Fiel, 1996, outubro 26.	X	3	N	N	N	0,00	
		Descentralização, 1996, outubro 27.	X	7	N	DF1	MF1	0,25	
Guterres I	Visita ao distrito do Porto	Massada, 1996, novembro 9.	X	8	N	N	N	0,00	
		Massada, 1996, novembro 23.	X	3	N	N	N	0,00	
		Raimundo, 1996, novembro 30.	X	6	MD1	-	MD1	-0,25	
Guterres I	Ano Novo	PR optimista, 1997, janeiro 2.	X	4	MF1	MF1	MF1	0,25	
Guterres I	Jornada Inovação e Competitividade	Dores, 1997, fevereiro 4.	X	5	N	N	N	0,00	
		Fonseca, 1997, fevereiro 5.	X	6	N	N	N	0,00	
		Mangas, 1997, fevereiro 6.	X	4	MF2	-	N	0,00	
		Carvalho, 1997, fevereiro 7.	X	5	N	N	N	0,00	
Guterres I	25 de Abril	Jorge Sampaio teve ovação, 1997, abril 26.	X	1	MD1	N	MD1	-0,25	
		Correia, 1997, abril 26.	X	6	MD2	MD2	MD2	-0,10	-0,18
Guterres I	Jornada da Interioridade	Mangas, 1997, junho 8.	X	8	MF1	N	CF	0,50	
		No interior, 1997, junho 9.	X	6	N	N	N	0,00	

		Mendes & Lima, 1997, junho 10.	X	4	N	N	N	0,00	
		Sampaio prossegue, 1997, junho 12.	X	5	N	N	MD1	-0,10	
		Fonseca, 1997, junho 13.	X	6	CF	N	CF	0,50	
		Fonseca, 1997, junho 14.	X	7	N	N	MF1	0,25	
		PAC une Belém, 1997, junho 15.	X	10	MF1	N	MF1	0,25	
		Interior ainda está, 1997, junho 16.	X	5	N	N	N	0,00	
Guterres I	Seminário sobre Droga	Raimundo, 1997, junho 13.		X	3	N	N	N	0,00
Guterres I	Dia de Portugal	Sampaio quer patriotismo, 1997, junho 11.	X	3	N	N	N	0,00	
Guterres I	Proclamação da República	Simas, 1997, outubro 6.	X	7	N	N	N	0,00	
	Ano Novo	Jorge Sampaio exige, 1998, janeiro 2.	X	1	N	N	MD2	-0,10	
		Rocha, 1998, janeiro 2.	X	4	N	N	N	0,00	-0,05
Guterres I	Semana da Educação	Lima, 1998, janeiro 17.		X	10	N	N	N	0,00
		Sampaio afirma, 1998, janeiro 19.	X	1	MD1	-	MD1	-0,25	
		Margarido, 1998, janeiro 19.	X	20	MD1	MD2	MD2	-0,10	-0,18
		Margarido, 1998, janeiro 20.	X	18	N	N	N	0,00	
		Margarido, 1998a, janeiro 21.	X	20	N	N	N	0,00	
		Margarido, 1998b, janeiro 21.	X	20	N	N	N	0,00	
		Margarido, 1998c, janeiro 21.	X	20	N	N	N	0,00	
		Margarido, 1998, janeiro 22.	X	18	N	N	N	0,00	
		Margarido, 1998a, janeiro 23.	X	18	N	N	N	0,00	
		Margarido, 1998b, janeiro 23.	X	18	N	N	N	0,00	
		Margarido, 1998, janeiro 24.	X	24	N	N	MD2	-0,10	
		Sampaio contra, 1998, janeiro 25.	X	1	N	N	N	0,00	
		Melo & Margarido, 1998, janeiro 25.	X	20	N	N	MD2	-0,10	
		Melo, 1998, janeiro 25.	X	20	MD2	-	MD2	-0,10	

		Margarido, 1998, janeiro 25.	X	21	MD2	N	MD1	-0,25	-0,11
Guterres I	Visita à Madeira	Bernardes, 1998, março 21.	X	13	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 1998, março 22.	X	8	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 1998, março 23.	X	10	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 1998, março 24.	X	6	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 1998, março 25.	X	10	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 1998a, março 26.	X	9	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 1998b, março 26.	X	9	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 1998, março 27.	X	7	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 1998, março 28.	X	15	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 1998, março 29,	X	9	N	N	N	0,00	
Guterres I	Dia de Portugal	Referendos sim, 1998, junho 11.	X	1	N	N	N	0,00	
		Simas, 1998, junho 11.	X	4	MF1	MF1	MF1	0,25	0,13
Guterres I	Visita ao Baixo Alentejo	Simas, 1998, setembro 21.	X	5	MD1	N	MD2	-0,10	
		Simas, 1998, setembro 22.	X	5	N	N	N	0,00	
		Simas, 1998, setembro 23.	X	5	N	N	N	0,00	
		Simas, 1998, setembro 24.	X	6	N	N	N	0,00	
Guterres I	Proclamação da República	«É preciso voltar...», 1998, outubro 6.	X	1	N	N	N	0,00	
		Simas, 1998, outubro 6.	X	4	N	N	MD2	-0,10	-0,05
Guterres I	Visita a Projetos de Luta contra a Pobreza	Melo, 1998, dezembro 18.	X	25	N	N	N	0,00	
		Madaíl, 1998, dezembro 19.	X	27	N	N	N	0,00	
		Madaíl, 1998, dezembro 20.	X	28	N	N	N	0,00	
Guterres I	Ano Novo	Rocha, 1999, janeiro 2.	X	4	MF1	N	MF1	0,25	
Guterres I	Comunicação sobre Justiça	Sampaio põe juízes, 1999, março 29.	X	1	N	N	N	0,00	
		Fonseca, 1999, março 29.	X	4	MF2	-	MF2	0,10	0,05
Guterres I	25 de Abril	Correia, 1999, abril 26.	X	5	MD2	MD2	MD2	-0,10	
Guterres I	Dia de Portugal	Teixeira, 1999, junho 11.	X	11	N	N	N	0,00	

Guterres I	Semana das Cidades	Fonseca, 1999, junho 25.	X	32	N	N	N	0,00
		Fonseca, 1999, junho 26.	X	32	N	N	N	0,00
		Fonseca, 1999, junho 27.	X	36	N	N	N	0,00
		Carmo, 1999, junho 28.	X	37	N	N	N	0,00
		Sampaio defende, 1999, junho 29.	X	27	N	N	N	0,00
Guterres I	Visita aos Açores	Rodeia, 1999, julho 12.	X	8	N	N	N	0,00
		Rodeia, 1999, julho 13.	X	4	N	N	N	0,00
		Sampaio no Corvo, 1999, julho 15.	X	1	N	N	N	0,00
		Rodeia, 1999, julho 15.	X	5	N	N	N	0,00
		Rodeia, 1999, julho 16.	X	5	N	N	N	0,00
		Rodeia, 1999, julho 17.	X	5	N	N	N	0,00
		Cabral, 1999, julho 17.	X	8	N	N	N	0,00
		Rodeia, 1999, julho 18.	X	8	N	N	N	0,00
		Rodeia, 1999, julho 19.	X	5	N	N	N	0,00
		Rodeia, 1999, julho 20.	X	5	N	N	N	0,00
		Rodeia, 1999, julho 22.	X	6	N	N	N	0,00
		Rodeia, 1999, julho 23.	X	5	N	N	N	0,00
		Rodeia, 1999, julho 24.	X	8	N	N	N	0,00
		Cabral, 1999, julho 24.	X	10	N	N	N	0,00
		Rodeia, 1999, julho 25.	X	8	N	N	N	0,00
		Cepeda, 1999, outubro 21.	X	9	N	N	N	0,00
		Cepeda, 1999, outubro 22.	X	7	N	N	N	0,00
		Cepeda, 1999, outubro 23.	X	8	N	N	N	0,00
Guterres I	Visita ao distrito de Bragança	Fiel, 1999, outubro 23.	X	7	N	N	N	0,00
		Cepeda, 1999, outubro 24.	X	9	N	N	N	0,00
		Rocha, 1999, outubro 26.	X	6	MF1	N	MF1	0,25
		Azevedo, 1999, novembro 20.	X	5	N	N	N	0,00
		Figueiredo, 1999, novembro 27.	X	5	MD1	MD1	MD1	-0,25

		Sampaio assiste, 1999, novembro 27.	X	5	N	N	N	0,00	-0,13
		Jorge Sampaio defende, 1999, novembro 28.	X	1	N	N	N	0,00	
		Madaíl, 1999, novembro 28.	X	5	N	N	N	0,00	
		Jorge Sampaio marca, 1999, novembro 29.	X	1	MD1	N	MD1	-0,25	
		Fonseca, 1999, novembro 29.	X	6	MD1	N	MD1	-0,25	-0,25
		Silva, 1999a, novembro 30.	X	5	MD1	N	MD1	-0,25	
		Silva, 1999b, novembro 30.	X	5	MD1	MD1	MD1	-0,25	-0,25
		Inácio, 1999, dezembro 1.	X	5	MD1	N	MD1	-0,25	
Guterres II	Ano Novo	Jorge Sampaio apela, 2000, janeiro 2.	X	1	N	N	N	0,00	
		PR apela, 2000, janeiro 2.	X	5	N	N	N	0,00	
Guterres II	Visita aos distritos de Lisboa e Leiria	Figueira, 2000, março 16.	X	7	N	N	N	0,00	
		Figueira, 2000, março 18.	X	30	N	N	N	0,00	
		Figueira, 2000, março 19.	X	8	N	N	N	0,00	
		Figueira, 2000, março 20.	X	6	N	N	N	0,00	
		Romão, 2000, março 21.	X	4	N	N	N	0,00	
		Figueira, 2000, março 22.	X	5	N	N	N	0,00	
		Figueira, 2000, março 23.	X	11	MD2	N	MD2	-0,10	
Guterres II	Jornadas da Floresta	Pinto & Cruz, 2000, abril 4.	X	6	N	N	N	0,00	
		Fonseca, 2000, abril 5.	X	7	N	N	N	0,00	
		Fonseca & Lima, 2000, abril 6.	X	5	N	N	N	0,00	
		Fonseca, 2000, abril 7.	X	7	N	N	N	0,00	
Guterres II	25 de Abril	Sampaio pede reformas, 2000, abril 26.	X	1	MD1	N	-	-0,25	
		Correia, 2000, abril 26.	X	4	CD	MD1	CD	-0,50	-0,38
Guterres II	Visita ao Vale do Ave	Mendes, 2000, maio 24.	X	6	N	N	N	0,00	
		Ferreira, 2000, maio 25.	X	5	N	N	N	0,00	

		Ferreira, 2000, maio 26.	X	10	N	N	N	0,00	
		Ferreira, 2000, maio 27.	X	7	N	N	N	0,00	
		Cardoso, 2000, maio 27.	X	10	N	N	N	0,00	
		Ferreira, 2000, maio 28.	X	10	N	N	N	0,00	
Guterres II	Dia de Portugal	Jorge Sampaio ataca, 2000, junho 11.	X	1	N	N	N	0,00	
		Fonseca, 2000, junho 11.	X	6	N	N	N	0,00	
Guterres II	Visita à Área Metropolitana de Lisboa	Ferro, 2000, julho 4.	X	33	N	N	N	0,00	
		Ferro, 2000, julho 5.	X	30	N	N	MD2	-0,10	
		Ferro, 2000, julho 6.	X	28	N	N	N	0,00	
		Sampaio diz, 2000, julho 6.	X	28	N	N	N	0,00	
		Ferro, 2000, julho 7.	X	28	MD2	N	MD2	-0,10	
		Montijo deve aprender, 2000, julho 7.	X	28	N	N	N	0,00	-0,05
		Ferro, 2000, julho 8.	X	32	MD2	N	MD2	-0,10	
		Rainho, 2000, julho 8.	X	9	N	N	MD2	-0,10	-0,10
Guterres II	Proclamação da República	Sá, 2000, outubro 6.	X	4	N	N	N	0,00	
Guterres II	Abertura do Ano Judicial	Sanchez, 2001, fevereiro 9.	X	18	N	N	N	0,00	

Tabela 7: Poderes informais: notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre intervenções do PR (Jorge Sampaio II mandato)

Governo	Assunto	Artigo	DN	Exp.	Página	Título	Foto	Texto	Pontuação	Média
Guterres II	Investidura	Jorge Sampaio promete, 2001, março 10.	X		1	MD2	-	MD2	-0,10	
		Henriques, 2001, março 10.	X		10	MD2	N	MD2	-0,10	-0,10
		Sampaio pressiona, 2001, março 10.		X	31	MD2	N	MD2	-0,10	
		Raimundo, 2001, março 10.		X	3	MD1	N	MD1	-0,25	-0,18
Guterres II	Painel sobre a SIDA	Henriques, 2001, março 14.	X		7	N	N	N	0,00	
		Figueiredo, 2001, março 15.	X		4	MD2	N	MD2	-0,10	
Guterres II	25 de Abril	Correia, 2001, abril 26.	X		4	N	N	N	0,00	

		Oliveira, 2001, abril 28.	X	10	N	N	N	0,00	
Guterres II	Dia de Portugal	Mendes, 2001, junho 11.	X	8	MD2	N	MD2	-0,10	
Guterres II	Artigo no DN sobre saúde	Sampaio, 2001, junho 11.	X	8	N	N	MD2	-0,10	
Guterres II	Deslocação ao distrito de Viana do Castelo	Henriques, 2001a, junho 13.	X	8	N	N	N	0,00	
		Henriques, 2001b, junho 13.		8	N	N	MF2	0,10	0,05
		Jorge Sampaio elogiou, 2001, junho 14.	X	1	N	N	N	0,00	
		Henriques, 2001, junho 14.	X	6	N	N	N	0,00	
		Henriques, 2001, junho 15.	X	6	N	N	MD2	-0,10	
		Henriques, 2001a, junho 16.	X	6	N	N	N	0,00	
		Henriques, 2001b, junho 16.	X	6	MD1	MD1	MD1	-0,25	-0,13
		Sampaio prefere, 2001, junho 17.	X	1	N	N	N	0,00	
		Henriques, 2001, junho 17.	X	10	MD1	N	MD1	-0,25	-0,13
Guterres II	Implantação da República	Sá, 2001, outubro 6.	X	18	N	N	N	0,00	
Guterres II	Ano Novo	Sampaio e cardeal alertam, 2002, janeiro 2.	X	1	N	N	N	0,00	
		Henriques, 2002, janeiro 2.	X	8	N	N	N	0,00	
Guterres II	Abertura do ano judicial	Cepeda, 2002, janeiro 25.	X	19	N	N	N	0,00	
Guterres II	Visita ao Médio Tejo	Figueira, 2002, fevereiro 22.	X	35	N	N	N	0,00	
		Figueira, 2002, fevereiro 23.	X	29	N	N	N	0,00	
Barroso	Posse do XV Governo	Simões, 2002, abril 7.	X	11	N	N	N	0,00	
Barroso	25 de Abril	Reforma do sistema, 2002, abril 26.	X	1	N	N	N	0,00	
		Silva & Correia, 2002, abril 26.	X	5	MF2	N	MD2	0,00	
		Rainho, 2002, abril 27.	X	3	MD2	N	MD2	-0,10	
Barroso	Dia de Portugal	Henriques, 2002, junho 11.	X	14	MD1	N	MD1	-0,25	
Barroso	Visita ao distrito de Beja	Henriques, 2002, junho 12.	X	15	N	MD2	MD2	-0,10	
		Henriques, 2002, junho 13.	X	14	N	N	N	0,00	
		Henriques, 2002, junho 14.	X	17	MF1	N	CF	0,50	
		Henriques & Cepeda, 2002, junho	X	16	N	N	MF1	0,25	

		15.						
		Frota, 2002, junho 15.	X	12	MF1	N	CF	0,50
		Henriques, 2002, junho 16.	X	22	N	N	MF1	0,25
		Henriques, 2002a, junho 17.	X	7	N	-	MD2	-0,10
		Henriques, 2002b, junho 17.	X	7	MF1	-	MF1	0,25
Barroso	Entrevista à SIC	Sampaio não é neutral, 2002, julho 20.	X	32	N	N	N	0,00
		Sampaio nem quer falar, 2002, julho 27.	X	1	N	N	N	0,00
		Silva, 2002, julho 27.	X	6-7	N	N	N	0,00
Barroso	Implantação da República	Silva, 2002, outubro 5.	X	11	MD1	N	MD1	-0,25
		República, 2002, outubro 6.	X	1	N	N	MD1	-0,25
		Cepeda, 2002, outubro 6.	X	6	MD1	MD1	MD1	-0,25
Barroso	Visita ao distrito da Guarda	Fernandes, 2002, outubro 26.	X	7	N	N	N	0,00
		Fernandes, 2002, outubro 27.	X	9	N	N	MF2	0,10
		Fernandes, 2002, outubro 28.	X	7	N	N	N	0,00
		Fernandes, 2002, outubro 29.	X	7	MD2	N	MD2	-0,10
		Fernandes, 2002, outubro 30.	X	6	N	N	N	0,00
		Fernandes, 2002, outubro 31.	X	5	N	N	N	0,00
		Fernandes, 2002, novembro 1.	X	8	N	N	N	0,00
		Marinho, 2002, novembro 1.	X	10	N	N	N	0,00
		Fernandes, 2002, novembro 2.	X	6	N	N	N	0,00
		Presidente intercede, 2002, novembro 2.	X	6	N	N	N	0,00
		Fernandes, 2002, novembro 3.	X	6	N	N	N	0,00
		Fernandes, 2002, novembro 4.	X	5	N	N	N	0,00
Barroso	Ano Novo	Henriques, 2003, janeiro 2.	X	16	MD2	N	MD2	-0,10
Barroso	Artigo no Expresso sobre funções do Estado e regulação	Sampaio, 2003, janeiro 11.	X	22	N	N	N	0,00
Barroso	Abertura do ano judicial	Lima, 2003, janeiro 22.	X	19	N	N	MD2	-0,10

Barroso	Iniciativa “Comunidades Estrangeiras e Minorias...”	Abrunhosa, 2003, janeiro 25.	X	7	MD2	MD1	MD1	-0,25	
		Francisco, 2003, março 10.	X	14	N	N	N	0,00	
		Francisco, 2003, março 11.	X	13	N	N	N	0,00	
		Francisco, 2003, março 12.	X	14	N	N	N	0,00	
		Mangas, 2003, março 13.	X	14	N	N	MD2	-0,10	
		Francisco, 2003, março 14.	X	15	N	N	N	0,00	
Barroso	Jornada da Inovação	No Vale da Amoreira, 2003, março 15.	X	4	N	N	N	0,00	
		Francisco, 2003, março 16.	X	22	N	N	N	0,00	
		Sampaio combate, 2003, abril 12.	X	1 e 32	MF2	N	MF2	0,10	
		Henriques, 2003, abril 21.	X	12	MF1	MF1	MF1	0,25	
		Silva, 2003, abril 22.	X	12	MF2	N	MF2	0,10	
		Cunha & Romão, 2003, abril 23.	X	14	MF2	MF2	MF2	0,10	
Barroso	25 de Abril	Dores, 2003, abril 24.	X	14	MF2	N	MF2	0,10	
		Marques, 2003, abril 25.	X	16	MF2	N	MF2	0,10	
		A festa e o alerta, 2003, abril 26.	X	1	N	N	MD1	-0,25	
		Silva, 2003, abril 26.	X	14	MD1	N	CD	-0,50	-0,38
		Figueiredo, 2003, maio 3.	X	16	CD	CD	CD	-0,50	
		Nas Selvagens, 2003, abril 29.	X	1	N	N	N	0,00	
Barroso	Visita às Selvagens	Bernardes, 2003, abril 29.	X	14	N	N	N	0,00	
		Fonseca, 2003, maio 24.	X	22	N	N	N	0,00	
		Fonseca, 2003, maio 25.	X	25	N	N	N	0,00	
		Fonseca, 2003, maio 26.	X	15	N	N	N	0,00	
		Fonseca, 2003, maio 28.	X	13	MD2	N	MD2	-0,10	
		Fonseca, 2003, maio 30.	X	21	MD2	N	MD2	-0,10	
Barroso	Dia de Portugal	Fonseca, 2003, maio 31.	X	21	N	N	N	0,00	
		Orgulho nacional, 2003, junho 11.	X	1	MF2	MF2	MF2	0,10	
		Rodeia, 2003, junho 11.	X	12	MF2	MF2	MF2	0,10	0,10
		Sampaio pede respeito, 2003, junho	X	10	N	-	MF2	0,10	

		14.							
Barroso	Visita aos Açores	Rodeia, 2003, junho 13.	X	16	N	N	N	0,00	
		Rodeia, 2003, junho 14.	X	12	MD2	N	MD2	-0,10	
		Maestro, 2003, junho 15.	X	1	N	N	N	0,00	
		Rodeia, 2003, junho 15.	X	18	N	N	N	0,00	
		Rodeia, 2003, junho 16.	X	16	N	N	N	0,00	
Barroso	Implantação da República	Sá, 2003, outubro 6.	X	14	N	N	N	0,00	
Barroso	Entrevista ao <i>Público</i>	Silva, 2003, novembro 1.		X	11	MD1	N	CD	-0,50
Barroso	Ano Novo	Sampaio exige, 2004, janeiro 2.	X	1	MD1	-	MD1	-0,25	
		Henriques, 2004, janeiro 2.	X	2	MD1	N	MD1	-0,25	-0,25
Barroso	Abertura do ano judicial	Abertura do ano, 2004, janeiro 20	X	1	N	N	N	0,00	
		Correia, 2004, janeiro 20.	X	2	N	N	N	0,00	
Barroso	Visita à Região Centro	Carmo, 2004, janeiro 21.	X	6	N	N	N	0,00	
		Carmo, 2004, janeiro 22.	X	6	N	N	N	0,00	
		Carmo, 2004, janeiro 23.	X	6	N	N	N	0,00	
Barroso	Jornadas sobre o Ambiente	Francisco, 2004, janeiro 28.	X	6	N	N	N	0,00	
		Tomás, 2004, janeiro 31.		X	15	N	N	N	0,00
		Romão, 204, fevereiro 10.	X	6	MF2	MD2	MF2	0,10	
		Romão, 204, fevereiro 11.	X	7	N	N	N	0,00	
		Romão, 204, fevereiro 12.	X	4	N	N	N	0,00	
		PR: Ambiente é essencial, 2004, abril 15.	X	1	N	N	N	0,00	
		Carvalho, 2004, abril 15.	X	6	N	N	N	0,00	
		Carvalho, 2004a, abril 16.	X	9	N	N	N	0,00	
		Carvalho, 2004b, abril 16.	X	11	N	N	N	0,00	
		Tomás, 2004, abril 17.		X	14	N	N	N	0,00
Barroso	25 de Abril	Sampaio apela, 2004, abril 26.	X	1	MD2	N	MD2	-0,10	
		Correia, 2004, abril 26.	X	2	MD1	N	CD	-0,50	-0,30
		Magalhães & Rainho, 2004, maio 1.		X	10	MD1	N	CD	-0,50
Barroso	Semana da Educação	Sampaio critica, 2004, maio 5.	X	1	CD	-	MD1	-0,25	

		Oliveira, 2004, maio 5.	X	19	MD1	MD1	MD1	-0,25	-0,25
		Oliveira, 2004, maio 6.	X	21	N	N	MD1	-0,10	
		Oliveira, 2004, maio 7.	X	22	N	N	N	0,00	
		Oliveira, 2004, maio 8.	X	22	MD1	-	MD2	-0,10	
		Sampaio propõe, 2004, maio 9.	X	1	N	N	MD2	-0,10	
		Oliveira, 2004, maio 9.	X	23	N	N	MD1	-0,10	-0,10
Barroso	Dia de Portugal	Mandim, 2004, junho 11.	X	11	N	N	N	0,00	
S. Lopes	Posse do XVI Governo	Bastos & Silva, 2004, julho 18.	X	18	MD1	N	MD1	-0,25	
S. Lopes	Semana da Saúde	Sampaio não cala, 2004, setembro 18.		X	1	MD1	N	MD1	-0,25
		Rosendo, 2004a, setembro 18.	X	3	N	N	MD2	-0,10	
		Rosendo, 2004b, setembro 18.		X	3	MD2	-	MD2	-0,10
		Padrão, 2004, setembro 21.	X	2	MD1	-	MD1	-0,25	
		Margarida, 2004, setembro 21.	X	3	MD2	-	MD2	-0,10	-0,18
		Sampaio chumba, 2004, setembro 22.	X	1	MD1	N	MD1	-0,25	
		Padrão, 2004, setembro 22.	X	15	MD1	N	MD1	-0,25	-0,25
		Martinheira, 2004, setembro 23.	X	20	N	N	N	0,00	
		Governo avança, 2004, setembro 24.	X	1	MD2	-	MD2	-0,10	
		Padrão, 2004, setembro 24.	X	22	MD2	N	MD2	-0,10	-0,10
		Padrão, 2004, setembro 25.	X	20	N	N	N	0,00	
S. Lopes	Artigo no <i>Expresso</i> sobre política orçamental	Sampaio critica, 2004, setembro 25.		X	X	CD	N	CD	-0,50
		Sampaio, 2004, setembro 25.		X	28, 30	CD	N	CD	-0,50
S. Lopes	Implantação da República	Simas, 2004, outubro 6.	X	9	MD1	MD2	MD2	-0,10	
S. Lopes	Jornadas sobre o Ambiente	Carvalho, novembro 26.	X	28	N	N	N	0,00	
		Carvalho, novembro 27.	X	20	MD2	N	MF2	0,00	
S. Lopes	Comunicação sobre dissolução da AR	Figueiredo, 2004, dezembro 18.		X	2-3	CD	N	CD	-0,50

S. Lopes	Ano Novo	Espada, 2005, janeiro 2.	X	11	N	N	N	0,00
Sócrates I	Posse do XVII Governo	Henriques, 2005, março 13.	X	4	N	N	N	0,00
Sócrates I	Visita ao Norte Alentejano	Dores, 2005, março 18.	X	17	MF2	N	MF2	0,10
		Dores, 2005, março 19.	X	16	N	N	N	0,00
		Dores, 2005, março 20.	X	14	N	N	N	0,00
Sócrates I	25 de Abril	O último discurso, 2005, abril 26.	X	1	N	N	N	0,00
		Silva, 2005, abril 26.	X	10	N	N	N	0,00
Sócrates I	Jornada sobre Sinistralidade Rodoviária	Leitão, 2005, maio 2.	X	23	N	N	N	0,00
		Leitão, 2005, maio 3.	X	22	N	-	MF2	0,10
		Leitão, 2005, maio 4.	X	29	N	N	N	0,00
		Leitão, 2005, maio 5.	X	24	N	N	N	0,00
Sócrates I	Dia de Portugal	Mandim, 2005, junho 11.	X	12	N	N	N	0,00
Sócrates I	Jornadas da Inovação	Pinto, 2005, junho 22.	X	28	N	N	N	0,00
		Pinto, 2005, junho 23.	X	4	N	N	N	0,00
Sócrates I	Jornadas sobre Turismo	Espada & Robalo, 2005, novembro 6.	X	8	N	N	N	0,00
		Oliveira, 2005, novembro 7.	X	10	N	N	N	0,00
		Carmo, 2005, novembro 8.	X	11	N	N	N	0,00
		Henriques, 2005, novembro 9.	X	11	N	N	N	0,00
Sócrates I	Iniciativa Envelhecimento e Autonomia	Henriques, 2005, novembro 22.	X	24	N	N	N	0,00
		Frias, 2005, novembro 23.	X	22	N	N	N	0,00
		Frias, 2005, novembro 24.	X	24	MF1	N	MF1	0,25
		Lima, 2005, novembro 26.	X	18	MD2	N	N	0,00
Sócrates I	Congresso dos Juízes Portugueses	Lima, 2005, novembro 25.	X	25	MD2	N	CD	-0,50
Sócrates I	Ano Novo	Costa, 2006, janeiro 2.	X	40	N	N	N	0,00
Sócrates I	Visita ao distrito de Viseu	Leite, 2006, fevereiro 6.	X	4	N	N	MD2	-0,10
		Leite, 2006, fevereiro 9.	X	4	N	N	N	0,00
		Leite, 2006, fevereiro 10.	X	5	N	N	N	0,00

	Almeida, 2006, fevereiro	X	39	N	N	N	0,00
	Costa, 2006, fevereiro 11.	X	8	N	N	N	0,00

Tabela 8: Poderes informais: notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre intervenções do PR (Cavaco Silva I mandato)

Governo	Assunto	Artigo	DN	Exp.	Página	Título	Foto	Texto	Pontuação	Média
Sócrates I	Investidura	Costa, 2006, março 10.	X		EII	MF1	N	MF1	0,25	
		Rainho, 2006, março 11.		X	4	MF2	N	MF2	0,10	
Sócrates I	25 de Abril	Cavaco quer compromisso, 2006, abril 26.	X		1	N	N	MD2	-0,10	
		Leite, 2006, abril 26.	X		2	N	N	MD1	-0,25	-0,18
Sócrates I	Roteiro para a Inclusão I	Oliveira, 2006, abril 20.		X	6	N	N	N	0,00	
		Espada, 2006, maio 30.	X		2-3	N	N	MF1	0,25	
		Espada, 2006a, maio 31.	X		5	N	N	N	0,00	
		Espada, 2006b, maio 31.	X		6	N	N	MF1	0,25	
		Espada, 2006c, maio 31.	X		6	CF	-	CF	0,50	0,25
Sócrates I	Dia de Portugal	Mangas, 2006, junho 11.	X		4	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Roteiro para a Ciência I	Contreras, 2006, junho 17.	X		5	N	N	N	0,00	
		Silva & Pinheiro, 2006, junho 20.	X		5	CF	MF1	CF	0,50	
		Silva, 2006, junho 20.	X		6	MF2	-	MF2	0,10	0,30
		Silva, 2006, junho 21.	X		4	N	N	N	0,00	
		Azevedo, 2006, junho 24.		X	8	MF2	MF2	MF2	0,10	
		Oliveira & Azevedo, 2006, junho 24.		X	8	N	-	MD2	-0,10	0,00
Sócrates I	Roteiro para a Inclusão II	Silva, 2006, julho 13.	X		5	N	N	N	0,00	
		Silva, 2006, julho 14.	X		8	N	N	N	0,00	
		Oliveira, 2006, julho 15.		X	4	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Implantação da República	Sá, 2006, outubro 6.	X		4	MF2	N	N	0,00	
Sócrates I	Roteiro para a Inclusão III	Sá, 2006, outubro 11.	X		4	MF2	MD2	MD2	-0,10	
		Sá, 2006, outubro 12.	X		6	N	N	N	0,00	
		Uma casa portuguesa, 2006,		X	1	N	N	N	0,00	

		outubro 14.							
		Costa, 2006, outubro 14.	X	6	MF2	N	MF2	0,10	0,05
Sócrates I	Roteiro para a Inclusão IV	Madaíl, 2006, dezembro 19.	X	5	MF2	N	MF2	0,10	
		Madaíl, 2006, dezembro 20.	X	6	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Ano Novo	Sá, 2007, janeiro 2.	X	2	MD1	N	MD1	-0,25	
		Silva & Saraiva, 2007, janeiro 6.	X	5	MD2	N	MD1	-0,25	
Sócrates I	Abertura do Ano Judicial	Lima, 2007, fevereiro 1.	X	22	N	N	MF2	0,10	
Sócrates I	Roteiro para a Ciência I	Pinto, 2007, março 13.	X	8	N	N	N	0,00	
		Sá, 2007, março 14.	X	4	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Balanço do Roteiro para a Inclusão	Correia, 2007, abril 15.	X	18	MF1	N	MD1	0,25	
Sócrates I	25 de Abril	Leite, 2007, abril 26.	X	4	MD1	N	MD2	-0,10	
		Diogo, 2007, abril 28.	X	6	N	N	MD2	-0,10	
Sócrates I	Visita a concelhos do distrito de Braga	Robalo, 2007, junho 2.	X	19	MF2	-	MF2	-0,10	
		Pinheiro, 2007, junho 3.	X	20	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Dia de Portugal	Henriques, 2007, junho 11.	X	16	MD1	N	MD1	-0,25	
Sócrates I	Visita a Santiago do Cacém	Correia, Dore & Francisco, 2007, julho 7.	X	2	MD2	N	MD2	-0,10	
Sócrates I	Roteiro para o Património I	Dores, 2007, julho 12.	X	19	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Implantação da República	Francisco, 2007, outubro 6.	X	4	MD1	N	MD1	-0,25	
Sócrates I	Visita aos Açores	Correia, 2007, outubro 7.	X	18	MD1	N	MD1	-0,25	
		Correia, 2007, outubro 8.	X	17	N	N	N	0,00	
		Correia, 2007, outubro 9.	X	17	MD1	N	MD1	-0,25	
		Correia, 2007, outubro 10.	X	23	CF	N	CF	0,50	
		Correia, 2007, outubro 11.	X	17	N	N	N	0,00	
		Cavaco alerta, 2007, outubro 13.	X	1	N	-	MD1	-0,25	
		Diogo, 2007, outubro 13.	X	5	MD1	-	MD1	-0,25	-0,25
Sócrates I	Roteiro para a Ciência III	Martinheira, 2007, novembro 17.	X	19	MD1	N	MF1	0,00	
Sócrates I	Visita à Guarda e a Gouveia	Cavaco apela, 2007, novembro 25.	X	21	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Ano Novo	Sá, 2008, janeiro 2.	X	15	N	N	N	0,00	

		Diogo, 2008, janeiro 5.	X	10	MD1	N	MD2	-0,25	
Sócrates I	Roteiro para o Património II	Carmo, 2008, janeiro 22.	X	32	N	N	N	0,00	
		Robalo, 2008, janeiro 23.	X	16	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Abertura do ano judicial	Sousa, 2008, janeiro 30.	X	6	CD	N	CD	-0,50	
		Lima, 2008, fevereiro 2.	X	15	MD1	N	CD	-0,25	
Sócrates I	Visita a concelho do Norte	Mendes, 2008, fevereiro 23.	X	19	N	N	N	0,00	
		Reis, 2008, fevereiro 24.	X	20	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Visita à Madeira	A Madeira deprimida, 2008, abril 15.	X	1	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 2008, abril 15.	X	2-3	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 2008, abril 16.	X	18	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 2008, abril 17.	X	19	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 2008, abril 18.	X	20	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 2008, abril 19.	X	15	N	N	N	0,00	
		Moura, Silva & Figueiredo, 2008, abril 19.	X	8	N	N	N	0,00	
		Bernardes, 2008, abril 20	X	25	N	N	N	0,00	
Sócrates I	25 de Abril	Francisco, 2008, abril 26.	X	13	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Roteiro para a Ciência IV	Naves, 2008, maio 20.	X	4	MF1	N	MF1	0,25	
		Freire, 2008, maio 20.	X	5	MF1	N	MF1	0,25	
		Henriques, 2008, maio 20	X	5	MF1	N	MF1	0,25	0,25
		Mangas & Pinheiro, 2008, maio 21.	X	18	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Dia de Portugal	Julião, 2008, junho 11.	X	7	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Visita aos Vales do Ave, Sousa e Tâmega	Francisco & Cabral, 2008, julho 18.	X	16	N	N	N	0,00	
		Cavaco Silva defende, 2008, julho 19.	X	44	N	N	N	0,00	
		Neves, 2008, julho 19.	X	4	MD2	N	N	0,00	
Sócrates I	Roteiro para a Juventude I	Robalo, 2008, outubro 4.	X	14	N	N	N	0,00	
		Cavaco faz críticas, 2008, outubro 5.	X	1	N	N	N	0,00	

		Robalo, 2008, outubro 5.	X	43	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Implantação da República	Cavaco diz, 2008, outubro 6.	X	1	MD1	N	MD1	-0,25	
		Francisco, 2008, outubro 6.	X	2	MD1	N	MD1	-0,25	-0,25
		Crise engole, 2008, outubro 11.	X	10	MD2	-	MD1	-0,25	
Sócrates I	Declarações ao <i>Expresso</i>	Cavaco teme, 2008, outubro 18.	X	1	MD1	N	MD1	-0,25	
		Cavaco confia, 2008, outubro 18	X	3	MD2	-	MD1	-0,25	-0,25
Sócrates I	Ano Novo	Na mensagem, 2009, janeiro 2.	X	1	N	N	MD1	-0,25	
		Sá, 2009, janeiro 2.	X	2-3	MD1	MD2	MD1	-0,25	-0,25
		Pinto & Silva, 2009, janeiro 3.	X	4	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Abertura do ano judicial	Sousa, 2009, janeiro 28.	X	4	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Roteiro para a Juventude II	Freire, 2009, fevereiro 15.	X	7	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Roteiro para a Inclusão V	Cavaco propõe diálogo, 2009, março 10.	X	1	N	N	N	0,00	
		Pinheiro, 2009, março 10.	X	16	MD2	N	MD2	-0,10	
		Mangas, 2009, março 10.	X	16	N	N	N	0,00	-0,03
Sócrates I	Visita a concelhos do Norte	Moreira, 2009, março 25.	X	25	N	N	MD2	-0,10	
Sócrates I	25 de Abril	Cavaco Silva defende, 2009, abril 26.	X	X	N	N	N	0,00	
		Francisco, 2009, abril 26.	X	2	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Dia de Portugal	Cavaco critica, 2009, junho 11.	X	1	N	N	N	0,00	
		Freire, 2009, junho 11.	X	4-5	N	N	N	0,00	
Sócrates I	Declaração ao país sobre o caso das “escutas”	Cavaco explica pouco, 2009, setembro 30.	X	1	MD1	N	MD1	-0,25	
		Francisco, 2009, setembro 30.	X	2-3	CD	CD	CD	-0,50	-0,38
Sócrates I	Implantação da República	Cabral & Sá, 2009, outubro 6.	X	10	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Posse do XVIII Governo	Cavaco recusa pretexto, 2009, outubro 27.	X	1	N	N	N	0,00	
		Francisco, 2009, outubro 27.	X	2	N	N	N	0,00	
		Meireles, 2009, outubro 31.	X	13	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Roteiro para as Comunidades Locais	Mangas, 2009, novembro 21.	X	12	N	N	N	0,00	

Inovadoras I									
		Cavaco mostra sucesso, 2009, novembro 21.	X	44	N	N	N	0,00	
		Almeida, 2009, novembro 22.	X	11	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Roteiro para a Juventude III	Cavaco na estrada, 2009, dezembro 9.	X	1	N	N	N	0,00	
		Um Presidente com fé, 2009, dezembro 9.	X	2	N	N	N	0,00	
		Mangas, 2009, dezembro 12.	X	13	N	N	N	0,00	
		Soares, 2009, dezembro 12.		13	N	N	N	0,00	
		O manual de Cavaco, 2009, dezembro 13.	X	1	N	N	N	0,00	
		Mangas, 2009, dezembro 13.	X	2	N	N	N	0,00	
		Presidente, 2009, dezembro 13.	X	2-3	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Ano Novo	Cavaco quer acordo, 2010, janeiro 2.	X	1	N	-	MD1	-0,25	
		Sá, 2010, janeiro 2.	X	3	MD1	N	MD1	-0,25	-0,25
Sócrates II	Abertura do ano judicial	Cavaco volta, 2010, janeiro 28.	X	1	N	N	N	0,00	
		Lima, 2010, janeiro 28.	X	20	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Roteiro para as Comunidades Locais Inovadoras II	Domingues, 2010, fevereiro 6.	X	7	N	N	N	0,00	
		Domingues & Canotilho, 2010, fevereiro 6.	X	11	N	N	N	0,00	
		Domingues, 2010, fevereiro 7.	X	12	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Entrevista ao <i>Expresso</i>	«Há nervosismo...», 2010, fevereiro 6.	X	1	MD1	N	MF1	0,25	
		Meireles, 2010, fevereiro 6.	X	4-5	MF2	N	MF2	0,10	0,18
Sócrates II	Roteiro para a Juventude IV	Presidente acredita, 2010, março 13.	X	18	N	N	N	0,00	
Sócrates II	25 de Abril	Coelho, 2010, abril 26.	X	2	N	N	N	0,00	

Sócrates II	Roteiro para as Comunidades Locais Inovadoras II	Cavaco Silva incentiva, 2010, maio 8.	X	20	N	N	N	0,00	0,13
		PR pede «confiança», 2010, maio 9.	X	7	MF1	-	MF1	0,25	
Sócrates II	Dia de Portugal	Óbidos: um exemplo, 2010, maio 9.	X	16	N	N	N	0,00	0,13
		Sindicatos e patrões, 2010, junho 11.	X	1	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Roteiro para a Juventude V	Freire & Sá, 2010, junho 11.	X	2	N	N	N	0,00	-0,17
		Coelho, 2010, junho 25.	X	9	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Roteiro para as Comunidades Locais Inovadoras III	PR avisa, 2010, junho 25.	X	9	N	N	N	0,00	-0,17
		Do leme à raquete, 2010, junho 26.	X	1	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Visita a concelhos dos distritos de Leiria e Portalegre	Sócrates e Cavaco, 2010, junho 26.	X	1	MD2	-	MD1	-0,25	-0,17
		Meireles, 2010a, junho 26.	X	11	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Implantação da República	Meireles, 2010b, junho 26	X	11	MD2	-	MD1	-0,25	-0,17
		Freire, 2010, julho 13.	X	9	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Entrevista ao <i>Expresso</i>	Emergência social, 2010, julho 14.	X	12	MD1	N	MD1	-0,25	-0,10
		Cavaco exigiu, 2010, setembro 24.	X	5	MD2	N	MD2	-0,10	
Sócrates II	Ano Novo	Cavaco apela ao compromisso, 2010, outubro 6.	X	1	N	N	N	0,00	0,00
		Sá, 2010, outubro 6.	X	2	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Ano Novo	«Sinto tristeza...», 2010, outubro 23.	X	1	MD2	N	N	0,00	0,00
		Meireles, 2010, outubro 23.	X	4-5	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Ano Novo	Sá, 2011, janeiro 2.	X	10	N	N	MD1	-0,25	

Tabela 9: Poderes informais: notícias publicadas no Expresso e no Diário de Notícias sobre intervenções do PR (Cavaco Silva II mandato)

Governo	Assunto	Artigo	DN	Exp.	Página	Título	Foto	Texto	Pontuação	Média
---------	---------	--------	----	------	--------	--------	------	-------	-----------	-------

Sócrates II	Investidura	Cavaco faz discurso, 2011, março 10.	X	1	CD	N	CD	-0,50	
		Dinis, 2011, março 10.	X	10	CD	N	CD	-0,50	-0,50
		Meireles, 2011, março 12.	X	6	CD	N	CD	-0,50	
Sócrates II	25 de Abril	Sá, 2011, abril 26.	X	2	N	N	N	0,00	
		Meireles, 2011, abril 30.	X	12	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Comunicação ao País sobre ajuda financeira externa	Sá, 2011, maio 5.	X	2	N	N	N	0,00	
		Cavaco Silva: «Ajuda é...», 2011, maio 7.	X	46	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Mensagem no Facebook sobre reforma da Justiça	Cavaco Silva quer reforma, 2011, junho 3.	X	19	N	N	N	0,00	
Sócrates II	Artigo no <i>Expresso</i> sobre agricultura	Silva, 2011, junho 10.	X	18	N	N	N	0,00	
P. Coelho I	Posse do XIX Governo	Presidente exige coesão, 2011, junho 22.	X	1	N	N	N	0,00	
		Dinis, 2011, junho 22.	X	22	N	N	N	0,00	
P. Coelho I	Visita aos Açores	Cavaco diz, 2011, setembro 21.	X	4-5	N	N	N	0,00	
		Cavaco, a poda, 2011, setembro 22.	X	12	N	N	N	0,00	
		Cavaco reencontra, 2011, setembro 23.	X	11	N	N	N	0,00	
		Cavaco comentários, 2011, setembro 24.	X	17	N	N	N	0,00	
P. Coelho I	Implantação da República	Presidente da República exige, 2011, outubro 6.	X	1	MD1	N	MD1	-0,25	
		Henriques, 2011, outubro 6.	X	4-5	MD1	N	MD1	-0,25	-0,25
P. Coelho I	Congresso dos Economistas	Cavaco critica Governo, 2011, outubro 20.	X	1	CD	N	CD	-0,50	
		Coelho & Sá, 2011, outubro	X	4-5	CD	N	CD	-0,50	-0,50

		20.							
		Passos ficou estupefacto, 2011, outubro 22.	X	1	MD1	N	N	-0,25	
		Silva, 2011, outubro 22.	X	6	N	N	MD1	-0,50	-0,38
P. Coelho I	Ano Novo	Coelho, 2012, janeiro 2.	X	6-7	MD1	-	MD1	-0,25	
P. Coelho I	Declaração espontânea (pensão insuficiente)	Cavaco lamenta, 2012, janeiro 21.	X	1	N	N	MD1	-0,25	
		Marujo, 2012, janeiro 21.	X	4-5	N	N	N	0,00	
		Meireles, 2012, janeiro 28.	X	4	MD1	-	MD1	-0,25	
P. Coelho I	Roteiros do Futuro	Cavaco que mais, 2012, fevereiro 4.	X	40	N	N	N	0,00	
		Mangas, Sá & Coelho, 2012, fevereiro 18.	X	10	N	N	N	0,00	
		Novos Roteiros, 2012, fevereiro 18.	X	2	N	N	N	0,00	
P. Coelho I	Roteiro para a Juventude VI	Desemprego alto, 2012, fevereiro 25.	X	1	MD2	N	N	0,00	
		Almeida, 2012, fevereiro 25.	X	10	MD1	N	MD1	-0,25	-0,13
		Gustavo, 2012, fevereiro 25.	X	3	N	N	N	0,00	
P. Coelho I	25 de Abril	Cavaco criticado, 2012, abril 26.	X	1	N	N	N	0,00	
		Henriques, 2012, abril 26.	X	4	N	N	N	0,00	
		Figueiredo, Costa & Silva, 2012, abril 28.	X	6	N	N	N	0,00	
P. Coelho I	Dia de Portugal	Cavaco pede reforço, 2012, junho 11.	X	1	N	N	N	0,00	
		Freire, 2012, junho 11.	X	2	N	N	MF1	0,25	0,13
P. Coelho I	Implantação da República	Cavaco exigiu luz, 2012, outubro 6.	X	1	N	N	N	0,00	
		Freire, 2012, outubro 6.	X	2	N	N	N	0,00	

		Tal como a bandeira, 2012, outubro 13.	X	8	N	N	N	0,00	
P. Coelho I	Ano Novo	Cavaco exige diálogo, 2013, janeiro 2.	X		MD2	-	MD2	-0,10	
		Sá & Marujo, 2013, janeiro 2.	X		MD2	N	MD2	-0,10	-0,10
P. Coelho I	Entrevista ao <i>Expresso</i>	A Constituição não está, 2013, janeiro 5.	X	1	N	N	N	0,00	
		Castanheira, Meireles & Costa, 2013, janeiro 5.	X	4-5	N	N	N	0,00	
P. Coelho I	Ano judicial	Lima, 2013, janeiro 31.	X	18	N	N	N	0,00	
P. Coelho I	Encontro “Jovens e o Futuro da Economia”	Cavaco: baixos salários, 2013, fevereiro 26.	X	5	N	N	N	0,00	
P. Coelho I	Prefácio Roteiros VII	Meireles & Ventura, 2013, março 9.	X	4	N	N	N	0,00	
P. Coelho I	25 de Abril	Henriques, 2013, abril 26.	X	2	MF2	N	MF2	0,10	
		Silva, 2013, abril 27.	X		N	N	MF2	0,10	0,10
P. Coelho I	Dia de Portugal	Marujo, 2013, junho 11.	X	4	N	N	N	0,00	
P. Coelho I	Entrevista à <i>RTP</i>	Cavaco cita Sampaio, 2013, junho 11.	X	1	N	N	N	0,00	
		Lima, 2013, junho 11.	X	2	N	N	N	0,00	
P. Coelho I	Encontro com economistas	Meireles, 2013, junho 29.	X	5	N	N	N	0,00	
		Freire, 2013, julho 6.	X	5	MD1	N	MD1	-0,25	
		Meireles, 2013a, julho 6.	X	9	N	-	MD1	-0,25	-0,25
P. Coelho I	Demissão de Paulo Portas	Meireles, 2013b, julho 6.	X	4-5	N	N	N	0,00	
		Presidente coloca Governo, 2013, julho 11.	X	1	MD1	N	MD1	-0,25	
		Martins & Henriques, 2013, julho 11.	X	2	MD1	N	MD1	-0,25	
		Freire, 2013, julho 11.	X	2	MD1	N	MD1	-0,25	-0,25
		Cavaco exige solidez, 2013,	X	1	MD1	N	N	0,00	

		julho 22.							
		Marujo, 2013, julho 22.	X		2-3	MD1	N	N	0,00
P. Coelho I	“Jovens e o Futuro da Economia” II	Convergência das pensões, 2013, setembro 17.	X		25	MD2	N	MD2	-0,10
P. Coelho I	Declarações em visita à Suécia	Meireles, 2013, outubro 5.		X	5	MF2	N	MF2	0,10
P. Coelho I	Implantação da República	Marujo, 2013, outubro 6.	X		10	N	N	N	0,00
P. Coelho I	“Jovens e o Futuro da Economia” III	Pinheiro, 2013, dezembro 12.	X		12	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Ano Novo	Cavaco não anuncia, 2014, janeiro 2.	X		1	N	N	N	0,00
		Marujo & Sá, 2014, janeiro 2.	X		2-3	N	N	N	0,00
		Cavaco considera «irrealista», 2014, janeiro 4.		X	1	N	N	N	0,00
		Meireles, 2014, janeiro 4.		X	2	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Abertura do ano judicial	Lima & Sousa, 2014, janeiro 30.	X		16	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Prefácio de Roteiros VIII	Portugal sob vigilância, 2014, março 8.		X	1	N	N	N	0,00
		Meireles, 2014, março 8.		X	4-7	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Roteiro para a Economia Dinâmica I	Baptista, 2014, abril 23.	X		27	N	N	N	0,00
P. Coelho I	25 de Abril	Cavaco endureceu, 2014, abril 26.	X		4	N	N	MD1	-0,25
P. Coelho I	Conferência “Portugal: Rotas de Abril”	Cavaco pede atenção, 2014, maio 10.	X		13	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Mensagem no Facebook sobre saída de Portugal do programa de resgate	Meireles, 2014, maio 10.		X	14	N	N	MF1	0,25
P. Coelho I	Dia de Portugal	Quase desmaio, 2014, junho 11.	X		1	N	N	N	0,00
		Mangas, 2014, junho 11.	X		4	N	N	N	0,00
		Silva, 2014, junho 13.		X	12-13	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Implantação da República	Cavaco Silva quer, 2014,	X		1	N	N	N	0,00

		outubro 6.						
		Oliveira, 2014, outubro 6.	X	10	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Roteiro para a Economia Dinâmica II	Cavaco quer «reflexão séria», 2014, outubro 14.	X	14	MD2	-	MD1	-0,25
		Meireles & Barra, 2014, outubro 18.	X	14	N	N	MF1	0,25
P. Coelho I	Entrevista ao <i>Expresso</i>	«Eleições serão na data...», 2014, novembro 8.	X	1	N	N	N	0,00
		Meireles & Costa, 2014, novembro 8.	X	6-7	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Roteiro para a Economia Dinâmica III	Sapatos também são, 2014, novembro 15.	X	15	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Ano Novo	Sá & Marujo, 2015, janeiro 2.	X	2-3	N	N	N	0,00
P. Coelho I	25 de Abril	Henriques, 2015, abril 26.	X	13	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Roteiros do Futuro IV	Oliveira, 2015, maio 16.	X	14	N	N	N	0,00
		Presidente pede incentivos, 2015, maio 17.	X	16	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Roteiro para a Economia Dinâmica IV	Pinheiro, 2015, março 28.	X	15	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Dia de Portugal	Marujo, 2015, junho 11.	X	4	N	N	MF2	0,10
P. Coelho I	Roteiro para a Economia Dinâmica V	Presidente incentiva, 2015, junho 30.	X	21	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Comunicação ao País sobre marcação de eleições	Freire, 2015, julho 23.	X	14	N	N	N	0,00
		Meireles, 2015, julho 25.	X	11	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Comunicação ao País sobre resultados eleitorais	Cavaco pede Governo, 2015, outubro 7.	X	1	N	N	N	0,00
		Sá, 2015, outubro 7.	X	2	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Abertura do ano judicial	Lima & Sousa, 2015, outubro 9.	X	2	N	N	N	0,00
P. Coelho I	Comunicação ao País sobre indigitação	Presidente escolhe, 2015,	X	1	CF	N	CF	0,50

	do PM	outubro 23.							
		Henriques & Sá, 2015, outubro 23.	X	2	CF	N	CF	0,50	0,50
		Meireles, 2015, outubro 24.		X	3	N	N	MF1	0,25
P. Coelho II	Posse do XX Governo	Presidente modera o tom, 2015, outubro 31.	X	1	N	N	N		0,00
		Antunes, 2015, outubro 31.	X	2	N	N	N		0,00
P. Coelho II	Roteiro para a Economia Dinâmica VII	Antunes, 2015, novembro 17	X	17	N	N	N		0,00
		Antunes, 2015, novembro 18.	X	16	N	N	MF1		0,25
Costa	Posse do XXI Governo	António Costa ignora, 2015, novembro 27.	X	1	MD1	N	MD1		-0,25
		Marujo, Oliveira & Antunes, 2015, novembro 27	X	3	MD1	N	MD1		-0,25
Costa	Roteiro para a Economia Dinâmica VIII	Reação: Cavaco pede, 2015, dezembro 18.	X	13	N	N	N		0,00
Costa	Ano Novo	Cavaco despede-se, 2016, janeiro 2.	X	1	N	N	N		0,00
		Sá, 2016, janeiro 2.	X	10	N	N	N		0,00

Tabela 10: Ponderação do sentido e intensidade das notícias publicadas

Sentido da notícia em relação ao Governo¹	Pontuação	
	Discursos e outras intervenções (por evento)	Jornadas (por dia)
Claramente desfavorável (CD)	-0,50	-0,50
Mais desfavorável do que favorável (MD1)	-0,25	-0,25
Mais desfavorável, mas quase neutro (MD2)	-0,10	-0,10
Neutro (N)	0,00	0,00
Mais favorável, mas quase neutro (MF1)	0,10	0,10
Mais favorável do que desfavorável (MF2)	0,25	0,25
Claramente favorável (CF)	0,50	0,50

Fonte: Elaboração própria, a partir do modelo de Caleiro (2005, p. 506).

¹ Não inclui editoriais, comentários ou reações.

Quadro 1: Critérios de ponderação para aplicação dos valores constantes da Tabela 10

CD	- referências críticas expressas ao Governo ou aos seus membros convergentes no título/subtítulo e no texto, formuladas pelo próprio PR
CF	- referências elogiosas expressas ou de apoio ao Governo ou aos seus membros convergentes no título/subtítulo e no texto, formuladas pelo próprio PR
MD1	<ul style="list-style-type: none"> - referências desfavoráveis ao Governo formuladas pelo PR - advertências/exigências ao Governo formuladas pelo PR - críticas expressas ao Governo formuladas por entidades oficiais perante o PR - evidências claras de má atuação do Governo - exposição de situação social/económica muito má e ausência de resposta
MF1	<ul style="list-style-type: none"> - referências favoráveis ao Governo formuladas pelo PR - elogios expressos ao Governo formulados por entidades oficiais perante o PR - evidências clara de boa atuação do Governo - exposição de situação social/económica/científica muito boa - resposta, no local, por parte do Governo, com medidas concretas, a situação desfavorável exposta
MD2	<ul style="list-style-type: none"> - referências ambíguas à atuação do Governo, que induzam uma ideia desfavorável - referências contraditórias, com prevalência da desfavorável - referências negativas à ação de serviços públicos tutelados pelo Governo
MF2	<ul style="list-style-type: none"> - referências ambíguas à atuação do Governo, que induzam uma ideia favorável - referências contraditórias, com prevalência da favorável - referências positivas à ação de serviços públicos tutelados pelo Governo
N	<ul style="list-style-type: none"> - notícias não enquadrável nas situações anteriores - referências contraditórias ao Governo ou serviços públicos, sem prevalência clara em nenhum dos sentidos

Fonte: Elaboração própria.

Apuramento dos resultados do Capítulo VI

Tabela 1: Apuramento de resultados por mandato presidencial

		Período	PRS	PIPL	OPRS	PI	Total
Eanes II	Mandato	30-10-82; 09-03-86	5CF RS1	2,85CF (n=48) ¹ 1,85CO IPL4 a 40	0,93CF (n=5) ² 0,10CO OPRS12	2,12CF (n=9) ³ 0,18CO PI4 e 11	10,9CF 2,13CO
Soares I	Mandato	09-03-86; 09-03-91	2CO RS3	4CF (n=30) ⁴ 0,5CO (n=3) ⁵	0,05CO OPRS04	2,06CF (n=21) ⁶ 2,3CO (n=18) ⁷	6,06CF 4,85CO
Soares II	Mandato	09-03-91; 09-03-96	0,5CF RS9	6,75CF (n=68) ⁸ 0,3CO IPL 75 a 80	0,53CF OPRS13 e 19 0,5CO OPRS16	7,83CF(n=42) ⁹ 0,97CO(n=7) ¹⁰	15,61CF 1,77CO
Sampaio I	Mandato	09-03-96; 09-03-01	0,7CF RS10 e 11	3,3CF (n=15) ¹¹ 0,4CO (n=4) ¹²	0,5CF OPRS 9 1CO OPRS22 e 23	3,03CF (n=21) ¹³ 2,98CO (n=13) ¹⁴	7,53CF 4,38CO
Sampaio II	Mandato	09-03-01; 09-03-06	5,5CF RS5 e 12 2CO RS7	4,7CF (n=73) ¹⁵ 2,55CO IPL109 a 159	1,75CF (n=6) ¹⁶	8,45CF (n=41) ¹⁷ 3,23CO (n=19) ¹⁸	20,4CF 7,78CO
Cavaco I	Mandato	09-03-06; 09-03-11		2,85CF (n=25) ¹⁹ 0,1CO IPL274	0,6CO OPRS6 e 10	5,96CF (n=28) ²⁰ 2,71CO (n=13) ²¹	8,81CF 3,41CO
Cavaco II	Mandato	09-03-11; 09-03-16	0,5CF RS13 1CO RS8	2,4CF (n=26) ²² 0,4CO (n=5) ²³	0,17CF OPRS7 1CO OPRS11 e 17	6,34CF (n=16) ²⁴ 1,93CO (n=9) ²⁵	9,41CF 4,33CO

Fonte: Dados contidos no Capítulo V e no Apêndice B da Tese

Tabela 2: Ramalho Eanes – Apuramento de resultados por ciclos de interação com os governos²⁶

		PRS	PIPL	OPRS	PI	Total
Balsemão II	30-10-82; 09-06-83	5CF RS1	0,25CF IPL4 a 8	0,5CF OPRS8	0,57CF PI01 a 03	6,32CF
Soares III	09-06-83; 06-11-85		2,6CF (n=42) ²⁷ 0,25CO IPL4 a 8	0,43CF (n=3) ²⁸ 0,10CO OPRS12	1,55CF (n=6) ²⁹ 0,08CO PI4	4,58CF 0,43CO
Cavaco I	06-11-85; 09-03-86		1,6CO IPL 9 a 40		0,1 CO PI 11	1,7CO

Fonte: Dados contidos no Capítulo V e no Apêndice B da Tese.

Tabela 3: Mário Soares – Apuramento de resultados por ciclos de interação com os governos

		PRS	PIPL	OPRS	PI	Total
Cavaco I	09-03-86; 17-08-87	2CO RS3	2,3CF (n=11) ³⁰	0,05CO OPRS4	0,2CF (n=4) ³²	2,5CF
			0,5CO (n=3) ³¹		1,13CO (n=7) ³³	3,68CO
Cavaco II	17-08-87; 31-10-91		3,1CF (n=29) ³⁴	0,33CF OPRS13	1,86CF (n=17) ³⁵	5,29CF
					1,17CO (n=11) ³⁶	1,17CO
Cavaco III	31-10-91; 28-10-95	0,5CF RS9	5,35CF (n=56) ³⁷	0,2CF OPRS19	7,83CF(n=42) ³⁸	13,88CF
					0,47CO(n=5) ³⁹	0,47CO
Guterres I	28-10-95; 09-03-96		0,3CO IPL 75 a 80	0,5CO OPRS16	0,5CO PI 98 e 99	1,3CO

Fonte: Dados contidos no Capítulo V e no Apêndice B da Tese.

Tabela 4: Jorge Sampaio – Apuramento de resultados por ciclos de interação com os governos

		PRS	PIPL	OPRS	PI	Total
Guterres I	09-03-96; 25-10-99		3,2CF (n=14) ⁴⁰	0,5CF OPRS09	1,42CF (n=12) ⁴²	5,12CF
			0,4CO (n=4) ⁴¹	1CO OPRS22 e 23	2,73CO (n=12) ⁴³	4,13CO
Guterres II	25-10-99; 06-04-02	0,7CF RS10 e 11	1,2CF (n=21) ⁴⁴		2,55CF (n=17) ⁴⁵	4,45CF
					0,3CO PI124 e 139	0,3CO
Barroso	06-04-02; 17-07-04		1,45CF (n=15) ⁴⁶	1,25CF (n=5) ⁴⁷	4,88CF (n=23) ⁴⁸	7,58CF
			0,9CO IPL109 a 126		2,73CO (n=15) ⁴⁹	3,63CO
S. Lopes	17-07-04; 12-03-05	5,5CF RS5 e 12	2,05CF (n=37) ⁵⁰		2,03CF PI181 a 188	9,58CF
		2CO RS7				2CO
Sócrates I	12-03-05; 09-03-06		0,1CF IPL162	0,5CF OPRS24	0,6CF PI192 e 193	1,2CF
			1,65CO IPL127 a 159		0,45CO PI 189 a 191	2,1CO

Fonte: Dados contidos no Capítulo V e no Apêndice B da Tese

Tabela 5: Cavaco Silva – Apuramento de resultados por ciclos de interação com os governos

		PRS	PIPL	OPRS	PI	Total
Sócrates I	09-03-06; 26-10-09		2,3CF (n=21) ⁵¹		4,94CF (n=23) ⁵²	7,24CF
				0,5CO OPRS10	2,4CO (n=11) ⁵³	2,9CO
Sócrates II	26-10-09; 21-06-11		0,65CF (n=6) ⁵⁴		4,02CF (n=7) ⁵⁶	4,67CF
			0,4CO (n=4) ⁵⁵	0,6CO OPRS6 e 11	0,31CO PI229 e 230	1,31CO
P. Coelho I	21-06-11; 30-10-15	0,5CF RS13	2,1CF (n=22) ⁵⁷	0,17CF OPRS7	3,09CF (n=14) ⁵⁸	5,86CF
			0,1CO IPL 165 e 166		1,68CO (n=7) ⁵⁹	1,78CO
P Coelho II	30-10-15; 26-11-15				0,25CO PI258	0,25CO
A. Costa	26-11-15; 09-03-16		0,2CF IPL299 e 300		0,25CF PI259	0,45CF
		1CO RS8		0,5CO OPRS17		1,5CO

Fonte: Dados contidos no Capítulo V e no Apêndice B da Tese

Tabela 6: Apuramento de resultados nos melhores e piores ciclos económicos, por mandato presidencial

		Período	PRS	PIPL	OPRS	PI	Total
Eanes II	Melhor	01-01-83; 31-12-83	5CF RS1	0,35CF (n=6) ⁶⁰	0,7CF OPRS8 e 18	1CF PI2, 3 e 5	7,05CF
				0,25CO IPL4 a 8		0,08CO PI4	0,33CO
	Pior	01-04-85; 31-03-86		2CF (n=36) ⁶¹		0,25CF PI10	2,25CF
				1,6CO IPL 9 a 40	0,1CO OPRS12	0,1CO PI11	1,8CO
Soares I	Melhor	01-04-86; 31-03-87		2CF IPL48 a 57		0,2CF (n=4) ⁶²	2,2CF
				0,1CO 172		0,63CO (n=6) ⁶³	0,73CO
	Pior	01-04-89; 31-03-90		0,2CF IPL181 e 191		0,3CF PI43 a 46	0,5CF
Soares II	Melhor	01-04-91; 31-03-92		1,45CF (n=11) ⁶⁴	0,33CF OPRS13	0,15CF PI51 e 52	1,93CF
	Pior	01-01-93; 31-12-93		1,35CF (n=14) ⁶⁵		3,54CF PI (n=16) ⁶⁶	4,89CF
						0,28CO PI60 e 65	0,28CO
Sampaio I	Melhor	01-04-98; 31-03-99		0,3CF IPL94		0,15CF PI119 e 120	0,45CF
					1CO OPRS22 e 23	0,43CO (n=3) ⁶⁷	1,43CO
	Pior	01-04-00; 31-03-01 ⁶⁸	0,7CF RS10 e 11	0,1CF IPL233		0,63CF PI130 a 133	1,43CF

Sampaio II	Melhor	01-04-01; 31-03-02		0,2CF IPL160 e 161		0,56CF (n=5) ⁶⁹ 0,05CO PI139	0,76CF 0,05CO
	Pior	01-10-02; 30-09-03		0,95CF (n=10) ⁷⁰	0,65CF OPRS (n=3) ⁷¹	2,33CF (n=12) ⁷² 1,05CO (n=9) ⁷³	3,93CF 1,05CO
Cavaco I	Melhor	01-01-07; 31-12-07		0,7CF (n=7) ⁷⁴		2,15CF (n=11) ⁷⁵ 0,85CO (n=3) ⁷⁶	2,85CF 0,85CO
	Pior	01-10-08; 30-09-09		1 (n=7) ⁷⁷	0,5CO OPRS10	1,51CF (n=7) ⁷⁸	2,51CF 0,5CO
Cavaco II	Melhor	01-01-15; 31-12-15	1CO RS8	0,3CF (n=3) ⁷⁹		0,25CF PI259 1,1CO PI255 a 258	0,55CF 2,1CO
	Pior	01-04-12; 31-03-13		0,25CF IPL (n=3) ⁸⁰	0,17CF OPRS7	0,1CF PI 245 0,13CO PI244	0,52CF 0,13CO

Fonte: Dados contidos no Capítulo V e no Apêndice B da Tese

Tabela 7: Mário Soares – Apuramento de resultados nos períodos com maiores e menores diferenças entre a popularidade do PR e do PM

	Diferença	Período	PRS	PIPL	OPRS	PI	Total
Cavaco I	Maior	01-11-86; 30-04-87		1,1CF (n=5) ⁸¹	0,05CF OPRS3	0,1CF PI19 e 21	1,25CF
			2CO RS3	0,1CO IPL172		0,38CO (n=3) ⁸²	2,48CO
	Menor	01-05-86; 30-10-86		1,2CF (n=6) ⁸³		0,1CF PI16 e 17 0,2CO PI14 e 15	1,3CF 0,2CO
Cavaco II	Maior	01-04-89; 31-03-90		0,2CF IPL181 e 191		0,3CF PI43 a 46	0,5CF
	Menor	01-11-90; 31-10-91		1,4CF (n=12) ⁸⁴	0,33CF OPRS13	0,05CF PI51 0,1CO PI50	1,78CF 0,1CO
Cavaco III	Maior	01-08-94; 31-07-95	0,5CF RS9	1CF (n=10) ⁸⁵	0,2CF OPRS19	1,3CF PI92 a 97	3CF
	Menor	01-11-91; 31-10-92		0,9CF (n=10) ⁸⁶		0,66CF PI 52 a 56	1,56CF
Guterres I	n.a.						

Fonte: Dados contidos no Capítulo V e no Apêndice B da Tese

Tabela 8: Jorge Sampaio – Apuramento de resultados nos períodos com maiores e menores diferenças entre a popularidade do PR e do PM

	Diferença	Período	PRS	PIPL	OPRS	PI	Total
Guterres I	Maior	01-12-96; 30-11-97		0,5CF (n=3) ⁸⁷ 0,3CO (n=3) ⁸⁸		0,28CF PI108 e 110 1,75CO (n=5) ⁸⁹	0,78CF 2,05CO
	Menor	01-03-96; 28-02-97		0,2CO IPL234 e 236		0,45CF (n=3) ⁹⁰ 0,8CO (n=5) ⁹¹	0,45CF 1CO
Guterres II	Maior	01-03-00; 28-02-01	0,7CF RS10 e 11	0,1CF IPL233		0,73CF PI129 a 133	1,53CF
	Menor	01-02-01; 31-01-02		0,2CF IPL160 e 161		0,94CF (n=8) ⁹² 0,05CO PI139	1,14CF 0,05CO
Barroso	Maior	01-08-03; 31-07-04	2CO RS7	0,3CF (n=3) ⁹³	0,5CF OPRS15	1,85CF (n=9) ⁹⁴ 0,1CO PI174	4,65CF 0,1CO
	Menor	01-05-02; 30-04-03		0,85CF (n=9) ⁹⁵	0,65CF (n=3) ⁹⁶	2,38CF (n=11) ⁹⁷ 2,43CO (n=12) ⁹⁸	3,88CF 2,43CO
S. Lopes	Maior	01-12-04; 27-02-05	5CF RS5	0,1CF IPL246		0,5CF PI188	5,6CF
	Menor	01-08-04; 30-10-04		0,2CF IPL106 e 107		1,28CF PI182 a 187	1,48CF
Sócrates I	Maior	01-11-05; 31-01-06				0,5CF PI192 0,25COPI191	0,5CF 0,25CO
	Menor	01-05-05; 31-07-05			0,5CF OPRS24		0,5CF
						0,1CO PI190	0,1CO

Fonte: Dados contidos no Capítulo V e no Apêndice B da Tese

Tabela 9: Cavaco Silva – Apuramento de resultados nos períodos com maiores e menores diferenças entre a popularidade do PR e do PM

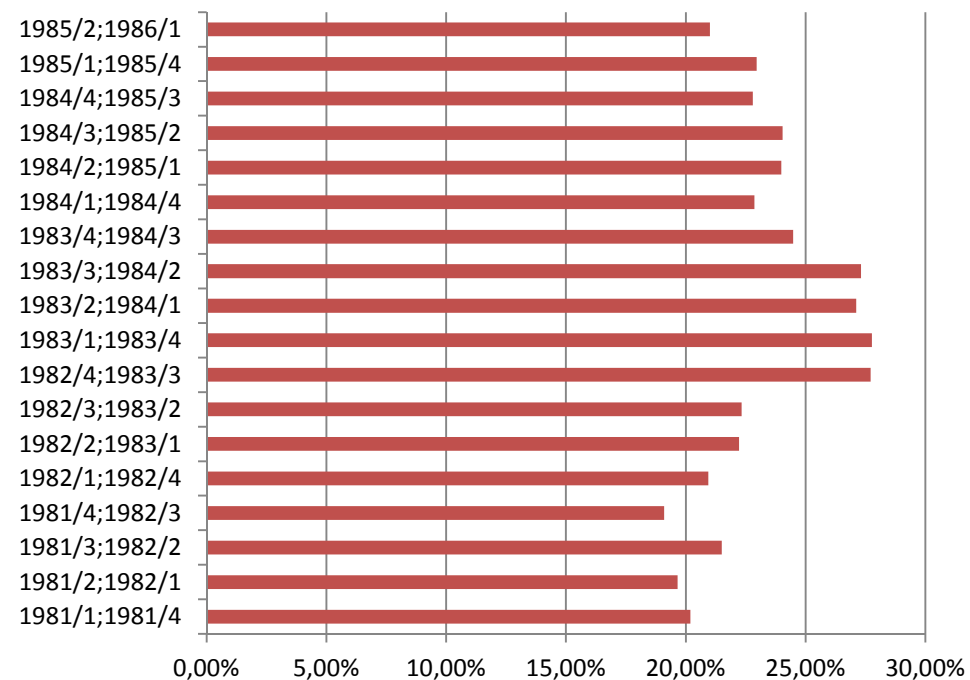
	Diferença	Período	PRS	PIPL	OPRS	PI	Total
Sócrates I	Maior	01-05-07; 30-04-08		0,8CF (n=8) ⁹⁹		2,45CF (n=10) ¹⁰⁰ 0,5CO PI215	3,25CF 0,5CO
	Menor	01-05-08; 30-04-09		0,9CF (n=7) ¹⁰¹		1,13CF PI221 a 226 0,25CO PI220	2,03CF 0,25CO
Sócrates II	Maior	01-07-10; 31-12-10			0,10CO OPRS6	0,35CF PI232 e 233	0,45CF

P. Coelho I	Menor	01-11-09; 30-04-10	0,1CF IPL291 0,1CO IPL274		0,25CF PI228 0,18CO PI229	0,35CF 0,28CO
	Maior	01-10-13; 30-09-14	0,7CF (n=7) ¹⁰²		0,25CF PI251 0,35CO PI250 e 252	0,95CF 0,35CO
	Menor	01-02-12; 31-01-13	0,25CF (n=3) ¹⁰³	0,17CF OPRS7	0,23CF PI243 e 245 0,13 PI244	0,65CF 0,13CO
P Coelho II	n.a.					
A. Costa	n.a.					

Fonte: Dados contidos no Capítulo V e no Apêndice B da Tese

Evolução da situação económica (PIB Variação trimestral homóloga por mandato presidencial)

Figura 1: II Mandato de Ramalho Eanes



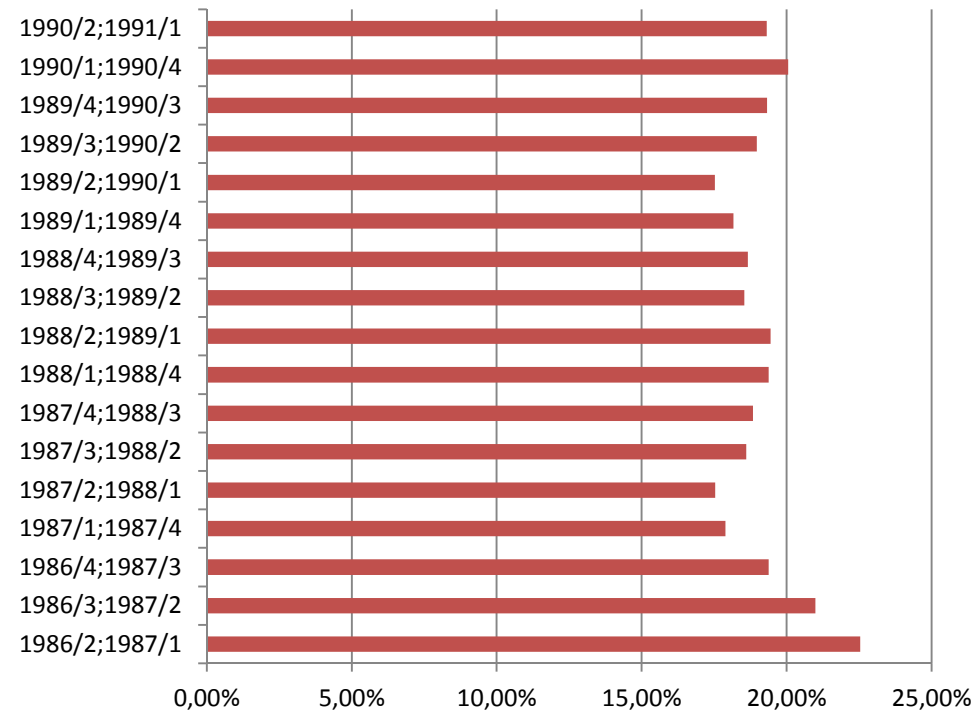
Fonte: Banco de Portugal¹

Maior crescimento	83/1;83/4=27,76%	Menor crescimento ²	85/2;86/1=21,01%
-------------------	------------------	--------------------------------	------------------

¹ Os gráficos constantes das Figuras 1 a 3 foram elaborados a partir de dados do Banco de Portugal, in *BdP PIP Séries trimestrais 1977-2014*, acedido em 4 de agosto de 2015, em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Paginas/BoletimEconomico.aspx>

² Depois de 1982/4

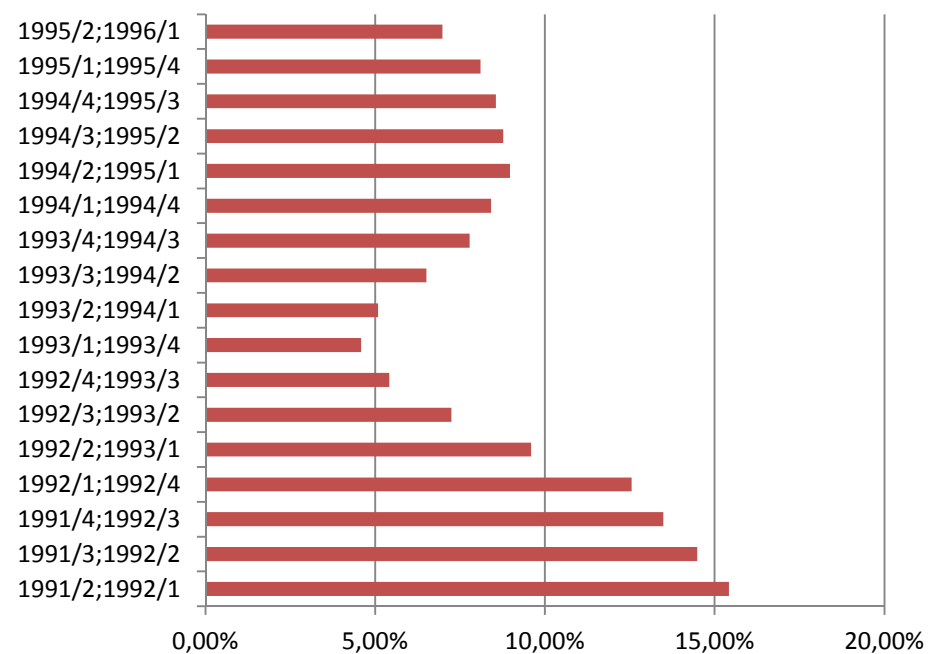
Figura 2: I Mandato de Mário Soares



Fonte: Banco de Portugal

Maior crescimento	86/2;87/1=22,53%	Menor crescimento	89/2;90/1=17,52
-------------------	------------------	-------------------	-----------------

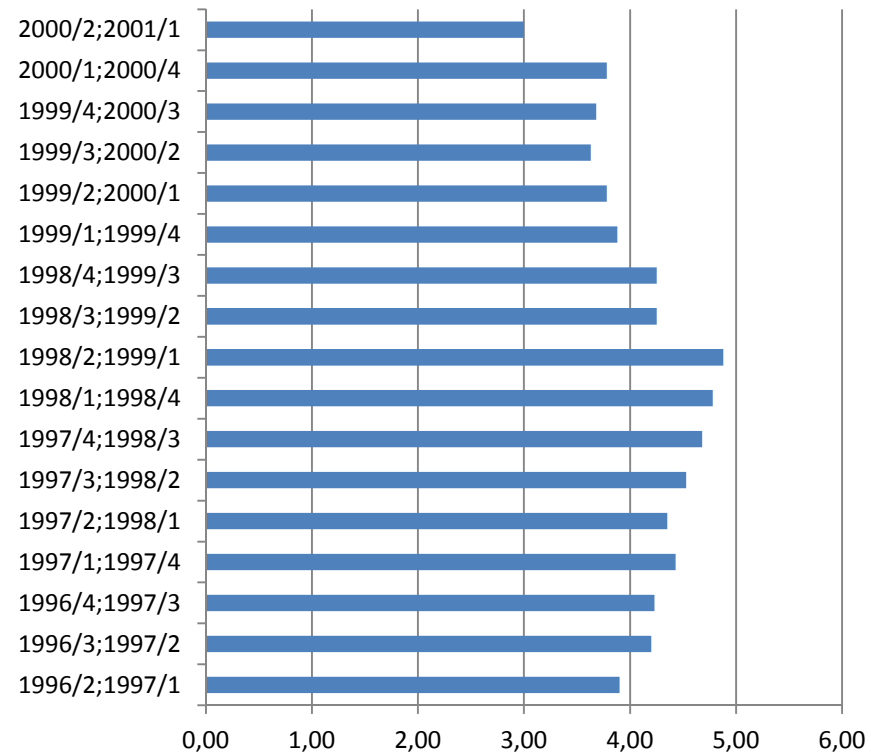
Figura 3: II Mandato de Mário Soares



Fonte: Banco de Portugal

Maior crescimento	91/2;92/1=15,42%	Menor crescimento	93/1;93/4=4,58%
-------------------	------------------	-------------------	-----------------

Figura 4: I Mandato de Jorge Sampaio

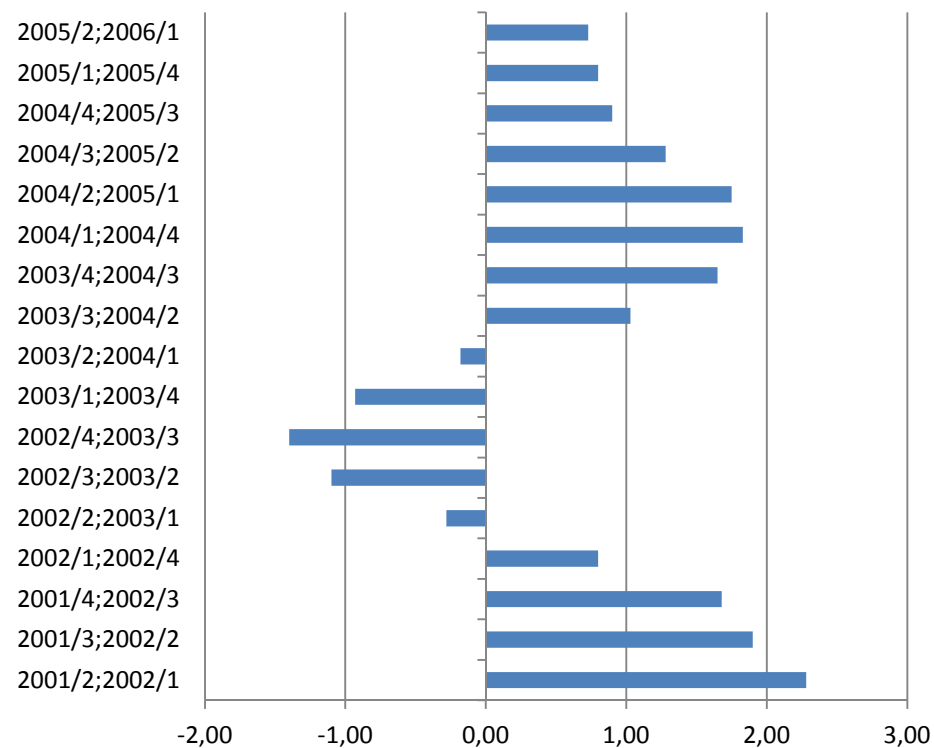


Fonte: INE³

Maior crescimento	1998/2;1999/1=4,88%	Menor crescimento	2000/2;2001/1=3,00%
-------------------	---------------------	-------------------	---------------------

³ Os gráficos constantes das Figuras 4 a 7 foram elaborados a partir de dados do INE, in *INE (2016). Produto interno bruto a preços de mercado (taxa de variação em volume homóloga; trimestral)*, acedido em 20 de abril de 2016 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=cn_quadros&boui=220636512

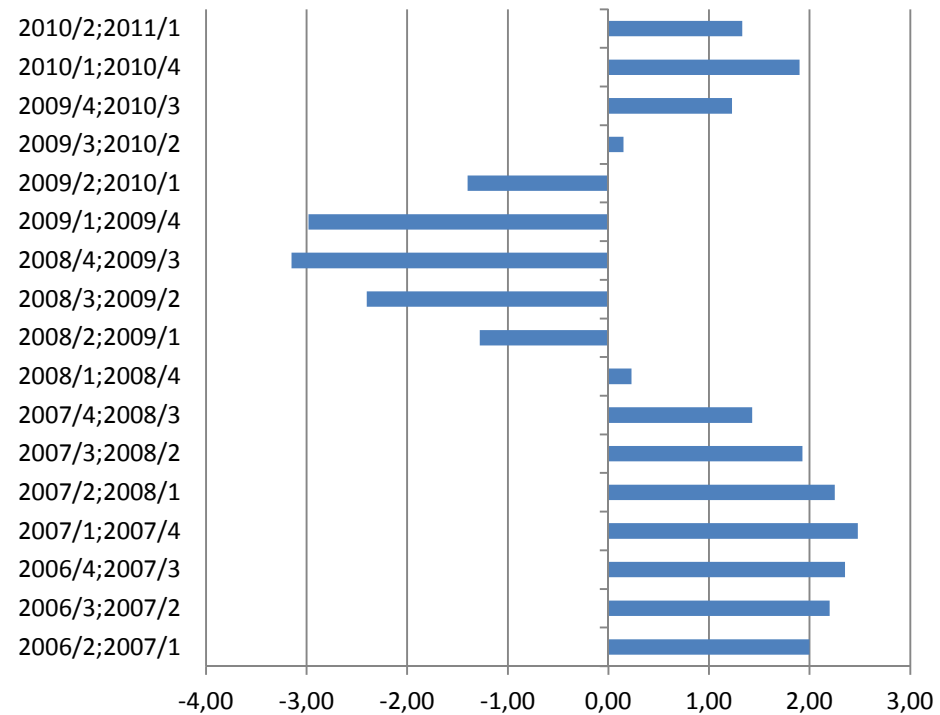
Figura 5: II Mandato de Jorge Sampaio



Fonte: INE

Maior crescimento	2000/2;2001/1=3,00%	Menor crescimento	2002/4;2003/3= -1,40%
-------------------	---------------------	-------------------	-----------------------

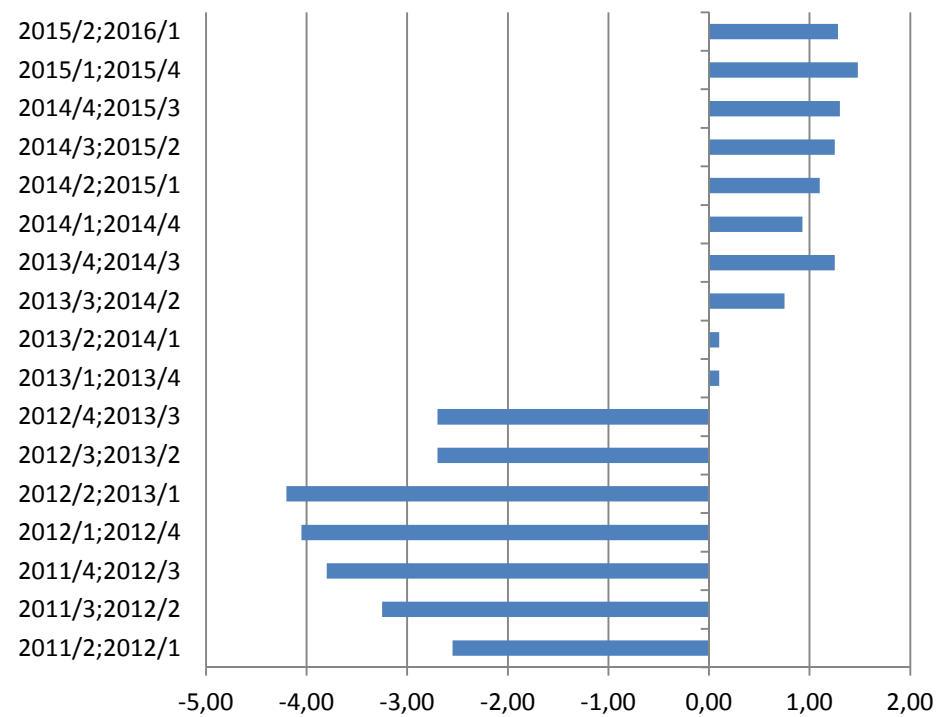
Figura 6: I Mandato de Cavaco Silva



Fonte: INE

Maior crescimento	2007/1;2007/4=2,48	Menor crescimento	2008/4;2009/3=-3,15%
-------------------	--------------------	-------------------	----------------------

Figura 7: II Mandato de Cavaco Silva



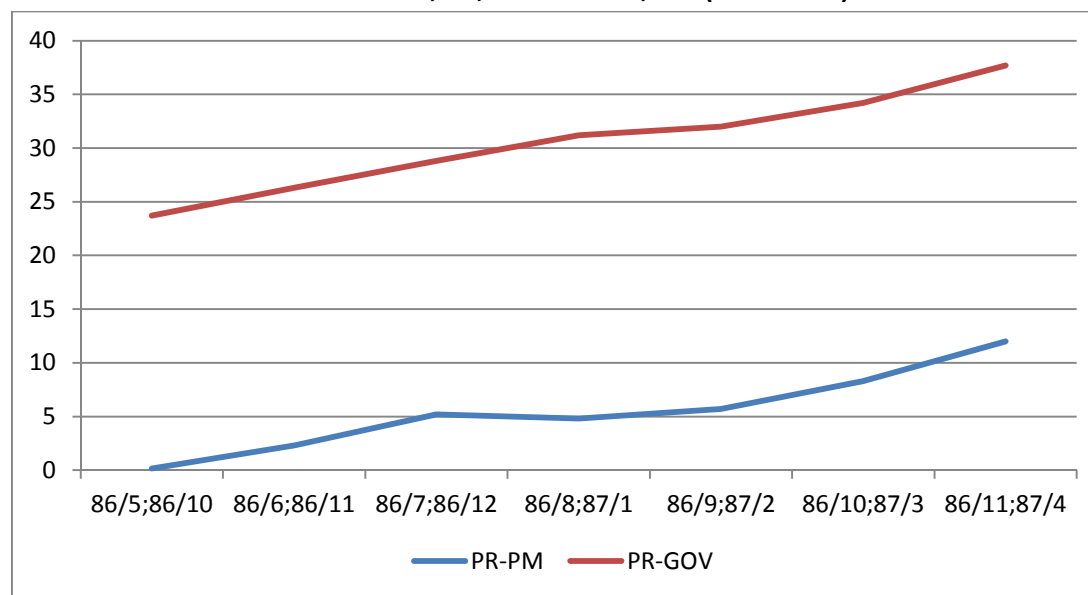
Fonte: INE

Maior crescimento	2015/1;2015/4=1,48%	Menor crescimento	2012/2;2013/1=-4,20%
-------------------	---------------------	-------------------	----------------------

Diferença entre a popularidade do Presidente da República e a do Primeiro-Ministro (1986-2016)

Figura 8: Diferença⁴ média de seis meses sucessivos entre os índices de aprovação do PR e do PM e do PR e do Governo (1986/5-1987/4)⁵

Mário Soares, PR; Cavaco Silva, PM (X Governo)

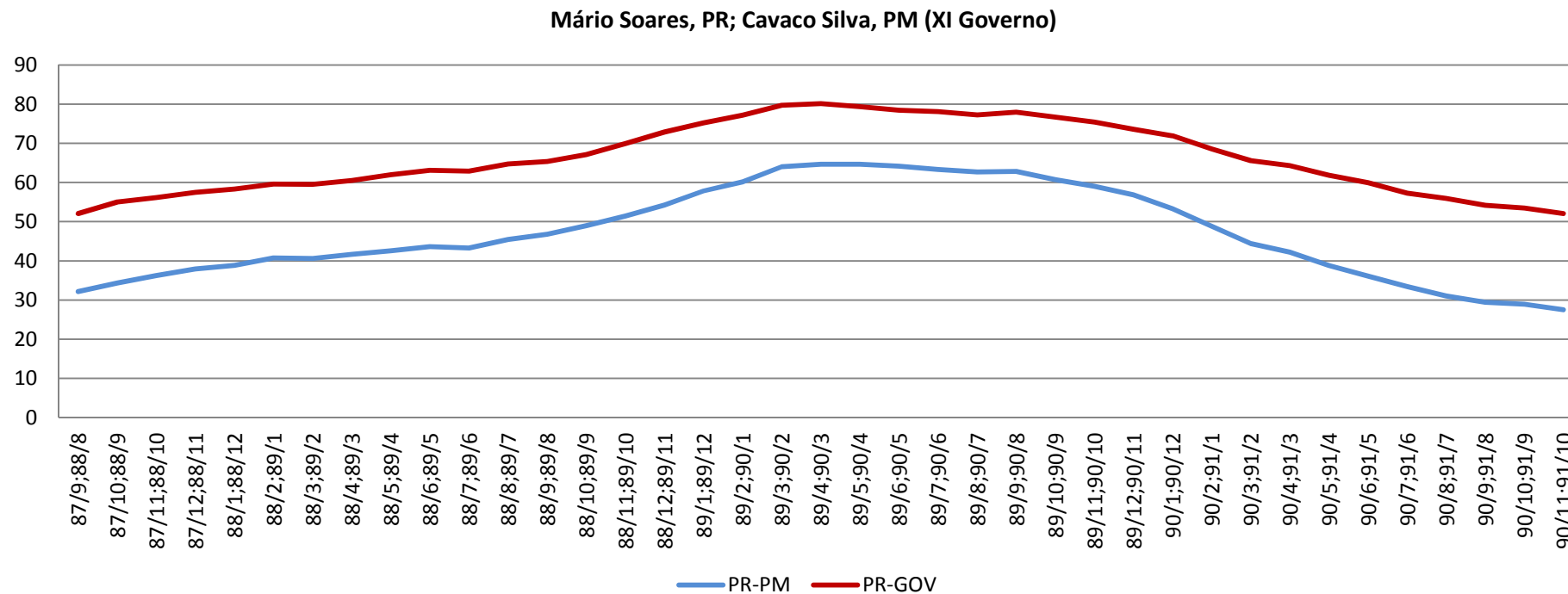


Fonte: Elaboração própria a partir das percentagens publicadas no semanário *Expresso*.

⁴ Das sondagens publicadas mensalmente pelo *Expresso* é apurado o saldo entre as apreciações positivas e negativas em relação ao PR, ao PM e ao Governo. Os valores refletidos nos gráficos constantes das Figuras 8 a 18, traduzem as diferenças, sempre favoráveis ao PR, entre esses saldos.

⁵ Os estudos de opinião iniciaram-se em maio de 1986. Não se realizaram nos meses de maio, junho e julho de 1987, período que antecedeu as eleições legislativas de 19 de julho de 1987.

Figura 9: Diferença média de doze meses sucessivos entre os índices de aprovação do PR e do PM e do PR e do Governo (1987/8-1991/10)

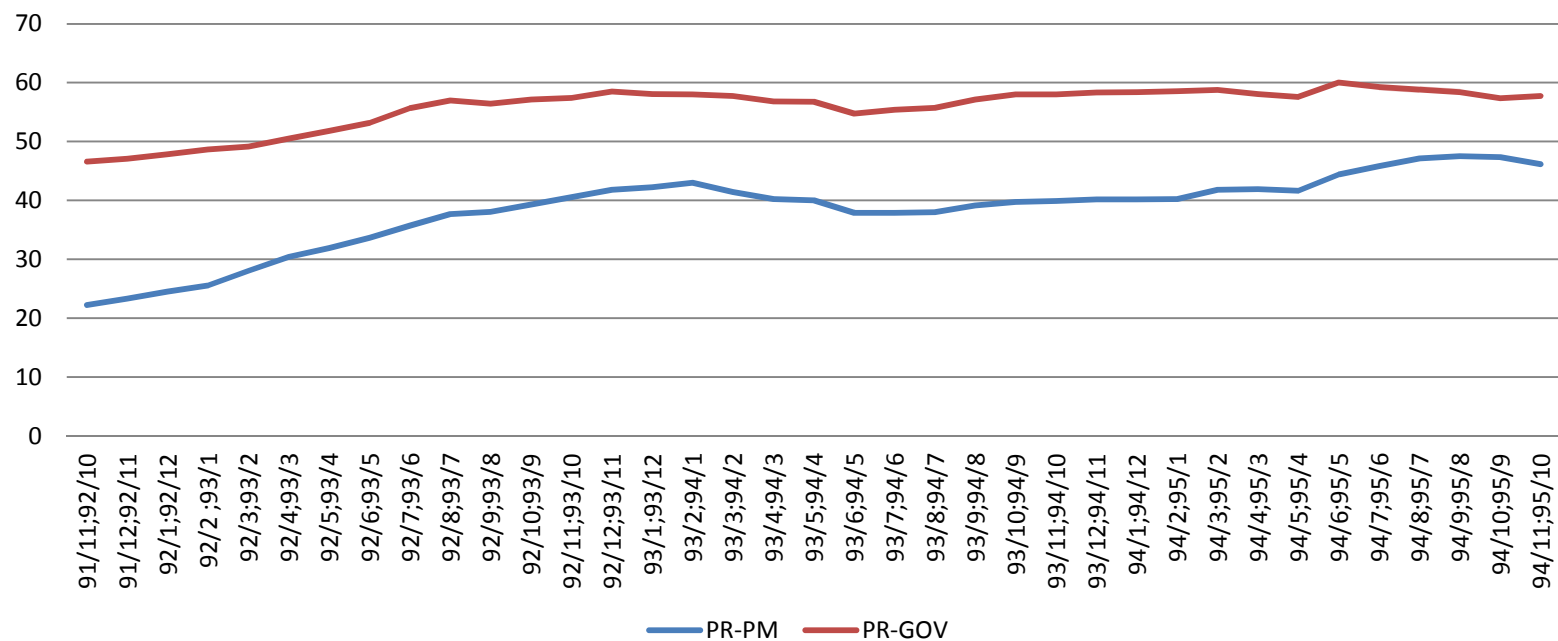


Fonte: Elaboração própria a partir das percentagens publicadas no semanário *Expresso*.

Maior diferença	1989-04/1990-03=64,63	Menor diferença	1990-11; 1991-10=27,5
-----------------	-----------------------	-----------------	-----------------------

Figura 10: Diferença média de doze meses sucessivos entre os índices de aprovação do PR e do PM e do PR e do Governo (1991/11-1995/10)

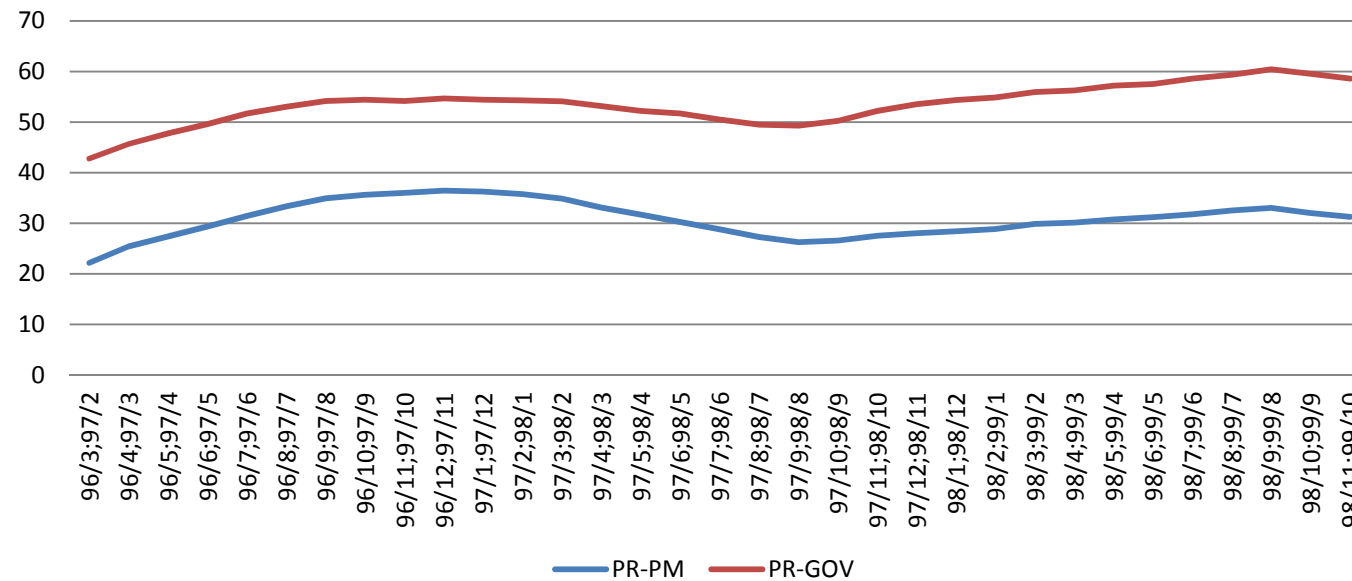
Mário Soares, PR; Cavaco Silva, PM (XII Governo)



Fonte: Elaboração própria a partir das percentagens publicadas no semanário *Expresso*.

Maior diferença	1994/09; 1995/08=47,5	Menor diferença	1991/11; 1992/10=21,83
-----------------	-----------------------	-----------------	------------------------

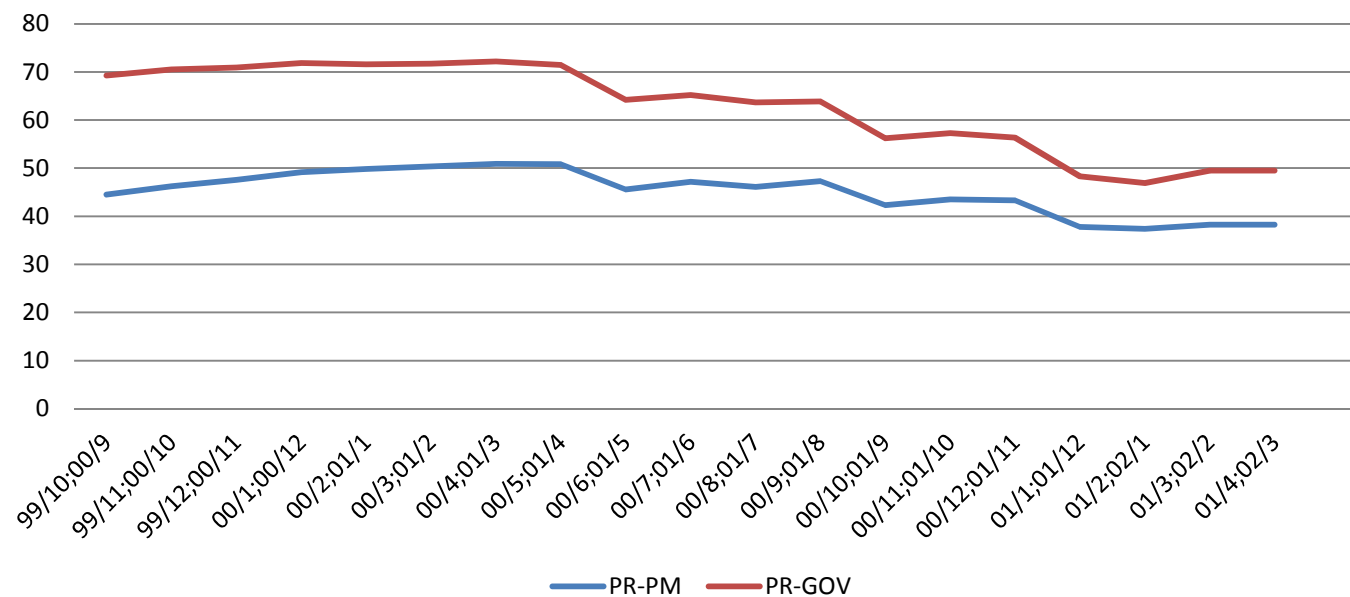
Figura 11: Diferença média de doze meses sucessivos entre os índices de aprovação do PR e do PM e do PR e do Governo (1996/03-1999/10)
Jorge Sampaio PR; António Guterres PM (XIII Governo)



Fonte: Elaboração própria a partir das percentagens publicadas no semanário *Expresso*.

Maior diferença	1996/12; 1997/11=36,41%	Menor diferença	1996/03; 1997/02=22,16
-----------------	-------------------------	-----------------	------------------------

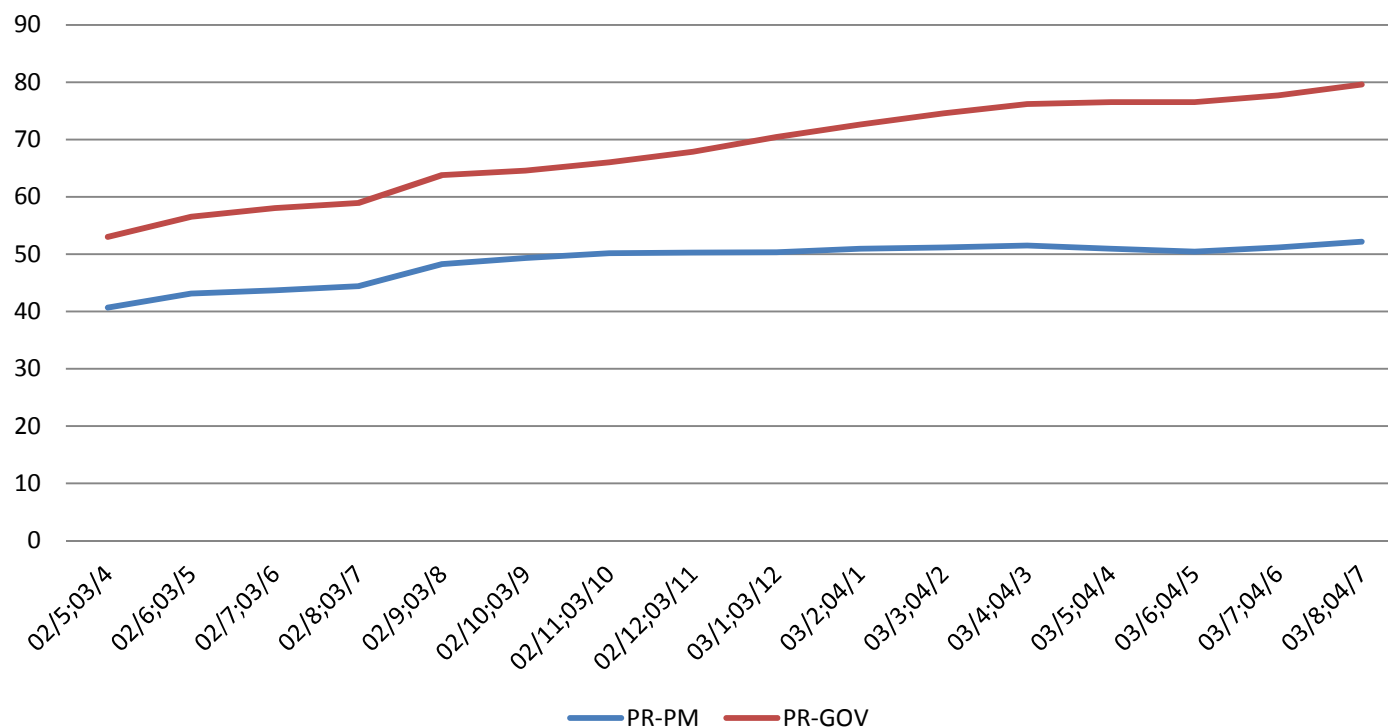
Figura 12: Diferença média de doze meses sucessivos entre os índices de aprovação do PR e do PM e do PR e do Governo (1999/10-2002/03)
Jorge Sampaio PR; António Guterres PM (XIV Governo)



Fonte: Elaboração própria a partir das percentagens publicadas no semanário *Expresso*.

Maior diferença	2000/03; 2001/02=50,90%	Menor diferença	2001/02; 2002/01=37,37
-----------------	-------------------------	-----------------	------------------------

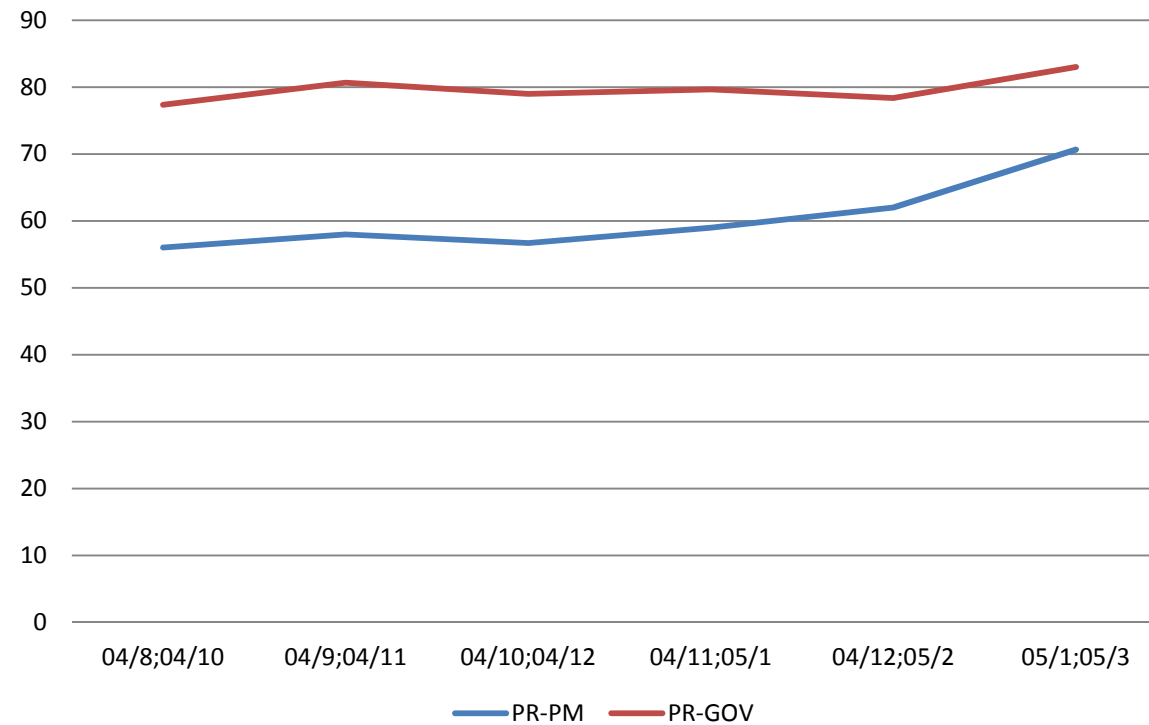
Figura 13: Diferença média de doze meses sucessivos entre os índices de aprovação do PR e do PM e do PR e do Governo (2002/05-2004/07)
Jorge Sampaio PR; Durão Barroso PM (XV Governo)



Fonte: Elaboração própria a partir das percentagens publicadas no semanário *Expresso* e disponibilizadas por *Eurosondagem*.

Maior diferença	2003/08; 2004/07=52,16	Menor diferença	2002/05; 2003/04=40,66
-----------------	------------------------	-----------------	------------------------

Figura 14: Diferença média de três meses sucessivos entre os índices de aprovação do PR e do PM e do PR e do Governo (2004/08-2005/03)
Jorge Sampaio PR; Santana Lopes PM (XVI Governo)

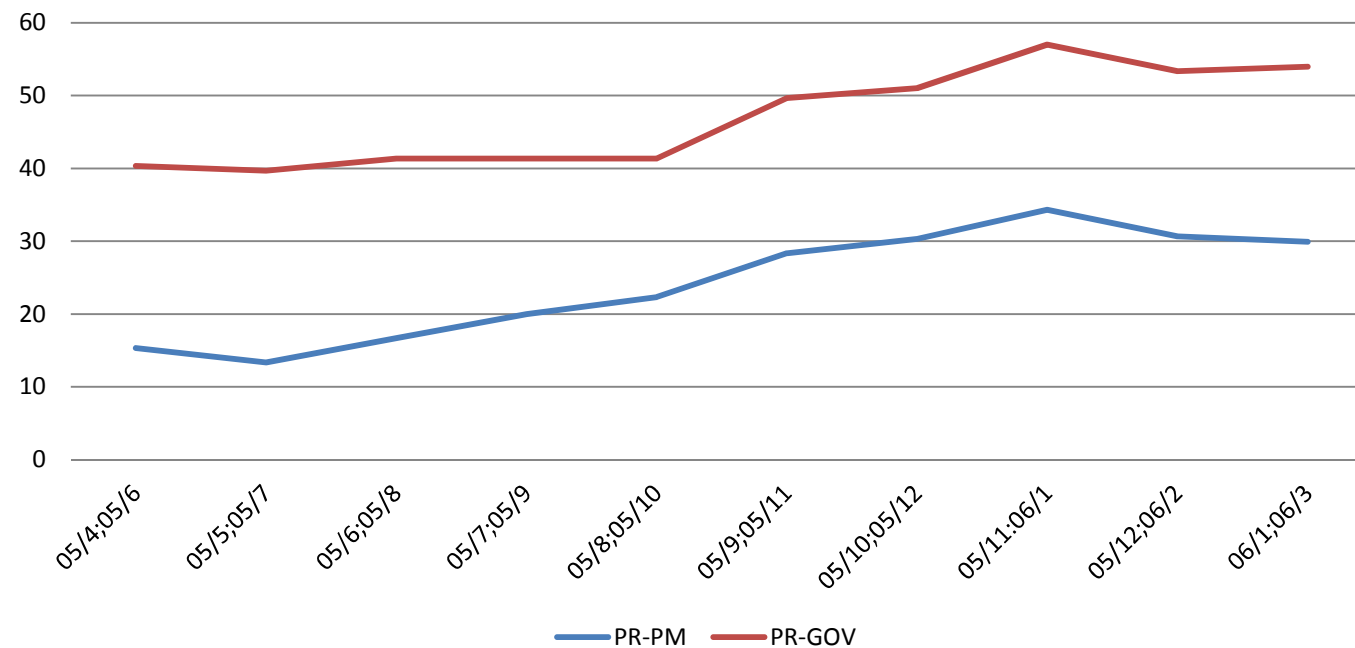


Fonte: Elaboração própria a partir das percentagens publicadas no semanário *Expresso* e disponibilizadas por *Eurosondagem*.

Maior diferença	2004/12; 2005/02=62 ⁶	Menor diferença	2004/08; 2004/10=56%
-----------------	----------------------------------	-----------------	----------------------

⁶ O governo cessou funções a 12 de março de 2005, pelo que o último trimestre a considerar é o que está indicado.

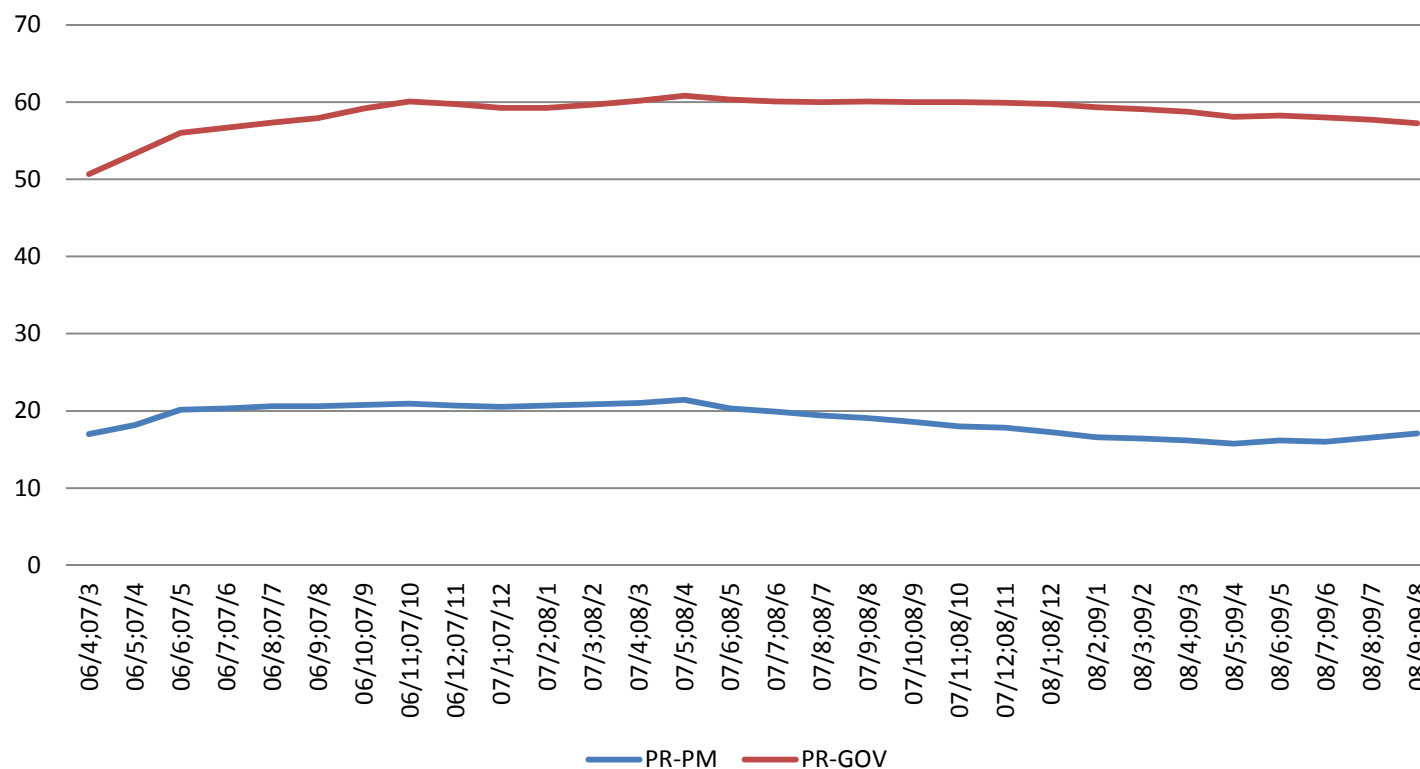
Figura 15: Diferença média de três meses sucessivos entre os índices de aprovação do PR e do PM e do PR e do Governo (2005/04-2006/03)
Jorge Sampaio PR; José Sócrates PM (XVII Governo)



Fonte: Elaboração própria a partir das percentagens publicadas no semanário *Expresso* e disponibilizadas por *Eurosondagem*.

Maior diferença	2005/11; 2006/01=34,33	Menor diferença	2005/05; 2005/07=13,33
-----------------	------------------------	-----------------	------------------------

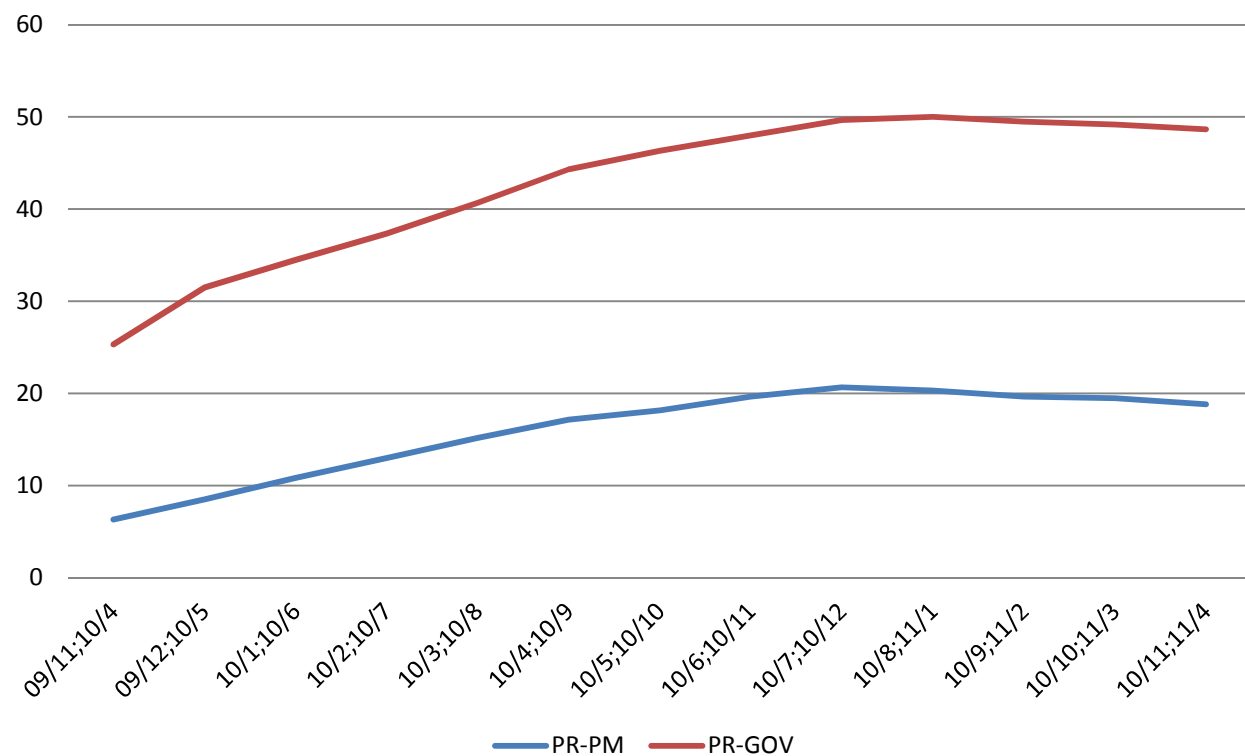
Figura 16 : Diferença média de doze meses sucessivos entre os índices de aprovação do PR e do PM e do PR e do Governo (2006/04-2009/08)
Cavaco Silva, PR; José Sócrates PM (XVII Governo)



Fonte: Elaboração própria a partir das percentagens publicadas no semanário *Expresso* e disponibilizadas por *Eurosondagem*.

Maior diferença	2007/05; 2008/04=21,41	Menor diferença	2008/05; 2009/04=15,75
-----------------	------------------------	-----------------	------------------------

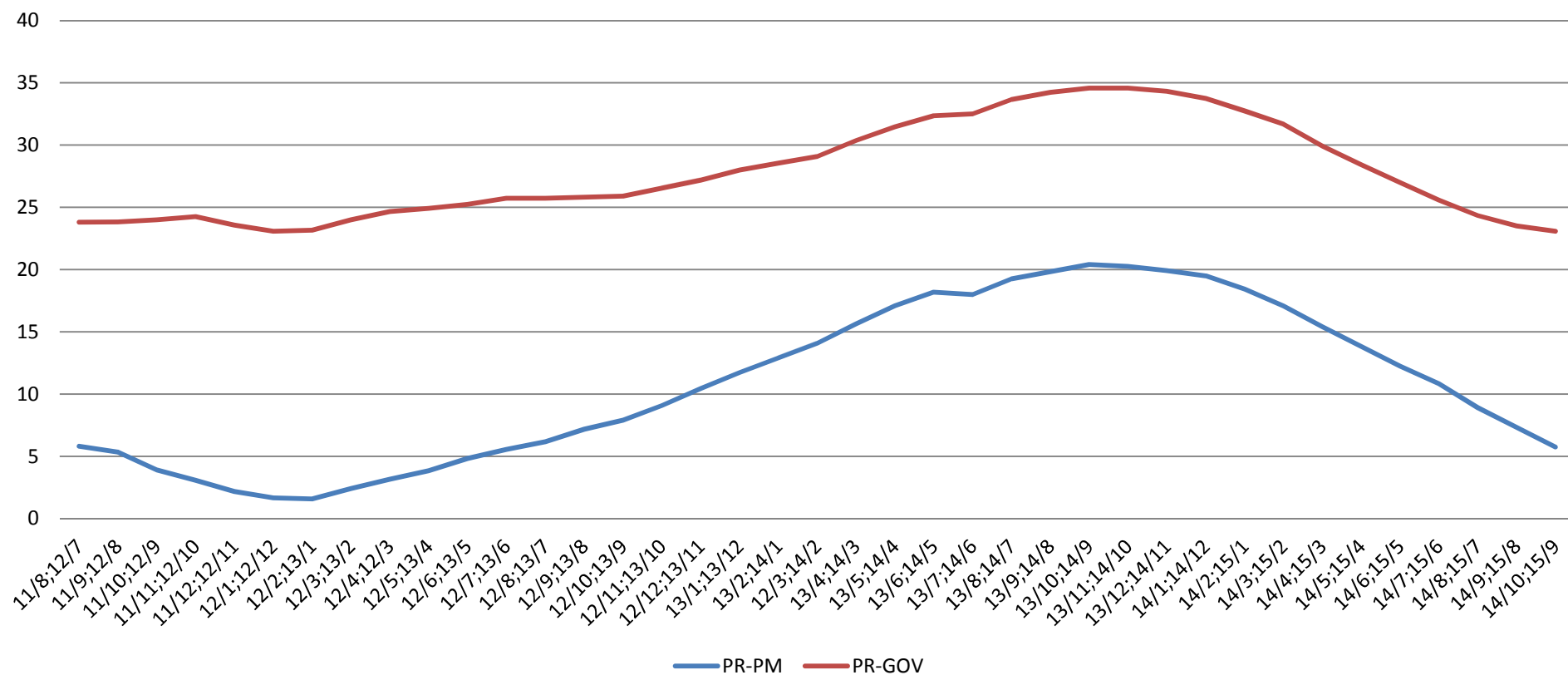
Figura 17: Diferença média de seis meses sucessivos entre os índices de aprovação do PR e do PM e do PR e do Governo (2009/11-2011/04)
Cavaco Silva, PR; José Sócrates PM (XVIII Governo)



Fonte: Elaboração própria a partir das percentagens publicadas no semanário *Expresso* e disponibilizadas por *Eurosondagem*.

Maior diferença	2010/07; 2010/12=20,66	Menor diferença	2009/11; 2010/04=6,33
-----------------	------------------------	-----------------	-----------------------

Figura 18: Diferença média de doze meses sucessivos entre os índices de aprovação do PR e do PM e do PR e do Governo (2011/08-2015/09)
Cavaco Silva, PR; Passos Coelho PM (XIX Governo)



Fonte: Elaboração própria a partir das percentagens publicadas no semanário *Expresso* e disponibilizadas por *Eurosondagem*.

Maior diferença	2013/10; 2014/09=20,41	Menor diferença	2012/02; 2013/01=1,58
-----------------	------------------------	-----------------	-----------------------

-
- ¹ IPL 1 a 45, 168 e 169.
- ² OPRS 1 a 3, 8 e 18.
- ³ PI 01 a 03 e 05 a 10.
- ⁴ IPL 46 a 57, 173, 174, 177 a 181 e 183 a 193.
- ⁵ IPL 172, 176 e 183.
- ⁶ PI 16, 17, 19, 21, 27, 30, 32, 35 e 37 a 49.
- ⁷ PI 12 A 15, 18, 20, 22 A 26, 28, 29, 31, 33, 34, 36 e 50.
- ⁸ IPL 58 a 93, 194 a 202, 204, 206 a 214, 216 e 218 a 229.
- ⁹ PI 51 a 59, 61 a 64, 66 a 76, 78 a 82 e 85 A 97.
- ¹⁰ PI 60, 65, 77, 83. 84. 98 e 99.
- ¹¹ IPL 94 a 104, 232, 233, 235 e 237.
- ¹² IPL 230, 234, 236 e 238.
- ¹³ PI 102, 103, 106, 108, 110, 114 a 117, 119, 120, 123 e 125 a 133.
- ¹⁴ PI 100, 101, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 113, 118, 121, 122 e 124.
- ¹⁵ IPL 105 a 162, 243 a 246, 248 a 250, 252, 253, 255 a 257 e 259 a 261.
- ¹⁶ OPRS 5, 14, 15, 20, 21 e 24.
- ¹⁷ PI 134 a 138, 140 a 145, 151, 152, 154 a 158, 165 a 168, 171 a 173, 175 a 188, 192 e 193.
- ¹⁸ PI 139, 146 a 150, 153, 159 a 164, 169, 170, 174 e 189 a 191.
- ¹⁹ IPL 163, 262, 263, 265, 266, 268 a 270, 273, 275 a 279, 281 a 286 e 288 a 292.
- ²⁰ PI 196, 200, 203, 204, 207 a 214, 216 a 219, 221 a 228 e 231 a 234.
- ²¹ PI 194, 195, 197 a 199, 201, 202, 205, 206, 215, 220, 229 e 230.
- ²² IPL 164 a 166, 298 a 300, 302 a 310, 313 a 321, 323 e 324.
- ²³ IPL 165, 166, 295, 301 e 312.
- ²⁴ PI 235 a 243, 245, 247 a 249, 251, 253 e 259.
- ²⁵ PI 244, 246, 250, 252 e 254 a 258.
- ²⁶ O período relativo ao segundo Governo de Pinto Balsemão abrangido pela investigação tem início na data de entrada em vigora da revisão constitucional de 1982.
- ²⁷ IPL 1 a 3, 9 a 45, 168 e 169.
- ²⁸ OPRS 1 a 3 e 18.
- ²⁹ PI 05 a 10.
- ³⁰ IPL 46, 48 a 52 e 53 a 57.
- ³¹ IPL 172, 176 e 183.
- ³² PI 16, 17, 19 e 21.
- ³³ PI 12 a 15, 18, 20 e 22.

-
- ³⁴ IPL 47, 73, 74, 81, 82, 84 a 87, 177 a 181, 184 a 192, 201, 202, 204, 213, 214 e 216.
- ³⁵ PI 27, 30, 32, 35 e 37 a 49.
- ³⁶ PI 23 a 26, 28, 29, 31, 33, 34, 36 e 50.
- ³⁷ IPL 58 a 80, 83, 88 a 92, 93, 194 a 200, 205 a 212 e 218 a 229.
- ³⁸ PI 51 a 59, 61 a 64, 66 a 76, 78 a 82 e 85 A 97.
- ³⁹ PI 60, 65, 77, 83 e 84.
- ⁴⁰ IPL 94 a 104, 232, 235 e 237.
- ⁴¹ IPL 230, 234, 236 e 238.
- ⁴² PI 102, 103, 106, 108, 110, 114 a 117, 119, 120 e 123.
- ⁴³ PI 100, 101, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 113, 118, 121 e 122.
- ⁴⁴ IPL 109 a 126, 160, 161 e 233.
- ⁴⁵ PI 125 a 138 e 140 a 142.
- ⁴⁶ IPL 105, 243 a 245, 248 a 250, 252, 253, 255 a 257, 259, 260 e 261.
- ⁴⁷ OPRS 5, 14, 15, 20 e 21.
- ⁴⁸ PI 143 a 145, 151, 152, 154 a 158, 165 a 168, 171 a 173 e 175 a 180.
- ⁴⁹ PI 146 a 150, 153, 159 a 164, 169, 170 e 174.
- ⁵⁰ IPL 106 a 108, 127 a 159 e 246.
- ⁵¹ IPL 262, 263, 265, 266, 268 a 270, 273, 276 a 279, 281 a 286 e 288 a 290.
- ⁵² PI 196, 200, 203, 204, 207 a 214, 216 a 219 e 221 a 227.
- ⁵³ PI 194, 195, 197 a 199, 201, 202, 205, 206, 215 e 220.
- ⁵⁴ IPL 163, 165, 166, 275, 291 e 292.
- ⁵⁵ IPL 274, 295, 301 e 312.
- ⁵⁶ PI 228 e 231 a 236.
- ⁵⁷ IPL 164, 298, 302 a 310, 313 a 321, 323 e 324.
- ⁵⁸ PI 237 a 243, 245, 247 a 249, 251 e 253.
- ⁵⁹ PI 244, 246, 250, 252 e 254 a 257.
- ⁶⁰ IPL 4 a 8 e 169.
- ⁶¹ IPL 1 a 3, 9 a 40 e 45.
- ⁶² PI 16, 17, 19 e 21.
- ⁶³ PI 13 a 15, 18, 20 e 22.
- ⁶⁴ IPL 81, 82, 84 a 87, 201, 202, 204, 213, 214, 216 e 228.
- ⁶⁵ IPL 61, 62, 91 a 94, 206 a 209 e 219 a 222.
- ⁶⁶ PI 57 a 59, 61 a 64 e 66 a 74.

⁶⁷ PI 118, 121 e 122.

⁶⁸ Os últimos 22 dias do último trimestre deste ciclo de 12 meses situam-se já no segundo mandado de Jorge Sampaio. Os únicos factos que caem dentro deste período são os incluídos na Tabela XII do Apêndice C com as referências PI 134 a 136.

⁶⁹ PI 137, 138 e 140 a 142.

⁷⁰ IPL 105, 243, 244, 249, 250, 255, 256, 257, 259 e 261.

⁷¹ OPRS 5, 14 e 21.

⁷² PI 151, 152, 154 a 158, 165 a 168 e 171.

⁷³ PI 153, 159 a 164, 169 e 170.

⁷⁴ IPL 263, 265, 276, 277 e 283 a 285.

⁷⁵ PI 203, 204, 207 a 214 e 216.

⁷⁶ PI 205, 206 e 215.

⁷⁷ IPL 268 a 270, 273, 281 e 288 a 290.

⁷⁸ PI 221 a 227.

⁷⁹ IPL 298, 310 e 321.

⁸⁰ IPL 302, 314 e 323.

⁸¹ IPL 46, 51, 52, 56 e 57.

⁸² PI 18, 20 e 22.

⁸³ IPL 48 a 50 e 53 a 55.

⁸⁴ IPL 81, 82, 84 a 87, 201, 202, 204, 213, 214 e 216.

⁸⁵ IPL 63, 95 a 99, 211 e 225 a 227.

⁸⁶ IPL 58 a 60, 83, 88 a 90, 218, 228 e 229.

⁸⁷ IPL 102, 103 e 237.

⁸⁸ IPL 234, 236 e 238.

⁸⁹ PI 107, 109 e 111 a 113.

⁹⁰ PI 102, 103 e 106.

⁹¹ PI 100, 101, 104, 105 e 107.

⁹² PI 134 a 138 e 140 a 142.

⁹³ IPL 245, 253 e 260.

⁹⁴ PI 172, 173 e 175 a 181.

⁹⁵ IPL 105, 243, 248 a 250, 255 a 257 e 261.

⁹⁶ OPRS 5, 14, e 21.

⁹⁷ PI 144, 145, 151, 152, 154 a 158, 165 e 166.

⁹⁸ PI 146 a 150, 153 e 159 a 164.

⁹⁹ IPL 263, 265, 276 a 278 e 283 a 285.

¹⁰⁰ PI 209 a 214 e 216 a 219.

¹⁰¹ IPL 266, 268, 269, 279, 281, 286 e 288.

¹⁰² IPL 164, 307 a 309 e 318 a 320.

¹⁰³ IPL 302, 313 e 323.

Entrevistas com ex-presidentes da República e ex-primeiros-ministros

- 1- Primeira entrevista a Ramalho Eanes, ex-Presidente da República, realizada a 10 de julho de 2012 (16 p.).
- 2- Segunda entrevista a Ramalho Eanes, ex-Presidente da República, realizada a 27 de julho de 2017 (6 p.).
- 3- Entrevista a Mário Soares, ex-Primeiro-Ministro e ex-Presidente da República, realizada a 27 de março de 2014 (3 p.).
- 4- Entrevista a Jorge Sampaio, ex-Presidente da República, realizada a 15 de julho de 2013 (12 p.).
- 5- Entrevista a Cavaco Silva, ex-Primeiro-Ministro e ex-Presidente da República, realizada a 2 de novembro de 2016 (11 p.).
- 6- Entrevista a António Guterres, ex-Primeiro-Ministro, realizada a 13 de junho de 2012 (6 p.).
- 7- Entrevista a José Sócrates, ex-Primeiro-Ministro, realizada a 23 de junho de 2012 (10 p.).



Entrevista ao General Ramalho Eanes

(Transcrição parcial da entrevista gravada a 10 de julho de 2012)

.../...

VF: Senhor General, voltaremos depois a tocar neste tema quando falarmos da ação do Presidente; agora iríamos começar com o semipresidencialismo. E aí a questão que lhe colocaria, sabendo-se que o semipresidencialismo é um sistema de governo muito flexível, portanto que permite modelos diferenciados, alguns muito próximos ao sistema parlamentar, como o da Áustria, Irlanda e outros, já com o papel do Presidente muito mais ativo, a questão que lhe colocava era: Parece-lhe que o modelo, tal como se consolidou em Portugal, é o mais ajustado às necessidades do nosso País?

RE: Eu tenho refletido muito sobre isso e devo confessar que tenho chegado por vezes a conclusões que não são iguais. Eu no fundo entendo que tendo em consideração a situação em que vivia o País na altura, e é desnecessário estar enfim a descrevê-la, porque a conhece, com um sistema partidário insipiente, em que a relação dos partidos com a sociedade era uma relação ainda inacabada, com um Partido Comunista extremamente organizado e forte, com um sistema social que era aquele que tínhamos, que era um sistema social em que as diferentes organizações estavam a constituir-se e em que também a ação do PC era dominante, com uma democracia, o país tinha passado um processo de grande agitação, e em que os militares tinham enfim, por razões especiais, ocupado muito do espaço político, nesta altura eu julgo que o presidencialismo era indispensável. Indispensável porquê? Porque ele seria sempre como que uma reserva do sistema do governo, ou antes, do próprio regime, quando tudo parecesse ter-se esgotado, quando todas as vias de apelo democrático da Nação pudessem parecer que se tinham esgotado, havia sempre uma via de reserva que era a via presidencial. Isso

aconteceu aliás, como se recorda, nos primeiros tempos. Porque os partidos e o sistema de governo não estavam ainda suficientemente rodados, não tinham ainda uma interação perfeitamente correta, por vezes muitas vezes, ao apelo social, não respondia nem os partidos nem o governo. E quando assim acontecia, esse apelo social transbordava para o presidente. Creio que há dados que referem isso de uma maneira interessante, é que esse excesso de demanda social caia nas mãos do Presidente e o Presidente respondia-lhes. Estou a pensar na greve dos pilotos da TAP. O Dr. Sá Carneiro entendia que era necessário acabar com, ou antes, era necessário dar uma lição aos sindicatos, e não podia dar uma lição aos sindicatos através de uma lição ao sindicato do PCP. Porque isso ia causar um grande problema e naturalmente isso ia dizer que era uma retaliação ideológica. Agora se ele desse uma lição a um sindicato que estava na sua área, é evidente que não se podia dizer nada disso. E ele pretendeu dar essa lição aos sindicatos através do sindicato da TAP. Bom e o sindicato da TAP recorre para o Presidente na situação extrema, e o Presidente aí tem na Constituição que é o interesse geral comum e o interesse geral comum era dispor de uma companhia aérea que tivesse prestígio e capacidade e tivesse capacidade distintiva de acorrer a situações especiais, como de crise, como já tinha acontecido em Angola e em Moçambique, o Presidente acaba por resolver o problema. Depois era indispensável ainda, que o Presidente tivesse poder político visível para poder fazer com que voltassem a quartéis os militares e com que as portas de armas, .../..., pudessem ser fechadas por sua ordem às fidelidades partidárias. Porque o que é que tinha acontecido? O que tinha acontecido era que naquele período de conturbação, os militares como todos os cidadãos, que tinham as suas opções ideológicas, que perante a desinstitucionalização militar, e portanto a abolição de fidelidades que essa institucionalização determina, acabaram por ter ligações partidárias a todos os partidos, ao PC e a todos os partidos, não é, e é evidente que estas obrigações partidárias criaram situações delicadas aos próprios militares, individualmente considerados. Porque quando regressam aos quartéis e se lhes diz que agora vai haver uma reinstitucionalização e agora voltamos àquilo que é a ideologia formal das forças armadas em todos os regimes comunistas ou capitalistas, que é a disciplina, a

competência, de maneira que quando se diz isto, há uma certa dificuldade. Bom se o comandante superior das forças armadas, porque é Presidente da República, for o homem que detém o poder político, é evidente que esse poder político torna a sua ação nesta área, se quiser, muito mais persuasiva.

VF: O poder político e a legitimidade que a eleição direta lhe confere.

RE: O poder político e a legitimidade, eu quando falo no poder político falo na legitimidade que esse poder político lhe confere. Porque se é um presidente corta fitas, bom quer se queira quer não, a instituição militar que tem da vida institucional uma percepção de competência, na instituição militar não há negociação, há ordens, a negociação nem estará enfim sobretudo na vida política, e os militares têm uma certa dificuldade em perceber isso porque como eles têm uma ideologia formal em que a competência é fundamental, quer dizer quem encara uma situação, decide uma ação e logo que é decidido executa. Portanto eles têm uma certa dificuldade em perceber a vida política porque aí perante uma situação toma-se uma pré-decisão. E uma pré-decisão porque depois possivelmente é necessário negociá-la longamente com as forças partidárias, com as forças sociais, e na negociação notifica-se e só depois é que se pode passar essa pré-decisão para a ação. Porque a ação já é relativamente consensual. Portanto aqui não há uma predominância da competência, aqui há uma predominância do consenso. Os militares têm uma certa dificuldade em fazer isso. Portanto o Presidente da República tendo esse poder político, obviamente esse poder político e essa legitimidade, tinha uma maior capacidade de interferência. E depois como se recorda, numa sociedade estabilizada, as maiorias parlamentares formam-se naturalmente. Porquê? Porque há um entendimento de que como são necessários consensos, ou maiorias, elas têm de se constituir e portanto os partidos têm que ceder. E esse cidadão percebe isso bem. Bom mas numa situação idêntica à nossa em que tudo estava muito extremado os partidos, os governos monopartidários e sem maioria eram quase indispensáveis. Para quê? Para criar condições de estabilização. Por exemplo, eu sou acusado de em plena campanha eleitoral e logo ainda antes de ser o primeiro Presidente, candidato, ter dito que era

indispensável que o governo que se constituísse depois das eleições, fosse constituído pelo Partido Socialista. Bom, mas obviamente eu dizia isso e depois fiz isso porquê? Porque entendia que na sociedade tal como se encontrava só o Partido Socialista poderia fazer um trabalho de transição; não é competente, é um trabalho de ajustamento, de compensação suficiente. Dito de outra maneira a sociedade estava intolerante e ela tinha que estar tolerante porque senão não há democracia. Mas para se tornar tolerante ela tinha que se habituar a aceitar como razoáveis, todas as decisões que os portugueses tomassem, nomeadamente, através das instituições partidárias. Quer dizer, só depois de um partido, que tinha capacidade de dialogar com todos os partidos desde o PC, desde o PC não, desde a extrema-esquerda, não era o PC, até à extrema-direita parlamentar, só depois e a população perceber, de sofrer a ação pedagógica dessa comunicação, desse partido com todos os outros, é que se poderia estabelecer uma certa normalização democrática. Porque a gente fala na transição democrática, a transição democrática pode ser encarada numa perspetiva puramente institucional, agora a transição democrática institucional tem muito de artificial, porque se porventura a sociedade não se modificar a transição institucional faz-se, ficam as instituições mas entre as instituições e a sociedade civil não há ligação, não há interação.

VF: A transição cultural

RE: É isso mesmo. O que é indispensável é que haja uma transição político-cultural. E isso fez-se.

VF: Passados estes anos o Senhor General continua a entender que o semipresidencialismo continua a ser o mais ajustado.

RE: Não, como eu disse tenho chegado a conclusões diversas. Olhando para a génese e para os primeiros tempos eu entendo que foi uma grande solução. Olhando para a situação intermédia poderemos ter dúvidas até porque se constituíram maiorias naturais, etc. Olhando para a posição atual, eu volto a dizer que realmente é a melhor solução. E até entendo que ele deveria ser relativamente mais acentuado. Mais acentuado como? Bom, o Presidente da República porque é eleito por sufrágio universal não

pode limitar-se a fazer discursos. Porque em situações de normalidade a população ouve os discursos e gosta ou não gosta. Em situações de anormalidade a população ouve os discursos mas o discurso é um anúncio de uma ação. Obviamente o Presidente não se deve substituir ao Governo, mas o Presidente deve ter a possibilidade de ter uma certa ação sobre o Governo. Como sabe num sistema de governo semipresidencial, o Presidente tem o poder ou deveria ter o poder de pressão e o poder de intervenção. O poder de pressão através da palavra, através das mensagens, através do esclarecimento da opinião pública sobre aquilo que são as grandes questões e os grandes interesses e as grandes adversidades, e depois a intervenção através das mensagens, através das relações diretas institucionais que tem com o primeiro-ministro e depois através da apreciação da constitucionalidade, depois através do veto e depois inclusivamente através de uma pressão direta sobre o governo, quando ele entende que o governo, por razões que se prendem com a sua natureza e com a sua relação com a sociedade, que se está a desviar daquilo que referiu que é a ética exigida pela realização do bem comum. Portanto numa situação destas, eu entendo que o papel do semipresidencialismo volta a ser importante. Porquê? Porque numa situação de crise como esta é necessário que haja, se quiser, um sistema de fusíveis. O primeiro fusível, entendo eu, são as formações partidárias e as forças sociais, no diálogo que mantêm com o Governo e no caso das forças partidárias, o controle que exercem sobre o Governo, é o primeiro fusível. O segundo fusível, dado que havendo uma maioria e tal como nós funcionamos em maioria, o primeiro-ministro acaba por ter um poder que é quase completo, quase que é total, e quando ele não exerce convenientemente esse poder numa perspetiva geral ou na perspetiva do Presidente, dito de outra maneira, quando ele tendo uma legitimidade de título indiscutível porque foi eleito e pela sua ação começa a ter uma legitimidade de exercício discutível, o Presidente deve ter capacidade de interferir. Agudizando o poder de pressão e o poder de intervenção, para não ter que utilizar aquilo que são os grandes poderes que é a dissolução, que naturalmente traz custos enormes sobretudo em situações de perturbação. Porque eu entendo que em situações de crise como é esta e como serão as próximas .../...

E acho que o Presidente da República não estando sujeito aquilo que são apesar de tudo os condicionamentos político partidários a que estão sujeitos os líderes dos partidos políticos, pode ter um papel importante. Há aqui apenas um aspeto que eu já referi várias vezes e que aqui gostaria de realçar, eu entendo que o Presidente da República não devia ter 2 ou 3 mandatos, não, devia ter um mandato. Um mandato alargado, um mandato suponhamos de 7 anos. Mas ao fim de 7 anos ele não pode recandidatar-se. Porquê? Porque é que eu digo isto? Bom digo isto porque o Presidente deve trabalhar para o País, para o bem comum, e deve fazê-lo numa perspetiva do que todos os homens procuram, como dizia Hannah Arendt, procuram eternizar-se. Bem e o Presidente da República é um homem que chega ali procura a eternização através do trabalho que produz, através daquilo que fez. Portanto um Presidente da República com um só mandato trabalha para o País porque trabalha para a história. Portanto serve todos porque de alguma maneira utiliza todos para se servir a ele que é

VF: De alguma forma o Sr. General também está a dizer que neste modelo com 2 mandatos, no primeiro mandato o Presidente fica condicionado porque procura a reeleição, não é?

RE: O regresso é por preferência própria. Eu pensei em não me recandidatar, como sabe, em determinada altura até disse que se um dos dois líderes partidários PS ou PSD se candidatassem eu não me candidataria. Mas depois não se candidataram, como sabe. Mas em determinada altura senti que tinha que me recandidatar, porque é evidente que quando eu disse que admito não me recandidatar de imediato aí algumas das aves de rapinas começaram a dizer: “Pois, o tipo só tem feito asneiras, sabe que se se recandidatasse agora era um banho monumental”. Bem e um tipo começa a pensar, começa a pensar não, pensa estes tipos não têm o direito, nenhum direito, têm o direito de criticar mas não têm o direito de julgar. De maneira que se querem que se entre num julgamento então que seja o eleitorado a julgar. E o Presidente tem necessidade de fazer um segundo mandato. E nos últimos dois anos, no último ano sobretudo, do primeiro mandato, a ação do Presidente é muito prejudicada pela necessidade de ser reeleito. Porque se não é reeleito, é condenado. E é uma condenação

definitiva, que é uma coisa complicada. Portanto o Presidente devia ter um só mandato e deveria ser mais extenso, para quê? Para que não tivesse nada a ver com os ciclos eleitorais. E o Presidente soubesse que em princípio a população lhe iria dar várias soluções político partidárias e era com essas soluções que ele tinha que trabalhar. E isso acabaria por, em meu entender, dar maior liberdade e eventualmente eficácia à ação presidencial.

VF: Senhor General ainda em relação a este tema, o Senhor General pensa que o modelo poderá vir a ser questionado proximamente, ou seja, que se poderá colocar a questão da mudança do semipresidencialismo para o parlamentarismo ou

RE: Eu entendo que os povos, ou antes, os povos não, entendo que as nações devem ser corpos vivos e devem viver um processo permanente de ensino. Não é de aprendizagem, é de ensino. Devem portanto estar permanentemente a receber enfim o reflexo da cultura e devem estar permanentemente a criar cultura. Em todos os ramos, até na área política. Isto é para dizer que quando dizem que há uma constituição ponto final, eu digo não, não há uma constituição ponto final, há uma constituição que os portugueses devem olhar, que devem exigir aos responsáveis intelectuais que analisem e que devem notificar sempre que entendam embora as constituições devam ser tão flexíveis e tão pequenas que não haja necessidade de as estar a mudar constantemente porque elas devem ser de alguma maneira, referências. Mas isso faz com que se é assim em relação à constituição, já não seja assim em relação ao sistema do Governo. O sistema do Governo deve ser ajustado àquilo que são as necessidades reais do país. Àquilo que é a evolução do mundo e ao reflexo dessa evolução nessas necessidades. Portanto eu admito que em qualquer altura haja uma mudança. Agora tendo em consideração a nossa situação e a nossa maneira cultural de ser, a nossa maneira de ser, há possibilidades ou há o perigo de fazermos mudança não porque a mudança é imposta pela necessidade de nos modernizarmos, mas de fazermos mudança por razões que se prendem um pouco com a conjuntura e com os interesses do mundo partidário atual. Portanto eu posso pensar que porque o Presidente é uma ameaça, é uma ameaça real,

à estabilidade dos Governos, embora eu ache que é uma ameaça à estabilidade que não é propiciadora de modernização dos Governos. Se um Governo estiver a funcionar bem, o Presidente da República a única coisa que tem que fazer é apoiá-lo, estimulá-lo. Bom, mas se a estabilidade é uma estabilidade não de afirmação mas de negação, bom o Presidente tem que atuar também, naturalmente instabilizando. Até para que essa instabilização seja um fator de movimento de transformação. Pode acontecer que se queira mudar o sistema do Governo, parlamentarizando-o por razões que não sejam as melhores. Quer dizer, um País com uma velha democracia perfeitamente estabilizado, como é o caso da Alemanha, bom aí eu diria quase que se justifica uma parlamentarização, porquê? Porque a democracia está tão rodada, o País está tão modernizado, que importa que em qualquer altura haja uma autoridade única definidora. E ainda porque essa sociedade é extremamente forte, porque enfim, como sabe há ali uma rede entre a indústria, as universidades, os sindicatos e o próprio Governo que aquilo é uma malha, contrariamente àquilo que muitas vezes se diz que é uma malha que estabiliza monocromaticamente, eu acho que aquilo estabiliza de uma maneira instável, porque ou aquilo responde àqueles diferentes interesses, que são muito diferentes, que têm manifestações, discursos diferentes, ou não responde e aquilo entra em perturbação. Portanto essa resposta implica uma única cabeça política. Bom, isso acontece na Alemanha ou eventualmente em Inglaterra, não acontece em Portugal. Onde, aliás como sabe, os regimes, os sistemas de governo semipresidenciais aparecem normalmente depois de perturbações de vária ordem, aparecem portanto normalmente em resposta a períodos de grande instabilidade.

VF: E as dificuldades de financiamento do funcionamento do parlamentarismo. Senhor General, um outro tópico, tem que ver com o papel do Presidente na formação de Governos, ou mesmo, na, digamos, na ação do próprio Governo. Os três últimos Presidentes eram originários de partidos políticos mas nunca tivemos uma experiência como a francesa, fora do contexto da coabitação, em que quem dirige de facto o Governo é o Presidente. Parece-lhe que no caso Português, nomeadamente numa situação em que fosse difícil a formação de uma

maioria estável, que o Presidente deveria ter uma ação mais direta na tentativa de encontrar uma solução de consenso ou uma solução que reunisse o mínimo de condições para poder sobreviver?

RE: Chamo-lhe a atenção para dois casos. Depois da queda do segundo governo, o governo tinha por base um acordo de existência parlamentar, depois dessa situação, nós não tínhamos qualquer possibilidade de entendimento interpartidário. Primeiro porque o PS estava de mal com o CDS, e o CDS dizia que não fazia um acordo com o PS, o PSD que se entendeu poderia eventualmente entrar num Governo de coligação ou não, sobretudo depois de algumas experiências que tinham resultado nomeadamente em matéria da reforma agrária, a lei da reforma agrária, a lei Barreto, que entrou em crise com a auto exoneração do Dr. Sá Carneiro, bom e com o PC o PS não se podia ligar porque seria uma ligação suicidária tendo em consideração o PSD e o CDS. Não havia, como sabe, não havia lei eleitoral, na altura, e o recenseamento não estava atualizado, não havia possibilidade, e aí houve necessidade de recorrer a soluções que já tinham sido utilizadas em diversos países, nomeadamente na Irlanda, e na Irlanda não muito anteriormente, em 71, quando foi exigida a grande coligação. E aí, o que é que se tentou? Tentou-se primeiro um Governo de técnicos. Porquê? Bom, porque se entendia que havia que dar tempo aos partidos para que encontrassem uma solução partidária. Como aliás seria próprio do regime, que é o caso do Nobre da Costa. E técnicos, porquê? Bom porque os técnicos vão responder aos problemas técnico-políticos que o País tem, que são os problemas de gestão corrente, mas não vai ameaçar ninguém. Quer dizer não vai ser necessariamente inscritos num partido porque aqueles homens não têm vocação. Bom o governo não passa e entende-se que o Governo a seguir tem que ser um Governo já não tanto técnico mas político, que possa negociar com os partidos políticos, porque os partidos recursaram um governo técnico e aí entra o Mota Pinto. O Mota Pinto que era uma excelente pessoa, que era um grande professor mas que tinha ambições e com quem houve depois problemas. Não só a nível partidário mas também a outros níveis. Bom de qualquer maneira o parlamento acaba por obstruir esta solução fazendo uma resistência sistemática. Bom e isso leva a que ele tenha que ser exonerado. Depois só resta, e aí já é possível,

porque já existem os mecanismos necessários, fazer eleições. E entende-se que é necessário fazer eleições naquela altura tão corretas quanto possível. Portanto com alguém que tenha mostrado que tem na vida política uma conceção ética, que se preocupa com o bem comum, que tenha uma posição ideológica muito clara mas não muito marcada, que são coisas diferentes, é uma posição ideológica de esquerda mas é uma posição que sendo de esquerda não é estranha inteiramente ao PC, que é muito concordante com o PS e que cobre determinadas áreas do próprio PSD e CDS. Sobretudo são aquelas áreas que têm alguma coisa a ver com a doutrina social da igreja. Portanto pretendeu-se arranjar uma mulher que cobrisse essa área. Bem e naturalmente ter uma mulher que pudesse durante aqueles 100 dias não deixar o País parar, porque o País estava numa situação económica grave. Portanto há este aspeto que mostra que pode haver situações limite, e esta é uma situação limite, em que o Presidente tenha que atuar, mesmo contra os interesses dos partidos. Obviamente o PS não queria esta solução. O PS queria continuar no Governo obviamente como minoritário. O Presidente não pode aceitar isso porque sabia que um governo minoritário poderia eventualmente dar algum tempo ao PS, agora o que retirava era tempo modernizando o país. Bom o que importa, julgo eu, num sistema democrático, é que os governos sejam sempre governos que sejam fiscalizados, observados, controlados pelo Parlamento, e que tenham obviamente o seu apoio. Dito de outra maneira, o Parlamento tem que ter indiscutivelmente uma legitimidade direta. O Governo em meu entender, tem que ter uma legitimidade de título, que pode ser direta ou indireta; o que tem de ter depois é uma legitimidade de exercício controlada. E eu entendo que deve ser duplamente controlada, pelo Parlamento e pelo Presidente. Agora no caso por exemplo da Itália, não se pode dizer que o Governo não é democrático. Não é um governo que resulte de eleições? Resulta, porque quem escolheu o Governo, ou quem aceitou aquele Governo foi o Parlamento. E o Parlamento tem uma legitimidade indiscutível. Bom e eu pergunto: Será que os Juizes do Tribunal Constitucional não têm legitimidade? Legitimidade política, porque aquele órgão não é um órgão judicial, é um órgão político judicial, têm. Têm uma legitimidade política indireta.

VF: Em certas circunstâncias é perfeitamente aceitável que o Presidente procure entre as forças políticas até encontrar uma solução de Governo que possa sobreviver?

RE: É. Não escondo que eu entendi que em determinada altura, depois das eleições, se o Presidente da República procurasse constituir uma grande coligação, não gosto dos termos salvação nacional, liberdade nacional, etc., mas uma grande coligação como aliás se tentou em 71, se justificava. E entendeu aquela coligação como sabe porque tinha havido um choque petrolífero com consequências realmente devastadoras na economia. Bom, nós não temos um choque petrolífero, nós temos tudo, todos os choques em cima. E temos enfim, um choque permanente, sistemático, da dívida que acaba de alguma maneira por nos sugar tudo aquilo que produzimos. Quer dizer o serviço da dívida é tão pesado, tão pesado que é muito difícil sair disto. É muito difícil desenvolver a economia, modernizar a economia, manter o estado social e aí não há estado social mínimo. Pois fala-se no estado social, não há estado social mínimo. Há um estado social necessário. O estado social necessário é aquele que responde às necessidades básicas das pessoas, com dignidade. Portanto nesta situação eu julgo que se justificaria os esforços de um Presidente, de um sistema de Governo semipresidencial, para conseguir uma grande coligação que pudesse fornecer uma base política e social àquilo que são as grandes reformas naturais necessárias, sabendo todos nós que fazer grandes reformas em democracia é um problema quase que inviável porque as grandes reformas colidem com os grandes interesses e eles reagem. Mas para fazer as grandes reformas ainda que seja de uma maneira paulatina, enfim de uma maneira faseada, é indispensável que haja um maior consenso social, um maior consenso político. E isso em meu entender justificaria em certa medida essa ação. Poder-se-á dizer que esse consenso existe de alguma maneira porque há o acordo com a *troika*. Bom o acordo com a *troika* é uma imposição.... E o País não pode aceitar que aquela seja a solução. O País pode achar que aquele seja o instrumento para... O instrumento para realizar um trabalho que é temporário. Mas obviamente tem que readquirir a sua autonomia, porque hoje não há independência de soberanias como sabe, e isso implica naturalmente que ele próprio tenha muito bem desenhada a estratégia de modernização que deseja.

Embora depois na ação os ajustamentos táticos tenham a ver com a negociação política, com a negociação social, com a disponibilidade de meios, mobilização de pessoas e quadros, etc.

VF: Senhor General um outro aspeto que tem que ver com esta circunstância. Os Presidentes da República em Portugal sempre registaram níveis de aprovação por parte dos cidadãos muito superiores àquilo que se verificava nas outras instituições políticas. Isto tudo deve-se apenas, como poderão dizer alguns, ao facto de o Presidente não ter que tomar decisões desagradáveis, ou está associado também ao facto de os portugueses verem naquele cidadão, ou reconhecerem naquele cidadão, uma pessoa de facto acima das questiúnculas e do quotidiano da ação político partidária?

RE: Eu para lhe responder com toda a honestidade, devo dizer-lhe que não sei. Tenho sobre isso uma mera opinião. A minha opinião é que nós portugueses, e eu diria infelizmente, temos uma certa tendência para sacralizar o poder. O poder para os portugueses não é um instrumento que eles têm que controlar para realizar aquilo que são o seu bem comum, o seu interesse comum, o poder não, o poder é aquilo que se esperam milagres. Às vezes digo que nós até sacralizamos o poder, até dizemos que há governos em estados de graça. Ora se o governo é realmente uma organização instrumental da sociedade, as organizações instrumentais nunca têm estados de graça, têm competências ou incompetências, têm capacidade ou não têm capacidade. De maneira que há uma certa sacralização do poder. Bom e naturalmente sacraliza-se aquilo que está mais distante. Aquilo que está ligado e que está distante. É aliás uma das características da sacralização. Nós temos adoração especial por um Santo, pelo qual sentimos uma maior afeição, pelo qual estamos mais próximos mas do qual estamos imensamente distantes. A distância que separa a sobriedade da santidade. Portanto esta sacralização transplanta-se de alguma maneira para o poder. Qual é o que está mais próximo e o mais distante? É o Presidente. O Presidente é eleito por todos, ou representa todos, portanto está muito próximo mas como não tem muito a ver com o dia-a-dia, com as questões que afetam as pessoas, as pessoas estão muito distantes. Portanto essa sacralização de alguma maneira confere-lhe uma certa proteção. Depois, bom depois, enfim por força da própria natureza do sistema de governo semipresidencial e da ideia da situação política os primeiros tempos do semipresidencialismo, o Presidente várias vezes mostrou oposição ao governo. Muito em

particular, ficaram famosos os discursos do 25 de Abril, quando o Presidente dizia que não se pode esperar. E não se pode esperar porque a realidade do país e a outra realidade que nos envolve, exigem mudanças e mudanças relativamente rápidas. E o futuro dos portugueses portanto num primeiro tempo, houve manifestações reiteradas de oposição ao governo. E não ao partido A ou ao partido B, os partidos pretenderam dizer que era assim. Bom mas com essa oposição que começa a surgir ao partido A e ao partido B ou ao partido C, aos partidos que tinham responsabilidade governamental e depois quando os partidos não tinham responsabilidade governamental, até havia uma boa relação do Presidente com eles, a população percebeu que aquele individuo de alguma maneira, faz aquilo que nós gostaríamos de fazer, digo nós organizações da sociedade civil. E isso fez com que houvesse, que essa sacralização de alguma maneira, tivesse como que um reforço. Depois com os outros Presidentes, a situação felizmente foi diferente, e a atuação deles não foi tão conflitual mas também teve aspetos de conflito que de alguma maneira confirmam ou reportam isto. Com o atual Presidente isso também aconteceu. O grande problema é que o atual Presidente tem uma marca, que não tem culpa, mas tem uma marca partidária muito acentuada. Porquê? Porque foi primeiro-ministro. E um primeiro-ministro maioritário durante muitos anos. E ainda porque é um homem que tem uma personalidade que, como todas as personalidades, é muito especial, não é boa nem má, é especial, mas que contribui para manter uma certa distância e um certo afastamento entre ele e os eleitores. Bom essa marca, e o facto de agora ter uma maioria que no entendimento ou no sentimento ou na intuição popular lhe é afeta, e ainda porque a crise começa a ter um dramatismo que não tinha até aqui e porque os portugueses estão a passar daquela fase que é a fase de resignação, a que muitos políticos entendem que é a fase em que os portugueses permanecem como se porventura aquilo fosse um limbo político, não é verdade, o Unamuno explica que os portugueses passam da resignação à indignação muito rapidamente. .../... De maneira que eu creio que toda esta situação acaba por criar ao Presidente atual, dificuldades grandes. E dificuldades maiores porque o Presidente tem tido em relação ao Governo, nomeadamente ao Governo actual, posições de alguma, não é de alguma contração, é de alguma discordância manifesta. Agora dadas as alterações que houve nomeadamente nos poderes do Presidente e dado o facto de o Governo não ser dependente politicamente do Presidente, o Presidente da República tem uma certa dificuldade em secundar a ação discursiva com outras ações. E como as pessoas o ouvem falar e não

ouvem fazer depois, o que dizem ou que perguntam é porque é que ele não faz. E isso cria em meu entender algum afastamento da população em relação ao Presidente, as manifestações últimas têm, algumas manifestações últimas, como dizíamos há pouco, muitas delas têm claramente um sinal de origem, mas algumas pareçam significar um certo desencanto da população em relação ao Presidente.

.../...

VF: Senhor General, uma última questão... A análise dos poderes do Presidente tem estado a ser feita com base na investigação documental, nos arquivos, etc., Há uma matéria em relação à qual praticamente só o testemunho dos protagonistas é que pode dar uma ideia de como é que funcionava. Não pretendo, digamos, a exploração de casos concretos, mas gostaria de saber como é que funcionam. As reuniões periódicas entre o Presidente e o Primeiro-ministro baseavam-se, baseiam-se habitualmente numa agenda pré-definida, o primeiro-ministro presta as suas informações ao Presidente mas há também, digamos, uma introdução de temas por parte do próprio Presidente, como é que habitualmente funcionavam?

RE: No meu tempo houve realmente períodos, enfim que houve uma diferença grande. Mas o que era habitual era em matéria de política externa as questões eram naturalmente tratadas com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, porque o Ministro dos Negócios Estrangeiros tinha reuniões com o Presidente praticamente periódicas. Sempre que ele ia a apresentação de credenciais ou ia a visitas ao estrangeiro ou recebia visitas de estrangeiros, havia reuniões preparatórias e essas reuniões eram feitas com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. As questões de defesa, bom as questões de defesa tinham um tratamento especial porque durante o primeira mandato eu era o Comandante Geral das Forças Armadas, mas no segundo mandato também as questões de defesa eram tratadas ou com o Ministro da Defesa ou com o Chefe de Estado-maior-General ou com os dois. Porque o Presidente é o Comandante Supremo das Forças Armadas, embora aí haja uma indefinição inaceitável, que até se estabelece na lei da defesa nacional que o Presidente pode aconselhar as forças armadas em privado, um Comandante não aconselha ninguém em privado, um Comandante, comanda. Mas como aquilo foi feito contra mim e eu tinha sido Chefe de Estado-Maior, percebe-se. Depois em relação às reuniões semanais. As reuniões semanais têm uma agenda. Uma agenda que contém todos os pontos que o primeiro-ministro quer apresentar e todos os pontos que o Presidente entende que devem ser tratados. Acontecia por vezes, até a pedido do Presidente, do

primeiro-ministro, que o Presidente da República recebia outros serviços. Estou a pensar que por exemplo com o Dr. Mário Soares quando houve um problema sobre as disponibilidades reais sobre o exterior, que era um assunto que ele não dominava ele quis mandar-me o Ministro, que era o Hernâni. Eu é que disse que não, não manda o Ministro porque eu não quero saber porquê, quero saber o que é que existe, quais são as disponibilidades líquidas, portanto não há necessidade de vir cá o Ministro. Mas houve outras alturas, estou a pensar numa reunião que houve com o Ministro da Agricultura... Era o problema da ocupação das terras no Alentejo, e o Dr. Mário Soares explicou-me que era um Ministro com uma policia, com uma GNR que não funcionava ainda, não podia fazer aquilo, bom e eu disse ao primeiro-ministro, bom a ser assim fazemos uma reunião com o Ministro e com os Chefes de Estados-maiores, e o Ministro vai dizer aquilo que é preciso, e aquilo que for preciso naturalmente em matérias de força, as forças armadas estão disponíveis. E houve uma reunião com o Primeiro-ministro e com o Ministro da Agricultura e com os Chefes de Estados-maiores para se saber qual era a situação, quais eram os problemas, quais eram as respostas que o Ministro pretendia, e como é que instrumentalmente as forças armadas poderiam ser utilizadas para que essas respostas se conseguissem. Portanto havia uma grande flexibilidade. Bem e de vez em quando havia as reuniões oficiais a pedido do primeiro-ministro ou do Presidente da República quando acontecia um caso especial; naquela primeira fase e para ajudar o primeiro-ministro quando foi da adoção daquele conjunto de medidas de austeridade, o Presidente propôs ao primeiro-ministro que ele fosse ao Conselho da Revolução. Porquê? Bom porque as medidas legislativas tinham que passar no Conselho da Revolução pela constitucionalidade, bom e se porventura o Conselho da Revolução que era maioritariamente de esquerda e uma esquerda enfim sustentada, dissesse que não, depois era complicado. De maneira que havia, como lhe digo, uma grande flexibilidade, mas as reuniões eram semanais e a agenda era uma agenda, era uma dupla agenda, com pontos propostos pelo Presidente e com pontos do primeiro-ministro.

VF: E era uma oportunidade também para o Presidente de alguma forma marcar a agenda política com temas que considerasse que deviam ser tratados mesmo que na altura o governo

RE: Aliás, aquele homem que se dedica ao estudo do semipresidencialismo, falo do Duverger que diz que a atuação de um Presidente num governo semipresidencial é pressão, e a pressão é nas

conversas. Muitas vezes era o então primeiro-ministro que dizia que não eram razoáveis por estas razões e ele dizia não, não eram nada essas razões eram estas e estas e estas. Portanto há ali um diálogo que em certa medida é uma negociação. Bom e depois há ainda nessas reuniões a discussão de determinados diplomas que o Presidente devolveu ao governo. Bom e devolveu explicando porque é que os devolveu, explicando política e juridicamente, portanto também há discussão dessas questões. E muitas vezes, ou algumas vezes, essa decisão era notificada com as explicações dadas não por papel, porque às vezes não era conveniente dá-las no papel, havia razões políticas que tinham alguma confidencialidade, e o primeiro-ministro dizia está bem, e o Presidente mandava que a casa civil considerasse esse assunto resolvido. Portanto havia esta pressão na negociação. Outra fase era a comunicação à população, eram as mensagens à Assembleia da República, e era depois obviamente a substituição do governo. Há portanto aqui toda uma graduação...

.../...

VF: Senhor General muito obrigado.

Vasco Franco



Entrevista ao Senhor General Ramalho Eanes

A entrevista tem como objetivo esclarecer algumas situações concretas e alguns procedimentos e processos que a documentação disponível não permite conhecer suficientemente, no quadro da interação entre o Presidente da República e os Governos.

O período abrangido inicia-se com a entrada em vigor da revisão constitucional de 1982. Apenas a primeira questão é anterior a este período.

Pontos a tratar:

1. **Primeira candidatura:** Existe ampla documentação sobre a forma como o Senhor General decidiu candidatar-se. Apesar disso, subsiste, no meio académico, uma controvérsia que o testemunho do Senhor General pode ajudar a resolver. Trata-se da alegada "cláusula militar implícita" que estaria associada ao II Pacto MFA/Partidos. André Gonçalves Pereira, num texto de 1984, afirma que teria ficado implícito no Pacto que o primeiro Presidente seria um militar, apoiado pelos subscritores. Apesar de isso ter sido desmentido (nomeadamente por Miguel Galvão Teles) e parecer incompatível com declarações feitas à época por protagonistas diretos, incluindo o Senhor General, que não excluía a possibilidade de uma candidatura civil, continuam a aparecer referências a essa "cláusula" (Ronald Chilcote, 2012; David Castaño, 2013). Existia uma "cláusula militar implícita" ou a opção por um militar foi fruto das circunstâncias, que levaram a maioria, no MFA e nos Partidos, a optar por uma candidatura militar?

RESPOSTA: *Essa é uma tese sem sentido. Nunca foi levantada a questão do candidato presidencial na discussão da segunda Plataforma entre o MFA e os partidos.*

O MFA tinha alguma relutância em aceitar o semipresidencialismo, por um certo preconceito anti sidonista. Havia o receio de o Presidente ficar com poderes excessivos, numa altura em que os partidos políticos ainda não tinham conseguido estabelecer uma relação consistente e dinâmica com a sociedade.

Nunca houve essa cláusula, implícita ou explícita.

O candidato militar surgiu porque havia necessidade de fazer a reinstitucionalização das Forças Armadas. Primeiro, porque a própria revolução, feita por majores e capitães, rompeu a cadeia hierárquica. Segundo, devido ao que se passou a seguir, com muitos militares a estabelecerem uma relação de lealdade para com os partidos, deixando de obedecer à hierarquia. Terceiro, havia que reconciliar não só as hierarquias como os grupos etários. Para termos Forças Armadas

eficazes, com hierarquia, unidade e disciplina, era preciso recorrer aos mais velhos e fazer com que os mais novos os aceitassem.

Era também preciso ajustar a instituição militar às novas exigências. Tinham de ter menor dimensão e ajustar-se aos cânones da NATO, transitando do modelo da guerra revolucionária, para que estava preparada.

Tudo isto fez com que os partidos não quisessem arriscar os seus líderes nesta fase inicial de estabilização do regime.

2. **Definição da “agenda política”:** Nas audiências semanais com o Primeiro-Ministro o Presidente incluía, por sua iniciativa, matérias que entendia deverem merecer a atenção do Governo? Como eram elaboradas as agendas dessas reuniões?

- a. Da parte dos Primeiros-Ministros com quem o Senhor General se relacionou depois de outubro de 1982 houve, em termos gerais, abertura para acolher as suas sugestões sobre prioridades da ação governativa?

RESPOSTA: *Na sua versão inicial, a Constituição era mesmo semipresidencialista. O Governo dependia da confiança política do Presidente da República.*

O Governo tem uma legitimidade de título, que recebe através das eleições parlamentares, mas a democracia exige também a legitimidade de exercício. O executivo tem de governar bem, prosseguir o interesse geral. Se não o fizer, perde a legitimidade originária e deve ser demitido.

O Parlamento não fiscaliza a legitimidade de exercício, pelo menos quando há uma maioria que sustenta o Governo. Deve ser o Presidente da República a fazê-lo. Se o Governo não é eficaz, não tem uma estratégia de defesa do interesse geral, o Presidente deve demiti-lo.

Isto deve ter contrapesos... O Presidente, demitindo o Governo, deve pedir à maioria que indique outro Primeiro-Ministro. Se houver uma recusa, o Presidente pode dissolver a Assembleia. Mas se o resultado eleitoral não for ao encontro da sua decisão, o Presidente deve entender a decisão eleitoral como uma censura política e deveria demitir-se. Ou, pelo menos, numa primeira vez em que isso acontecesse, a decisão dos eleitores deveria ser encarada como uma repreensão ao Presidente. Repetindo-se, numa segunda vez, o Presidente deveria, então, demitir-se.

Quando o Governo deixa de ser responsável politicamente perante o Presidente, está-se a dizer que a este não cabe fazer qualquer juízo sobre a legitimidade de exercício.

Até à revisão constitucional, o Primeiro-Ministro informava o Presidente da República e este exercia um controlo sobre a ação governativa, através de perguntas sobre os aspetos da governação que considerava mais discutíveis. Também através das informações que o Governo entendia prestar,

respondendo, ainda, aos pedidos de intervenção em algumas esferas para dar maior peso a determinadas iniciativas do executivo.

Depois da revisão, o formato manteve-se, mas os chefes do Governo passaram a ter uma liberdade de atuação que não tinham até então. Algumas vezes o Primeiro-Ministro explicou que não concordava com os reparos do Presidente e que manteria a situação questionada.

A coerência do sistema de governo semipresidencial perdeu-se um pouco.

A alteração da constituição terá tido como resultado desresponsabilizar o Presidente da República, que, até aí, era também responsável pela atuação do Governo.

3. Indigitação do Primeiro-Ministro e nomeação do Governo: Depois de 1982 e para além do caso, bem documentado, da recusa de nomeação do Primeiro-Ministro (Vitor Crespo) proposto pelo PSD e pelo CDS após a demissão de Pinto Balsemão, em 1983, o Senhor General recorda algumas outras divergências relativamente à formação dos Governos? Recusou a algum Primeiro-Ministro, indigitado ou em funções, a nomeação de qualquer nome proposto para integrar o executivo?

- a. Algum Primeiro-Ministro lhe pediu sugestões quanto à composição do executivo? Fez alguma sugestão?
- b. Solicitou alguma vez a um Primeiro-Ministro a exoneração ou a substituição de um membro do Governo?

RESPOSTA: *O Primeiro-Ministro é verdadeiramente o Presidente do Conselho de Ministros. Lidera uma equipa. E entendi sempre que devia poder escolher os elementos da organização a que presidia, i.e., o governo. Por isso, adotei como orientação nunca recusar um ministro ou secretário de Estado.*

Houve apenas um caso em que foi recusada a nomeação de um nome proposto, porque algum tempo antes o próprio Primeiro-Ministro tinha referido que a pessoa em causa não mereceria toda a sua confiança. Prefiro não revelar o nome porque percebi, mais tarde, que não havia razão para a falta de confiança inicialmente sugerida.

Quanto ao Professor Vítor Crespo, era uma pessoa muito séria, com um percurso académico respeitável. A minha recusa em aceitá-lo como candidato a Primeiro-Ministro não teve nada de pessoal. Teve antes que ver com o PSD, que nunca antes aceitara um líder que não tivesse passado por eleições e não as tivesse vencido. Aconteceu com Sá Carneiro, no início, e com Pinto Balsemão. Se o Dr. Balsemão não conseguira controlar o partido, muito menos condições teria para isso o Professor Vítor Crespo.

A nomeação seria uma perda de tempo político, numa altura em que a situação económica já era muito grave.

4. **Participação no processo legislativo (diplomas do Governo):** Há registo, em todos os mandatos presidenciais, de diplomas do Governo devolvidos pela Presidência da República para introdução de alterações que o Presidente considerava pertinentes e de devoluções sem veto expresse. Esta prática, que acabava por evitar o custo político de um veto, variava consoante existia um melhor ou pior relacionamento com o Primeiro-Ministro?

RESPOSTA: Não. Esse era o modelo habitual. Sempre que um diploma merecia reservas por parte do Presidente ou em caso de observações que o Presidente considerava pertinentes por parte das assessorias, era devolvido.

Só era vetado quando o Presidente entendia que devia deixar publicamente expressa uma divergência com a matéria a que o diploma respeitava.

Mesmo em relação ao parlamento, havia, nos primeiros tempos, um almoço mensal com o Presidente da Assembleia da República, onde, quando era caso disso, se dava conta de alguma reserva que existisse sobre diplomas submetidos a promulgação.

5. **Nomeações e exonerações em regime de codecisão:** A Constituição prevê várias situações em que a nomeação para um cargo público é feita por decreto do Presidente sob proposta do Governo. Existia uma metodologia combinada para se obter acordo em matéria de nomeações? O processo era semelhante, ou variava consoante se tratasse de uma alta chefia militar, de um embaixador ou do Procurador-Geral da República?

- a. Depois de outubro de 1982 e até ao fim do mandato do Senhor General, foram nomeados os Generais Lemos Ferreira (CEMGFA), Salazar Braga (CEME) e Brochado Miranda (CEMFA). Existiu alguma divergência na escolha, uma vez obtidos os pareceres obrigatórios? (Isto para além do caso da exoneração do General Garcia dos Santos, que se encontra amplamente documentado).
- b. Em matéria de nomeação de Embaixadores existiu alguma situação de recusa de propostas do Governo? Foi um período em que ainda se recorria pontualmente à nomeação de "embaixadores políticos"... Existiu alguma dificuldade em relação a estes casos?
- c. Em 1984 foi nomeado Procurador-Geral da República o Dr. Cunha Rodrigues? Foi formulada alguma outra proposta pelo Governo do Dr. Mário Soares ou o consenso foi fácil relativamente à pessoa que foi nomeada?

RESPOSTA: A metodologia variava consoante o Primeiro-Ministro.

Era dito a todos que seria razoável não formalizar propostas de nomeação sem um entendimento prévio.

Antes da revisão constitucional, era competência do Presidente da República nomear as chefias militares, mas o Primeiro-Ministro era sempre ouvido, até



para que as chefias sentissem que tinham uma dupla relação de lealdade, para com o Presidente da República e para com o Governo.

Em alguns períodos, o modelo deixou de funcionar e, quando havia alguma proposta com que o Presidente não concordava, era rejeitada.

No Conselho Superior de Defesa Nacional chegou a verificar-se uma situação em que um representante partidário apresentou uma lista de promoções a generais alternativa à apresentada pelo Exército. Este processo tem uma fase técnica, na qual os ramos dizem quais são os oficiais mais capazes, e uma fase política, na reunião do Conselho. Mas isso não significa que se ignore a primeira. O Presidente teve de recordar que não cabia aos partidos, nem ao Governo, nem ao Presidente da República apresentar nomes alternativos aos que as Forças Armadas incluem nas listas a submeter àquele órgão.

Mas no caso concreto das nomeações referidas, para CEMGFA, CEME e CEMFA, não se registou nenhuma discordância entre o Presidente e o Governo.

A única situação de desacordo foi a que envolveu a exoneração do General Garcia dos Santos, que está muito documentada.

Estava em causa a clarificação dos poderes do Presidente e do Governo. Se a nomeação carecia do acordo de ambos (Presidente e Governo), o mesmo devia acontecer com a exoneração, quer se verificasse uma quebra da confiança do executivo no visado, quer se verificasse essa quebra de confiança por parte do Presidente da República.

O Governo pretendia demonstrar que já não era o Presidente da República que mandava na área militar e pretendia subtrair ao Presidente da República a possibilidade de exonerar um qualquer dos Chefes do Estado-Maior. Acabei por aceitar a exoneração de um militar prestigiado, que estava a fazer um bom trabalho e tinha uma grande aceitação, depois de o Primeiro-Ministro, por escrito, ter concordado com aquele princípio, o da dupla competência do Governo e do Presidente da República para a possibilidade de exonerar qualquer dos Chefes do Estado-Maior.

Relativamente à nomeação de embaixadores, não houve situações de conflito.

Quanto à nomeação do Procurador-Geral da República, o desacordo verificado foi com o II Governo. Foi proposta a nomeação do embaixador Manuel João da Palma Carlos, antes da nomeação do Dr. Arala Chaves, e discordei por entender que o perfil não se ajustava.

- 6. Comandante Supremo das Forças Armadas:** No período que se seguiu à revisão Constitucional de 1982 e à aprovação da Lei de Defesa Nacional e da Forças Armadas o conteúdo das atribuições do Comandante Supremo suscitou dúvidas. Para além das discordâncias conhecidas e documentadas, entre o Governo e o Senhor General, sobre o diploma em

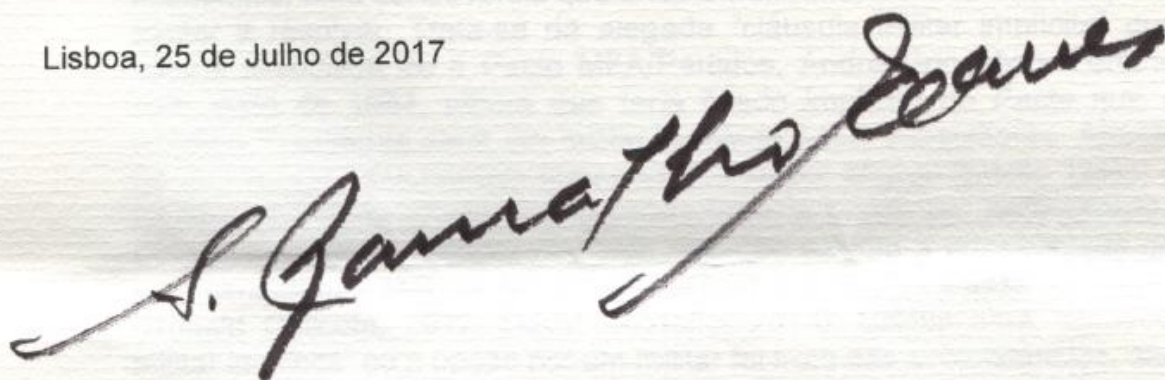
causa, existiram casos específicos de divergência em matérias de Defesa Nacional? (excluídas as que se manifestaram através de vetos, sobre as quais existe informação acessível)

RESPOSTA: A intenção dos constituintes era muito clara, no sentido de o Presidente ser apenas o comandante honorífico das Forças Armadas. Mas, se é assim, o Presidente da República não pode ter responsabilidades, nem exercer certas funções, sobre a atuação, nomeadamente, a operacional, das Forças Armadas.

De qualquer modo, os Presidentes têm exercido essa função de maneira efetiva.

Com exceção dos vetos, através dos quais foi expressa a discordância com determinadas medidas legislativas e, desde logo, com a Lei de Defesa Nacional, por debilitar a Instituição Militar, não houve outras situações de conflito com os governos sobre estas matérias.

Lisboa, 25 de Julho de 2017

A large, elegant handwritten signature in dark ink, reading 'A. Ramalho Eanes', slanted upwards from left to right across the page.

Doutoramento em Ciência Política

Semipresidencialismo em Portugal: Poderes do Presidente da República e interação com o governo (1982 – 2014)

Doutorando: VASCO FRANCO

Orientador: Professor Doutor Pedro Tavares de Almeida, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

Co-orientador: Professor Doutor Jorge Reis Novais, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Entrevista ao Dr. Mário Soares (27-03-2014)

Dr. Mário Soares

Agradeço muito que me tenha recebido e concedido esta breve entrevista.

Depois da nota introdutória, que tive oportunidade de lhe expor, peço que responda às seguintes questões:

- 1. Considera que o sistema de governo consagrado na Constituição é o mais ajustado às necessidades de funcionamento do nosso sistema político? Ou entende que o Presidente da República devia ter mais ou devia ter menos poderes?**

Resposta: Eu apoio a Constituição. Está bem assim. Promovi, de acordo com Balsemão, as alterações conhecidas, e não penso que seja preciso alterar mais.

2. Considera que os diferentes titulares do cargo têm, em geral, interpretado de forma adequada o espírito das normas constitucionais aplicáveis ao desempenho da função presidencial?

Resposta: Só os atuais Presidente da República e Primeiro-Ministro têm desrespeitado a Constituição. Eles não respeitam a Constituição!

3. De entre os poderes “informais” do Presidente da República, destacaram-se, nos mandatos do Dr. Mário Soares, as presidências abertas. Que importância atribui a este tipo de iniciativas?

Resposta: Foram iniciativas muito importantes. Percorri todo o país, para falar com as pessoas. Nunca mais se fez nada parecido. Estes agora têm medo de falar com as pessoas. Não vão a lado nenhum contactar com os portugueses. Mas é preciso ouvir as pessoas.

4. Uma das matérias difíceis de investigar nos arquivos prende-se com as eventuais divergências do Presidente com os governos relativamente aos poderes partilhados, nomeadamente no que se refere à nomeação de membros do executivo (ministros e secretários de Estado) e de altos cargos civis e militares.

O Dr. Mário Soares recusou alguma nomeação proposta por um primeiro-ministro ou exigiu a demissão de algum membro do governo? Para além da recusa, referida em alguma bibliografia, da nomeação de Fernando Nogueira para vice-primeiro ministro, na fase em que Cavaco Silva

estava já a pensar candidatar-se à Presidência da República...

Resposta: Não. Quando Cavaco Silva foi primeiro-ministro estava à espera que eu corresse com ele, mas não fiz isso. Eu queria ser o Presidente de todos os portugueses e ele não se pode queixar de que eu lhe tenha criado dificuldades.

António Guterres



Entrevista ao Dr. Jorge Sampaio

(Transcrição parcial da entrevista gravada a 15 de julho de 2013)

VF: A primeira questão que eu queria colocar prende-se exatamente com a visão sobre o funcionamento do semipresidencialismo em Portugal. Este sistema de governo tem sido adotado nos últimos anos por muitos países, ao contrário daquilo que se poderia prever quando Duverger o teorizou, e há modelos, portanto é um sistema muito flexível, que tem permitido de facto, formas de funcionamento muito diferentes. Como tem sido o funcionamento em Portugal? Tem sido, o modelo tem sido ajustado às necessidades? O Presidente da República tem os poderes adequados para aquilo que é o funcionamento?

JS: Oh Vasco, eu acho, em primeiro lugar, citando sempre o meu velho amigo, que tu conheces, Dr. Vera Jardim, que isto é um sistema complexo. Porque requer no fundo, como é um sistema maleável como tu disseste, é um sistema flexível, acaba por ter uma dose de interpretação pessoal, que é a tal margem de flexibilidade que o sistema comporta. E nesse sentido eu acho que, basta olhar para a experiência portuguesa, para se perceber que tem havido um pouco de tudo. Tem havido governos de minoria, governos de iniciativa presidencial, governos de maioria, dissoluções, tem havido para todas as cambiantes, e outra coisa curiosa, é que se tu reparares bem estas oposições que tem havido relativamente à constituição nos últimos dois anos que não deixa fazer isto, não deixa fazer aquilo, a oposição nunca é relativamente a um artigo concreto, é em relação aos princípios, de proporcionalidade, de igualdade, etc., que são princípios próprios de qualquer constituição. E portanto o balanço que eu faço, independentemente das características de cada um, aí estou muito de acordo com o Prof. Novais, e a anos de uma fase de formação do Soares e eu numa fase mais de consolidação, tivemos, acabamos por ter, e até o Presidente da República atual, uma conceção minimamente estável, com as variações próprias de cada interpretação. E portanto eu acho que esta Constituição se adapta, contrariamente a muitos outros que oscilam sempre entre mais presidencialismo ou mais parlamentarismo, sempre, acham que os males são resolvidos por ser mais parlamentarismo ou por ser mais presidencialismo, eu não tenho essa posição, acho que a constituição vai servindo, já não tenho a mesma opinião relativamente à lei eleitoral tal como ela existe hoje e outras coisas do género. Por exemplo, para dar um pequeno exemplo, é para mim inconcebível que apesar de muitas tentativas e

referências, entre a dissolução, novas eleições e novo governo, seja coisa que dure cerca de 55 dias ou 60 dias, é inconcebível. Esta coisa de a gente estar a ter prazos com os recursos como se fosse .../... sair da ditadura, com as desconfianças da vida sobre tudo e sobre todos. Isto está hoje perfeitamente institucionalizado, os juízes despacham, o Constitucional aprecia, porque é que isto não é mais rápido? Deveria haver outra mobilidade de ação, e outra flexibilidade ao próprio regime. Mas tudo visto e ponderado, a minha posição é que acho que este sistema se adequa à realidade portuguesa; uma figura que tem uma legitimidade própria, que advém digamos da votação de uma eleição individualizada e única em campanha autónoma, que é o resultado da oposição democrática, a ideia da eleição universal feita no tempo do Delgado, do furto ou do roubo, de que ela foi alvo, a adaptação subsequente por parte de Salazar, uma câmara especial para eleger as pessoas, e o rechaço que isso obteve, criou muito nas pessoas, a ideia de que é bom votar num Presidente da República. É a minha ideia, é a minha visão, não é o teu problema. E isso portanto, obriga a uma criteriosa avaliação sobre as carreiras, as possibilidades, os comportamentos, porque é disso no fundo que se trata, eu sempre fui um bocado contra a ideia de que tem de haver um programa para uma eleição presidencial. O programa é a Constituição. Agora já tem que haver a maneira de como é que, perante certas posições concretas, se adivinha, pelo passado e pelo presente, como é que essa pessoa vai reagir. E não é a mesma coisa ter maioria no parlamento e não ter maioria no parlamento. E também alguns autores tentam perscrutar com a maior atenção possível o primeiro mandato do segundo mandato; eu tive muito mais problemas no segundo do que no primeiro, pelas circunstâncias de, tive dois primeiros-ministros, que se foram embora, e portanto... Um por uma razão que eu percebo, que é o caso do Eng. Guterres, porque recusou a ida para a Comissão Europeia, e ficou e depois teve aquele desaire autárquico e portanto percebeu que não podia continuar com a maioria empatada, 115/115; o Dr. Durão Barroso foi pura e simplesmente um abandono e portanto isso criou situações muito difíceis, em que a componente parlamentar, no caso do início do Dr. Santana Lopes, veio mais ao de cima, isto é se a maioria continua e se existe porque é que não se tenta outra vez. O Canotilho diz, e vale a pena tu leres esse texto, eles estão a fazer em Coimbra 3 volumes de estudos em homenagem ao Prof. Canotilho. No primeiro desses volumes que a Almedina, julgo eu, ou a Coimbra Editora, não sei, publicou, há um texto meu que é um parecer dele,

VF: O Novais já me chamou a atenção para isso

JS: É, é um parecer curioso, porque ele acaba por dizer o que eu deveria ter feito, escolhido alguém que tivesse incidência parlamentar e não um que não tivesse sido eleito. E o meu erro foi não ter escolhido um tipo que não tivesse sido eleito. E hoje eu reconheço que essa componente de legitimidade faltaria. Mas portanto, como tu vês, quer dizer, a revisão de 82 e, vais estudá-la, é uma

revisão com a qual eu devo dizer que hoje concordo. Quer dizer a circunstância de haver uma dupla responsabilidade do Governo perante o Presidente e perante a Assembleia, foi uma fonte de confusões grande, embora se percebesse que naquele início, tivesse alguma justificação. Eu penso que a revisão constitucional foi um pouco feita contra o Eanes, não tenho dúvidas sobre isso, tanto mais que tens aqueles votos vencidos .../..., Guterres, o Constâncio e eu próprio, e por aí fora, foi uma coisa para tentar retirar essa possibilidade, como sabes, da responsabilidade política do governo perante o Presidente. E o que se encontrou foi retirar isto e deixar a dissolução livre. E porque continua-se a fazer confusão como tu tens visto agora, entre a dissolução e a demissão do governo, continua-se a fazer essa confusão, que é uma coisa absolutamente, foi fatal para mim. E essa confusão em 2004, no sentido de que ninguém percebeu essa distinção, e ainda há hoje pessoas que continuam a dizer que se isto correr mal ele pode demitir o Governo para assegurar o funcionamento das instituições democráticas, coisa a que eu sempre respondi: “mas os governos podem governar mal, e portanto não é esse o motivo para as instituições não funcionarem, funcionam é pior”. Bem e portanto eu, em resumo Vasco, eu acho que os poderes estão equilibrados, têm duas legitimidades, o que significa que a gestão disto é difícil, e portanto, tu acentuas mais uma vertente mais presidencial, mais interventiva, consoante tu aprecias a situação e no teu próprio feitio, na tua própria maneira, podes ir entre um notário do regime, como alguns críticos me chegaram a chamar, podes ir daí até ao auge da intervenção conspirativa que diziam que eu fiz em Novembro de 84, com a dissolução de Santana Lopes. Mas as pessoas esquecem-se que eu nomeei a mesma maioria, escolhendo um primeiro-ministro em Junho, a malta esquece-se sempre disto. Portanto eu não sou capaz de ver na Constituição mal feitorias, e acentuar as duas vertentes. A gestão disto não é fácil, como se tem visto com todos os presidentes. É uma espécie de eletrocardiograma, só se vê num eletrocardiograma que é assim e depois sobe, depois é assim, depois sobe. Como faço muitos, sei. Portanto não vejo que esse seja verdadeiramente o tema principal do regime, o tema principal do regime são como é que a gente mantém, digamos, o mínimo de crescimento, como é que a gente põe as contas em ordem, como é que a gente não destrói a coesão social do país, como é que a gente consegue ter despesa de acordo com as receitas que vai produzindo, parece um argumento reacionário mas é um argumento que acaba por pesar muito no nosso quotidiano, quando te dizem que tens que cortar 7 ou 8 mil milhões, isto não tem nada a ver com a Constituição. E a Constituição por dizer muitas coisas, também admite a proporcionalidade na sua capacidade de resposta, quer dizer, se houver, coisa que o Novais insiste sempre sempre, se houver situações de carência, não podes dar os mesmos direitos da mesma maneira que darias se tivesses pleno emprego, com uma riqueza brutal e petróleo a jorrar no Largo de Alcântara. A Constituição prevê esses anteparos.

VF: Eu excluí o período anterior a 82, precisamente porque havia uma diferença substancial em termos...

JS: Fizeste bem.

VF: Agora, os vários Presidentes, sem entrarmos em detalhe, fizeram uma interpretação ajustada dos seus poderes, em relação às nomeações, aos vetos, etc., não há assim nenhuma...?

JS: Eu acho que sim. Os vetos não são, quer dizer, eu tenho a tese hoje, que os governos têm todos uma vertente de predomínio parlamentar. E portanto a visão que os governos têm da função legitimadora ou legítima do Presidente da República ter intervenção, nenhum governo gosta. Quer dizer, mais ou menos, não gosta. Não gosta porque é uma nova legitimidade, é uma legitimidade paralela, com a qual se tem que lidar, e portanto isso pode ser, se não for usado com, tu repara, desde o tipo que apoia tudo o que um governo faz até ao tipo que não apoia, a gestão disto é complicada e já vimos exemplos também do tal eletrocardiograma. E o Prof. Cavaco também já foi objeto de análise dessa matéria. Eu próprio o fui. A distinção sempre entre o primeiro e o segundo mandato, que eu não tenho noção exata de que tivesse agido de maneira diferente mas as pessoas têm essa noção, portanto...

VF: E vemos, por exemplo, o Presidente Mário Soares na primeira fase do convívio com o Cavaco Silva e a segunda.

JS: É, e a segunda, bom exatamente. Bom, agora eu tive foi problemas na segunda que não esperava ter. Quer dizer e portanto, ou melhor, foram anos muito difíceis, não se comparam com os de agora, como é evidente, bastava o facto de nós não estarmos intervencionados, para isso ser completamente, apesar de tudo completamente diferente, completamente diferente. Mas a pergunta era, Vasco, diz lá?

VF: Tinha de facto a ver com...

JS: E portanto dentro disto, houve altos e baixos, quer dizer o segundo mandato do Dr. Soares foi mais interventivo do ponto de vista do Governo, ele chegou a fazer diligências, aquele congresso "Portugal e o futuro", não era propriamente um congresso angélico, não é verdade? Eu reconheço que tive que, as pessoas tendem a esquecer, por isso é que o segundo volume, tem importância, da biografia, é que eu tive muita intervenção, tu tens o livro dos 10 anos, não tens?

VF: Tenho, tenho.

JS: Percebe-se a intervenção coligativa que eu tive, digamos o conselho de economistas que eu criei, os livros e os debates, quando eu disse que ia fazer livros brancos, caiu-me tudo em cima na campanha eleitoral, mas a verdade o

que é que eu fiz, foi seminários, conferências, que publiquei em 10 ou 12 volumes separados; os economistas fizeram também debates sobre a questão fiscal, a questão económica, a questão da despesa pública, a questão da saúde, e portanto, eu tive importância na questão da droga em Portugal, isso é indiscutível, e portanto era a maneira também que eu me preocupava em demonstrar que não era indiferente ao conjunto de políticas que estavam a ser feitas. Uma coisa que o Novais nunca me perdoou, quer dizer, acho, foi a circunstância de quando foi a posse do Santana Lopes, e isso lhe permite, erradamente, mas permite, dizer que eu me excitei no discurso, isso é importante, uma coisa que era contrariamente à minha visão estabilizada sobre os poderes presidenciais que foi eu não estar particularmente atento às políticas disto, daquilo e de aquele outro. O Novais criticou isso porque isso foi metido, já não sei em que reunião, e eu percebo que talvez não devesse dizer isso. A minha opinião era, correndo o risco imenso, que corri e que levou o Partido Socialista à demissão do Ferro Rodrigues e foi uma coisa muitíssimo dolorosa, eu tive medo que aquele tipo fosse fazer uma política propagandística para preparar eleições como deve ser. E portanto quis-lhe dar esses toques, que talvez na sinceridade não devesse ter dado, quer dizer, mas era com a intensão de evitar populismos, eleitoralismos ou pré-eleitoralismos de maneira vasta. Bom mas, também ao mesmo tempo foi um aviso sincero: você tenha cuidado com isto, que isto para mim vai ser um ponto muito importante. Portanto, repara bem, entre isto, que é um certo intervencionismo, ele também não tem muito mais do que se queixar a não ser que um dia eu achei que devia usar a chamada, detesto a expressão, bomba atómica, porque achei que havia um problema de legitimidade popular. Quer dizer, não era tanto os disparates, não era isto, ou não era aquilo, era mais, pareceu-me que era preciso voltar ao povo.

VF: Sim e o povo...

JS: Dirão as pessoas: se tivesse corrido de maneira diferente você teria que se demitir. Eu nunca disse que me demitiria. É evidente que ficava muito enfraquecido até ao final do mandato, isso ficava, completamente, com a malta a gozar-me, não é? Mas portanto, oh Vasco, isto depende muito da análise da correlação de forças, do espírito de cada um. A margem que o sistema semipresidencial dá na interpretação que os vários Presidentes foram fazendo, reserva-lhes de facto alguma capacidade de ação e essa capacidade de ação não é propriamente os vetos, não é, isso são coisas pontuais, é o uso que ele faz da influência e da palavra. Quer dizer, eu acho que isso é que é central. Ou uma pessoa está calada por completo e deixa fazer tudo ou uma pessoa vai dizendo que não pode ser e vai conseguindo intervir. Mas o governo vê sempre isto como uma fonte de destabilização. Quer dizer, não percebe

VF: Embora muitas vezes essas intervenções sejam intervenções muito positivas. Quando o Presidente faz determinadas conferências em que vem ao de cima a investigação que se está a fazer em Portugal, ou ...

JS: Mas é evidente, quando a gente faz aqueles percursos, foi todo o meu primeiro mandato foi destinado a, até me perguntaram: “Mas você não vê as tragédias?”. “Não, as tragédias eu já conheço. Basta ver as barracas da Câmara de Lisboa com as quais a gente andou a lutar. E portanto eu não preciso de ir visitar barracas, o que eu preciso é de visitar como é que é possível resolver esse problema, como é que é possível avançar na ciência, como foi possível com a criação da Cotec, que foi uma coisa muito importante, que ainda existe, que é digamos, a Associação para a Inovação, as várias semanas temáticas que eu introduzi para me distinguir, não para me distinguir porque não era disso que se tratava, acho que a criação das Presidências Abertas do Dr. Soares, foi uma excelente criação, isso é indiscutível e eu não poderia deixar de continuar com uma coisa que me parecia bem. Agora dei-lhe um outro conteúdo que foi aprofundar determinados temas. A semana da saúde, a semana da educação, a semana disto, a semana do ambiente, a semana daquilo. E de facto ia percorrendo o país, nas escolas, nas universidades, fosse nas indústrias, fosse no que fosse, e isso foi uma maneira de valorizar, digamos, aquilo que eu achava que era de valorizar no próprio país. E portanto, se não se tiver uma visão puramente de bota-abaxismo, que não se pode de maneira nenhuma ter, os portugueses não entendem isso, mas se tiverem uma visão de discreta vigilância, de *accountability* e até de impulso positivo, etc, e ao mesmo tempo também de alguns anteparos, então a função presidencial está a ser realizada nas suas múltiplas facetas.

VF: E a ideia que tens é que esse tipo de intervenções de alguma forma influenciavam a agenda política...

JS: Quer dizer eu tenho histórias risíveis, é que quando havia uma estrada por acabar e quando o Presidente vai aquele concelho, vão acabar a estrada na véspera, não é? Quando há um edifício que se vai visitar e está podre, porque a gente sabe que está podre..., isto são pequenas coisas. Agora não há dúvida que sempre poderás dizer, e estou a falar com a maior franqueza, sempre poderás dizer que o custo/benefício não é absoluto. Há muita coisa que depois não tem continuidade, porque ninguém lhe pega, porque isso é tipicamente português. Agora isso não quer dizer que não faças aquilo que achas que deves fazer. E portanto não estás sempre à espera de ter um benefício imediato para uma determinada área do país só porque foste a dois sítios e disseste duas coisas, não, a coisa é incessante. Eu dei o canastro, visitando todos os concelhos, alguns deles dezenas de vezes, instituições, laboratórios. Ainda há dias estive com o Marçal Grilo e o Marçal Grilo disse: “mas você não se esqueça de pôr nessa biografia, que você foi um gajo fundamental na educação, porque estava sempre em cima, a percorrer isto a percorrer aquilo, a

fazer aquele outro. Fez duas semanas de educação, de norte a sul do país, fora os colóquios, fora as presenças, fora...”. É verdade. Eu até a aulas fui assistir, em liceus e escolas secundárias. E portanto, tudo depende depois do que é que consegues fazer com isso. É uma coisa que é evidente. E portanto é um capital que não se pode perder, que é a tua legitimidade eleitoral, a circunstância de não estares metido no dia-a-dia da governação, a menos que haja uma crise grave, como está a acontecer agora, dá ao Presidente a possibilidade de ser entendido pelas pessoas não numa perspetiva exclusivamente partidária. Porque tens que te lembrar de facto que és Presidente de todos os Portugueses, na célebre fórmula que foi criada e embora as pessoas saibam quais são as tuas cores ou quais são as tuas tendências e sabem, isso não convém ser escamoteado em caso nenhum porque eu nunca escamoteei isso, a verdade é que te vão apreciar pela forma, eu não digo neutra, mas a verdade é que te vão apreciar pela forma, eu não digo neutra mas de forma que neutralidades não existem. Eu não acredito num tipo neutro que não tem ideias, não tem convicções, não tem ideais, não tem nada. Não. Dentro destes ideais e das convicções que este tipo tem, este tipo tem uma visão equilibrada, compromissória, da sua atividade e isso é, que requer uma gestão muito cuidadosa, muito atempada, porque não se pode realmente aí ter grandes saltos de outra natureza.

VF: E as reuniões semanais com o primeiro-ministro de alguma forma permitiam também influenciar algumas medidas em termos de opções, de prioridades

JS: Eu acho que é importante, também depende como funciona uma casa civil, também é importante e a gente hoje naturalmente, não se arrepende porque eu tinha uma, embora pudesse haver correções e haveria com certeza, mas de qualquer maneira, também é preciso ter uma porta aberta, não é? E portanto eu não tinha uma conceção fechada, não é, e portanto tinha uma espécie de plenário às segundas-feiras, e tinha outro plenário às terças da malta ligada aos sectores sociais, onde estava o Madureira Pinto, o Jorge Simões, o Caraça, a Ana Maria Bettencourt, do lado da Educação, o Gustavo Cardoso, do lado das informações, informação e sociologias da comunicação etc. Eram reuniões extremamente interessantes. Segunda-feira de manhã era uma análise política da situação, era importante, ouvia-se o que as pessoas tinham a dizer e os conselhos que tinham a dar sobre pontos da ordem de trabalhos que eu fixava. À terça-feira íamos ouvir isso mas na perspetiva de cada sector, o que é que se passa na economia, ah faltou dizer o João Ferreira do Amaral primeiro e o Mendonça Pinto a seguir, o Chico Soares também estava do lado das empresas, e portanto eu tinha as pessoas metidas no meio, o Dornelas no primeiro mandato, coitado, e o Acácio Catarino no segundo, sobre a questão social, portanto eles abriam caminho para as centrais sindicais uns, para os empresariais outros, para a ciência outro, e portanto havia fontes de contacto e

de conhecimento que um Presidente não pode estar fora do que está a acontecer, e deve ter informações diretas sempre que possa

VF: Mas depois nas reuniões com o primeiro-ministro havia...

JS: Havia ordens de trabalho, não é, nomeadamente havia ordens de trabalho combinadas entre os chefes da casa civil e os chefes de gabinete do primeiro-ministro, ele trás umas coisas eu tenho outras, e isso correu normalmente, no fundo tive o Guterres, tive o Durão Barroso, tive o Santana Lopes e tive o Sócrates. São pessoas completamente diferentes, mas depende do conteúdo que se quer dar a essas reuniões e isso depende também muito de cada primeiro-ministro. E também são reuniões de aviso sobre problemas que estão aí para aparecer ou uma legislação que está cá e eu tenho muitas dificuldades em não pedir a intervenção do Tribunal Constitucional, quando havia tempo, isso é mais por telefone porque são só 8 dias. Eu criei um princípio que foi quando percebia que ia havendo problemas, tinha os meus enviados no terreno, quer dizer, quer um consultor parlamentar, que estava sempre no Parlamento, tu conheces-te um deles no primeiro mandato, que foi o Jorge Gonçalves, no segundo já foi o João Serra, e portanto eu ia tendo contactos com os líderes parlamentares e com os deputados sobre o que é que se estava a passar, ia ouvindo interessados naqueles diplomas mas a partir do momento em que ele chegava a Belém, o contacto acabava. E também não ia receber sindicalistas com greves a decorrer e isso nem pensar, isso era uma questão fora de todas as circunstâncias, mas a partir do momento em que aquilo chegava era connosco, era comigo, eu é que tinha que decidir. Agora tinha que ter, a maior informação possível, quer dizer, é preciso ser em matéria de informação, completamente insaciável. Também tinha autorização, com o consentimento do primeiro-ministro, de falar às vezes com um ministro ou outro, quer dizer, isso era possível, ou vinham com ele ou então era em separado, mas eu nunca violei a, como era constitucionalmente admissível, naturalmente compreensível, “oh primeiro-ministro eu gostava muito de aprofundar este tema com o ministro tal, dá-me licença? “Com certeza...”. Não havia ninguém que se negasse a uma coisa desse tipo, e portanto isso também é bom fazer-se porque vai mais em profundidade sobre uma determinada coisa e isso foi muito bom. Portanto eu gabava-me de ter, não quer dizer que as reuniões das quintas-feiras não dependam da forma como cada um dos interlocutores concebe essas reuniões. Mais profundidade de um lado, menos profundidade do outro, mais tática ou mais estratégica, *ça dépend*, dos humores do dia, dos humores da situação, das dificuldades da situação, obviamente quando tu tens, como no caso do Guterres no segundo mandato, 115/115, eu também tive que mandar o Serra para a Assembleia da República falar com o Deputado do queijo Limiano várias vezes. Coitado do homem, porque, estava ali a fazer uma greve de fome, a malta a pôr-lhe lá comida, foi um momento absolutamente trágico, porque eu estava convencido que era

preciso fazer passar o orçamento. Quando a situação chegou ao limite daquilo que chegou, porque uma pessoa também tem que ter no contexto português, e comparativamente, por exemplo, com Espanha, isto não pode durar cada governo dois anos. Os governos têm que durar quatro, a estabilidade é um elemento que a gente deve fomentar. Agora a estabilidade no sentido de escamotear problemas, de não ver a observância do estado de direito, as instituições a serem cada vez mais opacas, quer dizer, e os problemas que vão acontecendo na comunicação social, ou vão acontecendo aqui ou vão acontecendo acolá, isso obviamente, eu também dei muito apoio às magistraturas, aos juízes, aos congressos da justiça, aos advogados, ao ano judicial, portanto houve uma panóplia de coisas que requerem a visão do Presidente da República, que não pode ser uma visão apenas programática, não deve ser, porque não deve ter programa, mas tem princípios que jurou obedecer, tem a sua leitura da Constituição, porque isso também tem uma leitura pessoal, com certeza, dentro dos parâmetros que a Constituição define, ela não tem uma única interpretação, como tu estás a estudá-la sabes perfeitamente, mas há sempre a procura de equilíbrios. Não pode ser, a cooperação institucional é uma coisa a que qualquer Presidente que se honre dessa qualidade, tem que prestar atenção dentro dos limites possíveis. Eu não estou aqui para te lixar, estou aqui para te chamar a atenção, e espero que tu ouças isto bem porque isto é pensado, tem a ver com coisas que pensaste, etc.

.../...

VF: Agora entramos na última parte... Já coisas mais concretas sobre os dois mandatos. Há aqui uma área em que a investigação documental é relativamente difícil, porque há coisas que não aparecem nos documentos, aparecem quando muito nos jornais, [.../...] nomeadamente as áreas de entidades que são nomeadas por proposta do governo e por decisão do Presidente. Há algumas situações concretas que surgiram em relação ao governo há dois casos, que foram referenciados normalmente, o caso da demissão do Armando Vara e do Luís Patrão, que diz que foi por exigência do Presidente.

JS: Bem aí, o Patrão é diferente, mas aí diz-se que aí foi aquela história daquela fundação. E aquilo agravou-se muito, eu aliás estava algures no Norte e vim de propósito a Lisboa para falar com o Guterres no dia em que o Guterres foi surpreendido no parlamento. O Guterres não tinha a informação, lembras-te com certeza disso, e foi um tipo do PSD que enfrenta o Guterres e diz qual é a informação que devia ter. Vou-te contar rigorosamente a verdade. É a primeira pessoa a quem eu vou dizer isto. [.../...] E então, eu venho a Lisboa, ou porque era quinta-feira ou outra coisa qualquer, e o Guterres vem falar comigo e eu digo: “Oh Guterres isto é uma coisa dramática para si.” [.../...] Você tem que fazer alguma coisa. Tem que reagir a isto senão fica afundado nisto tudo e não pode ser. Você é primeiro-ministro, não pode ser.” E portanto

quem não tinha dado informação era o Dr. Vara. Ou porque não tinha ou pelo menos porque tinha pouca. Enfim não tinha. Em princípio não teria. E o Guterres: “Pois é, realmente, tenho que fazer alguma coisa, aliás, o Vara pediu-me uma audiência para quando eu acabasse esta”. E eu disse: “Eu espero que você chegue a uma conclusão com ele, que o liberte a si desta...”. Mas não lhe disse mais nada. Eu não exigi nada. Quer dizer, eu disse que ele tinha que reagir e ele à saída de pé, estou a ver, à saída do gabinete, “Ainda bem, o Vara pediu-me uma audiência urgente e eu espero que ele venha resolver o problema”. Foi exatamente assim. Dir-se-á: Eu fiz pressão, indireta, quer dizer, mas o Guterres também estava à espera que alguma coisa acontecesse. Esta é, oh Vasco és o primeiro gajo a quem eu conto isto. E não vou contar mais. [.../...] Portanto aquilo foi uma pressão discreta para que o homem fizesse ali uma remodelação qualquer.

VF: E o Patrão não...

JS: Eu não me lembro diretamente. Acho que foi na sequência.

VF: Mas o outro caso, esse tem três versões, eu inclino-me para a versão do Novais que é o caso da nomeação do Portas para o governo do Santana Lopes. Em que há a versão de que o Presidente exigiu que ele não fosse para o MNE. Há a versão de dizer: “Não, o Presidente disse que achava melhor que ele ficasse como está, na Defesa.” E o próprio Santana Lopes, num livro que escreveu na altura, de alguma forma confirma esta versão. Ou seja a primeira é do Marques da Costa. O Marques da Costa num artigo que fez, aliás muito bem feito, em termos gerais sobre essa crise no governo...

JS: Aqui há um problema grave. Eu tenho essas três versões em cima da mesa. Eu sou amigo do Paulo Portas, porque sou muito amigo do pai, do tio, etc. Portanto eu lembro-me de que quando me foi dito isso, eu fiz uma cara, achei que dada a juventude dele, que era um bocadinho prematuro, e devo ter dito qualquer coisa do género: “Eh pá veja lá se arranja outra coisa qualquer”. Portanto...

VF: O Santana Lopes diz que o que tu disseste foi: “Ele está a fazer muito bem o papel de Ministro da Defesa”

JS: [.../...] que gostei dele como Ministro da Defesa, é indiscutível que sim. E pode ser que eu tenha dito “Eh pá não mude o gajo da Defesa, nós estamos a dar-lhe uma coisa mais complicada, do ponto de vista internacional, e tal.”

VF: E aquela interpretação do Novais? O Novais diz que a tua posição sempre foi que o Governo é o primeiro-ministro que o faz. Não houve nenhuma outra intervenção?

JS: Não, não houve. Que me lembre não houve.

VF: Houve uma outra nomeação que foi controversa mas penso que aí é em total consonância entre o Presidente e o governo, que foi a do Oliveira Martins para o Tribunal de Contas. Aliás, controvérsia que depois, ele próprio se encarregou de desmentir com o desempenho do cargo. Ou seja as oposições fizeram...

JS: Não, isso aí foi uma história muito interessante, que o Guilherme reconhece. Porque o Guilherme estava na Assembleia e veio esse nome e eu disse: “Esse nome é um nome excelente, mas esperemos... Ele tem que sair da Assembleia”. [.../...] Se fores ver há um discurso da posse do Guilherme em que eu digo “... é nomeado, tem a minha confiança, é um gajo impecável.” De alguma maneira explicando que era assegurar um mínimo de visão de que eu não estava a pegar num gajo que estava no grupo parlamentar do PS e que o punha no Tribunal de Contas. Não. O Guilherme tinha peso por si próprio. Como se veio a demonstrar ao fim destes anos todos.

VF: No discurso tu invocas aquilo que outras pessoas disseram fora do espectro partidário.

JS: Exatamente.

[.../...]

VF: Também a nomeação do Souto Moura também foi por acordo com o Governo?

JS: Sim, sim. Não teve problema nenhum. Teve outra chatice que não tens aí, mas que é a demissão do Almirante Fuzeta da Ponte de Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

VF: Não, isso tenho... A tropa vinha a seguir. Aliás a tropa começaria com o conflito do Iraque.

JS: Sim, isso tens um livro excelente agora que põe isso tudo em pratos limpos, com muita independência, que é o livro do Bernardo Pires de Lima. Tens que comprar.

VF: Eu tenho. Eu tenho um artigo dele já.

JS: O livro saiu há 2 ou 3 meses atrás. Ele teve entrevistas com toda a gente. Também fez aqui. Obrigou-nos a ver os arquivos todos e as coisas todas. É, digamos, um livro muitíssimo equilibrado, com a confissão de algumas coisas que eu fiz depressa de mais e que não deveria ter feito. E com a preocupação imensa que o Barroso tem hoje de esconder completamente que esteve na origem também dessa cimeira, que eu acho que o levou à presidência da Comissão Europeia, sem duvida nenhuma, [.../...]. Aliás portou-se muito bem comigo enquanto Presidente, um tipo corretíssimo, com ordens de trabalho

impecáveis, que levou as coisas mais a sério, coisa que eu não gosto de dizer em público mas, ponderando todos, foi um profissional muito cuidadoso, tomava notas... Eu tinha um caderno e às vezes eu começava a ver o caderno, “oh Sr. primeiro-ministro, faz favor tenha o seu caderno e tal”. Ordens de trabalho bem feitas, temas em profundidade, não havia limite de horas, e o Guterres era mais apressado, dava àquilo menos importância, sem dúvida nenhuma. O Lopes pediu dezenas de conselhos, nunca pode dizer que não teve os conselhos todos, bom, mas no caso do, qual era a tua pergunta?

VF: O conflito do Iraque

JS: Eh pá, o livro substitui tudo quanto se possa dizer, está lá tudo, eu li já o livro todo, eu sei que estive duas horas aqui com ele, a minha assessora Helena Barroco que trabalhou com ele porque foi buscar os arquivos todos sobre as coisas exatas que se passaram, o livro é a melhor peça que há sobre isso. Com o Martins da Cruz a dizer uma coisa que é perfeitamente desadequada mas isso não tem importância.

VF: Ok. O Fuzeta da Ponte

JS: O Fuzeta da Ponte foi a tal carta, uma coisa absolutamente inconcebível, e portanto eu pedi ao Guterres, “oh Guterres desculpe lá mas isto é inadmissível”, e o Guterres foi rápido, como era seu costume. E ele e o Veiga Simão arranjam um gajo novo, rapidamente.

VF: E portanto houve, digamos, uma resposta imediata do Governo, não houve qualquer tipo de divergência

JS: Bem o Governo foi no sentido de não é possível ter um comandante supremo das forças armadas incompatibilizado com o Chefe de Estado-Maior-General. E eu disse, realmente parece não ser. Reagi demais? A carta era inconcebível, quer dizer, do ponto de vista de quase chamar-me à responsabilidade, e eu disse, eh pá isto é inaceitável.

VF: E depois a nomeação do substituto também não foi totalmente pacífica, não é? Porque era o Espírito Santo do exército, da força aérea entendia que devia ser da força aérea,

JS: Sim mas isso é o costume.

VF: Mas não houve nenhuma divergência entre o Presidente e o governo?

JS: Não, nada, nada. E foi um homem inteligente e capaz, sem dúvida.

VF: Depois, no tempo do Barroso,

JS: Depois houve uma chatice, que foi

VF: foi o Alvarenga Sousa Santos,

JS: sim já não me lembrava.

VF: porque este fez umas críticas ao Portas e o Governo anunciou que o ia,

JS: E eu dava-me muito bem com o Alvarenga

VF: e aí houve alguma resistência por parte do Presidente

JS: Houve, houve. Mas os gajos insistiram. E portanto eu depois acabei por aceder. Podia não ter acedido e era um conflito, mas não posso a comandar uma coisa com uma, este é o grande problema das coisas conjuntas. Tu propões, eu nomeio, mas depois se tu queres tirar o gajo e não tens confiança no gajo, boicotas a atividade dele, o que é que custou também ao país? É o país, não é? Então ponham lá outro. Eu dei todas as satisfações pessoais ao Alvarenga, que era um gajo impecável e não nos perdoou, está claro. E hoje fala-me muito bem, quando me vê na rua, o gajo jogava golfe, eu já não jogo, mas às vezes eu encontro-o. Outra coisa que é a demissão do Veiga Simão.

VF: Sim o Veiga Simão foi 1 ano e tal depois

JS: Foi uma chatice porque o homem coitado, eu fui o único gajo que lhe fez justiça. O gajo não perdoou ao Partido Socialista porque o gajo foi traído obviamente na Assembleia da República. O chefe de gabinete do gajo enganou-se e mandou a lista de todos os gajos dos serviços de informações e houve alguém que a pôs na boca de toda a gente e dos jornais. Quem é que foi? Foi na Assembleia. Não brinquem comigo, pá. Quer dizer a Assembleia devia ter feito um apuramento disso. Não, o Veiga Simão é que pagou as favas dessa brincadeira toda e foi um gajo impecável nesse sentido.

VF: Isso levou depois a algumas mudanças na própria Assembleia quanto ao acesso a documentos reservados.

JS: Quer dizer, não é possível. [.../...]. O que é certo é que o Veiga Simão se demitiu com enorme fragor. Eu estive sempre a favor de lhe ser dirigida uma explicação. O que lhe passava na cabeça era que “Não posso ficar aqui mais tempo e tal”. “Oh Sr. Eng., Sr. Prof., e tal”. A mim custou-me muito. E ele reconhece que eu me portei muito bem com ele. Porque ele ficou chateado com o Almeida Santos nessa altura e com o PS, comigo não ficou porque eu devo-lhe ter dito qualquer coisa “já dei porrada na Assembleia depois disso várias vezes, por causa disso”.

VF: Nomeações de embaixadores. Nunca houve...

JS: Nomeações de embaixadores é outro *a tricky matter* e porquê, oh Franco? Porque houve algumas coisas. Eu tenho a minha tese, que tenho, porque há gente que não tem, como o Gama sempre acentuava. [.../...] Portanto em princípio, o Ministério propõe ao Presidente da República. O Gama tinha muito

cuidado nisso porque não dizia a ninguém. Trazia uma folhinha para cima, [.../...], com os nomes escritos com a letra do gajo e dizia “Oh Jorge fazes o favor [.../...] vê lá se estás de acordo com isto”. E eu digo “Eh pá deixa cá ficar isto vinte e quatro horas que eu depois digo”. [.../...] Tive um ou dois casos com o Gama simples de resolução, que não houve efetivamente grandes problemas. [.../...]. Tive um problema complicadíssimo com o Durão Barroso, Martins da Cruz, a dupla, sobre o Seixas da Costa, efetivamente. Aí sim. Porque o gajo estava nas Nações Unidas posto pelo Gama (um excelente Embaixador), e os gajos vieram propor correr com ele. Porque não era de confiança. E eu disse “Está bem, mas é ou não é um bom Embaixador?” “Sim mas nós temos de ter alguém de confiança política absoluta nas Nações Unidas.” E eu disse “Está bem, eu percebo isso, mas então fica garantido o quê para ele seguir?” “Ah fica garantido que agora vai [.../...] para Viena, para a OSCE, Organização de Segurança e Cooperação da Europa, [.../...] era a Presidência portuguesa [.../...] e portanto vai para lá o Seixas.” “Está bem, ok, vai para lá o Seixas. Expulsam-no das Nações Unidas e depois?” “Depois prometemos-lhe Londres” [.../...] O Seixas fez os seis meses na presidência Portuguesa, esteve lá 1 ano ou 2, e depois eles tinham prometido que ele a seguir ia para Inglaterra. Bem, e portanto os gajos não o puseram em Londres. [.../...] deixaram-no ficar na OSCE, porque Londres vagou e quando chegamos à altura do novo posto do gajo, eu digo “Olhe o gajo agora quer o Brasil.” Depois disto tudo... “Não, o Brasil não há”, voltou o Dr. Durão Barroso... Eu fechei-me em casa um fim-de-semana e escrevi por minha mão, seis páginas para ler ao Dr. Barroso. Autenticamente. E então fazia a história disto tudo. E portanto agora meus amigos já não há, eu já cedi nas Nações Unidas. Já cedi em Londres que era promessa vossa e agora não cedo. Ou vai para o Brasil ou este movimento fica emparedado. Bem e o gajo foi para o Brasil. Bem, portanto, há limites nisto, porque tu não podes paralisar o movimento diplomático, efetivamente. Aqui havia um conjunto de coisas políticas pesadas que não tinha grande razão de ser. Depois pequenos pormenores, por exemplo, nomeações para embaixadores, que é o topo da carreira. Escolhem-se 15 ou 20, não podem ser mais, porque tem que sair um para entrar outro, e houve duas propostas para a atual secretária-geral do Ministério que é muito simpática comigo, é a Ana Martinha que esteve depois no gabinete do Barroso e esteve Embaixadora na Áustria, que agora é Secretária-Geral. A Ana Martinha, a proposta do Barroso era ser promovida a embaixadora e eu respondi que muito bem mas então tem que vir a Margarida Sá Carneiro Figueiredo, paciência. E o gajo ficou à rasca mas depois acabaram por ser as duas nomeadas. Portanto são pequenas, ah mas há aí, a minha tese é que tu não podes a não ser nestes casos extremos, não podes dinamitar porque não tens a gestão da política externa. A verdade é essa e não podes impedir o movimento diplomático. Podes é em certos casos pontuais dizer que é completamente injusto ou porque é completamente incapaz, não pode ser, é uma vergonha, mas no limite quem gere o Ministério dos Negócios

Estrangeiros é, é certo que eles são os representantes do Presidente da República, e portanto isso...

VF: No período do Santana Lopes não houve

JS: Não, não houve nada. Que eu me lembre, não houve nada. Que me lembre pá, pode haver um caso que eu não me lembre.

VF: Está bem. Eu penso que chegámos ao fim.

JS: Com muito gosto, eu estou sempre à disposição.

VF: Muito obrigado.

Vasco Franco
Doutorando em Ciência Política

Entrevista ao Senhor Professor Doutor Cavaco Silva (2 de novembro de 2016)

Começo por agradecer a entrevista que será muito importante para a Tese.

O objetivo é poder conhecer alguns mecanismos da tomada de decisão no exercício dos poderes presidenciais, menos tratados na bibliografia existente e menos referenciados nas fontes documentais disponíveis.

O que pretendo é que o Senhor Professor me ajude, na medida do possível, a compreender esses mecanismos e a identificar situações que relevem para o conhecimento da interação entre o Presidente da República e o Governo.

Seria importante que o pudesse fazer também em relação ao período em que exerceu as funções de Primeiro-Ministro, apenas como complemento, em aspetos muito pontuais, do que já consta da autobiografia respeitante a este período.

○ **Definição da agenda política:**

- O PR pode ter uma intervenção maior ou menor na definição da “agenda política”, na priorização do tratamento de questões que considere importantes...

Pode fazê-lo de várias formas... Algumas públicas, como os discursos e as jornadas, Roteiros, outras mais discretas...

- Nas audiências semanais com os PM's a agenda visava apenas os temas indicados pelos chefes do executivo ou incluía assuntos que a Presidência entendia dever tratar mesmo que não constassem da lista do PM?

RESPOSTA: A agenda era normalmente determinada pela conjuntura político-partidária e pela evolução da situação económica e financeira.


Várias vezes o Chefe da Casa Civil informou o Gabinete do Primeiro-Ministro de temas específicos que queria ver tratados para que ele viesse preparado e com a informação necessária.

O Presidente tinha que estudar muito bem os assuntos para poder influenciar o processo político de decisão. A melhor forma de o fazer era através do diálogo, da persuasão, da interação com o Governo.

O Presidente pedia informações sobre as opções do Executivo e expunha as suas opiniões.

As audiências semanais eram sempre reuniões de trabalho, que podiam durar uma ou mesmo duas horas.

Alguns casos foram tratados e discutidos em dezenas de reuniões (como a questão do aeroporto da Ota ou a da avaliação dos professores).

 Da parte dos três PM's com quem o Sr. Professor se relacionou houve igual disponibilidade e abertura para acolher as preocupações do Sr. Presidente e para lhes dar seguimento?

RESPOSTA: Tratando-se de efetivas reuniões de trabalho não se verificaram grandes diferenças de um Primeiro-Ministro para outro.

A política externa ocupava muito tempo nessas reuniões. Mas foram introduzidas práticas que facilitavam o tratamento dos assuntos. Por exemplo: o Ministério dos Negócios Estrangeiros passou a enviar para a Presidência cópia dos dossiers que o Primeiro-Ministro usava nas reuniões do Conselho Europeu, os quais continham as posições que Portugal ia adotar sobre os diversos assuntos.

Também em matéria de defesa... Os poderes do Presidente foram reforçados com a Lei de Defesa Nacional de 2009, particularmente no que se refere ao envio de forças para o estrangeiro. O Governo informava detalhadamente o Presidente sobre qualquer intenção nesta matéria e o Presidente recolhia todos os pareceres necessários da parte militar (riscos, ameaças, custos...) antes de tomar uma posição. O Presidente da República e o Primeiro-Ministro analisavam as propostas do ponto de vista

político e estratégico antes da sua discussão em Conselho Superior de Defesa Nacional.

■ No período em que foi PM, as audiências com o Presidente Mário Soares...

Sendo manifesta uma mudança no relacionamento entre ambos no segundo mandato de Soares, isso provocou alterações também quanto ao tipo de assuntos a tratar nas audiências semanais?

RESPOSTA: *Nessa altura o formato das audiências era diferente do das reuniões de trabalho do período em que exerci a presidência... Eram reuniões curtas (vinte ou trinta minutos), com pouca substância, mas eram normalmente cordiais.*

○ Busca de consensos:

- Um dos aspetos em que o Sr. Professor insistiu muito durante os seus mandatos foi na necessidade de se estabelecerem consensos entre as forças políticas para abordar as grandes questões nacionais. Raramente foi possível obter tais consensos.

■ A que atribui a incapacidade crónica para o consenso?

RESPOSTA: *À falta de cultura de consenso, ao contrário do que acontece no norte da Europa. Em tempos, em conversa com o Primeiro-Ministro da Finlândia, ele explicou que no seu país era possível o funcionamento de governos de coligação com vários partidos porque estavam habituados a ser pragmáticos.*

A dificuldade está em formar e manter consensos de prazo alargado para formar governos de coligação ou assegurar acordos de governabilidade com apoio parlamentar.

Para aprovar legislação até tem havido vários casos de consenso. Por exemplo, nas revisões constitucionais, também o acordo entre o PS e o PSD em matéria de justiça (depois de uma situação muito crispada com os

magistrados por causa do discurso de posse do Primeiro-Ministro sobre as férias judiciais e outras matérias).

No meu tempo de Primeiro-Ministro nunca houve dificuldade em dialogar com os líderes partidários... Nunca! Agora é diferente. São frequentes as recusas ao diálogo.

Os debates quinzenais no parlamento acentuaram a crispação e a violência verbal imprópria de uma democracia madura.

○ Indigitação do PM e Nomeação do Governo:

- São conhecidos alguns, raros, casos em que o Presidente discordou de propostas do PM relativamente à nomeação de algum membro do Governo (Fernando Nogueira como vice PM – caso relatado na autobiografia do Professor Cavaco Silva; Paulo Portas, como MNE/MDN no governo Santana Lopes)...

 Aconteceu alguma discordância desta natureza enquanto o Senhor Professor foi PR?

RESPOSTA: *Sempre pensei que compete ao Primeiro-Ministro escolher a sua equipa.*

O Presidente não pode correr o risco de dizer que não gosta de um nome e prefere outro e acabar corresponsabilizado pela atuação do escolhido nessas condições.

Habitualmente há uma primeira conversa em que o futuro Primeiro-Ministro diz o que pensa sobre a formação do Governo.

Para o Presidente da República as pastas sensíveis são as da Defesa e dos Negócios Estrangeiros. O Presidente recebe muitas vezes estes ministros, dadas as competências que tem nestas áreas.

Depois o Primeiro-Ministro manda um currículo detalhado de cada um dos membros do Governo que propõe.

Nunca houve problemas.

■ Algum PM lhe pediu sugestões quanto à composição do executivo? Fez alguma sugestão?

RESPOSTA: *Se existisse alguma incompatibilidade em relação àquelas duas pastas o Presidente devia dizer, mas nunca houve.*

■ Colocou-se alguma vez a questão de solicitar ao PM a substituição de um membro do Governo?

RESPOSTA: *Em algumas situações falava com o Primeiro-Ministro sobre o comportamento de alguns membros do Governo, mas nunca pressionando explicitamente a sua substituição. O Primeiro-Ministro registava e houve casos em que acabou por fazer uma remodelação.*

Mas nunca fiz imposições.

Por exemplo, no caso de Mário Lino, quando proferiu declarações muito questionáveis sobre a localização do aeroporto... Não hesitei em criticá-lo. Foram declarações impróprias de um ministro, mas ele permaneceu no Governo. Para mim o Primeiro-Ministro é responsável pela composição do Governo.

■ E quando foi PM, para além do caso do Dr. Fernando Nogueira, houve mais alguma discordância com o PR nestas matérias?

RESPOSTA: *Mário Soares entendia que eu devia demitir Leonor Beleza, quando surgiu aquele problema do plasma, mas eu recusei.*

- Tem sido referenciada, por vários comentadores e mesmo no meio académico (recente artigo de André Freire & Santana Pereira, *Pôle Sud*, 44, outubro 2016), a forte probabilidade de o Presidente Cavaco Silva ter optado pela dissolução da AR, em 2015, caso isso fosse constitucionalmente possível, depois da rejeição do programa do II governo de Passos Coelho.
- No discurso da posse do atual Governo o Senhor Professor aludiu expressamente àquela limitação que condicionava a sua decisão.

■ Se isso fosse constitucionalmente possível, teria dissolvido a AR em vez de dar posse ao XXI Governo?

RESPOSTA: *A Constituição é muito restritiva em relação à dissolução. Sempre entendi que o Governo depende da confiança política da Assembleia da República e não do Presidente.*

Dissolvi uma vez porque o Primeiro-Ministro se demitiu e todos os partidos consideraram que não havia outra solução de governo.

Deixei escrito todos os passos que dei para a formação do governo na sequência das eleições de Outubro de 2015, para não ficarem dúvidas.

○ Participação no processo legislativo

- Diplomas do Governo... O Senhor Professor mencionou algumas vezes a relevância da intervenção da Presidência da República no aperfeiçoamento dos diplomas do Governo enviados para promulgação, logrando, mesmo, introduzir alterações substantivas que considerava pertinentes (caso do apoio aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, em dezembro de 2010).

Nos arquivos da PR tive oportunidade de identificar todos os casos em que ocorreram situações similares durante os mandatos de MS e de JS.

■ Haverá possibilidade de obter uma lista dos diplomas que foram alterados por discordância com algumas das normas neles contidas durante os mandatos do Senhor Professor?

RESPOSTA: *O acesso a essa informação estará na Presidência, mas penso que há um prazo para aceder a este tipo de documentos... Dez anos...*

Havia um processo de cooperação e diálogo muito grande com os governos para evitar vetos de diplomas ou o envio ao Tribunal Constitucional.

Em caso de divergência a Presidência contactava primeiro o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e, depois, se necessário, o Ministro da Presidência.

Na maior parte dos casos tratava-se de aperfeiçoamentos legislativos.

Mas realizaram-se muitas reuniões de trabalho entre a Casa Civil e membros do Governo para tratar de divergências quanto a matéria substantiva. Eu acompanhava a evolução dos trabalhos e depois tomava uma decisão.

Para além do exemplo do ensino particular e cooperativo, ocorre-me outro diploma em que tiveram lugar vários contactos até se chegar a um acordo, a Lei de Defesa Nacional. Mas ocorreram muitos outros casos como a transformação da empresa Estradas de Portugal, etc.

○ Nomeações e exonerações em regime de codecisão

- Um elevado número de decisões do PR corresponde a nomeações e exonerações em regime de codecisão (corpo diplomáticos, chefias militares, promoções a e de oficiais gerais, presidente do TContas, PGR)

■ O Senhor Professor nomeou, por proposta do Governo, dois PGR (Pinto Monteiro e Joana Marques Vidal). A escolha foi consensual desde o primeiro momento ou houve alguma divergência?

RESPOSTA: *Estes casos foram tratados com grande sigilo, entre o Presidente e o Primeiro-Ministro.*

Na primeira situação houve divergências, mas foi tudo resolvido através do diálogo e de forma muito discreta.

■ No processo de nomeação de embaixadores havia consultas prévias entre o Governo e a Presidência no sentido de afastar qualquer eventual discordância?

■ Verificou-se, nos mandatos do Senhor Professor, alguma situação de desentendimento nesta matéria?

RESPOSTA: *Logo no início foi acertado um processo para evitar desentendimentos.*

O Ministro dos Negócios Estrangeiros falava primeiro com o Presidente e deixava-lhe uma anotação informal com os nomes e postos que entendia.

O Presidente depois de analisar os nomes propostos dava a sua opinião, sugeria ajustamentos e, numa conversa cordial, chegávamos a acordo.

Isto aconteceu com todos os governos.

- Quanto às chefias militares, o processo é mais elaborado porque há um conjunto de procedimentos prévios mais participados pela estrutura (pareceres do Conselho Superior de Defesa Nacional, Conselho de Chefes de Estado-Maior, CEMGFA, Conselho Superior dos Ramos).

■ Durante os mandatos do Senhor Professor foram nomeados 3 CEMGFA (Valença Pinto I e II, Esteves de Araújo e Pina Monteiro) 9 chefes de EM dos Ramos (4 do exército, 2 da FA e 3 da Armada), além de vários comandantes de forças e, a partir de 2007, nomeados e promovidos dezenas de generais. Houve alguma situação de desentendimento com o Governo quanto a estas nomeações?

RESPOSTA: *O procedimento foi acertado logo de início, tal como com o movimento diplomático.*

O Ministro da Defesa faz o levantamento dos generais ou almirantes que pensa que têm perfil para o cargo e apresenta-os ao Presidente da República.

O Presidente também estuda o assunto, ouvindo a Casa Militar.

Chegávamos a acordo em relação a dois ou três nomes e o Ministro falava com eles e depois dava a opinião ao Presidente e acabávamos por convergir num nome.

Só houve uma situação em que o acordo foi difícil mas foi resolvido pelo diálogo com o Primeiro-Ministro.

■ Quando foi PM, há uma situação relatada na sua biografia, a da recusa da recondução do CEMFA General Mendes Dias (1994). Tem memória de mais algum desencontro quanto a nomeações em codecisão? De chefias militares e de embaixadores, também a nomeação do Professor Sousa Franco para presidente do Tribunal de Contas (1986)...

RESPOSTA: *Há um outro caso, de um almirante, que vem referido na autobiografia.*

A nomeação do Professor Sousa Franco foi pacífica.

○ Mensagens à AR

- O poder constitucional de envio de mensagens à AR tem sido pouco usado pelos diferentes Presidentes da República. Fora do quadro da promulgação e veto de diplomas creio que o Senhor Professor nunca usou esta prerrogativa. A pesquisa feita nos arquivos da AR aponta nesse sentido...

■ Há alguma razão para este facto?

RESPOSTA: *Realmente as mensagens foram só relacionadas com promulgações e com vetos.*

○ Crises

José Sócrates atribui ao Senhor Professor alguma responsabilidade na queda do XVIII por causa do seu discurso de posse no início do segundo mandato. Considera que foi um incentivo ao voto negativo do PSD em relação ao PEC IV, apresentado, aliás, poucos dias depois da posse de V. Ex.^a e “de surpresa” (Prefácio de Roteiros VI)

■ A posição do Senhor Professor teria sido menos crítica se o PM tivesse mantido o Senhor Presidente melhor informado sobre as negociações dos programa de ajuda financeira e tivesse mostrado maior abertura para buscar consensos no seio da AR?

RESPOSTA: *Eu recolhi muita informação sobre a situação muito grave em que o país se encontrava.*

O discurso apontava formas de corrigir a política que estava a conduzir a essa situação.

O Presidente esteve muito envolvido nos Orçamentos do Estado de 2010 e de 2011. Até aí o Primeiro-Ministro dava todas as informações e isso permitiu uma intermediação com os partidos que viabilizaram aqueles documentos.

No PEC IV o presidente não foi informado do que estava em preparação. A posse foi no dia 9 e no dia seguinte foi apresentado o PEC IV, tendo os partidos, designadamente o PSD, declarado nessa mesma noite a sua oposição frontal.

O Presidente ajudou a criar as condições para aprovar os PEC I, II e III, mas nesses casos estava informado sobre o que se estava a negociar.

■ Durante a crise de 2013 o Senhor Professor sentiu em algum momento que existia vontade efetiva de negociar um consenso alargado, nomeadamente entre o PSD e o PS, ou pareceu-lhe que ambos se limitaram a desenvolver uma encenação com o objetivo de atribuírem ao outro a responsabilidade pelo insucesso da iniciativa presidencial, como alguns observadores consideraram?

RESPOSTA: Em relação ao pacto de salvação nacional, o diálogo correu bem quase até ao final. O Professor David Justino mantinha-me informado e a ideia geral era que o diálogo avançava bem.

Fui surpreendido quando percebi, na última reunião que tive com o líder do PS, que alguma coisa externa, alguma coisa que vinha eventualmente de dentro do partido, o impedia de dar o passo final.

○ Reforma constitucional e poderes presidenciais

■ De vez em quando surgem vozes sugerindo a necessidade de rever a CRP no sentido de modificar a natureza do sistema de governo, alterando, nomeadamente, os poderes do Presidente da República e, eventualmente, a forma de eleição do mesmo.

Depois da experiência de dez anos de mandato como PR, o que pensa o Senhor Professor em relação a esta matéria?

Considera que o sistema tem funcionado de forma adequada?

Entende que seria necessário alterar alguma coisa relativamente aos poderes presidenciais?

RESPOSTA: Eu sou a favor do nosso sistema semipresidencial. É um sistema equilibrado, que tem permitido governos de todos os tipos.

Os nossos constituintes encontraram uma solução que serve os interesses do País.

A única coisa que me preocupa é a possibilidade de se alterar o estatuto do representante da República para os Açores e para a Madeira.

O Presidente precisa ter alguém que, nas regiões autónomas, exerça os poderes previstos para o representante da República e alguém que dialogue localmente e o informe sobre a situação em cada uma das Regiões.

Foi um erro ter-se acabado com os ministros da República. A sua participação no Conselho de Ministros era importante. Talvez se tivesse evitado o descalabro nas contas públicas regionais...

Por outro lado, o Conselho Superior de Defesa Nacional, atualmente um órgão dominado pelo Governo, deveria ser um órgão de aconselhamento do Presidente da República, incluindo entre os seus membros alguns a designar pelo Presidente.

O Governador do Banco de Portugal podia também ser nomeado pelo Presidente da República por proposta do Governo, ouvida a Assembleia da República.

TERMINAMOS. Senhor Professor, muito obrigado pela sua disponibilidade.





Entrevista ao Eng.º António Guterres

(Transcrição parcial da entrevista gravada a 13 de junho de 2013)

.../...

VF: Agora o segundo tópico tinha a ver já com o sistema do governo semipresidencial em Portugal. A ideia que tens é que o sistema tem funcionado bem, o Presidente da República tem os poderes que deveria ter, deveria ter mais poderes?

AG: Eu acho que o sistema tem funcionado razoavelmente bem. E sobretudo não vejo grande vantagem em estar a fazer alterações no sistema sem ter a garantia de que essas alterações conduzam a alguma coisa favorável. Eu não penso que a ação executiva possa ter duas cabeças e portanto eu acho que o Presidente da República não deve ter poderes executivos de intervenção em termos da ação governativa e portanto estou de acordo que mesmo a política externa e de defesa sejam da responsabilidade do governo e não do Presidente da República. A não ser nos graus mais simbólicos em que isso hoje ocorre e por isso eu não sou favorável a um aumento dos poderes do Presidente da República.

VF: E os poderes atuais como o veto, a demissão têm sido usados de uma forma prudente?

AG: Eu acho que digamos, nem sempre por ventura foram usados de forma com que eu esteja de acordo, mas acho que não puseram em causa o funcionamento do sistema e nomeadamente as dissoluções do parlamento que são a coisa mais importante que está aqui em causa, as dissoluções do parlamento acabaram quase praticamente em todas as situações por corresponderem a necessidades reais do país. Mais tarde, mais cedo, mais bem feitas, menos bem feitas, acho que isso foi sempre mais ou menos de acordo com as necessidades do país. Acho que o sistema, não vejo razão para mudar o sistema.

VF: Também a ideia de que no segundo mandato o Presidente tem uma intervenção mais afirmativa, concordas com esta ideia ou parece que não há grandes razões...

AG: No primeiro mandato é humano que uma das preocupações dos Presidentes seja a sua reeleição, e portanto isso acaba por limitar mais a sua atuação. No segundo mandato as pessoas sentem-se mais livres, mas isso é humano, quer dizer, portanto ou se decide que só há um mandato ou se se reconhece que apesar de tudo dois mandatos é razoável... Eu acho que dois mandatos é razoável. É evidente que haverá sempre tendência de muitos dos protagonistas no cargo de serem sensíveis a esta alteração do seu estatuto político, não do seu estatuto institucional, isto é, candidato, presidente e candidato à reeleição e presidente *"tout court"*.

VF: Sim, e em todo o caso digamos essa manifestação acaba por ter mais um efeito de afirmação de personalidade do que propriamente de seguimento de uma linha partidária sendo o Presidente originário de um determinado partido. Ou não?

AG: Eu acho que, digamos, se um Presidente pertence a um partido, a hostilização ou a possibilidade de hostilizar outras forças políticas é maior no segundo mandato do que no primeiro. De qualquer forma assistimos a isso, não é? [.../...].

VF: Sim, sim. Depois outro tópico tem que ver com a intervenção do Presidente na formação dos Governos. Em Portugal nunca houve a tendência para que o Presidente assumisse de alguma forma o papel que assume em França, quando o Governo...

AG: Só um momento, eu vou entrar no elevador, se isto se desligar voltamos a ligar, tá bem? Mas o sistema constitucional francês é diferente...

VF: Sim, mas em todo o caso em Portugal, havendo uma maioria parlamentar afim, digamos, à família política do Presidente, parece-te que poderá haver um dia a tentação de o Presidente procurar assumir uma liderança, uma intervenção maior no governo?

AG: Eu penso que até agora não aconteceu e é bom que não aconteça. Até agora objetivamente não aconteceu, e digamos, há sempre uma tendência para alguma intervenção, para alguma tentativa de influência, mas digamos não houve nunca o assumir de uma tentativa de liderança, um golpe de estado constitucional digamos assim, e portanto eu acho que é bom que assim seja, e acho que esta pratica tem sido assim e não vejo razão para que ela se altere e portanto não estou muito preocupado com isso.

VF: E no caso de ser impossível formar uma maioria parlamentar de apoio a um Governo, enfim uma situação que até agora não se tem verificado muito mas que não é totalmente afastada

AG: Nessa altura há dissoluções da assembleia, não? Tem sido isso que tem levado às dissoluções da Assembleia.

VF: Depois o tópico seguinte tem que ver com a popularidade do Presidente. O Presidente tem mantido invariavelmente, tirando agora neste segundo mandato do Cavaco, tem mantido invariavelmente um índice de popularidade muito acima dos outros políticos e das outras instituições, do Parlamento, do Governo, dos Tribunais, etc., essa diferença terá que ver com o quê? Apenas com o facto de ele não exercer os poderes executivos ou com o prestígio que ele já traz de quando chega ao cargo?

AG: Eu penso que a questão decisiva tem a ver com o tipo de função que ele exerce. É um tipo de função que lhe permite ser um símbolo de unidade do país e não estar envolvido em confrontos de natureza partidária, ele aparece normalmente a fazer coisas que são simpáticas e que são positivas, para a generalidade da população, não tem que participar em decisões que são aquelas que normalmente causam descontentamento e por isso é natural que, a não ser que ele faça asneiras, que ele seja a figura mais popular.... É preciso que ele se esforce a fazer asneiras para digamos perder em popularidade, a não ser que numa situação de crise, a sua consciência na interpretação da constituição o leve a tomar decisões que sejam contrárias ao sentido do país. Mas isso também nunca aconteceu.

[.../...]

VF: Vamos para os dois últimos tópicos e o penúltimo tem que ver com a seguinte questão que enfim

AG: Mas isto é só para dizer que digamos, toda esta conversa decorre claramente de que eu tenho uma visão não intervencionista do Presidente da República. Isso é muito claro. A intervenção deve ser quando a Constituição o requer naquelas circunstâncias em que obviamente o Presidente tem que intervir ou e digamos em consenso com os principais agentes políticos em aspetos em que isso possa ser feito de uma forma positiva. Uma intervenção muito intervencionista, digamos assim, eu acho que só complica...

[.../...]

VF: A última pergunta tem que ver com os encontros regulares e aqui é já muito em relação à experiência passada, na parte de investigação que tenho estado a fazer, naturalmente este aspeto é o aspeto menos documentado porque por natureza ele é bastante privado, e eu não quero a revelação de segredos, os encontros regulares entre o primeiro-ministro e o presidente. Queria só perceber um pouco em que contexto é que eles se desenvolvem, ou seja, estas reuniões habitualmente têm uma agenda acordada entre as partes?

AG: Vamos lá ver eu tenho uma situação muito particular porque eu fui primeiro-ministro sempre com

VF: Com o Sampaio, claro, e com o Soares no início e depois com o Sampaio, pois

AG: Portanto digamos isso fez com que essa questão nunca tenha sido um problema para nós, quer dizer, portanto normalmente decidia-se uma previsão das questões que estavam em cima da mesa e portanto nunca houve problemas de agenda, sempre foi uma agenda consensual e digamos também havia uma grande liberdade para sair da agenda e falar de outras coisas quando os dois queríamos e portanto digamos eu sinceramente não tenho experiência de como é que isso é, quando os dois têm digamos, desconfiam um do outro ou têm visões diferentes e

portanto admito que possa ser mais complicado mas não faço ideia. Não sei como é que é isso mais formal, mas comigo não sempre foi muito informal, tudo sempre de comum acordo, e sempre digamos muito cordial. Portanto não me recordo de nenhum, às vezes poderia haver mesmo com o Soares, mas não. Eu não sou uma boa testemunha para essa questão porque vivi numa situação que é aliás invulgar porque dizia-se que em Portugal nunca haveria um Presidente do mesmo partido, havia sempre essa tese. E não foi verdade porque eu tive sempre um Presidente do mesmo partido e se o primeiro o herdei de alguma forma, é verdade que ele esteve quase sempre como Presidente com um governo do outro lado, o segundo foi eleito já quando nós estávamos no governo. E aliás de alguma forma essa eleição foi impulsionada pela vitória nas legislativas.

VF: E portanto dúvidas do Presidente sobre diplomas que estivessem para promulgação eram também abordadas

AG: Isso aí havia, eram sempre discutidas de uma forma ... ou várias, mas nunca houve um *casus belli*, havia “eh pá sim senhor, essa preocupação, vamos ver e tal”, quer dizer não me recordo de situações verdadeiramente contenciosas.

VF: Sim, e iniciativas do Presidente em termos de alguma forma

[.../...]

VF: Já agora só uma coisa, o Presidente, ou o Soares ou o Sampaio, tomavam iniciativas no fundo de tentar influenciar, eu não quero casos concretos só saber se sim ou se não.

AG: Não

VF: Em termos de agenda política, ou seja, propor que determinado assunto fosse tratado

AG: Vamos lá ver, nunca senti que eles estavam a tomar iniciativas nas minhas costas, portanto as iniciativas que foram tomadas por eles, e qualquer deles tinha iniciativa, foram sempre coisas conversadas e que correspondiam a coisas com as quais eu estava de acordo e que eu considerava que não tinham problema.

VF: Ok, pronto, ora meu caro António, muito obrigado. Um grande abraço.

AG: Um grande abraço.



Entrevista ao Eng.º José Sócrates

(Transcrição parcial da entrevista gravada a 23 de junho de 2012)

[.../...]

VF: Bom, passemos então ao sistema semipresidencial. A primeira questão que te queria colocar era esta: O sistema semipresidencial, em termos da sua própria teoria, é um sistema extremamente flexível, portanto ele tanto permite um funcionamento do tipo do que funciona na Áustria ou na Irlanda em que o papel do Presidente é muito diluído, é quase idêntico ao do Presidente num sistema parlamentar, como permite um funcionamento como o da França, fora do contexto da coabitação, em que o Presidente é quem lidera de facto o executivo e é quem tem maior protagonismo. A questão que se coloca é saber se pensas que a opção que foi feita pelos nossos constituintes em 76 pelo semipresidencialismo, se está a ser seguida, se tem sido seguida pelos vários presidentes da forma mais adequada aos interesses, digamos, do funcionamento do nosso sistema político.

JS: Bom eu há muito tempo que penso que o que foi feito, foi um erro. Um erro com algumas justificações históricas, mas um erro. E o erro básico é o seguinte, é nós querermos um regime parlamentar mas ao mesmo tempo elegemos um Presidente da República por sufrágio universal. Isso é que não tem lógica nenhuma. Quando damos a mesma legitimidade a um Primeiro-ministro e a um Presidente da República o que podemos esperar é um conflito dessas legitimidades. Devíamos apenas escolher um assim. E não. Queremos escolher dois. Com os mesmos métodos e pelo contrário, quer dizer, nós queremos dar ao Presidente da República uma função muito semelhante à função que outros Presidentes da República têm sem ser com eleição direta pelo povo mas dando-lhe a legitimidade popular. Ora isso é introduzir no sistema uma bomba relógio. Porque o que se pode esperar é que o Presidente da República queira estar sempre à altura da

legitimidade que tem e responder às pessoas que votaram nele, que se empenharam nele e mais nas eleições têm que dizer umas quantas coisas para justificar a sua existência. Ora nós queremos que um cargo eleito diretamente não tenha praticamente a visibilidade e a participação nas decisões políticas e isso gera montes de equívocos. Felizmente na nossa tradição os Presidentes da República, que embora eleitos diretamente, souberam sempre recuar e recuar para, recuar no sentido de se comportarem com uma versão minimalista dos seus poderes e não usar a maioria presidencial para, há essa tradição, nos casos usada com, como digo, com grandeza. Acho que o Mário Soares reinterpretou o papel do Presidente da República e deu-lhe uma orientação que não tinha antes, com o General Ramalho Eanes, não, não tinha. Não tinha nem deixava de ter, quer dizer, o Ramalho Eanes era um Presidente da República ainda do PREC e queria continuar e sempre viu na revisão constitucional, que lhe diminuía os poderes, uma ameaça à democracia, não é. Nem nunca entendi, aliás, nunca ninguém entenderá qual era a perspetiva que o General Ramalho Eanes tinha da democracia portuguesa. E depois temos também o atual Presidente da República é, tenta resolver esse problema de ter uma legitimidade popular e uns poderes constitucionais muito limitados, pela hipocrisia e pelo fingimento. Não é? Esconde-se e atira as pedras escondendo a mão, esconde-se atrás dos arbustos. Mas, bom, a verdade é que na nossa praxis política tentou resolver isso diminuindo o protagonismo do Presidente da República. Todavia, está sempre latente. E o que eu vejo é que todos os, e nós dispensávamos isso, em todos os nossos, em todos esses períodos, o que se passou foi sempre que o Presidente da República acabou sempre por ter uma inclinação para criticar o Governo, para..., mais quando o Governo passa por dificuldades, e todos passaram, a tendência do Presidente da República é acentuar essas dificuldades e não ajudá-lo. Pelo contrário. Por quê? Porque tem o povo para satisfazer, porque foi eleito por eles, porque precisa de ser eleito, pelo menos, para um segundo mandato e isso há lógicas implacáveis, na ...

VF: E essa necessidade acaba por se transformar num comportamento diferente entre o primeiro e o segundo mandato, ou seja ele num segundo

mandato deixa vir ao de cima, uma vez que já não tem aquela necessidade de ser reeleito e portanto já pode manifestar...

JS: Hã, sim vamos a ver, o comedimento e a contenção é sempre maior no primeiro mandato. No segundo mandato, o facto de já não precisar de ser eleito, esse comedimento já não existe com tanta ... De qualquer forma haverá sempre o comedimento de quem não quer deixar uma imagem de um Presidente da República excessivamente interventivo. Todavia, não existe essa vontade de agradar à outra parte que no primeiro mandato sempre existe por forma a ser eleito ainda com maior vantagem. Mas o problema é que na base desta arquitetura está o conflito, isto não ajuda nada à democracia, não ajuda nada ao sistema, não ajuda nada à política, só o perturba.

VF: Sendo o Presidente originário de um partido, isso também poderá favorecer o conflito, especialmente quando o outro partido esteja no poder?

JS: Não, isso eu não acredito. Não acredito. Ser ou não ser de um partido, ter tido responsabilidades, liderança num partido ou noutra, às vezes leva mais esses Presidentes a terem consciência do comedimento, da contenção, do que independentes que são eleitos por uma maioria que são às vezes mais, mais partidários, no sentido de quererem favorecer a maioria que os elegeu do que outros que têm consciência de que o seu dever é de contemporizar e de fazerem compromissos e não darem expressão política àqueles que o elegeram. Portanto, o Mário Soares foi nisso absolutamente determinante no primeiro mandato. No segundo, menos, claro está.

VF: Agora uma outra questão, ainda relacionada

JS: Mas digo-te, qual foi a razão porque nós tivemos aqui um semipresidencialismo? Quer dizer, eu não sei, não sei, isso merecia ser estudado e bem estudado. Mas há certamente uma. A primeira é que há razões históricas para isso, quer dizer, Humberto Delgado. Humberto Delgado foi aqui determinante, tratou-se de uma chapelada, de um engano e nunca foi esquecida. E por isso a ideia de Presidente eleito diretamente era uma ideia que pesava. Foi um erro, mas um erro

compreensível. Eu compreendo que essa gente, dessa geração, tivesse feito isso. E depois uma certa ideia da moda, esse Duverger, que tinha essa..., também a influência francesa na nossa cultura, não é?.

VF: Mas isso significa que a opção pelo semipresidencialismo pode vir a ser questionada futuramente ou não prevê que...

JS: Eh pá eu acho que o nosso sistema, digamos, evoluiu no sentido de aceitar esse paradoxo, isto é, o que a eleição do presidente da República por sufrágio universal é um erro mas o melhor é mantê-lo, reduzindo o Presidente da República a um papel incompatível com uma eleição direta. E pronto, todos têm, todos os atores políticos têm lidado com isso de forma mais cautelosa e acho que os Presidentes da República têm-se contido. Ou se têm contido por imperativo de servir o regime, ou se têm contido de forma hipócrita, como o atual, mas a verdade é que se têm contido para que essa diferença, que está na origem disto, digamos, não afete tanto como poderia afetar o regime. Mas se me perguntas se isso pode ser corrigido, ou vai ser corrigido, não tenho nenhuma esperança nisso, nessa correção. Acho que não há força para isso, acho que os Portugueses também, quer dizer acho que uma democracia não evolui no sentido de um retrocesso a não ser numa ocasião de graves tensões e de graves problemas que espero não aconteçam. Quer dizer, a evolução em França para a V República, tinha dois fatores, tinha uma crise e tinha um personagem, e que personagem, não é? Com uma legitimidade histórica, e ele sempre lutou por aquilo e impôs aquilo a toda a gente, não é? A visão presidencialista e a eleição direta do Presidente da República. E foi isso que nos influenciou. Não, enfim, não tenho isso como um grande exemplo democrático mas a verdade é que isso acabou por nos condicionar muito.

VF: Passando agora já para um outro tópico mais concreto. Nós não temos uma experiência do tipo francês, ou seja, quando o Mário Soares foi eleito pela primeira vez, ele tinha deixado de ser líder do partido a seguir às eleições legislativas e o Partido Socialista teve um resultado baixo, portanto, entrámos logo num modelo de coabitação, em que uma maioria de direita no Parlamento e o Presidente Mário Soares eleito, portanto não há uma experiência de um líder que saia diretamente do Partido para a Presidência, conviver com uma maioria do seu próprio Partido no

Parlamento. Agora tivemos algumas experiências no tempo do General Eanes de tentativas de formação de Governos de iniciativa Presidencial, etc. Aqui, no futuro em caso de uma dificuldade muito grande em formar governos, em formar governos maioritários, seria admissível uma maior intervenção do Presidente, no sentido de tentar encontrar maiorias.

JS: Bom, eu acho que isso pertence ao passado, enfim isto não é apenas, não é apenas, ou melhor eu tento dizer isto na perspetiva de quem analisa com objetividade o que se passou mas é também o meu desejo. Espero que isso pertença tudo ao passado. Esse intervencionismo do General Ramalho Eanes completamente ilegítimo e que desgastou o sistema político, e desgastou os partidos, porque foi uma luta contra os partidos e contra a democracia. Porque esse julgamento histórico está ainda por fazer e tem sido muito complacente com o General Ramalho Eanes. Eu não o advogo porque conduz sempre ao mesmo, sempre ao mesmo. O nascimento do PRD nasce da ideia de Homem impoluto versus Homens que têm que fazer compromissos porque estão a lidar com a governação, Homem acima de tudo isso, Homem incapaz de cedências, Homem reto, enquanto os políticos, pobres deles têm que lidar com a realidade e portanto fazerem acordos e nem sempre à altura daquilo que são as suas próprias expectativas tudo nasce sempre disso. E para quem não tinha as responsabilidades era fácil sempre culpar os outros e apresentar-se como o salvador. E quase teve êxito, porque a operação que o General Ramalho Eanes empreendeu era uma operação de destruição do Partido Socialista. Mas quase que teve, quase que teve. E o número de pessoas que o seguiram. E que o Partido Socialista, agora deixa-me fazer o elogio do Partido Socialista, foi de uma tolerância com toda essa gente, que lhe dá grandeza, não é, que lhe dá grandeza.

VF: Mas há um tópico que permite entrar no ponto seguinte que é de facto essa ideia de que o Presidente por não estar ligado às decisões do dia-a-dia que afetam as pessoas talvez isso justifique os índices de popularidade que todos os Presidentes tiveram.

JS: Com certeza. O Presidente só tem a posição fácil. Só fala. Nunca é responsável por nada do que acontece, nada, e isso transmite sempre, mas isso é uma das vantagens do sistema, quer dizer nós precisamos de

ter um Presidente da República de certa forma símbolo do Estado. A instituição é mais simbólica do que propriamente interventiva, porque no dia em que o Presidente da República intervir, isto é, o poder está colado à responsabilidade. Se quer ter mais poder terá mais responsabilidade, e isso afetará os índices de popularidade e afetará também a consideração que as pessoas têm pelo Presidente da República. O facto de não se meter muito, de ganhar distância relativamente ao Governo é muito importante para manter uma imagem do Presidente da República acima, digamos, das disputas partidárias que fomentam naturalmente também a impopularidade. Se olhares para este fenómeno atual da impopularidade deste Presidente da República que é, julgo eu

VF: Que é contra toda a tendência, única, exatamente

JS: única. Era bom apesar de tudo ver mesmo isso. Porque no passado, pois, embora no passado se fizessem menos sondagens do que agora, porque agora mede-se tudo mensalmente. Mas, porque é que é isto? Porque eles perceberam, os Portugueses, de um momento para o outro intuíram quem era o Presidente. Que é um falso e um fingido e um hipócrita. Aí vem o elemento da hipocrisia. Um tipo que esteve sempre atrás da tentativa de derrube do Governo. Intuíram-no quando fez a, quando construiu a, ou deixou construir lá na sua casa civil, a inventona das escutas de S. Bento sobre Belém, e depois a hipocrisia que representou fazer o discurso contra o Governo no momento em que tomou posse, isso prejudicou-o irremediavelmente, quer dizer as pessoas perceberam que ele é falso e fingido.

VF: Mas aquela postura presidencial que permitiu aos anteriores Presidentes manter índices de popularidade, o Mário Soares terminou o segundo mandato com o maior índice de popularidade de sempre. Isso é uma vantagem que pode ser utilizada em proveito da democracia e do funcionamento da democracia.

JS: Sim o facto de termos alguém, mas eu, é verdade, vamos lá ver, mas isso não é um argumento em favor. Porque o que eu contesto nisto

VF: Não, não é um argumento a favor da intervenção de um Presidente.

JS: O que eu contesto neste semipresidencialismo, não é haver ou não haver Presidente. O que eu contesto é que ele seja eleito por sufrágio universal e diretamente pelos Portugueses. Isso é que eu contesto. Eu acho que o Presidente podia e devia ser escolhido pela Assembleia da República e estaríamos todos muito bem

VF: Como nos sistemas parlamentares

JS: Como nos sistemas parlamentares puros, não é. Nós devíamos ter, é aqui que o facto de sermos híbridos causa-nos algumas chatices embora, enfim, os regimes também pela sua praxis vão tentando, a prática vai tentando resolver os inconvenientes de alguma definição teórica dos modelos. Mas a pergunta que me fizeste?

VF: Era se essa popularidade podia de alguma forma ser útil

JS: Certo, mas a popularidade existirá na mesma se não houver eleição direta. Quer dizer, um Presidente que não seja eleito diretamente pelo povo mas que pode ter os mesmos níveis de prestígio.

[.../...]

VF: O último tópico: A investigação que tenho feito tem sido muito com base documental, nos arquivos, etc, agora sobre o exercício dos poderes do Presidente, agora há uma área onde a investigação com base documental é muito difícil, onde há muito pouca documentação e tem que ver, eu não vou pedir a revelação de segredos, mas tem que ver com a relação regular do Presidente com o Primeiro-ministro nas reuniões de

JS: quinta-feira.

VF: primeiro: essas reuniões tinham uma agenda acordada entre os dois gabinetes?

JS: Não. Essas reuniões passam-se assim: o Primeiro-ministro é que decide sobre o que é que há de falar. Às vezes, dava-se o caso da presidência nos comunicar alguns tópicos que gostariam de abordar, portanto sempre se passou assim, e acho que era assim que se procedia antes. Eu chegava e expunha os dois ou três pontos que me parecia mais uteis, o Presidente ouvia e comentava ou não comentava e depois se tinha algum ponto a

acrescentar falava nele e se eu não tinha alguma informação remetia-lha mais tarde. Era mais ou menos isto.

VF: E se havia dúvidas em relação à promulgação de algum diploma ele aproveitava essas reuniões para falar disso?

JS: Não, não. O Presidente da República, então este, é muito cioso dos seus poderes. Mas raramente abordámos a promulgação. Às vezes, não quer dizer que uma ou duas vezes, não tenha dito ao Presidente da República que nós tínhamos urgência na avaliação de um diploma. Isso talvez tenha acontecido. Mas isso normalmente era feito a outro nível, entre o meu chefe de gabinete e chefe da casa civil. Ou, não, desculpa, não é o meu chefe de gabinete é o Secretário de Estado da Presidência ou mesmo o Ministro da Presidência, que em alguns momentos falava com o chefe da Casa Cível dando-lhe conta da urgência que tínhamos neste ou naquele diploma. Porque os poderes do Presidente da República continuam, a ser ainda muito elevados, o que não faz, aliás, sentido nenhum. Nós devíamos caminhar para um sistema puramente parlamentar, isso é o que...

VF: E tentativas para influenciar a agenda política nessas reuniões, ou seja, de introduzir temas que ele considerasse que deviam ser tratados?

JS: Sim, isso também existe mas normalmente o que existe, infelizmente, é a intriga política, que eu acho que os Presidentes fazem isso mais através dos jornais do que propriamente nas reuniões de uma forma construtiva. Isso é que transforma aquele centro do Presidência da República, que nada tem para fazer, num centro de intriga, enfim.

VF: E é evidente que essas reuniões deviam ser muito diferentes se houvesse uma outra empatia pessoal, se fossem do mesmo partido?

JS: Sim, são, costumam ser, sim eu notei uma grande mudança e também aprendi com isso, não é, a partir do momento em que se aproximavam as eleições legislativas, que o Presidente da República tentou intervir nelas, da forma como podia, tentou atirar abaixo um Governo legítimo, foi o que aconteceu, e estou-te a dizer isto e di-lo-ei publicamente quando chegar o momento, mas notei essa mudança claramente quando a Manuela

Ferreira Leite foi eleita para líder do Partido e à medida que 99 se aproximava, desculpa 2009, se aproximava o Presidente da República fez tudo para que o Governo perdesse as eleições, tudo. Inclusivamente recorrendo aos métodos mais torpes, como essa, ou melhor não estou a dizer o Presidente da República, não tenho provas disso, desculpa, a Casa Cível da Presidência, pelo menos isso.

VF: E já agora, só uma última nota, intervenções no sentido de provocar alterações a diplomas do Governo, antes da promulgação?

JS: Sim, isso de vez em quando acontece. Quando a Presidência tem dúvidas sobre alguma coisa, pode fazer uma sugestão, o Governo olha e às vezes até havia reuniões para, isso acontece. Não sei como acontecia antes. Mas nestes seis anos isso aconteceu com frequência e também aconteceu com o Sampaio, não é.

VF: Sim eu do tempo do Sampaio tenho muita informação.

JS: O Sampaio então várias vezes, e tinha uma boa relação com o Sampaio, mesmo pessoalmente. Mas mais uma vez, quer dizer, a questão, quando tu falas da questão pessoal isso interessa. Enquanto que com o Sampaio tinha, embora ele fosse também muito, e nalguns casos tenhamos discordâncias, como por exemplo no caso do referendo do aborto, ele não queria fazê-lo no tempo dele, mas eu disse-lhe, lamento muito mas eu quero fazê-lo. Então o que é que quer que eu lhe faça. Ele queria deixar para outro e tivemos que deixar para outro, não é. Porque ele não quis fazê-lo. Tinha medo de estragar o seu mandato com aquilo, o que é muito legítimo. Eu não o condeno nisso, mas eu disse-lhe, desculpe mas eu sou Primeiro-ministro, fui aqui eleito, está aqui no meu contrato para ser, você tem que compreender mas isto com o Sampaio passava-se com um nível de franqueza grande, de compreensão, ou melhor não é de compreensão mas de espírito aberto. O Sampaio não é nenhum hipócrita. Com o Cavaco eu cheguei à conclusão que tudo aquilo é fingimento, aquilo é duplicidade. Isso não existia no tempo do Sampaio. Por isso a relação foi sempre fluida e gostei de trabalhar com ele.

VF: Portanto era muito mais marcado pela questão da personalidade do que propriamente por serem de partidos diferentes ou do mesmo partido? Embora isso possa gerar também algum...

JS: Ah, sim, sim, sim. Quanto a isso não tenhas a mínima duvida. Isso pouco importa a questão do partido, às vezes aliás a atuação do Presidente da República também é ditada por razões internas do seu próprio partido, quer dizer, nunca notei que houvesse entre ele e o Marques Mendes qualquer confluência de interesse e de agenda política. Ora notei que havia entre ele e a Manuela Ferreira Leite, não é. Porque acho que a Manuela Ferreira Leite era mais obediente do que o Dr. Marques Mendes.

VF: Ok, obrigadíssimo.